



Conselho da
União Europeia

Bruxelas, 27 de fevereiro de 2026
(OR. en)

11787/24
ADD 11

Dossiês interinstitucionais:
2024/0101 (NLE)
2024/0102 (NLE)

AELE 72
AND 13
SM 13
MI 659

ATOS LEGISLATIVOS E OUTROS INSTRUMENTOS

Assunto: Acordo que cria uma Associação entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e o Principado de Andorra e a República de São Marinho, cada um na qualidade de parte distinta, por outro

PARTE III

COLOCAÇÃO NO MERCADO DE GÉNEROS ALIMENTÍCIOS, ALIMENTOS PARA ANIMAIS E SUBPRODUTOS ANIMAIS

CAPÍTULO 1

REGRAS DE HIGIENE

1. 32004 R 0852: Regulamento (CE) n.º 852/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2004, relativo à higiene dos géneros alimentícios (JO L 139 de 30.4.2004, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32008 R 1019: Regulamento (CE) n.º 1019/2008 da Comissão, de 17 de outubro de 2008 (JO L 277 de 18.10.2008, p. 7),
 - 32009 R 0219: Regulamento (CE) n.º 219/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de março de 2009 (JO L 87 de 31.3.2009, p. 109),
 - 32021 R 0382: Regulamento (UE) 2021/382 da Comissão, de 3 de março de 2021 (JO L 74 de 4.3.2021, p. 3).

2. 32005 R 2073: Regulamento (CE) n.º 2073/2005 da Comissão, de 15 de novembro de 2005, relativo a critérios microbiológicos aplicáveis aos géneros alimentícios (JO L 338 de 22.12.2005, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:
- 32007 R 1441: Regulamento (CE) n.º 1441/2007 da Comissão, de 5 de dezembro de 2007 (JO L 322 de 7.12.2007, p. 12),
 - 32010 R 0365: Regulamento (UE) n.º 365/2010 da Comissão, de 28 de abril de 2010 (JO L 107 de 29.4.2010, p. 9),
 - 32013 R 0209: Regulamento (UE) n.º 209/2013 da Comissão, de 11 de março de 2013 (JO L 68 de 12.3.2013, p. 19),
 - 32013 R 1019: Regulamento (UE) n.º 1019/2013 da Comissão, de 23 de outubro de 2013 (JO L 282 de 24.10.2013, p. 46),
 - 32014 R 0217: Regulamento (UE) n.º 217/2014 da Comissão, de 7 de março de 2014 (JO L 69 de 8.3.2014, p. 93),
 - 32015 R 2285: Regulamento (UE) 2015/2285 da Comissão, de 8 de dezembro de 2015 (JO L 323 de 9.12.2015, p. 2),
 - 32017 R 1495: Regulamento (UE) 2017/1495 da Comissão, de 23 de agosto de 2017 (JO L 218 de 24.8.2017, p. 1),
 - 32019 R 0229: Regulamento (UE) 2019/229 da Comissão, de 7 de fevereiro de 2019 (JO L 37 de 8.2.2019, p. 106),

- 32020 R 0205: Regulamento (UE) 2020/205 da Comissão, de 14 de fevereiro de 2020 (JO L 43 de 17.2.2020, p. 63).
3. 32005 R 2074: Regulamento (CE) n.º 2074/2005 da Comissão, de 5 de dezembro de 2005, que estabelece medidas de execução para determinados produtos ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 853/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho e para a organização de controlos oficiais ao abrigo dos Regulamentos (CE) n.º 854/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho e n.º 882/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho, que derroga o Regulamento (CE) n.º 852/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho e altera os Regulamentos (CE) n.º 853/2004 e (CE) n.º 854/2004 (JO L 338 de 22.12.2005, p. 27), com a redação que lhe foi dada por:
- 32006 R 1664: Regulamento (CE) n.º 1664/2006 da Comissão, 6 de novembro de 2006 (JO L 320 de 18.11.2006, p. 13),
 - 32007 R 1244: Regulamento (CE) n.º 1244/2007 da Comissão, de 24 de outubro de 2007 (JO L 281 de 25.10.2007, p. 12),
 - 32008 R 1022: Regulamento (CE) n.º 1022/2008 da Comissão, de 17 de outubro de 2008 (JO L 277 de 18.10.2008, p. 18),
 - 32011 R 0015: Regulamento (UE) n.º 15/2011 da Comissão, de 10 de janeiro de 2011 (JO L 6 de 11.1.2011, p. 3),
 - 32011 R 0809: Regulamento de Execução (UE) n.º 809/2011 da Comissão, de 11 de agosto de 2011 (JO L 207 de 12.8.2011, p. 1),

- 32012 R 1012: Regulamento de Execução (UE) n.º 1012/2012 da Comissão, de 5 de novembro de 2012 (JO L 306 de 6.11.2012, p. 1),
- 32014 R 0218: Regulamento (UE) n.º 218/2014 da Comissão, de 7 de março de 2014 (JO L 69 de 8.3.2014, p. 95),
- 32015 R 2295: Regulamento de Execução (UE) 2015/2295 da Comissão, de 9 de dezembro de 2015 (JO L 324 de 10.12.2015, p. 5),
- 32016 R 0759: Regulamento de Execução (UE) 2016/759 da Comissão, de 28 de abril de 2016 (JO L 126 de 14.5.2016, p. 13),
- 32017 R 1973: Regulamento (UE) 2017/1973 da Comissão, de 30 de outubro de 2017 (JO L 281 de 31.10.2017, p. 21),
- 32017 R 1980: Regulamento (UE) 2017/1980 da Comissão, de 31 de outubro de 2017 (JO L 285 de 1.11.2017, p. 8),
- 32019 R 0627: Regulamento de Execução (UE) 2019/627 da Comissão, de 15 de março de 2019 (JO L 131 de 17.5.2019, p. 51),
- 32019 R 0628: Regulamento de Execução (UE) 2019/628 da Comissão, de 8 de abril de 2019 (JO L 131 de 17.5.2019, p. 101),
- 32019 R 1139: Regulamento de Execução (UE) 2019/1139 da Comissão, de 3 de julho de 2019 (JO L 180 de 4.7.2019, p. 12).

4. 32013 R 0210: Regulamento (UE) n.º 210/2013 da Comissão, de 11 de março de 2013, relativo à aprovação de estabelecimentos que produzem rebentos, nos termos do Regulamento (CE) n.º 852/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 68 de 12.3.2013, p. 24).

5. 32014 R 0579: Regulamento (UE) n.º 579/2014 da Comissão, de 28 de maio de 2014, que concede uma derrogação a certas disposições do anexo II do Regulamento (CE) n.º 852/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho, no que respeita ao transporte marítimo de óleos e gorduras líquidos (JO L 160 de 29.5.2014, p. 14), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32016 R 0238: Regulamento (UE) 2016/238 da Comissão, de 19 de fevereiro de 2016 (JO L 45 de 20.2.2016, p. 1),
 - 32019 R 0978: Regulamento (UE) 2019/978 da Comissão, de 14 de junho de 2019 (JO L 159 de 17.6.2019, p. 26).

6. 32017 R 2158: Regulamento (UE) 2017/2158 da Comissão, de 20 de novembro de 2017, que estabelece medidas de mitigação e níveis de referência para a redução da presença de acrilamida em géneros alimentícios (JO L 304 de 21.11.2017, p. 24).

CAPÍTULO 2

REGRAS ESPECÍFICAS APLICÁVEIS AOS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

1. 32016 R 0429: Regulamento (UE) 2016/429 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de março de 2016, relativo às doenças animais transmissíveis e que altera e revoga determinados atos no domínio da saúde animal («Lei da Saúde Animal») (JO L 84 de 31.3.2016, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32017 R 0625: Regulamento (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de março de 2017 (JO L 95 de 7.4.2017, p. 1),
 - 32018 R 1629: Regulamento Delegado (UE) 2018/1629 da Comissão, de 25 de julho de 2018 (JO L 272 de 31.10.2018, p. 11).

2. 32004 R 0853: Regulamento (CE) n.º 853/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2004, que estabelece regras específicas de higiene aplicáveis aos géneros alimentícios de origem animal (JO L 139 de 30.4.2004, p. 55), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32005 R 2074: Regulamento (CE) n.º 2074/2005 da Comissão, de 5 de dezembro de 2005 (JO L 338 de 22.12.2005, p. 27), com a redação que lhe foi dada por:

 - 32019 R 1139: Regulamento de Execução (UE) 2019/1139 da Comissão, de 3 de julho de 2019 (JO L 180 de 4.7.2019, p. 12),

- 32005 R 2076: Regulamento (CE) n.º 2076/2005 da Comissão, de 5 de dezembro de 2005« (JO L 338 de 22.12.2005, p. 83),
- 32006 R 1662: Regulamento (CE) n.º 1662/2006 da Comissão, de 6 de novembro de 2006 (JO L 320 de 18.11.2006, p. 1),
- 32006 R 1791: Regulamento (CE) n.º 1791/2006 do Conselho, de 20 de novembro de 2006 (JO L 363 de 20.12.2006, p. 1),
- 32007 R 1243: Regulamento (CE) n.º 1243/2007 da Comissão, de 24 de outubro de 2007 (JO L 281 de 25.10.2007, p. 8),
- 32008 R 1020: Regulamento (CE) n.º 1020/2008 da Comissão, de 17 de outubro de 2008 (JO L 277 de 18.10.2008, p. 8),
- 32009 R 0219: Regulamento (CE) n.º 219/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de março de 2009 (JO L 87 de 31.3.2009, p. 109),
- 32009 R 1161: Regulamento (CE) n.º 1161/2009 da Comissão, de 30 de novembro de 2009 (JO L 314 de 1.12.2009, p. 8),
- 32010 R 0558: Regulamento (UE) n.º 558/2010 da Comissão, de 24 de junho de 2010 (JO L 159 de 25.6.2010, p. 18),
- 32011 R 0150: Regulamento (UE) n.º 150/2011 da Comissão, de 18 de fevereiro de 2011 (JO L 46 de 19.2.2011, p. 14),

- 32011 R 1276: Regulamento (UE) n.º 1276/2011 da Comissão, de 8 de dezembro de 2011 (JO L 327 de 9.12.2011, p. 39),
- 32012 R 0016: Regulamento (UE) n.º 16/2012 da Comissão, de 11 de janeiro de 2012 (JO L 8 de 12.1.2012, p. 29),
- 32013 R 0517: Regulamento (UE) n.º 517/2013 do Conselho, de 13 de maio de 2013 (JO L 158 de 10.6.2013, p. 1),
- 32013 R 0786: Regulamento (UE) n.º 786/2013 da Comissão, de 16 de agosto de 2013 (JO L 220 de 17.8.2013, p. 14),
- 32014 R 0218: Regulamento (UE) n.º 218/2014 da Comissão, de 7 de março de 2014 (JO L 69 de 8.3.2014, p. 95),
- 32014 R 0633: Regulamento (UE) n.º 633/2014 da Comissão, de 13 de junho de 2014 (JO L 175 de 14.6.2014, p. 6),
- 32014 R 1137: Regulamento (UE) n.º 1137/2014 da Comissão, de 27 de outubro de 2014 (JO L 307 de 28.10.2014, p. 28),
- 32016 R 0355: Regulamento (UE) 2016/355 da Comissão, de 11 de março de 2016 (JO L 67 de 12.13.2016, p. 22),
- 32017 R 1978: Regulamento (UE) 2017/1978 da Comissão, de 31 de outubro de 2017 (JO L 285 de 1.11.2017, p. 3),

- 32017 R 1981: Regulamento (UE) 2017/1981 da Comissão, de 31 de outubro de 2017 (JO L 285 de 1.11.2017, p. 10),
 - 32020 R 2192: Regulamento Delegado (UE) 2020/2192 da Comissão, de 7 de dezembro de 2020 (JO L 434 de 23.12.2020, p. 10),
 - 32021 R 1374: Regulamento Delegado (UE) 2021/1374 da Comissão, de 12 de abril de 2021 (JO L 297 de 20.8.2021, p. 1),
 - 32022 R 2258: Regulamento Delegado (UE) 2022/2258 da Comissão, de 9 de setembro de 2022 (JO L 299 de 18.11.2022, p. 5).
3. 32004 L 0041: Diretiva 2004/41/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de abril de 2004, que revoga certas diretivas relativas à higiene dos géneros alimentícios e às regras sanitárias aplicáveis à produção e à comercialização de determinados produtos de origem animal destinados ao consumo humano e altera as Diretivas 89/662/CEE e 92/118/CEE do Conselho e a Decisão 95/408/CE do Conselho (JO L 157 de 30.4.2004, p. 33).
4. 32005 R 1688: Regulamento (CE) n.º 1688/2005 da Comissão, de 14 de outubro de 2005, que aplica o Regulamento (CE) n.º 853/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito às garantias especiais relativas às salmonelas, aplicáveis às remessas de determinados ovos e carnes destinadas à Finlândia e à Suécia (JO L 271 de 15.10.2005, p. 17), com a redação que lhe foi dada por:
- 32011 R 1223: Regulamento de Execução (UE) n.º 1223/2011 da Comissão, de 28 de novembro de 2011 (JO L 314 de 29.11.2011, p. 12).

5. 32005 R 2074: Regulamento (CE) n.º 2074/2005 da Comissão, de 5 de dezembro de 2005, que estabelece medidas de execução para determinados produtos ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 853/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho e para a organização de controlos oficiais ao abrigo dos Regulamentos (CE) n.º 854/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho e n.º 882/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho, que derroga o Regulamento (CE) n.º 852/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho e altera os Regulamentos (CE) n.º 853/2004 e (CE) n.º 854/2004 (JO L 338 de 22.12.2005, p. 27), com a redação que lhe foi dada por:
- 32006 R 1664: Regulamento (CE) n.º 1664/2006 da Comissão, de 6 de novembro de 2006 (JO L 320 de 18.11.2006, p. 13),
 - 32007 R 1244: Regulamento (CE) n.º 1244/2007 da Comissão, de 24 de outubro de 2007 (JO L 281 de 25.10.2007, p. 12),
 - 32008 R 1022: Regulamento (CE) n.º 1022/2008 da Comissão, de 17 de outubro de 2008 (JO L 277 de 18.10.2008, p. 18),
 - 32011 R 0015: Regulamento (UE) n.º 15/2011 da Comissão, de 10 de janeiro de 2011 (JO L 6 de 11.1.2011, p. 3),
 - 32011 R 0809: Regulamento de Execução (UE) n.º 809/2011 da Comissão, de 11 de agosto de 2011 (JO L 207 de 12.8.2011, p. 1),

- 32012 R 1012: Regulamento de Execução (UE) n.º 1012/2012 da Comissão, de 5 de novembro de 2012 (JO L 306 de 6.11.2012, p. 1),
- 32013 R 0517: Regulamento (UE) n.º 517/2013 do Conselho, de 13 de maio de 2013 (JO L 158 de 10.6.2013, p. 1),
- 32014 R 0218: Regulamento (UE) n.º 218/2014 da Comissão, de 7 de março de 2014 (JO L 69 de 8.3.2014, p. 95),
- 32015 R 2285: Regulamento (UE) 2015/2285 da Comissão, de 8 de dezembro de 2015 (JO L 323 de 9.12.2015, p. 2),
- 32016 R 0759: Regulamento de Execução (UE) 2016/759 da Comissão, de 28 de abril de 2016 (JO L 126 de 14.5.2016, p. 13),
- 32017 R 1973: Regulamento (UE) 2017/1973 da Comissão, de 30 de outubro de 2017 (JO L 281 de 31.10.2017, p. 21),
- 32017 R 1980: Regulamento (UE) 2017/1980 da Comissão, de 31 de outubro de 2017 (JO L 285 de 1.11.2017, p. 8),
- 32019 R 0627: Regulamento de Execução (UE) 2019/627 da Comissão, de 15 de março de 2019 (JO L 131 de 17.5.2019, p. 51),

- 32019 R 0628: Regulamento de Execução (UE) 2019/628 da Comissão, de 8 de abril de 2019 (JO L 131 de 17.5.2019, p. 101),
- 32019 R 1139: Regulamento de Execução (UE) 2019/1139 da Comissão, de 3 de julho de 2019 (JO L 180 de 4.7.2019, p. 12).

Em conformidade com a Diretiva 2004/41/CE, continuam a ser aplicáveis os seguintes atos jurídicos da UE baseados numa base jurídica revogada:

6. 31996 D 0077: Decisão 96/77/CE da Comissão, de 18 de janeiro de 1996, que estabelece as condições de colheita e transformação de determinados moluscos bivalves provenientes de zonas em que os níveis de toxinas paralisantes excedem o limite fixado pela Diretiva 91/492/CEE do Conselho (JO L 15 de 20.1.1996, p. 46).
7. 32007 D 0118: Decisão 2007/118/CE da Comissão, de 16 de fevereiro de 2007, que estabelece as normas de execução relativamente a uma marca de identificação alternativa nos termos da Diretiva 2002/99/CE do Conselho (JO L 51 de 20.2.2007, p. 19).
8. 32009 D 0121: Decisão 2009/121/CE do Conselho, de 18 de dezembro de 2008, que rejeita a proposta da Comissão relativa ao regulamento do Conselho que dá execução ao Regulamento (CE) n.º 853/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito à utilização de substâncias antimicrobianas para eliminar a contaminação da superfície das carcaças de aves de capoeira (JO L 41 de 13.2.2009, p. 13).

9. 32011 R 0931: Regulamento de Execução (UE) n.º 931/2011 da Comissão, de 19 de setembro de 2011, relativo aos requisitos de rastreabilidade estabelecidos pelo Regulamento (CE) n.º 178/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho para os géneros alimentícios de origem animal (JO L 242 de 20.9.2011, p. 2).
10. 32012 R 0427: Regulamento de Execução (UE) n.º 427/2012 da Comissão, de 22 de maio de 2012, sobre o alargamento das garantias especiais relativas às salmonelas, previstas no Regulamento (CE) n.º 853/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho, a ovos destinados à Dinamarca (JO L 132 de 23.5.2012, p. 8).
11. 32013 R 0101: Regulamento (UE) n.º 101/2013 da Comissão, de 4 de fevereiro de 2013, relativo à utilização do ácido láctico para reduzir a contaminação superficial microbiológica das carcaças de bovinos (JO L 34 de 5.2.2013, p. 1).
12. 32015 R 1474: Regulamento (UE) 2015/1474 da Comissão, de 27 de agosto de 2015, relativo à utilização de água quente reciclada para remover a contaminação microbiológica à superfície de carcaças (JO L 225 de 28.8.2015, p. 7).
13. 32018 R 0307: Regulamento de Execução (UE) 2018/307 da Comissão, de 28 de fevereiro de 2018, sobre o alargamento das garantias especiais relativas a *Salmonella* spp., previstas no Regulamento (CE) n.º 853/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho, à carne derivada de frangos de carne (*Gallus gallus*) destinada à Dinamarca (JO L 60 de 2.3.2018, p. 5).

14. 32020 R 2235: Regulamento de Execução (UE) 2020/2235 da Comissão, de 16 de dezembro de 2020, que estabelece regras de aplicação dos Regulamentos (UE) 2016/429 e (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito aos modelos de certificados sanitários, aos modelos de certificados oficiais e aos modelos de certificados sanitários/oficiais para a entrada na União e a circulação no interior da União de remessas de determinadas categorias de animais e mercadorias e à certificação oficial relativa a esses certificados, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 599/2004, os Regulamentos de Execução (UE) n.º 636/2014 e (UE) 2019/628, a Diretiva 98/68/CE e as Decisões 2000/572/CE, 2003/779/CE e 2007/240/CE (JO L 442 de 30.12.2020, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:

- 32021 R 0617: Regulamento de Execução (UE) 2021/617 da Comissão, de 14 de abril de 2021 (JO L 131 de 16.4.2021, p. 41),
- 32021 R 1329: Regulamento de Execução (UE) 2021/1329 da Comissão, de 10 de agosto de 2021 (JO L 288 de 11.8.2021, p. 48),
- 32021 R 0619: Regulamento de Execução (UE) 2021/619 da Comissão, de 15 de abril de 2021 (JO L 131 de 16.4.2021, p. 72),
- 32021 R 1469: Regulamento de Execução (UE) 2021/1469 da Comissão, de 10 de setembro de 2021 (JO L 321 de 13.9.2021, p. 21),
- 32021 R 1471: Regulamento de Execução (UE) 2021/1471 da Comissão, de 18 de agosto de 2021 (JO L 326 de 15.9.2021, p. 1),

- 32022 R 0036: Regulamento de Execução (UE) 2022/36 da Comissão, de 11 de janeiro de 2022 (JO L 8 de 13.1.2022, p. 36),
 - 32022 R 0854: Regulamento de Execução (UE) 2022/854 da Comissão, de 31 de maio de 2022 (JO L 150 de 1.6.2022, p. 69),
 - 32022 R 1219: Regulamento de Execução (UE) 2022/1219 da Comissão, de 14 de julho de 2022 (JO L 188 de 15.7.2022, p. 75).
15. 32021 D 0477: Decisão de Execução (UE) 2021/477 da Comissão, de 18 de março de 2021, que aprova alterações aos programas nacionais de controlo de salmonelas em determinados animais vivos e produtos de origem animal apresentados pela Finlândia e pela Suécia (JO L 99 de 22.3.2021, p. 75).

CAPÍTULO 3

REGRAS DE CONTROLO

1. 32005 R 2074: Regulamento (CE) n.º 2074/2005 da Comissão, de 5 de dezembro de 2005, que estabelece medidas de execução para determinados produtos ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 853/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho e para a organização de controlos oficiais ao abrigo dos Regulamentos (CE) n.º 854/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho e n.º 882/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho, que derroga o Regulamento (CE) n.º 852/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho e altera os Regulamentos (CE) n.º 853/2004 e (CE) n.º 854/2004 (JO L 338 de 22.12.2005, p. 27), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32006 R 1664: Regulamento (CE) n.º 1664/2006 da Comissão, de 6 de novembro de 2006 (JO L 320 de 18.11.2006, p. 13),
 - 32007 R 1244: Regulamento (CE) n.º 1244/2007 da Comissão, de 24 de outubro de 2007 (JO L 281 de 25.10.2007, p. 12),
 - 32008 R 1022: Regulamento (CE) n.º 1022/2008 da Comissão, de 17 de outubro de 2008 (JO L 277 de 18.10.2008, p. 18),
 - 32011 R 0015: Regulamento (UE) n.º 15/2011 da Comissão, de 10 de janeiro de 2011 (JO L 6 de 11.1.2011, p. 3),
 - 32011 R 0809: Regulamento de Execução (UE) n.º 809/2011 da Comissão, de 11 de agosto de 2011 (JO L 207 de 12.8.2011, p. 1),

- 32012 R 1012: Regulamento de Execução (UE) n.º 1012/2012 da Comissão, de 5 de novembro de 2012 (JO L 306 de 6.11.2012, p. 1),
- 32013 R 0517: Regulamento (UE) n.º 517/2013 do Conselho, de 13 de maio de 2013 (JO L 158 de 10.6.2013, p. 1),
- 32014 R 0218: Regulamento (UE) n.º 218/2014 da Comissão, de 7 de março de 2014 (JO L 69 de 8.3.2014, p. 95),
- 32015 R 2285: Regulamento (UE) 2015/2285 da Comissão, de 8 de dezembro de 2015 (JO L 323 de 9.12.2015, p. 2),
- 32016 R 0759: Regulamento de Execução (UE) 2016/759 da Comissão, de 28 de abril de 2016 (JO L 126 de 14.5.2016, p. 13),
- 32017 R 1973: Regulamento (UE) 2017/1973 da Comissão, de 30 de outubro de 2017 (JO L 281 de 31.10.2017, p. 21),
- 32017 R 1980: Regulamento (UE) 2017/1980 da Comissão, de 31 de outubro de 2017 (JO L 285 de 1.11.2017, p. 8),
- 32019 R 0627: Regulamento de Execução (UE) 2019/627 da Comissão, de 15 de março de 2019 (JO L 131 de 17.5.2019, p. 51),
- 32019 R 0628: Regulamento de Execução (UE) 2019/628 da Comissão, de 8 de abril de 2019 (JO L 131 de 17.5.2019, p. 101),

- 32019 R 1139: Regulamento de Execução (UE) 2019/1139 da Comissão, de 3 de julho de 2019 (JO L 180 de 4.7.2019, p. 12).
2. 32009 R 0152: Regulamento (CE) n.º 152/2009 da Comissão, de 27 de janeiro de 2009, que estabelece os métodos de amostragem e análise para o controlo oficial dos alimentos para animais (JO L 54 de 26.2.2009, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:
- 32012 R 0278: Regulamento (UE) n.º 278/2012 da Comissão, de 28 de março de 2012 (JO L 91 de 29.3.2012, p. 8),
 - 32013 R 0051: Regulamento (UE) n.º 51/2013 da Comissão, de 16 de janeiro de 2013 (JO L 20 de 23.1.2013, p. 33),
 - 32013 R 0691: Regulamento (UE) n.º 691/2013 da Comissão, de 19 de julho de 2013 (JO L 197 de 20.4.2013, p. 1),
 - 32014 R 0709: Regulamento (UE) n.º 709/2014 da Comissão, de 20 de junho de 2014 (JO L 188 de 27.6.2014, p. 1),
 - 32017 R 0771: Regulamento (UE) 2017/771 da Comissão, de 3 de maio de 2017 (JO L 115 de 4.5.2017, p. 22),
 - 32020 R 1560: Regulamento de Execução (UE) 2020/1560 da Comissão, de 26 de outubro de 2020 (JO L 357 de 27.10.2020, p. 17),
 - 32022 R 0893: Regulamento de Execução (UE) 2022/893 da Comissão, de 7 de junho de 2022 (JO L 152 de 8.6.2022, p. 24).

3. 32019 R 1715: Regulamento de Execução (UE) 2019/1715 da Comissão, de 30 de setembro de 2019, que estabelece regras aplicáveis ao funcionamento do sistema de gestão da informação sobre os controlos oficiais e dos seus componentes de sistema (Regulamento IMSOC) (JO L 261 de 14.10.2019, p. 37).

4. 32006 R 0401: Regulamento (CE) n.º 401/2006 da Comissão, de 23 de fevereiro de 2006, que estabelece os métodos de amostragem e de análise para o controlo oficial dos teores de micotoxinas nos géneros alimentícios (JO L 70 de 9.3.2006, p. 12), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32010 R 0178: Regulamento (UE) n.º 178/2010 da Comissão, de 2 de março de 2010 (JO L 52 de 3.3.2010, p. 32),
 - 32014 R 0519: Regulamento (UE) n.º 519/2014 da Comissão, de 16 de maio de 2014 (JO L 147 de 17.5.2014, p. 29).

5. 32008 D 0287: Decisão 2008/287/CE da Comissão, de 3 de abril de 2008, relativa ao financiamento de um programa de trabalho para 2008 sobre instrumentos de formação no domínio da segurança dos géneros alimentícios, da sanidade animal, do bem-estar dos animais e da fitossanidade (JO L 93 de 4.4.2008, p. 25).

6. 32008 R 0737: Regulamento (CE) n.º 737/2008 da Comissão, de 28 de julho de 2008, que designa os laboratórios comunitários de referência no domínio das doenças dos crustáceos, da raiva e da tuberculose bovina, que define responsabilidades e tarefas adicionais dos laboratórios comunitários de referência no domínio da raiva e da tuberculose bovina e que altera o anexo VII do Regulamento (CE) n.º 882/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 201 de 30.7.2008, p. 29), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32011 R 0208: Regulamento (UE) n.º 208/2011 da Comissão, de 2 de março de 2011 (JO L 58 de 3.3.2011, p. 29),

- 32011 R 0880: Regulamento (UE) n.º 880/2011 da Comissão, de 2 de setembro de 2011 (JO L 228 de 3.9.2011, p. 8),
 - 32013 R 0072: Regulamento de Execução (UE) n.º 72/2013 da Comissão, de 25 de janeiro de 2013 (JO L 26 de 26.1.2013, p. 9),
 - 32013 R 0415: Regulamento (UE) n.º 415/2013 da Comissão, de 6 de maio de 2013 (JO L 125 de 7.5.2013, p. 7).
7. 32008 D 0654: Decisão 2008/654/CE da Comissão, de 24 de julho de 2008, relativa a orientações destinadas a auxiliar os Estados-Membros na elaboração do relatório anual sobre o plano nacional de controlo plurianual integrado único previsto no Regulamento (CE) n.º 882/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 214 de 9.8.2008, p. 56).
 8. 32009 D 0863: Decisão 2009/863/CE da Comissão, de 30 de novembro de 2009, no que respeita a uma participação financeira da Comunidade, para 2010, para certos laboratórios comunitários de referência na área do controlo dos alimentos para animais e dos géneros alimentícios (JO L 314 de 1.12.2009, p. 91).
 9. 32011 R 0619: Regulamento (UE) n.º 619/2011 da Comissão, de 24 de junho de 2011, que estabelece os métodos de amostragem e análise para o controlo oficial dos alimentos para animais no que respeita à presença de material geneticamente modificado cujo procedimento de autorização está pendente ou cuja autorização expirou (JO L 166 de 25.6.2011, p. 9).
 10. 32010 D 0736: Decisão 2010/736/UE da Comissão, de 1 de dezembro de 2010, no que respeita a uma participação financeira da União, para 2011, para certos laboratórios de referência da União Europeia na área do controlo dos alimentos para animais e dos géneros alimentícios (JO L 316 de 2.12.2010, p. 22).

11. 32010 D 0764: Decisão 2010/764/UE da Comissão, de 8 de dezembro de 2010, relativa à adoção de uma decisão de financiamento para 2010 no âmbito da segurança dos alimentos (JO L 324 de 9.12.2010, p. 49).
12. 32011 R 0284: Regulamento (UE) n.º 284/2011 da Comissão, de 22 de março de 2011, que fixa as condições específicas e os procedimentos pormenorizados para a importação de objetos de matéria plástica de poliamida e melamina para cozinha originários ou provenientes da República Popular da China e da Região Administrativa Especial de Hong Kong, China (JO L 77 de 23.3.2011, p. 25).
13. 32013 D 0098: Decisão de Execução 2013/98/UE da Comissão, de 19 de fevereiro de 2013, relativa a uma ajuda financeira da União para um plano de controlo coordenado com vista a determinar a prevalência de práticas fraudulentas na comercialização de certos alimentos (JO L 48 de 21.2.2013, p. 23).
14. 32013 H 0099: Recomendação 2013/99/UE da Comissão, de 19 de fevereiro de 2013, relativa a um plano de controlo coordenado com vista a determinar a prevalência de práticas fraudulentas na comercialização de certos alimentos (JO L 48 de 21.2.2013, p. 28).
15. 32013 R 0415: Regulamento (UE) n.º 415/2013 da Comissão, de 6 de maio de 2013, que define responsabilidades e tarefas adicionais para os laboratórios de referência da UE no domínio da raiva, da tuberculose bovina e da saúde das abelhas, que altera o Regulamento (CE) n.º 737/2008 e que revoga o Regulamento (UE) n.º 87/2011 (JO L 125 de 7.5.2013, p. 7).
16. 32014 D 0176: Decisão de Execução 2014/176/UE da Comissão, de 27 de março de 2014, relativa a uma participação financeira da União num plano de controlo coordenado com vista a determinar a prevalência de práticas fraudulentas na comercialização de certos alimentos (JO L 95 de 29.3.2014, p. 39).

17. 32015 R 0705: Regulamento (UE) 2015/705 da Comissão, de 30 de abril de 2015, que estabelece os métodos de amostragem e os critérios de desempenho aplicáveis aos métodos de análise para o controlo oficial dos teores de ácido erúcido nos géneros alimentícios e que revoga Diretiva 80/891/CEE da Comissão (JO L 113 de 1.5.2015, p. 29).
18. 32015 R 0949: Regulamento de Execução (UE) 2015/949 da Comissão, de 19 de junho de 2015, que aprova os controlos prévios à exportação realizados em determinados géneros alimentícios por determinados países terceiros no que respeita à presença de certas micotoxinas (JO L 156 de 20.6.2015, p. 2), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32017 R 1269: Regulamento de Execução (UE) 2017/1269 da Comissão, de 13 de julho de 2017 (JO L 183 de 14.7.2017, p. 9).
19. 32016 R 0024: Regulamento de Execução (UE) 2016/24 da Comissão, de 8 de janeiro de 2016, que impõe condições especiais à importação de amendoins provenientes do Brasil, *Capsicum annuum* e noz-moscada provenientes da Índia e noz-moscada proveniente da Indonésia e que altera os Regulamentos (CE) n.º 669/2009 e (UE) n.º 884/2014 (JO L 8 de 13.1.2016, p. 1).
20. 32016 R 1843: Regulamento de Execução (UE) 2016/1843 da Comissão, de 18 de outubro de 2016, relativo a medidas transitórias para a aplicação do Regulamento (CE) n.º 882/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho no que se refere à acreditação dos laboratórios oficiais que efetuam testes oficiais às triquinas (JO L 282 de 19.10.2016, p. 38).
21. 32017 R 0140: Regulamento (UE) 2017/140 da Comissão, de 26 de janeiro de 2017, que designa o laboratório de referência da UE para as doenças causadas por vírus da varíola ovina e caprina (dermatite nodular contagiosa e varíola ovina e caprina), define responsabilidades e tarefas adicionais para esse laboratório e altera o anexo VII do Regulamento (CE) n.º 882/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 22 de 27.1.2017, p. 10).

22. 32017 R 0212: Regulamento (UE) 2017/212 da Comissão, de 7 de fevereiro de 2017, que designa o laboratório de referência da UE no domínio da peste dos pequenos ruminantes, define responsabilidades e tarefas adicionais para esse laboratório e altera o anexo VII do Regulamento (CE) n.º 882/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 33 de 8.2.2017, p. 27).
23. 32020 R 2235: Regulamento de Execução (UE) 2020/2235 da Comissão, de 16 de dezembro de 2020, que estabelece regras de aplicação dos Regulamentos (UE) 2016/429 e (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito aos modelos de certificados sanitários, aos modelos de certificados oficiais e aos modelos de certificados sanitários/oficiais para a entrada na União e a circulação no interior da União de remessas de determinadas categorias de animais e mercadorias e à certificação oficial relativa a esses certificados, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 599/2004, os Regulamentos de Execução (UE) n.º 636/2014 e (UE) 2019/628, a Diretiva 98/68/CE e as Decisões 2000/572/CE, 2003/779/CE e 2007/240/CE (JO L 442 de 30.12.2020, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:
- 32021 R 0617: Regulamento de Execução (UE) 2021/617 da Comissão, de 14 de abril de 2021 (JO L 131 de 16.4.2021, p. 41),
 - 32021 R 0619: Regulamento de Execução (UE) 2021/619 da Comissão, de 15 de abril de 2021 (JO L 131 de 16.4.2021, p. 72),
 - 32021 R 1329: Regulamento de Execução (UE) 2021/1329 da Comissão, de 10 de agosto de 2021 (JO L 288 de 11.8.2021, p. 48),
 - 32021 R 1469: Regulamento de Execução (UE) 2021/1469 da Comissão, de 10 de setembro de 2021 (JO L 321 de 13.9.2021, p. 21),

- 32021 R 1471: Regulamento de Execução (UE) 2021/1471 da Comissão, de 18 de agosto de 2021 (JO L 326 de 15.9.2021, p. 1),
- 32022 R 0036: Regulamento de Execução (UE) 2022/36 da Comissão, de 11 de janeiro de 2022 (JO L 8 de 13.1.2022, p. 36),
- 32022 R 0854: Regulamento de Execução (UE) 2022/854 da Comissão, de 31 de maio de 2022 (JO L 150 de 1.6.2022, p. 69),
- 32022 R 1219: Regulamento de Execução (UE) 2022/1219 da Comissão, de 14 de julho de 2022 (JO L 188 de 15.7.2022, p. 75).

CAPÍTULO 4

REGRAS ESPECÍFICAS DE CONTROLO APLICÁVEIS AOS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

1. 32004 L 0041: Diretiva 2004/41/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de abril de 2004, que revoga certas diretivas relativas à higiene dos géneros alimentícios e às regras sanitárias aplicáveis à produção e à comercialização de determinados produtos de origem animal destinados ao consumo humano e altera as Diretivas 89/662/CEE e 92/118/CEE do Conselho e a Decisão 95/408/CE do Conselho (JO L 157 de 30.4.2004, p. 33).
2. 32009 R 0470: Regulamento (CE) n.º 470/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de maio de 2009, que prevê procedimentos comunitários para o estabelecimento de limites máximos de resíduos de substâncias farmacologicamente ativas nos alimentos de origem animal, que revoga o Regulamento (CEE) n.º 2377/90 do Conselho e que altera a Diretiva 2001/82/CE do Parlamento Europeu e do Conselho e o Regulamento (CE) n.º 726/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 152 de 16.6.2009, p. 11).

3. 32005 R 2074: Regulamento (CE) n.º 2074/2005 da Comissão, de 5 de dezembro de 2005, que estabelece medidas de execução para determinados produtos ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 853/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho e para a organização de controlos oficiais ao abrigo dos Regulamentos (CE) n.º 854/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho e n.º 882/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho, que derroga o Regulamento (CE) n.º 852/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho e altera os Regulamentos (CE) n.º 853/2004 e (CE) n.º 854/2004 (JO L 338 de 22.12.2005, p. 27), com a redação que lhe foi dada por:

- 32006 R 1664: Regulamento (CE) n.º 1664/2006 da Comissão, de 6 de novembro de 2006 (JO L 320 de 18.11.2006, p. 13),
- 32007 R 1244: Regulamento (CE) n.º 1244/2007 da Comissão, de 24 de outubro de 2007 (JO L 281 de 25.10.2007, p. 12),
- 32008 R 1022: Regulamento (CE) n.º 1022/2008 da Comissão, de 17 de outubro de 2008 (JO L 277 de 18.10.2008, p. 12),
- 32011 R 0015: Regulamento (UE) n.º 15/2011 da Comissão, de 10 de janeiro de 2011 (JO L 6 de 11.1.2011, p. 3),
- 32011 R 0809: Regulamento de Execução (UE) n.º 809/2011 da Comissão, de 11 de agosto de 2011 (JO L 207 de 12.8.2011, p. 1),
- 32012 R 1012: Regulamento de Execução (UE) n.º 1012/2012 da Comissão, de 5 de novembro de 2012 (JO L 306 de 6.11.2012, p. 1),

- 32013 R 0517: Regulamento (UE) n.º 517/2013 do Conselho, de 13 de maio de 2013 (JO L 158 de 10.6.2013, p. 1),
- 32015 R 2285: Regulamento (UE) 2015/2285 da Comissão, de 8 de dezembro de 2015 (JO L 323 de 9.12.2015, p. 2),
- 32016 R 0759: Regulamento de Execução (UE) 2016/759 da Comissão, de 28 de abril de 2016 (JO L 126 de 14.5.2016, p. 13),
- 32017 R 1973: Regulamento (UE) 2017/1973 da Comissão, de 30 de outubro de 2017 (JO L 281 de 31.10.2017, p. 21),
- 32017 R 1980: Regulamento (UE) 2017/1980 da Comissão, de 31 de outubro de 2017 (JO L 285 de 1.11.2017, p. 8),
- 32019 R 0627: Regulamento de Execução (UE) 2019/627 da Comissão, de 15 de março de 2019 (JO L 131 de 17.5.2019, p. 51),
- 32019 R 0628: Regulamento de Execução (UE) 2019/628 da Comissão, de 8 de abril de 2019 (JO L 131 de 17.5.2019, p. 101),
- 32019 R 1139: Regulamento de Execução (UE) 2019/1139 da Comissão, de 3 de julho de 2019 (JO L 180 de 4.7.2019, p. 12).

Em conformidade com a Diretiva 2004/41/CE, continuam a ser aplicáveis os seguintes atos jurídicos da UE baseados numa base jurídica revogada:

4. 31992 D 0608: Decisão 92/608/CEE do Conselho, de 14 de novembro de 1992, que adota determinados métodos de análise e testes para o leite termicamente destinado ao consumo humano direto (JO L 407 de 31.12.1992, p. 29).
5. 31998 D 0139: Decisão 98/139/CE da Comissão, de 4 de fevereiro de 1998, que fixa determinadas regras específicas relativas aos controlos no local, no domínio veterinário, realizados por peritos da Comissão nos Estados-Membros (JO L 38 de 12.2.1998, p. 10).
6. 32002 D 0226: Decisão 2002/226/CE da Comissão, de 15 de março de 2002, que estabelece controlos sanitários especiais para a colheita e transformação de determinados moluscos bivalves com um nível de toxina ASP que ultrapassa o limite estabelecido na Diretiva 91/492/CEE do Conselho (JO L 75 de 16.3.2002, p. 65).
7. 32010 R 0037: Regulamento (UE) n.º 37/2010 da Comissão, de 22 de dezembro de 2009, relativo a substâncias farmacologicamente ativas e respetiva classificação no que respeita aos limites máximos de resíduos nos alimentos de origem animal (JO L 15 de 20.1.2010, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32010 R 0758: Regulamento (UE) n.º 758/2010 da Comissão, de 24 de agosto de 2010 (JO L 223 de 25.8.2010, p. 37),
 - 32010 R 0759: Regulamento (UE) n.º 759/2010 da Comissão, de 24 de agosto de 2010 (JO L 223 de 25.8.2010, p. 39),
 - 32010 R 0761: Regulamento (UE) n.º 761/2010 da Comissão, de 25 de agosto de 2010 (JO L 224 de 26.8.2010, p. 1),

- 32010 R 0890: Regulamento (UE) n.º 890/2010 da Comissão, de 8 de outubro de 2010 (JO L 266 de 9.10.2010, p. 1),
- 32010 R 0914: Regulamento (UE) n.º 914/2010 da Comissão, de 12 de outubro de 2010 (JO L 269 de 13.10.2010, p. 5),
- 32011 R 0362: Regulamento (UE) n.º 362/2011 da Comissão, de 13 de abril de 2011 (JO L 100 de 14.4.2011, p. 26),
- 32011 R 0363: Regulamento (UE) n.º 363/2011 da Comissão, de 13 de abril de 2011 (JO L 100 de 14.4.2011, p. 28),
- 32012 R 0084: Regulamento de Execução (UE) n.º 84/2012 da Comissão, de 1 de fevereiro de 2012 (JO L 30 de 2.2.2012, p. 1),
- 32012 R 0085: Regulamento de Execução (UE) n.º 85/2012 da Comissão, de 1 de fevereiro de 2012 (JO L 30 de 2.2.2012, p. 4)
- 32012 R 0086: Regulamento de Execução (UE) n.º 86/2012 da Comissão, de 1 de fevereiro de 2012 (JO L 30 de 2.2.2012, p. 6),
- 32012 R 0107: Regulamento de Execução (UE) n.º 107/2012 da Comissão, de 8 de fevereiro de 2012 (JO L 36 de 9.2.2012, p. 25),
- 32012 R 0122: Regulamento de Execução (UE) n.º 122/2012 da Comissão, de 13 de fevereiro de 2012 (JO L 40 de 14.2.2012, p. 2),

- 32012 R 0123: Regulamento de Execução (UE) n.º 123/2012 da Comissão, de 13 de fevereiro de 2012 (JO L 40 de 14.2.2012, p. 4),
- 32012 R 0201: Regulamento de Execução (UE) n.º 201/2012 da Comissão, de 8 de março de 2012 (JO L 71 de 9.3.2012, p. 37),
- 32012 R 0202: Regulamento de Execução (UE) n.º 202/2012 da Comissão, de 8 de março de 2012 (JO L 71 de 9.3.2012, p. 40),
- 32012 R 0221: Regulamento de Execução (UE) n.º 221/2012 da Comissão, de 14 de março de 2012 (JO L 75 de 15.3.2012, p. 7),
- 32012 R 0222: Regulamento de Execução (UE) n.º 222/2012 da Comissão, de 14 de março de 2012 (JO L 75 de 15.3.2012, p. 10),
- 32012 R 0436: Regulamento de Execução (UE) n.º 436/2012 da Comissão, de 23 de maio de 2012 (JO L 134 de 24.5.2012, p. 10),
- 32012 R 0466: Regulamento de Execução (UE) n.º 466/2012 da Comissão, de 1 de junho de 2012 (JO L 143 de 2.6.2012, p. 2),
- 32012 R 1161: Regulamento de Execução (UE) n.º 1161/2012 da Comissão, de 7 de dezembro de 2012 (JO L 336 de 8.12.2012, p. 14),
- 32012 R 1186: Regulamento de Execução (UE) n.º 1186/2012 da Comissão, de 11 de dezembro de 2012 (JO L 338 de 12.12.2012, p. 20),

- 32012 R 1191: Regulamento de Execução (UE) n.º 1191/2012 da Comissão, de 12 de dezembro de 2012 (JO L 340 de 13.12.2012, p. 35),
- 32013 R 0059: Regulamento de Execução (UE) n.º 59/2013 da Comissão, de 23 de janeiro de 2013 (JO L 21 de 24.1.2013, p. 21)
- 32013 R 0115: Regulamento de Execução (UE) n.º 115/2013 da Comissão, de 8 de fevereiro de 2013 (JO L 38 de 9.2.2013, p. 11),
- 32013 R 0116: Regulamento de Execução (UE) n.º 116/2013 da Comissão, de 8 de fevereiro de 2013 (JO L 38 de 9.2.2013, p. 14),
- 32013 R 0394: Regulamento de Execução (UE) n.º 394/2013 da Comissão, de 29 de abril de 2013 (JO L 118 de 30.4.2013, p. 17),
- 32013 R 0406: Regulamento de Execução (UE) n.º 406/2013 da Comissão, de 2 de maio de 2013 (JO L 121 de 3.5.2013, p. 42),
- 32013 R 0489: Regulamento de Execução (UE) n.º 489/2013 da Comissão, de 27 de maio de 2013 (JO L 141 de 28.5.2013, p. 4),
- 32013 R 1056: Regulamento de Execução (UE) n.º 1056/2013 da Comissão, de 29 de outubro de 2013 (JO L 288 de 30.10.2013, p. 60),
- 32013 R 1057: Regulamento de Execução (UE) n.º 1057/2013 da Comissão, de 29 de outubro de 2013 (JO L 288 de 30.10.2013, p. 63),

- 32013 R 1235: Regulamento de Execução (UE) n.º 1235/2013 da Comissão, de 2 de dezembro de 2013 (JO L 322 de 3.12.2013, p. 21),
- 32014 R 0019: Regulamento de Execução (UE) n.º 19/2014 da Comissão, de 10 de janeiro de 2014 (JO L 8 de 11.1.2014, p. 18),
- 32014 R 0020: Regulamento de Execução (UE) n.º 20/2014 da Comissão, de 10 de janeiro de 2014 (JO L 8 de 11.1.2014, p. 20),
- 32014 R 0200: Regulamento de Execução (UE) n.º 200/2014 da Comissão, de 3 de março de 2014 (JO L 62 de 4.3.2014, p. 8),
- 32014 R 0201: Regulamento de Execução (UE) n.º 201/2014 da Comissão, de 3 de março de 2014 (JO L 62 de 4.3.2014, p. 10),
- 32014 R 0676: Regulamento de Execução (UE) n.º 676/2014 da Comissão, de 19 de junho de 2014 (JO L 180 de 21.6.2014, p. 5),
- 32014 R 0677: Regulamento de Execução (UE) n.º 677/2014 da Comissão, de 19 de junho de 2014 (JO L 180 de 20.6.2014, p. 8),
- 32014 R 0681: Regulamento de Execução (UE) n.º 681/2014 da Comissão, de 20 de junho de 2014 (JO L 182 de 21.6.2014, p. 11),
- 32014 R 0682: Regulamento de Execução (UE) n.º 682/2014 da Comissão, de 20 de junho de 2014 (JO L 182 de 21.6.2014, p. 14),

- 32014 R 0683: Regulamento de Execução (UE) n.º 683/2014 da Comissão, de 20 de junho de 2014 (JO L 182 de 21.6.2014, p. 17),
- 32014 R 0967: Regulamento de Execução (UE) n.º 967/2014 da Comissão, de 12 de setembro de 2014 (JO L 272 de 13.9.2014, p. 3),
- 32014 R 1277: Regulamento de Execução (UE) n.º 1277/2014 da Comissão, de 1 de dezembro de 2014 (JO L 346 de 2.12.2014, p. 23),
- 32014 R 1359: Regulamento de Execução (UE) n.º 1359/2014 da Comissão, de 18 de dezembro de 2014 (JO L 364 de 19.12.2014, p. 103),
- 32014 R 1390: Regulamento de Execução (UE) n.º 1390/2014 da Comissão, de 19 de dezembro de 2014 (JO L 369 de 24.12.2014, p. 65),
- 32015 R 0149: Regulamento de Execução (UE) 2015/149 da Comissão, de 30 de janeiro de 2015 (JO L 26 de 31.1.2015, p. 7),
- 32015 R 0150: Regulamento de Execução (UE) 2015/150 da Comissão, de 30 de janeiro de 2015 (JO L 26 de 31.1.2015, p. 10),
- 32015 R 0151: Regulamento de Execução (UE) 2015/151 da Comissão, de 30 de janeiro de 2015 (JO L 26 de 31.1.2015, p. 13),
- 32015 R 0152: Regulamento de Execução (UE) 2015/152 da Comissão, de 30 de janeiro de 2015 (JO L 26 de 31.1.2015, p. 16),

- 32015 R 0149: Regulamento de Execução (UE) 2015/149 da Comissão, de 30 de janeiro de 2015 (JO L 26 de 31.1.2015, p. 7),
- 32015 R 0150: Regulamento de Execução (UE) 2015/150 da Comissão, de 30 de janeiro de 2015 (JO L 26 de 31.1.2015, p. 10),
- 32015 R 0151: Regulamento de Execução (UE) 2015/151 da Comissão, de 30 de janeiro de 2015 (JO L 26 de 31.1.2015, p. 13),
- 32015 R 0152: Regulamento de Execução (UE) 2015/152 da Comissão, de 30 de janeiro de 2015 (JO L 26 de 31.1.2015, p. 16),
- 32015 R 0394: Regulamento de Execução (UE) 2015/394 da Comissão, de 10 de março de 2015 (JO L 66 de 11.3.2015, p. 1),
- 32015 R 0446: Regulamento de Execução (UE) 2015/446 da Comissão, de 17 de março de 2015 (JO L 74 de 18.3.2015, p. 18),
- 32015 R 1078: Regulamento de Execução (UE) 2015/1078 da Comissão, de 3 de julho de 2015 (JO L 175 de 4.7.2015, p. 5),
- 32015 R 1079: Regulamento de Execução (UE) 2015/1079 da Comissão, de 3 de julho de 2015 (JO L 175 de 4.7.2015, p. 8),
- 32015 R 1080: Regulamento de Execução (UE) 2015/1080 da Comissão, de 3 de julho de 2015 (JO L 175 de 4.7.2015, p. 11),

- 32015 R 1308: Regulamento de Execução (UE) 2015/1308 da Comissão, de 29 de julho de 2015 (JO L 200 de 30.7.2015, p. 11),
- 32015 R 1491: Regulamento de Execução (UE) 2015/1491 da Comissão, de 3 de setembro de 2015 (JO L 231 de 4.9.2015, p. 7),
- 32015 R 1492: Regulamento de Execução (UE) 2015/1492 da Comissão, de 3 de setembro de 2015 (JO L 231 de 4.9.2015, p. 10),
- 32015 R 1492: Regulamento de Execução (UE) 2015/1820 da Comissão, de 9 de outubro de 2015 (JO L 265 de 10.10.2015, p. 1),
- 32015 R 2062: Regulamento de Execução (UE) 2015/2062 da Comissão, de 17 de novembro de 2015 (JO L 301 de 18.11.2015, p. 7),
- 32016 R 2062: Regulamento de Execução (UE) 2016/129 da Comissão, de 1 de fevereiro de 2016 (JO L 25 de 2.2.2016, p. 44),
- 32016 R 0305: Regulamento de Execução (UE) 2016/305 da Comissão, de 3 de março de 2016 (JO L 58 de 4.3.2019, p. 35),
- 32016 R 0582: Regulamento (UE) 2016/582 da Comissão, de 15 de abril de 2016 (JO L 99 de 15.4.2016, p. 1),
- 32016 R 0710: Regulamento de Execução (UE) 2016/710 da Comissão, de 12 de maio de 2016 (JO L 125 de 13.5.2016, p. 6),

- 32016 R 1444: Regulamento de Execução (UE) 2016/1444 da Comissão, de 31 de agosto de 2016 (JO L 235 de 1.9.2016, p. 8),
- 32016 R 1834: Regulamento de Execução (UE) 2016/1834 da Comissão, de 17 de outubro de 2016 (JO L 280 de 18.10.2016, p. 22),
- 32016 R 2045: Regulamento de Execução (UE) 2016/2045 da Comissão, de 23 de novembro de 2016 (JO L 318 de 24.11.2016, p. 3),
- 32016 R 2074: Regulamento de Execução (UE) 2016/2074 da Comissão, de 25 de novembro de 2016 (JO L 320 de 26.11.2016, p. 29),
- 32017 R 0201: Regulamento de Execução (UE) 2017/201 da Comissão, de 6 de fevereiro de 2017 (JO L 32 de 7.2.2017, p. 17),
- 32017 R 1558: Regulamento de Execução (UE) 2017/1558 da Comissão, de 14 de setembro de 2017 (JO L 237 de 15.9.2017, p. 67),
- 32017 R 1559: Regulamento de Execução (UE) 2017/1559 da Comissão, de 14 de setembro de 2017 (JO L 237 de 15.9.2017, p. 69),
- 32018 R 0520: Regulamento de Execução (UE) 2018/520 da Comissão, de 28 de março de 2018 (JO L 87 de 3.4.2018, p. 9),
- 32018 R 0523: Regulamento de Execução (UE) 2018/523 da Comissão, de 28 de março de 2018 (JO L 88 de 4.4.2018, p. 1),

- 32018 R 0721: Regulamento de Execução (UE) 2018/721 da Comissão, de 16 de maio de 2018 (JO L 122 de 17.5.2018, p. 5),
- 32018 R 0722: Regulamento de Execução (UE) 2018/722 da Comissão, de 16 de maio de 2018 (JO L 122 de 17.5.2018, p. 8),
- 32018 R 1076: Regulamento de Execução (UE) 2018/1076 da Comissão, de 30 de julho de 2018 (JO L 194 de 31.7.2018, p. 41),
- 22018 R 1967: Regulamento de Execução (UE) 2018/1967 da Comissão, de 12 de dezembro de 2018 (JO L 316 de 13.12.2008, p. 6),
- 32019 R 0238: Regulamento de Execução (UE) 2019/238 da Comissão, de 8 de fevereiro de 2019 (JO L 39 de 11.2.2019, p. 4),
- 32019 R 1881: Regulamento de Execução (UE) 2019/1881 da Comissão, de 8 de novembro de 2019 (JO L 290 de 11.11.2019, p. 8),
- 32019 R 1901: Regulamento (UE) 2019/1901 da Comissão, de 7 de novembro de 2019 (JO L 293 de 14.11.2019, p. 2),
- 32020 R 0042: Regulamento de Execução (UE) 2020/42 da Comissão, de 17 de janeiro de 2020 (JO L 15 de 20.1.2020, p. 2),
- 32020 R 0043: Regulamento de Execução (UE) 2020/43 da Comissão, de 17 de janeiro de 2020 (JO L 15 de 20.1.2020, p. 5),

- 32020 R 1685: Regulamento de Execução (UE) 2020/1685 da Comissão, de 12 de novembro de 2020 (JO L 379 de 13.11.2020, p. 44),
 - 32020 R 1712: Regulamento de Execução (UE) 2020/1712 da Comissão, de 16 de novembro de 2020 (JO L 384 de 17.11.2020, p. 3),
 - 32021 R 0621: Regulamento de Execução (UE) 2021/621 da Comissão, de 15 de abril de 2021 (JO L 131 de 16.4.2021, p. 120),
 - 32022 R 0634: Regulamento de Execução (UE) 2022/634 da Comissão, de 13 de abril de 2022 (JO L 117 de 19.4.2022, p. 25).
8. 32015 R 1375: Regulamento de Execução (UE) 2015/1375 da Comissão, de 10 de agosto de 2015, que estabelece regras específicas para os controlos oficiais de deteção de triquinas na carne (JO L 212 de 11.8.2015, p. 7), com a redação que lhe foi dada por:
- 32020 R 1478: Regulamento de Execução (UE) 2020/1478 da Comissão, de 14 de outubro de 2020 (JO L 338 de 15.10.2020, p. 7),
 - 32021 R 0519: Regulamento de Execução (UE) 2021/519 da Comissão, de 24 de março de 2021 (JO L 104 de 25.3.2021, p. 36),
 - 32022 R 1418: Regulamento de Execução (UE) 2022/1418 da Comissão, de 22 de agosto de 2022 (JO L 218 de 23.8.2022, p. 7).

9. 32017 R 0012: Regulamento de Execução (UE) 2017/12 da Comissão, de 6 de janeiro de 2017, relativo à forma e ao conteúdo dos pedidos de estabelecimento de limites máximos de resíduos em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 470/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 4 de 7.1.2017, p. 1).
10. 32017 R 0880: Regulamento (UE) 2017/880 da Comissão, de 23 de maio de 2017, que estabelece regras sobre a utilização de um limite máximo de resíduos estabelecido para uma substância farmacologicamente ativa num determinado género alimentício para outro género alimentício derivado da mesma espécie e de um limite máximo de resíduos estabelecido para uma substância farmacologicamente ativa numa ou mais espécies para outras espécies, em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 470/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 135 de 24.5.2017, p. 1).
11. 32018 R 0470: Regulamento de Execução (UE) 2018/470 da Comissão, de 21 de março de 2018, que estabelece regras pormenorizadas relativas aos limites máximos de resíduos a ter em conta para efeitos de controlo no caso dos géneros alimentícios derivados de animais tratados na UE nos termos do artigo 11.º da Diretiva 2001/82/CE (JO L 79 de 22.3.2018, p. 16).
12. 32018 R 0700: Regulamento de Execução (UE) 2018/700 da Comissão, de 8 de maio de 2018, que altera as listas dos estabelecimentos de países terceiros a partir dos quais são autorizadas importações de produtos especificados de origem animal, no que se refere a determinados estabelecimentos do Brasil (JO L 118 de 14.5.2018, p. 1).
13. 32018 R 0782: Regulamento (UE) 2018/782 da Comissão, de 29 de maio de 2018, que estabelece os princípios metodológicos para a avaliação dos riscos e para as recomendações de gestão dos riscos referidas no Regulamento (CE) n.º 470/2009 (JO L 132 de 30.5.2018, p. 5).

CAPÍTULO 5

REGRAS APLICÁVEIS AOS SUBPRODUTOS ANIMAIS

1. 32009 R 1069: Regulamento (CE) n.º 1069/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de outubro de 2009, que define regras sanitárias relativas a subprodutos animais e produtos derivados não destinados ao consumo humano e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1774/2002 (JO L 300 de 14.11.2009, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32017 R 0625: Regulamento (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de março de 2017 (JO L 95 de 7.4.2017, p. 1).

2. 32011 R 0142: Regulamento (UE) n.º 142/2011 da Comissão, de 25 de fevereiro de 2011, que aplica o Regulamento (CE) n.º 1069/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho que define regras sanitárias relativas a subprodutos animais e produtos derivados não destinados ao consumo humano e que aplica a Diretiva 97/78/CE do Conselho no que se refere a certas amostras e certos artigos isentos de controlos veterinários nas fronteiras ao abrigo da referida diretiva (JO L 54 de 26.2.2011, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32011 R 0749: Regulamento (UE) n.º 749/2011 da Comissão, de 29 de julho de 2011 (JO L 198 de 30.7.2011, p. 3),
 - 32012 R 1063: Regulamento (UE) n.º 1063/2012 da Comissão, de 13 de novembro de 2012 (JO L 314 de 14.11.2012, p. 5),
 - 32012 R 1097: Regulamento de Execução (UE) n.º 1097/2012 da Comissão, de 23 de novembro de 2012 (JO L 326 de 24.11.2012, p. 3),

- 32013 R 0294: Regulamento (UE) n.º 294/2013 da Comissão, de 14 de março de 2013 (JO L 98 de 6.4.2013, p. 1),
- 32013 R 0555: Regulamento (UE) n.º 555/2013 da Comissão, de 14 de junho de 2013 (JO L 164 de 18.6.2013, p. 11),
- 32013 R 0717: Regulamento (UE) n.º 717/2013 da Comissão, de 25 de julho de 2013 (JO L 201 de 26.7.2013, p. 31),
- 32014 R 0483: Regulamento de Execução (UE) n.º 483/2014 da Comissão, de 8 de maio de 2014 (JO L 138 de 13.5.2014, p. 52),
- 32014 R 0592: Regulamento (UE) n.º 592/2014 da Comissão, de 3 de junho de 2014 (JO L 165 de 4.6.2014, p. 33),
- 32015 R 0009: Regulamento (UE) 2015/9 da Comissão, de 6 de janeiro de 2015 (JO L 3 de 7.1.2015, p. 10),
- 32017 R 0172: Regulamento (UE) 2017/172 da Comissão, de 1 de fevereiro de 2017 (JO L 28 de 2.2.2017, p. 1),
- 32017 R 0786: Regulamento (UE) 2017/786 da Comissão, de 8 de maio de 2017 (JO L 119 de 9.5.2017, p. 1),
- 32017 R 0893: Regulamento (UE) 2017/893 da Comissão, de 24 de maio de 2017 (JO L 138 de 25.5.2017, p. 92),

- 32017 R 1261: Regulamento (UE) 2017/1261 da Comissão, de 12 de julho de 2017 (JO L 182 de 13.7.2017, p. 31),
- 32017 R 1262: Regulamento (UE) 2017/1262 da Comissão, de 12 de julho de 2017 (JO L 182 de 13.7.2017, p. 34),
- 32019 R 1084: Regulamento de Execução (UE) 2019/1084 da Comissão, de 25 de junho de 2019 (JO L 171 de 26.6.2019, p. 100),
- 32019 R 1177: Regulamento de Execução (UE) 2019/1177 da Comissão, de 10 de julho de 2019 (JO L 185 de 11.7.2019, p. 26),
- 32019 R 2122: Regulamento Delegado (UE) 2019/2122 da Comissão, de 10 de outubro de 2019 (JO L 321 de 12.12.2019, p. 45),
- 32019 R 2124: Regulamento Delegado (UE) 2019/2124 da Comissão, de 10 de outubro de 2019 (JO L 321 de 12.12.2019, p. 73),
- 32020 R 0207: Regulamento de Execução (UE) 2020/207 da Comissão, de 14 de fevereiro de 2020 (JO L 43 de 17.2.2020, p. 69),
- 32020 R 0735: Regulamento (UE) 2020/735 da Comissão, de 2 de junho de 2020 (JO L 172 de 3.6.2020, p. 3),
- 32020 R 0757: Regulamento (UE) 2020/757 da Comissão, de 8 de junho de 2020 (JO L 179 de 9.6.2020, p. 5),

- 32020 R 0762: Regulamento (UE) 2020/762 da Comissão, de 9 de junho de 2020 (JO L 182 de 10.6.2020, p. 3),
 - 32020 R 0797: Regulamento (UE) 2020/797 da Comissão, de 17 de junho de 2020 (JO L 194 de 18.6.2020, p. 1),
 - 32020 R 1720: Regulamento (UE) 2020/1720 da Comissão, de 17 de novembro de 2020 (JO L 386 de 18.11.2020, p. 6),
 - 32021 R 0899: Regulamento (UE) 2021/899 da Comissão, de 3 de junho de 2021 (JO L 197 de 4.6.2021, p. 68),
 - 32021 R 1699: Regulamento de Execução (UE) 2021/1699 da Comissão, de 22 de setembro de 2021 (JO L 336 de 23.9.2021, p. 43),
 - 32021 R 1891: Regulamento (UE) 2021/1891 da Comissão, de 26 de outubro de 2021 (JO L 384 de 20.10.2021, p. 84),
 - 32021 R 1925: Regulamento (UE) 2021/1925 da Comissão, de 5 de novembro de 2021 (JO L 393 de 8.11.2021, p. 4),
 - 32022 R 0384: Regulamento (UE) 2022/384 da Comissão, de 4 de março de 2022 (JO L 78 de 8.3.2022, p. 1).
3. 32021 R 1929: Regulamento (UE) 2021/1929 da Comissão, de 8 de novembro de 2021, que altera o Regulamento (UE) n.º 142/2011 no que se refere às condições aplicáveis à exportação de determinados fertilizantes orgânicos e corretivos orgânicos do solo que contenham matérias de categoria 2 (JO L 394 de 9.11.2021, p. 4).

CAPÍTULO 6

FINANCIAMENTO DOS CONTROLOS

1. 32013 D 0653: Decisão de Execução 2013/653/UE da Comissão, de 12 de novembro de 2013, relativa a uma ajuda financeira da União a favor de um plano de controlo coordenado para a vigilância da resistência antimicrobiana em agentes zoonóticos relativamente a 2014 (JO L 303 de 14.11.2013, p. 40).

CAPÍTULO 7

REGRAS ESPECÍFICAS APLICÁVEIS À HIGIENE DOS ALIMENTOS PARA ANIMAIS

1. 32005 R 0183: Regulamento (CE) n.º 183/2005 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de janeiro de 2005, que estabelece requisitos de higiene dos alimentos para animais (JO L 35 de 8.2.2005, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32009 R 0219: Regulamento (CE) n.º 219/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de março de 2009 (JO L 87 de 31.3.2009, p. 109),
 - 32012 R 0225: Regulamento (UE) n.º 225/2012 da Comissão, de 15 de março de 2012 (JO L 77 de 16.3.2012, p. 1),
 - 32015 R 1905: Regulamento (UE) 2015/1905 da Comissão, de 22 de outubro de 2015 (JO L 278 de 23.10.2015, p. 5),
 - 32019 R 0004: Regulamento (UE) 2019/4 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de dezembro de 2018 (JO L 4 de 7.1.2019, p. 1).
2. 32007 R 0141: Regulamento (CE) n.º 141/2007 da Comissão, de 14 de fevereiro de 2007, relativo ao requisito de aprovação aplicável, nos termos do Regulamento (CE) n.º 183/2005 do Parlamento Europeu e do Conselho, aos estabelecimentos do setor dos alimentos para animais que fabricam ou colocam no mercado aditivos da categoria coccidiostáticos e histomonostáticos (JO L 53 de 15.2.2007, p. 9).

PARTE IV

REGRAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR

São Marinho aplica todas as obrigações decorrentes de acordos internacionais celebrados pela UE, na medida em que essas obrigações digam respeito a regras de segurança alimentar necessárias ao bom funcionamento do presente Acordo.

CAPÍTULO 1

ROTULAGEM, APRESENTAÇÃO E PUBLICIDADE DOS GÉNEROS ALIMENTÍCIOS INCLUINDO ALEGAÇÕES NUTRICIONAIS E DE SAÚDE E ROTULAGEM NUTRICIONAL

1. 32006 R 1924: Regulamento (CE) n.º 1924/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de dezembro de 2006, relativo às alegações nutricionais e de saúde sobre os alimentos (JO L 404 de 30.12.2006, p. 9), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32008 R 0107: Regulamento (CE) 107/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de janeiro de 2008 (JO L 39 de 13.2.2008, p. 8),
 - 32008 R 0109: Regulamento (CE) n.º 109/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de janeiro de 2008 (JO L 39 de 13.2.2008, p. 14),
 - 32010 R 0116: Regulamento (UE) n.º 116/2010 da Comissão, de 9 de fevereiro de 2010 (JO L 37 de 10.2.2010, p. 16),

- 32011 R 1169: Regulamento (UE) n.º 1169/2011 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro de 2011 (JO L 304 de 22.11.2011, p. 18).
2. 32011 R 1169: Regulamento (UE) n.º 1169/2011 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro de 2011, relativo à prestação de informação aos consumidores sobre os géneros alimentícios, que altera os Regulamentos (CE) n.º 1924/2006 e (CE) n.º 1925/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho e revoga as Diretivas 87/250/CEE da Comissão, 90/496/CEE do Conselho, 1999/10/CE da Comissão, 2000/13/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, 2002/67/CE e 2008/5/CE da Comissão e o Regulamento (CE) n.º 608/2004 da Comissão (JO L 304 de 21.11.2011, p. 18), com a redação que lhe foi dada por:
- 32013 R 1155: Regulamento Delegado (UE) n.º 1155/2013 da Comissão, de 21 de agosto de 2013 (JO L 306 de 16.11.2013, p. 7),
 - 32013 R 1363: Regulamento Delegado (UE) n.º 1363/2013 da Comissão, de 12 de dezembro de 2013 (JO L 343 de 19.12.2013, p. 26),
 - 32014 R 0078: Regulamento Delegado (UE) n.º 78/2014 da Comissão, de 22 de novembro de 2013 (JO L 27 de 30.1.2014, p. 7),
 - 32015 R 2283: Regulamento (UE) 2015/2283 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2015 (JO L 327 de 11.12.2015, p. 1).
3. 32011 L 0091: Diretiva 2011/91/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro de 2011, relativa às menções ou marcas que permitem identificar o lote ao qual pertence um género alimentício (codificação) (JO L 334 de 16.12.2011, p. 1).

4. 32008 R 0353: Regulamento (CE) n.º 353/2008 da Comissão, de 18 de abril de 2008, que estabelece normas de execução relativas aos pedidos de autorização de alegações de saúde, como previsto no artigo 15.º do Regulamento (CE) n.º 1924/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 109 de 19.8.2008, p. 11), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32009 R 1169: Regulamento (CE) n.º 1169/2009 da Comissão, de 30 de novembro de 2009 (JO L 314 de 1.12.2009, p. 34).

5. 32009 R 0983: Regulamento (CE) n.º 983/2009 da Comissão, de 21 de outubro de 2009, relativo à autorização e à recusa de autorização de determinadas alegações de saúde sobre os alimentos que referem a redução de um risco de doença ou o desenvolvimento e a saúde das crianças (JO L 277 de 22.10.2009, p. 3), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32010 R 0376: Regulamento (UE) n.º 376/2010 da Comissão, de 3 de maio de 2010 (JO L 111 de 4.5.2010, p. 3),
 - 32014 R 0686: Regulamento (UE) n.º 686/2014 da Comissão, de 20 de junho de 2014 (JO L 182 de 21.6.2014, p. 27).

6. 32009 R 0984: Regulamento (CE) n.º 984/2009 da Comissão, de 21 de outubro de 2009, que recusa autorizar determinadas alegações de saúde sobre os alimentos, que não os que refiram a redução de um risco de doença ou o desenvolvimento e a saúde das crianças (JO L 277 de 22.10.2009, p. 13).

7. 32009 R 1024: Regulamento (CE) n.º 1024/2009 da Comissão, de 29 de outubro de 2009, relativo à autorização e à recusa de autorização de determinadas alegações de saúde sobre os alimentos que referem a redução de um risco de doença ou o desenvolvimento e a saúde das crianças (JO L 283 de 30.10.2009, p. 22).

8. 32009 R 1025: Regulamento (CE) n.º 1025/2009 da Comissão, de 29 de outubro de 2009, que recusa autorizar determinadas alegações de saúde sobre os alimentos, que não os que refiram a redução de um risco de doença ou o desenvolvimento e a saúde das crianças (JO L 283 de 30.10.2009, p. 30).
9. 32009 R 1167: Regulamento (CE) n.º 1167/2009 da Comissão, de 30 de novembro de 2009, que recusa autorizar determinadas alegações de saúde sobre os alimentos e que referem a redução de um risco de doença ou o desenvolvimento e a saúde das crianças (JO L 314 de 1.12.2009, p. 29).
10. 32009 R 1168: Regulamento (CE) n.º 1168/2009 da Comissão, de 30 de novembro de 2009, que recusa autorizar uma alegação de saúde sobre os alimentos que não refere a redução de um risco de doença ou o desenvolvimento e a saúde das crianças (JO L 314 de 1.12.2009, p. 32).
11. 32009 D 0980: Decisão 2009/980/CE da Comissão, de 17 de dezembro de 2009, relativa à autorização de uma alegação de saúde sobre os efeitos do concentrado de tomate solúvel em água na agregação plaquetária e à concessão de proteção de dados de propriedade industrial nos termos do Regulamento (CE) n.º 1924/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 336 de 18.12.2009, p. 55), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32010 D 0770: Decisão 2010/770/UE da Comissão, de 13 de dezembro de 2010 (JO L 328 de 14.12.2010, p. 18).
12. 32010 R 0375: Regulamento (UE) n.º 375/2010 da Comissão, de 3 de maio de 2010, que recusa autorizar uma alegação de saúde sobre os alimentos que não refere a redução de um risco de doença ou o desenvolvimento e a saúde das crianças (JO L 111 de 4.5.2010, p. 1).
13. 32010 R 0382: Regulamento (UE) n.º 382/2010 da Comissão, de 5 de maio de 2010, relativo à recusa de autorização de determinadas alegações de saúde sobre os alimentos que não referem a redução de um risco de doença ou o desenvolvimento e a saúde das crianças (JO L 113 de 6.5.2010, p. 1).

14. 32010 R 0383: Regulamento (UE) n.º 383/2010 da Comissão, de 5 de maio de 2010, que recusa autorizar uma alegação de saúde sobre os alimentos que não refere a redução de um risco de doença ou o desenvolvimento e a saúde das crianças (JO L 113 de 6.5.2010, p. 4).
15. 32010 R 0384: Regulamento (UE) n.º 384/2010 da Comissão, de 5 de maio de 2010, relativo à autorização e à recusa de autorização de determinadas alegações de saúde sobre os alimentos que referem a redução de um risco de doença ou o desenvolvimento e a saúde das crianças (JO L 113 de 6.5.2010, p. 6).
16. 32010 R 0957: Regulamento (UE) n.º 957/2010 da Comissão, de 22 de outubro de 2010, relativo à autorização e à recusa de autorização de determinadas alegações de saúde sobre os alimentos que referem a redução de um risco de doença ou o desenvolvimento e a saúde das crianças (JO L 279 de 23.10.2010, p. 13).
17. 32010 R 0958: Regulamento (UE) n.º 958/2010 da Comissão, de 22 de outubro de 2010, que recusa autorizar uma alegação de saúde sobre os alimentos que não refere a redução de um risco de doença ou o desenvolvimento e a saúde das crianças (JO L 279 de 23.10.2010, p. 18).
18. 32010 R 1161: Regulamento (UE) n.º 1161/2010 da Comissão, de 9 de dezembro de 2010, que recusa autorizar uma alegação de saúde sobre os alimentos que não refere a redução de um risco de doença ou o desenvolvimento e a saúde das crianças (JO L 326 de 10.12.2010, p. 59).
19. 32010 R 1162: Regulamento (UE) n.º 1162/2010 da Comissão, de 9 de dezembro de 2010, que recusa autorizar determinadas alegações de saúde sobre os alimentos e que referem a redução de um risco de doença ou o desenvolvimento e a saúde das crianças (JO L 326 de 10.12.2010, p. 61).

20. 32011 R 0432: Regulamento (UE) n.º 432/2011 da Comissão, de 4 de maio de 2011, relativo à recusa de autorização de determinadas alegações de saúde sobre os alimentos que não referem a redução de um risco de doença ou o desenvolvimento e a saúde das crianças (JO L 115 de 5.5.2011, p. 1).
21. 32011 R 0440: Regulamento (UE) n.º 440/2011 da Comissão, de 6 de maio de 2011, relativo à autorização e à recusa de autorização de determinadas alegações de saúde sobre os alimentos, que referem o desenvolvimento e a saúde das crianças (JO L 119 de 7.5.2011, p. 4).
22. 32011 R 0665: Regulamento (UE) n.º 665/2011 da Comissão, de 11 de julho de 2011, relativo à autorização e à recusa de autorização de determinadas alegações de saúde sobre os alimentos, que referem a redução de riscos de doença (JO L 182 de 12.7.2011, p. 5).
23. 32011 R 0666: Regulamento (UE) n.º 666/2011 da Comissão, de 11 de julho de 2011, relativo à recusa de autorização de determinadas alegações de saúde sobre os alimentos que não referem a redução de um risco de doença ou o desenvolvimento e a saúde das crianças (JO L 182 de 12.7.2011, p. 8).
24. 32011 R 1160: Regulamento (UE) n.º 1160/2011 da Comissão, de 14 de novembro de 2011, relativo à autorização e à recusa de autorização de determinadas alegações de saúde sobre os alimentos, que referem a redução de riscos de doença (JO L 296 de 15.11.2011, p. 26).
25. 32011 R 1170: Regulamento (UE) n.º 1170/2011 da Comissão, de 16 de novembro de 2011, que recusa autorizar determinadas alegações de saúde sobre os alimentos e relativas à redução de um risco de doença (JO L 299 de 17.11.2011, p. 1).
26. 32011 R 1171: Regulamento (UE) n.º 1171/2011 da Comissão, de 16 de novembro de 2011, relativo à recusa de autorização de determinadas alegações de saúde sobre os alimentos que não referem a redução de um risco de doença ou o desenvolvimento e a saúde das crianças (JO L 299 de 17.11.2011, p. 4).

27. 32012 R 0379: Regulamento (UE) n.º 379/2012 da Comissão, de 3 de maio de 2012, relativo à recusa de autorização de determinadas alegações de saúde sobre os alimentos que não referem a redução de um risco de doença ou o desenvolvimento e a saúde das crianças (JO L 119 de 4.5.2012, p. 12).
28. 32012 R 0432: Regulamento (UE) n.º 432/2012 da Comissão, de 16 de maio de 2012, que estabelece uma lista de alegações de saúde permitidas relativas a alimentos que não referem a redução de um risco de doença ou o desenvolvimento e a saúde das crianças (JO L 136 de 25.5.2012, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:
- 32013 R 0536: Regulamento (UE) n.º 536/2013 da Comissão, de 11 de junho de 2013 (JO L 160 de 12.6.2013, p. 4),
 - 32013 R 0851: Regulamento (UE) n.º 851/2013 da Comissão, de 3 de setembro de 2013 (JO L 253 de 4.9.2013, p. 3),
 - 32013 R 1018: Regulamento (UE) n.º 1018/2013 da Comissão, de 23 de outubro de 2013 (JO L 282 de 24.10.2013, p. 43),
 - 32014 R 0040: Regulamento (UE) n.º 40/2014 da Comissão, de 17 de janeiro de 2014 (JO L 14 de 18.1.2014, p. 8),
 - 32015 R 0539: Regulamento (UE) 2015/539 da Comissão, de 31 de março de 2015 (JO L 88 de 1.4.2015, p. 7),
 - 32021 R 0686: Regulamento de Execução (UE) 2021/686 da Comissão (JO L 143 de 27.4.2021, p. 8).

29. 32012 R 1047: Regulamento (UE) n.º 1047/2012 da Comissão, de 8 de novembro de 2012, que altera o Regulamento (CE) n.º 1924/2006 no que se refere à lista de alegações nutricionais (JO L 310 de 9.11.2012, p. 36).
30. 32012 R 1048: Regulamento (UE) n.º 1048/2012 da Comissão, de 8 de novembro de 2012, relativo à autorização de uma alegação de saúde sobre os alimentos que refere a redução de um risco de doença (JO L 310 de 9.11.2012, p. 38).
31. 32013 D 0063: Decisão de Execução 2013/63/UE da Comissão, de 24 de janeiro de 2013, que adota orientações para a execução das condições específicas das alegações de saúde previstas no artigo 10.º do Regulamento (CE) n.º 1924/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 22 de 25.1.2013, p. 25).
32. 32013 R 0851: Regulamento (UE) n.º 851/2013 da Comissão, de 3 de setembro de 2013, que autoriza determinadas alegações de saúde relativas a alimentos que não referem a redução de um risco de doença ou o desenvolvimento e a saúde das crianças e que altera o Regulamento (UE) n.º 432/2012 (JO L 235 de 4.9.2013, p. 3).
33. 32013 R 1017: Regulamento (UE) n.º 1017/2013 da Comissão, de 23 de outubro de 2013, relativo à recusa de autorização de determinadas alegações de saúde sobre os alimentos que não referem a redução de um risco de doença ou o desenvolvimento e a saúde das crianças (JO L 282 de 24.10.2013, p. 39).
34. 32013 R 1066: Regulamento (UE) n.º 1066/2013 da Comissão, de 30 de outubro de 2013, relativo à recusa de autorização de determinadas alegações de saúde sobre os alimentos que não referem a redução de um risco de doença ou o desenvolvimento e a saúde das crianças (JO L 289 de 31.10.2013, p. 49).

35. 32014 R 0040: Regulamento (UE) n.º 40/2014 da Comissão, de 17 de janeiro de 2014, que autoriza uma alegação de saúde relativa a alimentos que não referem a redução de um risco de doença ou o desenvolvimento e a saúde das crianças e que altera o Regulamento (UE) n.º 432/2012 (JO L 14 de 18.1.2014, p. 8).
36. 32014 R 0155: Regulamento (UE) n.º 155/2014 da Comissão, de 19 de fevereiro de 2014, relativo à recusa de autorização de determinadas alegações de saúde sobre os alimentos que não referem a redução de um risco de doença ou o desenvolvimento e a saúde das crianças (JO L 50 de 20.2.2014, p. 11).
37. 32014 R 0175: Regulamento (UE) n.º 175/2014 da Comissão, de 25 de fevereiro de 2014, relativo à recusa de autorização de determinadas alegações de saúde sobre os alimentos que não referem a redução de um risco de doença ou o desenvolvimento e a saúde das crianças (JO L 56 de 26.2.2014, p. 7).
38. 32014 R 0828: Regulamento de Execução (UE) n.º 828/2014 da Comissão, de 30 de julho de 2014, relativo aos requisitos de prestação de informações aos consumidores sobre a ausência ou a presença reduzida de glúten nos géneros alimentícios (JO L 228 de 31.7.2014, p. 5).
39. 32014 R 1135: Regulamento (UE) n.º 1135/2014 da Comissão, de 24 de outubro de 2014, relativo à autorização de uma alegação de saúde sobre os alimentos que refere a redução de um risco de doença (JO L 307 de 28.10.2014, p. 23).
40. 32014 R 1154: Regulamento (UE) n.º 1154/2014 da Comissão, de 29 de outubro de 2014, que recusa autorizar determinadas alegações de saúde sobre os alimentos que não referem a redução de um risco de doença ou o desenvolvimento e a saúde das crianças (JO L 309 de 30.10.2014, p. 23).

41. 32014 R 1226: Regulamento (UE) n.º 1226/2014 da Comissão, de 17 de novembro de 2014, relativo à autorização de uma alegação de saúde sobre os alimentos que refere a redução de um risco de doença (JO L 331 de 18.11.2014, p. 3).
42. 32014 R 1228: Regulamento (UE) n.º 1228/2014 da Comissão, de 17 de novembro de 2014, relativo à autorização e à recusa de autorização de determinadas alegações de saúde sobre os alimentos que referem a redução de um risco de doença (JO L 331 de 18.11.2014, p. 8).
43. 32014 R 1229: Regulamento (UE) n.º 1229/2014 da Comissão, de 17 de novembro de 2014, que recusa autorizar determinadas alegações de saúde sobre os alimentos que não referem a redução de um risco de doença ou o desenvolvimento e a saúde das crianças (JO L 331 de 18.11.2014, p. 14).
44. 32015 R 0007: Regulamento (UE) 2015/7 da Comissão, de 6 de janeiro de 2015, que autoriza uma alegação de saúde relativa a alimentos que não refere a redução de um risco de doença ou o desenvolvimento e a saúde das crianças, e que altera o Regulamento (UE) n.º 432/2012 (JO L 3 de 7.1.2015, p. 3).
45. 32015 R 0008: Regulamento (UE) 2015/8 da Comissão, de 6 de janeiro de 2015, que recusa a autorização de determinadas alegações de saúde sobre os alimentos que não referem a redução de um risco de doença ou o desenvolvimento e a saúde das crianças (JO L 3 de 7.1.2015, p. 6).
46. 32015 R 0391: Regulamento (UE) 2015/391 da Comissão, de 9 de março de 2015, que recusa autorizar determinadas alegações de saúde sobre os alimentos que referem o desenvolvimento e a saúde das crianças (JO L 65 de 10.3.2015, p. 15).

47. 32015 R 0402: Regulamento (UE) 2015/402 da Comissão, de 11 de março de 2015, que recusa a autorização de determinadas alegações de saúde sobre os alimentos que não referem a redução de um risco de doença ou o desenvolvimento e a saúde das crianças (JO L 67 de 12.3.2015, p. 1).
48. 32015 R 0539: Regulamento (UE) 2015/539 da Comissão, de 31 de março de 2015, que autoriza uma alegação de saúde relativa a alimentos que não refere a redução de um risco de doença ou o desenvolvimento e a saúde das crianças, e que altera o Regulamento (UE) n.º 432/2012 (JO L 88 de 1.4.2015, p. 7).
49. 32015 R 1041: Regulamento (UE) 2015/1041 da Comissão, de 30 de junho de 2015, que recusa a autorização de determinadas alegações de saúde sobre os alimentos que não referem a redução de um risco de doença ou o desenvolvimento e a saúde das crianças (JO L 167 de 1.7.2015, p. 57).
50. 32015 R 1052: Regulamento (UE) 2015/1052 da Comissão, de 1 de julho de 2015, relativo à recusa de autorizações de determinadas alegações de saúde sobre os alimentos e que referem a redução de um risco de doença (JO L 171 de 2.7.2015, p. 5).
51. 32015 R 1886: Regulamento (UE) 2015/1886 da Comissão, de 20 de outubro de 2015, que recusa autorizar determinadas alegações de saúde sobre os alimentos que referem o desenvolvimento e a saúde das crianças (JO L 276 de 21.10.2015, p. 52).
52. 32015 R 1898: Regulamento (UE) 2015/1898 da Comissão, de 21 de outubro de 2015, relativo à recusa da autorização de uma alegação de saúde sobre os alimentos que não refere a redução de um risco de doença ou o desenvolvimento e a saúde das crianças (JO L 277 de 22.10.2015, p. 13).

53. 32015 R 2314: Regulamento (UE) 2015/2314 da Comissão, de 7 de dezembro de 2015, que autoriza uma alegação de saúde relativa a alimentos que não refere a redução de um risco de doença ou o desenvolvimento e a saúde das crianças, e que altera o Regulamento (UE) n.º 432/2012 (JO L 328 de 12.12.2015, p. 46).
54. 32016 R 0371: Regulamento (UE) 2016/371 da Comissão, de 15 de março de 2016, que recusa a autorização de determinadas alegações de saúde sobre os alimentos que não referem a redução de um risco de doença ou o desenvolvimento e a saúde das crianças (JO L 70 de 16.3.2016, p. 12).
55. 32016 R 0372: Regulamento (UE) 2016/372 da Comissão, de 15 de março de 2016, que recusa autorizar uma alegação de saúde sobre os alimentos que refere a redução de um risco de doença (JO L 70 de 16.3.2016, p. 16).
56. 32016 R 0854: Regulamento de Execução (UE) 2016/854 da Comissão, de 30 de maio de 2016, que autoriza determinadas alegações de saúde relativas a alimentos que não referem a redução de um risco de doença ou o desenvolvimento e a saúde das crianças e que altera o Regulamento (UE) n.º 432/2012 (JO L 142 de 31.5.2016, p. 5).
57. 32016 R 0862: Regulamento de Execução (UE) 2016/862 da Comissão, de 31 de maio de 2016, que recusa autorizar uma alegação de saúde sobre os alimentos que não refere a redução de um risco de doença ou o desenvolvimento e a saúde das crianças (JO L 144 de 1.6.2016, p. 24).
58. 32016 R 1379: Regulamento (UE) 2016/1379 da Comissão, de 16 de agosto de 2016, que recusa a autorização de determinadas alegações de saúde sobre os alimentos que não referem a redução de um risco de doença ou o desenvolvimento e a saúde das crianças (JO L 222 de 17.8.2016, p. 1).

59. 32016 R 1381: Regulamento (UE) 2016/1381 da Comissão, de 16 de agosto de 2016, relativo à recusa da autorização de uma alegação de saúde sobre os alimentos que refere o desenvolvimento e a saúde das crianças (JO L 222 de 17.8.2016, p. 8).
60. 32016 R 1389: Regulamento (UE) 2016/1389 da Comissão, de 17 de agosto de 2016, que autoriza uma alegação de saúde sobre os alimentos que refere o desenvolvimento e a saúde das crianças (JO L 223 de 18.8.2016, p. 55).
61. 32016 R 1390: Regulamento (UE) 2016/1390 da Comissão, de 17 de agosto de 2016, relativo à recusa da autorização de uma alegação de saúde sobre os alimentos que refere o desenvolvimento e a saúde das crianças (JO L 223 de 18.8.2016, p. 58).
62. 32016 R 1411: Regulamento (UE) 2016/1411 da Comissão, de 24 de agosto de 2016, que recusa a autorização de determinadas alegações de saúde sobre os alimentos que não referem a redução de um risco de doença ou o desenvolvimento e a saúde das crianças (JO L 230 de 25.8.2016, p. 1).
63. 32016 R 1412: Regulamento (UE) 2016/1412 da Comissão, de 24 de agosto de 2016, que recusa autorizar uma alegação de saúde sobre os alimentos que refere a redução de um risco de doença (JO L 230 de 25.8.2016, p. 6).
64. 32016 R 1413: Regulamento (UE) 2016/1413 da Comissão, de 24 de agosto de 2016, que altera o Regulamento (UE) n.º 432/2012 que estabelece uma lista de alegações de saúde permitidas relativas a alimentos que não referem a redução de um risco de doença ou o desenvolvimento e a saúde das crianças (JO L 230 de 25.8.2016, p. 8).

65. 32017 R 0236: Regulamento (UE) 2017/236 da Comissão, de 10 de fevereiro de 2017, que recusa autorizar uma alegação de saúde sobre os alimentos que refere a redução de um risco de doença (JO L 36 de 11.2.2017, p. 9).
66. 32017 R 0672: Regulamento de Execução (UE) 2017/672 da Comissão, de 7 de abril de 2017, que autoriza uma alegação de saúde relativa a alimentos que não refere a redução de um risco de doença ou o desenvolvimento e a saúde das crianças, e que altera o Regulamento (UE) n.º 432/2012 (JO L 97 de 8.4.2017, p. 24).
67. 32017 R 0676: Regulamento de Execução (UE) 2017/676 da Comissão, de 10 de abril de 2017, que autoriza uma alegação de saúde relativa a alimentos que não refere a redução de um risco de doença ou o desenvolvimento e a saúde das crianças, e que altera o Regulamento (UE) n.º 432/2012 (JO L 98 de 11.4.2017, p. 1).
68. 32017 R 1200: Regulamento (UE) 2017/1200 da Comissão, de 5 de julho de 2017, que recusa a autorização de determinadas alegações de saúde sobre os alimentos que não referem a redução de um risco de doença ou o desenvolvimento e a saúde das crianças (JO L 173 de 6.7.2017, p. 1).
69. 32017 R 1201: Regulamento (UE) 2017/1201 da Comissão, de 5 de julho de 2017, relativo à recusa da autorização de uma alegação de saúde sobre os alimentos que não refere a redução de um risco de doença ou o desenvolvimento e a saúde das crianças (JO L 173 de 6.7.2017, p. 4).
70. 32017 R 1202: Regulamento (UE) 2017/1202 da Comissão, de 5 de julho de 2017, que recusa a autorização de determinadas alegações de saúde sobre os alimentos que não referem a redução de um risco de doença ou o desenvolvimento e a saúde das crianças (JO L 173 de 6.7.2017, p. 6).

71. 32018 R 0199: Regulamento (UE) 2018/199 da Comissão, de 9 de fevereiro de 2018, relativo à recusa da autorização de uma alegação de saúde sobre os alimentos que não refere a redução de um risco de doença ou o desenvolvimento e a saúde das crianças (JO L 38 de 10.2.2018, p. 9).
72. 32018 R 0775: Regulamento de Execução (UE) 2018/775 da Comissão, de 28 de maio de 2018, que estabelece regras para a aplicação do artigo 26.º, n.º 3, do Regulamento (UE) n.º 1169/2011 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à prestação de informação aos consumidores sobre os géneros alimentícios, no que se refere às regras para a indicação do país de origem ou do local de proveniência do ingrediente primário de um género alimentício (JO L 131 de 29.5.2018, p. 8).
73. 32018 R 1555: Regulamento (UE) 2018/1555 da Comissão, de 17 de outubro de 2018, relativo à recusa de autorizações de determinadas alegações de saúde sobre os alimentos e que referem a redução de um risco de doença (JO L 261 de 18.10.2018, p. 3).
74. 32018 R 1556: Regulamento (UE) 2018/1556 da Comissão, de 17 de outubro de 2018, que recusa a autorização de determinadas alegações de saúde sobre os alimentos que não referem a redução de um risco de doença ou o desenvolvimento e a saúde das crianças (JO L 261 de 18.10.2018, p. 6).
75. 32019 R 0343: Regulamento (UE) 2019/343 da Comissão, de 28 de fevereiro de 2019, que estabelece derrogações ao artigo 1.º, n.º 3, do Regulamento (CE) n.º 1924/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo às alegações nutricionais e de saúde sobre os alimentos, no que diz respeito à utilização de determinados descritores genéricos (JO L 62 de 1.3.2019, p. 1).
76. 32019 R 0651: Regulamento (UE) 2019/651 da Comissão, de 24 de abril de 2019, relativo à recusa da autorização de uma alegação de saúde sobre os alimentos que refere o desenvolvimento e a saúde das crianças (JO L 110 de 25.4.2019, p. 23).

77. 32021 R 0077: Regulamento (UE) 2021/77 da Comissão, de 27 de janeiro de 2021, que recusa autorizar determinadas alegações de saúde sobre os alimentos que não referem a redução de um risco de doença ou o desenvolvimento e a saúde das crianças (JO L 29 de 28.1.2021, p. 1).
78. 32021 R 0686: Regulamento de Execução (UE) 2021/686 da Comissão, de 23 de abril de 2021, que autoriza uma alegação de saúde relativa a alimentos que não refere a redução de um risco de doença ou o desenvolvimento e a saúde das crianças, e que altera o Regulamento (UE) n.º 432/2012 (JO L 143 de 27.4.2021, p. 8).
79. 32022 R 0709: Regulamento (UE) 2022/709 da Comissão, de 6 de maio de 2022, que recusa autorizar uma alegação de saúde sobre os alimentos que refere o desenvolvimento e a saúde das crianças (JO L 133 de 10.5.2022, p. 6).
80. 32022 R 0710: Regulamento (UE) 2022/710 da Comissão, de 6 de maio de 2022, que recusa autorizar uma alegação de saúde sobre os alimentos que refere a redução de um risco de doença (JO L 133 de 10.5.2022, p. 9).
81. 32022 R 0711: Regulamento (UE) 2022/711 da Comissão, de 6 de maio de 2022, que recusa autorizar determinadas alegações de saúde sobre os alimentos que não referem a redução de um risco de doença ou o desenvolvimento e a saúde das crianças (JO L 133 de 10.5.2022, p. 12).
82. 32022 R 0719: Regulamento (UE) 2022/719 da Comissão, de 10 de maio de 2022, que recusa autorizar determinadas alegações de saúde sobre os alimentos que não referem a redução de um risco de doença ou o desenvolvimento e a saúde das crianças (JO L 134 de 11.5.2022, p. 1).
83. 32022 R 0727: Regulamento (UE) 2022/727 da Comissão, de 11 de maio de 2022, que recusa autorizar uma alegação de saúde sobre os alimentos que refere a redução de um risco de doença (JO L 135 de 12.5.2022, p. 1).

84. 32023 R 0648: Regulamento (UE) 2023/648 da Comissão, de 20 de março de 2023, que autoriza uma alegação de saúde relativa a alimentos que refere a redução de um risco de doença (JO L 81 de 21.3.2023, p. 8).
85. 32023 R 1141: Regulamento (UE) 2023/1141 da Comissão, de 1 de junho de 2023, que recusa autorizar determinadas alegações de saúde sobre os alimentos que não referem a redução de um risco de doença ou o desenvolvimento e a saúde das crianças (JO L 151 de 12.6.2023, p. 1).
86. 32023 R 1101: Regulamento (UE) 2023/1101 da Comissão, de 6 de junho de 2023, que recusa autorizar uma alegação de saúde sobre os alimentos que refere o desenvolvimento e a saúde das crianças (JO L 147 de 7.6.2023, p. 2).
87. 32013 R 1337: Regulamento de Execução (UE) n.º 1337/2013 da Comissão, de 13 de dezembro de 2013, que estabelece as regras de execução do Regulamento (UE) n.º 1169/2011 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito à indicação do país de origem ou do local de proveniência da carne fresca, refrigerada e congelada de suíno, de ovino, de caprino e de aves de capoeira (JO L 335 de 14.12.2013, p. 19).

CAPÍTULO 2

ADITIVOS AUTORIZADOS E CRITÉRIOS DE PUREZA

1. 32008 R 1331: Regulamento (CE) n.º 1331/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro de 2008, que estabelece um procedimento de autorização comum aplicável a aditivos alimentares, enzimas alimentares e aromas alimentares (JO L 354 de 31.12.2008, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32019 R 1381: Regulamento (UE) 2019/1381 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de junho de 2019 (JO L 231 de 6.9.2019, p. 1).

2. 32008 R 1333: Regulamento (CE) n.º 1333/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro de 2008, relativo aos aditivos alimentares (JO L 354 de 31.12.2008, p. 16), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32010 R 0238: Regulamento (UE) n.º 238/2010 da Comissão, de 22 de março de 2010 (JO L 75 de 23.3.2010, p. 17),
 - 32011 R 1129: Regulamento (UE) n.º 1129/2011 da Comissão, de 11 de novembro de 2011 (JO L 295 de 12.11.2011, p. 1),
 - 32011 R 1130: Regulamento (UE) n.º 1130/2011 da Comissão, de 11 de novembro de 2011 (JO L 295 de 12.11.2011, p. 178),
 - 32011 R 1131: Regulamento (UE) n.º 1131/2011 da Comissão, de 11 de novembro de 2011 (JO L 295 de 12.11.2011, p. 205),

- 32012 R 0232: Regulamento (UE) n.º 232/2012 da Comissão, de 16 de março de 2012 (JO L 78 de 17.3.2012, p. 1),
- 32012 R 0380: Regulamento (UE) n.º 380/2012 da Comissão, de 3 de maio de 2012 (JO L 119 de 4.5.2012, p. 14),
- 32012 R 0470: Regulamento (UE) n.º 470/2012 da Comissão, de 4 de junho de 2012 (JO L 144 de 5.6.2012, p. 16),
- 32012 R 0471: Regulamento (UE) n.º 471/2012 da Comissão, de 4 de junho de 2012 (JO L 144 de 5.6.2012, p. 19),
- 32012 R 0472: Regulamento (UE) n.º 472/2012 da Comissão, de 4 de junho de 2012 (JO L 144 de 5.6.2012, p. 22),
- 32012 R 0570: Regulamento (UE) n.º 570/2012 da Comissão, de 28 de junho de 2012 (JO L 169 de 29.6.2012, p. 43),
- 32012 R 0583: Regulamento (UE) n.º 583/2012 da Comissão, de 2 de julho de 2012 (JO L 173 de 3.7.2012, p. 8),
- 32012 R 0675: Regulamento (UE) n.º 675/2012 da Comissão, de 23 de julho de 2012 (JO L 196 de 24.7.2012, p. 52),
- 32012 R 1049: Regulamento (UE) n.º 1049/2012 da Comissão, de 8 de novembro de 2012 (JO L 310 de 9.11.2012, p. 41),

- 32012 R 1057: Regulamento (UE) n.º 1057/2012 da Comissão, de 12 de novembro de 2012 (JO L 313 de 13.11.2012, p. 11),
- 32012 R 1147: Regulamento (UE) n.º 1147/2012 da Comissão, de 4 de dezembro de 2012 (JO L 333 de 5.12.2012, p. 34),
- 32012 R 1148: Regulamento (UE) n.º 1148/2012 da Comissão, de 4 de dezembro de 2012 (JO L 333 de 5.12.2012, p. 37),
- 32012 R 1149: Regulamento (UE) n.º 1149/2012 da Comissão, de 4 de dezembro de 2012 (JO L 333 de 5.12.2012, p. 40),
- 32012 R 1166: Regulamento (UE) n.º 1166/2012 da Comissão, de 7 de dezembro de 2012 (JO L 336 de 8.12.2012, p. 75),
- 32013 R 0025: Regulamento (UE) n.º 25/2013 da Comissão, de 16 de janeiro de 2013 (JO L 13 de 17.1.2013, p. 1),
- 32013 R 0244: Regulamento (UE) n.º 244/2013 da Comissão, de 19 de março de 2013 (JO L 77 de 20.3.2013, p. 3),
- 32013 R 0256: Regulamento (UE) n.º 256/2013 da Comissão, de 20 de março de 2013 (JO L 79 de 21.3.2013, p. 24),
- 32013 R 0438: Regulamento (UE) n.º 438/2013 da Comissão, de 13 de maio de 2013 (JO L 129 de 14.5.2013, p. 28),

- 32013 R 0509: Regulamento (UE) n.º 509/2013 da Comissão, de 3 de junho de 2013 (JO L 150 de 4.6.2013, p. 13),
- 32013 R 0510: Regulamento (UE) n.º 510/2013 da Comissão, de 3 de junho de 2013 (JO L 150 de 4.6.2013, p. 17),
- 32013 R 0723: Regulamento (UE) n.º 723/2013 da Comissão, de 26 de julho de 2013 (JO L 202 de 27.7.2013, p. 8),
- 32013 R 0738: Regulamento (UE) n.º 738/2013 da Comissão, de 30 de julho de 2013 (JO L 204 de 31.7.2013, p. 32),
- 32013 R 0739: Regulamento (UE) n.º 739/2013 da Comissão, de 30 de julho de 2013 (JO L 204 de 31.7.2013, p. 35),
- 32013 R 0816: Regulamento (UE) n.º 816/2013 da Comissão, de 28 de agosto de 2013 (JO L 230 de 29.8.2013, p. 1),
- 32013 R 0817: Regulamento (UE) n.º 817/2013 da Comissão, de 28 de agosto de 2013 (JO L 230 de 29.8.2013, p. 7),
- 32013 R 0818: Regulamento (UE) n.º 818/2013 da Comissão, de 28 de agosto de 2013 (JO L 230 de 29.8.2013, p. 12),
- 32013 R 0913: Regulamento (UE) n.º 913/2013 da Comissão, de 23 de setembro de 2013 (JO L 252 de 24.9.2013, p. 11),

- 32013 R 1068: Regulamento (UE) n.º 1068/2013 da Comissão, de 30 de outubro de 2013 (JO L 289 de 31.10.2013, p. 58),
- 32013 R 1069: Regulamento (UE) n.º 1069/2013 da Comissão, de 30 de outubro de 2013 (JO L 289 de 31.10.2013, p. 61),
- 32013 R 1274: Regulamento (UE) n.º 1274/2013 da Comissão, de 6 de dezembro de 2013 (JO L 328 de 7.12.2013, p. 79),
- 32014 R 0059: Regulamento (UE) n.º 59/2014 da Comissão, de 23 de janeiro de 2014 (JO L 21 de 24.1.2014, p. 9),
- 32014 R 0264: Regulamento (UE) n.º 264/2014 da Comissão, de 14 de março de 2014 (JO L 76 de 15.3.2014, p. 22),
- 32014 R 0298: Regulamento (UE) n.º 298/2014 da Comissão, de 21 de março de 2014 (JO L 89 de 25.3.2014, p. 36),
- 32014 R 0497: Regulamento (UE) n.º 497/2014 da Comissão, de 14 de maio de 2014 (JO L 143 de 15.5.2014, p. 6),
- 32014 R 0505: Regulamento (UE) n.º 505/2014 da Comissão, de 15 de maio de 2014 (JO L 145 de 16.5.2014, p. 32),
- 32014 R 0506: Regulamento (UE) n.º 506/2014 da Comissão, de 15 de maio de 2014 (JO L 145 de 16.5.2014, p. 35),

- 32014 R 0601: Regulamento (UE) n.º 601/2014 da Comissão, de 4 de junho de 2014 (JO L 166 de 5.6.2014, p. 11),
- 32014 R 0685: Regulamento (UE) n.º 685/2014 da Comissão, de 20 de junho de 2014 (JO L 182 de 21.6.2014, p. 23),
- 32014 R 0923: Regulamento (UE) n.º 923/2014 da Comissão, de 25 de agosto de 2014 (JO L 252 de 26.8.2014, p. 11),
- 32014 R 0957: Regulamento (UE) n.º 957/2014 da Comissão, de 10 de setembro de 2014 (JO L 270 de 11.9.2014, p. 1),
- 32014 R 0969: Regulamento (UE) n.º 969/2014 da Comissão, de 12 de setembro de 2014 (JO L 272 de 13.9.2014, p. 8),
- 32014 R 1084: Regulamento (UE) n.º 1084/2014 da Comissão, de 15 de outubro de 2014 (JO L 298 de 16.10.2014, p. 8),
- 32015 R 0537: Regulamento (UE) 2015/537 da Comissão, de 31 de março de 2015 (JO L 88 de 1.4.2015, p. 1),
- 32015 R 0538: Regulamento (UE) 2015/538 da Comissão, de 31 de março de 2015 (JO L 88 de 1.4.2015, p. 4),
- 32015 R 0639: Regulamento (UE) 2015/639 da Comissão, de 23 de abril de 2015 (JO L 106 de 24.4.2015, p. 16),

- 32015 R 0647: Regulamento (UE) 2015/647 da Comissão, de 24 de abril de 2015 (JO L 107 de 25.4.2015, p. 1),
- 32015 R 0649: Regulamento (UE) 2015/649 da Comissão, de 24 de abril de 2015 (JO L 107 de 25.4.2015, p. 17),
- 32015 R 1362: Regulamento (UE) 2015/1362 da Comissão, de 6 de agosto de 2015 (JO L 210 de 7.8.2015, p. 22),
- 32015 R 1378: Regulamento (UE) 2015/1378 da Comissão, de 11 de agosto de 2015 (JO L 213 de 12.8.2015, p. 1),
- 32015 R 1739: Regulamento (UE) 2015/1739 da Comissão, de 28 de setembro de 2015 (JO L 253 de 30.9.2015, p. 3),
- 32015 R 1832: Regulamento (UE) 2015/1832 da Comissão, de 12 de outubro de 2015 (JO L 266 de 13.10.2015, p. 27),
- 32016 R 0056: Regulamento (UE) 2016/56 da Comissão, de 19 de janeiro de 2016 (JO L 13 de 20.1.2016, p. 46),
- 32016 R 0263: Regulamento (UE) 2016/263 da Comissão, de 25 de fevereiro de 2016 (JO L 50 de 26.2.2016, p. 25),
- 32016 R 0324: Regulamento (UE) 2016/324 da Comissão, de 7 de março de 2016 (JO L 16 de 8.3.2016, p. 1),

- 32016 R 0441: Regulamento (UE) 2016/441 da Comissão, de 23 de março de 2016 (JO L 78 de 24.3.2016, p. 47),
- 32016 R 0479: Regulamento (UE) 2016/479 da Comissão, de 1 de abril de 2016 (JO L 87 de 2.4.2016, p. 1),
- 32016 R 0683: Regulamento (UE) 2016/683 da Comissão, de 2 de maio de 2016 (JO L 117 de 3.5.2016, p. 28),
- 32016 R 0691: Regulamento (UE) 2016/691 da Comissão, de 4 de maio de 2016 (JO L 120 de 5.5.2016, p. 4),
- 32016 R 1776: Regulamento (UE) 2016/1776 da Comissão, de 6 de outubro de 2016 (JO L 272 de 7.10.2016, p. 2),
- 32017 R 0335: Regulamento (UE) 2017/335 da Comissão, de 27 de fevereiro de 2017 (JO L 50 de 28.2.2017, p. 15),
- 32017 R 0839: Regulamento (UE) 2017/839 da Comissão, de 17 de maio de 2017 (JO L 125 de 18.5.2017, p. 7),
- 32017 R 0871: Regulamento (UE) 2017/871 da Comissão, de 22 de maio de 2017 (JO L 134 de 23.5.2017, p. 3),
- 32017 R 0874: Regulamento (UE) 2017/874 da Comissão, de 22 de maio de 2017 (JO L 134 de 23.5.2017, p. 18),

- 32017 R 1270: Regulamento (UE) 2017/1270 da Comissão, de 14 de julho de 2017 (JO L 184 de 15.7.2017, p. 1),
- 32017 R 1271: Regulamento (UE) 2017/1271 da Comissão, de 14 de julho de 2017 (JO L 184 de 15.7.2017, p. 3),
- 32017 R 1399: Regulamento (UE) 2017/1399 da Comissão, de 28 de julho de 2017 (JO L 199 de 29.7.2017, p. 8),
- 32018 R 0074: Regulamento (UE) 2018/74 da Comissão, de 17 de janeiro de 2018 (JO L 13 de 18.1.2018, p. 21),
- 32018 R 0097: Regulamento (UE) 2018/97 da Comissão, de 22 de janeiro de 2018 (JO L 17 de 23.1.2018, p. 11),
- 32018 R 0098: Regulamento (UE) 2018/98 da Comissão, de 22 de janeiro de 2018 (JO L 17 de 23.1.2018, p. 14),
- 32018 R 0682: Regulamento (UE) 2018/682 da Comissão, de 4 de maio de 2018 (JO L 116 de 7.5.2018, p. 5),
- 32018 R 1461: Regulamento (UE) 2018/1461 da Comissão, de 28 de setembro de 2018 (JO L 245 de 1.10.2018, p. 1),
- 32018 R 1472: Regulamento (UE) 2018/1472 da Comissão, de 28 de setembro de 2018 (JO L 247 de 3.10.2018, p. 1),

- 32018 R 1481: Regulamento (UE) 2018/1481 da Comissão, de 4 de outubro de 2018 (JO L 251 de 5.10.2018, p. 13),
- 32018 R 1497: Regulamento (UE) 2018/1497 da Comissão, de 8 de outubro de 2018 (JO L 253 de 9.10.2018, p. 36),
- 32019 R 0800: Regulamento (UE) 2019/800 da Comissão, de 17 de maio de 2019 (JO L 132 de 20.5.2019, p. 15),
- 32019 R 0801: Regulamento (UE) 2019/801 da Comissão, de 17 de maio de 2019 (JO L 32 de 20.5.2019, p. 18),
- 32019 R 0891: Regulamento (UE) 2019/891 da Comissão, de 28 de maio de 2019 (JO L 142 de 29.5.2019, p. 54),
- 32020 R 0268: Regulamento (UE) 2020/268 da Comissão, de 26 de fevereiro de 2020 (JO L 56 de 27.2.2020, p. 4),
- 32020 R 0279: Regulamento (UE) 2020/279 da Comissão, de 27 de fevereiro de 2020 (JO L 59 de 28.2.2020, p. 6),
- 32020 R 0351: Regulamento (UE) 2020/351 da Comissão, de 28 de fevereiro de 2020 (JO L 65 de 4.3.2020, p. 1),
- 32020 R 0355: Regulamento (UE) 2020/355 da Comissão, de 26 de fevereiro de 2020 (JO L 67 de 5.3.2020, p. 28),

- 32020 R 0356: Regulamento (UE) 2020/356 da Comissão, de 4 de março de 2020 (JO L 67 de 5.3.2020, p. 31),
- 32020 R 0771: Regulamento (UE) 2020/771 da Comissão, de 11 de junho de 2020 (JO L 184 de 12.6.2020, p. 25),
- 32020 R 1419: Regulamento (UE) 2020/1419 da Comissão, de 7 de outubro de 2020 (JO L 326 de 8.10.2020, p. 11),
- 32020 R 1819: Regulamento (UE) 2020/1819 da Comissão, de 2 de dezembro de 2020 (JO L 406 de 3.12.2020, p. 26),
- 32021 R 1156: Regulamento (UE) 2021/1156 da Comissão, de 13 de julho de 2021 (JO L 249 de 14.7.2021, p. 87),
- 32021 R 1175: Regulamento (UE) 2021/1175 da Comissão, de 16 de julho de 2021 (JO L 256 de 19.7.2021, p. 53),
- 32022 R 0063: Regulamento (UE) 2022/63 da Comissão, de 14 de janeiro de 2022 (JO L 11 de 18.1.2022, p. 1),
- 32022 R 0141: Regulamento (UE) 2022/141 da Comissão, de 21 de janeiro de 2022 (JO L 23 de 2.2.2022, p. 22),
- 32022 R 0966: Regulamento de Execução (UE) 2022/966 da Comissão, de 21 de junho de 2022 (JO L 166 de 22.6.2022, p. 125),

- 32022 R 1037: Regulamento (UE) 2022/1037 da Comissão, de 29 de junho de 2022 (JO L 173 de 30.6.2022, p. 52),
 - 32022 R 1038: Regulamento (UE) 2022/1038 da Comissão, de 29 de junho de 2022 (JO L 173 de 30.6.2022, p. 56),
 - 32022 R 1923: Regulamento (UE) 2022/1923 da Comissão, de 10 de outubro de 2022 (JO L 264 de 11.10.2022, p. 8).
3. 32010 0257: Regulamento (UE) n.º 257/2010 da Comissão, de 25 de março de 2010, que estabelece um programa de reavaliação de aditivos alimentares aprovados em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 1333/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo aos aditivos alimentares (JO L 80 de 26.3.2010, p. 19), com a redação que lhe foi dada por:
- 32021 R 0148: Regulamento de Execução (UE) 2021/148 da Comissão, de 8 de fevereiro de 2021 (JO L 44 de 9.2.2021, p. 3).
4. 32011 R 0234: Regulamento (UE) n.º 234/2011 da Comissão, de 10 de março de 2011, que executa o Regulamento (CE) n.º 1331/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece um procedimento de autorização comum aplicável a aditivos alimentares, enzimas alimentares e aromas alimentares (JO L 64 de 11.3.2011, p. 15), com a redação que lhe foi dada por:
- 32012 R 0562: Regulamento de Execução (UE) n.º 562/2012 da Comissão, de 27 de junho de 2012 (JO L 168 de 28.6.2012, p. 21),
 - 32020 R 1823: Regulamento de Execução (UE) 2020/1823 da Comissão, de 2 de dezembro de 2020 (JO L 406 de 3.12.2020, p. 43).

5. 32012 R 0231: Regulamento (UE) n.º 231/2012 da Comissão, de 9 de março de 2012, que estabelece especificações para os aditivos alimentares enumerados nos anexos II e III do Regulamento (CE) n.º 1333/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 83 de 22.3.2012, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:
- 32012 R 1050: Regulamento (UE) n.º 1050/2012 da Comissão, de 8 de novembro de 2012 (JO L 310 de 9.11.2012, p. 45),
 - 32013 R 0497: Regulamento (UE) n.º 497/2013 da Comissão, de 29 de maio de 2013 (JO L 143 de 30.5.2013, p. 20),
 - 32013 R 0724: Regulamento (UE) n.º 724/2013 da Comissão, de 26 de julho de 2013 (JO L 202 de 27.7.2013, p. 11),
 - 32013 R 0738: Regulamento (UE) n.º 738/2013 da Comissão, de 30 de julho de 2013 (JO L 204 de 31.7.2013, p. 35),
 - 32013 R 0816: Regulamento (UE) n.º 816/2013 da Comissão, de 28 de agosto de 2013 (JO L 230 de 29.8.2013, p. 1),
 - 32013 R 0817: Regulamento (UE) n.º 817/2013 da Comissão, de 28 de agosto de 2013 (JO L 230 de 29.8.2013, p. 7),
 - 32014 R 0298: Regulamento (UE) n.º 298/2014 da Comissão, de 21 de março de 2014 (JO L 89 de 25.3.2014, p. 36),

- 32014 R 0497: Regulamento (UE) n.º 497/2014 da Comissão, de 14 de maio de 2014 (JO L 143 de 15.2.2014, p. 6),
- 32014 R 0506: Regulamento (UE) n.º 506/2014 da Comissão, de 15 de maio de 2014 (JO L 145 de 16.5.2014, p. 35),
- 32014 R 0685: Regulamento (UE) n.º 685/2014 da Comissão, de 20 de junho de 2014 (JO L 182 de 21.6.2014, p. 23),
- 32014 R 0923: Regulamento (UE) n.º 923/2014 da Comissão, de 25 de agosto de 2014 (JO L 252 de 26.8.2014, p. 11)
- 32014 R 0957: Regulamento (UE) n.º 957/2014 da Comissão, de 10 de setembro de 2014 (JO L 270 de 11.9.2014, p. 1),
- 32014 R 0966: Regulamento (UE) n.º 966/2014 da Comissão, de 12 de setembro de 2014 (JO L 272 de 13.9.2014, p. 1),
- 32015 R 0463: Regulamento (UE) 2015/463 da Comissão, de 19 de março de 2015 (JO L 76 de 20.3.2015, p. 42),
- 32015 R 0649: Regulamento (UE) 2015/649 da Comissão, de 24 de abril de 2015 (JO L 107 de 25.4.2015, p. 17),
- 32015 R 1725: Regulamento (UE) 2015/1725 da Comissão, de 28 de setembro de 2015 (JO L 252 de 29.9.2015, p. 12),

- 32016 R 1814: Regulamento (UE) 2016/1814 da Comissão, de 13 de outubro de 2016 (JO L 278 de 14.10.2016, p. 37),
- 32017 R 0324: Regulamento (UE) 2017/324 da Comissão, de 24 de fevereiro de 2017 (JO L 49 de 25.2.2017, p. 4),
- 32018 R 0075: Regulamento (UE) 2018/75 da Comissão, de 17 de janeiro de 2018 (JO L 13 de 18.1.2018, p. 24),
- 32018 R 0681: Regulamento (UE) 2018/681 da Comissão, de 4 de maio de 2018 (JO L 116 de 7.5.2018, p. 1),
- 32018 R 1461: Regulamento (UE) 2018/1461 da Comissão, de 28 de setembro de 2018 (JO L 245 de 1.10.2018, p. 1),
- 32018 R 1462: Regulamento (UE) 2018/1462 da Comissão, de 28 de setembro de 2018 (JO L 245 de 1.10.2018, p. 6),
- 32018 R 1472: Regulamento (UE) 2018/1472 da Comissão, de 28 de setembro de 2018 (JO L 247 de 3.10.2018, p. 1),
- 32018 R 1481: Regulamento (UE) 2018/1481 da Comissão, de 4 de outubro de 2018 (JO L 251 de 5.10.2018, p. 13),
- 32020 R 0763: Regulamento (UE) 2020/763 da Comissão, de 9 de junho de 2020 (JO L 182 de 10.6.2020, p. 8),

- 32020 R 0771: Regulamento (UE) 2020/771 da Comissão, de 11 de junho de 2020 (JO L 184 de 12.6.2020, p. 25),
 - 32021 R 1156: Regulamento (UE) 2021/1156 da Comissão, de 13 de julho de 2021 (JO L 249 de 14.7.2021, p. 87),
 - 32022 R 0650: Regulamento (UE) 2022/650 da Comissão, de 20 de abril de 2022 (JO L 119 de 21.4.2022, p. 65),
 - 32022 R 0966: Regulamento de Execução (UE) 2022/966 da Comissão, de 21 de junho de 2022 (JO L 166 de 22.6.2022, p. 125),
 - 32022 R 1396: Regulamento (UE) 2022/1396 da Comissão, de 11 de agosto de 2022 (JO L 211 de 12.8.2022, p. 182),
 - 32022 R 1922: Regulamento (UE) 2022/1922 da Comissão, de 10 de outubro de 2022 (JO L 264 de 11.10.2022, p. 1).
6. 32021 D 0741: Decisão (UE) 2021/741 da Comissão, de 5 de maio de 2021, relativa às disposições nacionais notificadas pela Dinamarca respeitantes à adição de nitritos a determinados produtos à base de carne (JO L 159 de 6.5.2021, p. 13).

CAPÍTULO 3

ENZIMAS ALIMENTARES

1. 32008 R 1331: Regulamento (CE) n.º 1331/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro de 2008, que estabelece um procedimento de autorização comum aplicável a aditivos alimentares, enzimas alimentares e aromas alimentares (JO L 354 de 31.12.2008, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32019 R 1381: Regulamento (UE) 2019/1381 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de junho de 2019 (JO L 231 de 6.9.2019, p. 1).

2. 32008 R 1332: Regulamento (CE) n.º 1332/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro de 2008, relativo às enzimas alimentares e que altera a Diretiva 83/417/CEE do Conselho, o Regulamento (CE) n.º 1493/1999 do Conselho, a Diretiva 2000/13/CE, a Diretiva 2001/112/CE do Conselho e o Regulamento (CE) n.º 258/97 (JO L 354 de 31.12.2008, p. 7), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32012 R 1056: Regulamento (UE) n.º 1056/2012 da Comissão, de 12 de novembro de 2012 (JO L 313 de 13.11.2012, p. 9).

3. 32015 L 2203: Diretiva (UE) 2015/2203 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2015, relativa à aproximação das legislações dos Estados-Membros respeitantes a caseínas e caseínatos destinados à alimentação humana e que revoga a Diretiva 83/417/CEE do Conselho (JO L 314 de 1.12.2015, p. 1).

CAPÍTULO 4

SOLVENTES DE EXTRAÇÃO

1. 32009 L 0032: Diretiva 2009/32/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de abril de 2009, relativa à aproximação das legislações dos Estados-Membros sobre os solventes de extração utilizados no fabrico de géneros alimentícios e dos respetivos ingredientes (JO L 141 de 6.6.2009, p. 3), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32010 L 0059: Diretiva 2010/59/UE da Comissão, de 26 de agosto de 2010 (JO L 225 de 27.8.2010, p. 10),
 - 32016 L 1855: Diretiva (UE) 2016/1855 da Comissão, de 19 de outubro de 2016 (JO L 284 de 20.10.2016, p. 19).

CAPÍTULO 5

AROMAS

1. 32003 R 2065: Regulamento (CE) n.º 2065/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 10 de novembro de 2003, que estabelece um procedimento comunitário aplicável no domínio das substâncias aromatizantes utilizadas ou que se destinem a serem utilizadas nos géneros alimentícios (JO L 309 de 26.11.2003, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32009 R 0596: Regulamento (CE) n.º 596/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de junho de 2009 (JO L 188 de 18.7.2009, p. 14),
 - 32019 R 1381: Regulamento (UE) 2019/1381 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de junho de 2019 (JO L 231 de 6.9.2019, p. 1).

2. 32008 R 1331: Regulamento (CE) n.º 1331/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro de 2008, que estabelece um procedimento de autorização comum aplicável a aditivos alimentares, enzimas alimentares e aromas alimentares (JO L 354 de 31.12.2008, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32019 R 1381: Regulamento (UE) 2019/1381 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de junho de 2019 (JO L 231 de 6.9.2019, p. 1).

3. 32008 R 1334: Regulamento (CE) n.º 1334/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro de 2008, relativo aos aromas e a determinados ingredientes alimentares com propriedades aromatizantes utilizados nos e sobre os géneros alimentícios e que altera o Regulamento (CEE) n.º 1601/91 do Conselho, os Regulamentos (CE) n.º 2232/96 e (CE) n.º 110/2008 e a Diretiva 2000/13/CE (JO L 354 de 31.12.2008, p. 34), com a redação que lhe foi dada por:
- 32013 R 0545: Regulamento (UE) n.º 545/2013 da Comissão, de 14 de junho de 2013 (JO L 163 de 15.6.2013, p. 15),
 - 32013 R 0985: Regulamento (UE) n.º 985/2013 da Comissão, de 14 de outubro de 2013 (JO L 273 de 15.10.2013, p. 18),
 - 32014 R 0246: Regulamento (UE) n.º 246/2014 da Comissão, de 13 de março de 2014 (JO L 74 de 14.3.2014, p. 58),
 - 32014 R 1098: Regulamento (UE) n.º 1098/2014 da Comissão, de 17 de outubro de 2014 (JO L 300 de 18.10.2014, p. 41),
 - 32015 R 0648: Regulamento (UE) 2015/648 da Comissão, de 24 de abril de 2015 (JO L 107 de 25.4.2015, p. 15),
 - 32015 R 1102: Regulamento (UE) 2015/1102 da Comissão, de 8 de julho de 2015 (JO L 181 de 9.7.2015, p. 54),
 - 32015 R 1760: Regulamento (UE) 2015/1760 da Comissão, de 1 de outubro de 2015 (JO L 257 de 2.10.2015, p. 27),

- 32016 R 0054: Regulamento (UE) 2016/54 da Comissão, de 19 de janeiro de 2016 (JO L 13 de 20.1.2016, p. 40),
- 32016 R 0055: Regulamento (UE) 2016/55 da Comissão, de 19 de janeiro de 2016 (JO L 13 de 20.1.2016, p. 43),
- 32016 R 0178: Regulamento (UE) 2016/178 da Comissão, de 10 de fevereiro de 2016 (JO L 35 de 11.2.2016, p. 6),
- 32016 R 0637: Regulamento (UE) 2016/637 da Comissão, de 22 de abril de 2016 (JO L 108 de 23.4.2016, p. 24),
- 32016 R 0692: Regulamento (UE) 2016/692 da Comissão, de 4 de maio de 2016 (JO L 120 de 5.5.2016, p. 7),
- 32016 R 1244: Regulamento (UE) 2016/1244 da Comissão, de 28 de julho de 2016 (JO L 204 de 29.7.2016, p. 7),
- 32017 R 0378: Regulamento (UE) 2017/378 da Comissão, de 3 de março de 2017 (JO L 58 de 4.3.2017, p. 14),
- 32017 R 1250: Regulamento (UE) 2017/1250 da Comissão, de 11 de julho de 2017 (JO L 179 de 12.7.2017, p. 3),
- 32018 R 1246: Regulamento (UE) 2018/1246 da Comissão, de 18 de setembro de 2018 (JO L 235 de 19.8.2018, p. 3),

- 32018 R 1482: Regulamento (UE) 2018/1482 da Comissão, de 4 de outubro de 2018 (JO L 251 de 5.10.2018, p. 19),
 - 32018 R 1649: Regulamento (UE) 2018/1649 da Comissão, de 5 de novembro de 2018 (JO L 275 de 6.11.2018, p. 7),
 - 32019 R 0036: Regulamento (UE) 2019/36 da Comissão, de 10 de janeiro de 2019 (JO L 9 de 11.1.2019, p. 85),
 - 32019 R 0799: Regulamento (UE) 2019/799 da Comissão, de 17 de maio de 2019 (JO L 132 de 20.5.2019, p. 12),
 - 32020 R 1681: Regulamento (UE) 2020/1681 da Comissão, de 12 de novembro de 2020 (JO L 379 de 13.11.2020, p. 27),
 - 32021 R 1532: Regulamento (UE) 2021/1532 da Comissão, de 17 de setembro de 2021 (JO L 330 de 20.9.2021, p. 69),
 - 32022 H 1431: Recomendação (UE) 2022/1431 da Comissão, de 24 de agosto de 2022 (JO L 221 de 26.8.2022, p. 105),
 - 32022 R 1466: Regulamento (UE) 2022/1466 da Comissão, de 5 de setembro de 2022 (JO L 231 de 6.9.2022, p. 32).
4. 32006 R 0627: Regulamento (CE) n.º 627/2006 da Comissão, de 21 de abril de 2006, que dá execução ao Regulamento (CE) n.º 2065/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito aos critérios de qualidade aplicáveis aos métodos analíticos validados para a amostragem, identificação e caracterização de produtos de fumo primários (JO L 109 de 22.4.2006, p. 3).

5. 32012 R 0872: Regulamento de Execução (UE) n.º 872/2012 da Comissão, de 1 de outubro de 2012, que adota a lista das substâncias aromatizantes prevista no Regulamento (CE) n.º 2232/96 do Parlamento Europeu e do Conselho, inclui essa lista no anexo I do Regulamento (CE) n.º 1334/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho e revoga o Regulamento (CE) n.º 1565/2000 e a Decisão 1999/217/CE (JO L 267 de 2.10.2012, p. 1).
6. 32012 R 0873: Regulamento (UE) n.º 873/2012 da Comissão, de 1 de outubro de 2012, relativo a medidas de transição referentes à lista da União de aromas e materiais de base estabelecida no anexo I do Regulamento (CE) n.º 1334/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 267 de 2.10.2012, p. 162), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32018 R 1259: Regulamento (UE) 2018/1259 da Comissão, de 20 de setembro de 2018 (JO L 238 de 21.9.2018, p. 28).
7. 32013 R 0907: Regulamento (UE) n.º 907/2013 da Comissão, de 20 de setembro de 2013, que estabelece as regras para os pedidos relativos à utilização de descritores genéricos (denominações) (JO L 251 de 21.9.2013, p. 7).
8. 32013 R 1321: Regulamento de Execução (UE) n.º 1321/2013 da Comissão, de 10 de dezembro de 2013, que estabelece a lista da União dos produtos primários aromatizantes de fumo autorizados para utilização como tal nos ou sobre géneros alimentícios e/ou para a produção de aromatizantes de fumo derivados (JO L 333 de 12.12.2013, p. 54).

9. 32021 R 1916: Regulamento (UE) 2021/1916 da Comissão, de 3 de novembro de 2021, que altera o anexo I do Regulamento (CE) n.º 1334/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito à inclusão de ácido 4-amino-5-(3-(isopropilamino)-2,2-dimetil-3oxopropoxi)-2-metilquinoleíno-3-carboxílico na lista da União de substâncias aromatizantes (JO L 389 de 4.11.2021, p. 11).

10. 32021 R 1917: Regulamento (UE) 2021/1917 da Comissão, de 3 de novembro de 2021, que altera o anexo I do Regulamento (CE) n.º 1334/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito à inclusão de 2-(4-metilfenoxi)-N-(1H-pirazol-3-il)-N-(tiofen-2-ilmetil)acetamida na lista da União de substâncias aromatizantes (JO L 389 de 4.11.2021, p. 15).

CAPÍTULO 6

MATERIAIS EM CONTACTO COM OS GÉNEROS ALIMENTÍCIOS

1. 32004 R 1935: Regulamento (CE) n.º 1935/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de outubro de 2004, relativo aos materiais e objetos destinados a entrar em contacto com os alimentos e que revoga as Diretivas 80/590/CEE e 89/109/CEE (JO L 338 de 13.11.2004, p. 4), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32009 R 0596: Regulamento (CE) n.º 596/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de junho de 2009 (JO L 188 de 31.3.2009, p. 14),
 - 32019 R 1381: Regulamento (UE) 2019/1381 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de junho de 2019 (JO L 231 de 6.9.2019, p. 1).
2. 32006 R 2023: Regulamento (CE) n.º 2023/2006 da Comissão, de 22 de dezembro de 2006, relativo às boas práticas de fabrico de materiais e objetos destinados a entrar em contacto com os alimentos (JO L 384 de 29.12.2006, p. 75).
3. 31982 L 0711: Diretiva 82/711/CEE do Conselho, de 18 de outubro de 1982, que estabelece as regras de base necessárias à verificação da migração dos constituintes dos materiais e objetos em matéria plástica destinados a entrar em contacto com os géneros alimentícios (JO L 297 de 23.10.1982, p. 26), com a redação que lhe foi dada por:
 - 31993 L 0008: Diretiva 93/8/CEE da Comissão, de 15 de março de 1993 (JO L 90 de 14.4.1993, p. 22),

- 31997 L 0048: Diretiva 97/48/CE da Comissão, de 29 de julho de 1997 (JO L 7 de 12.8.1997, p. 45).
4. 31985 L 0572: Diretiva 85/572/CEE do Conselho, de 19 de dezembro de 1985, que fixa a lista dos simuladores a utilizar para verificar a migração dos constituintes dos materiais e objetos em matéria plástica destinados a entrar em contacto com os géneros alimentícios (JO L 372 de 31.12.1985, p. 14), com a redação que lhe foi dada por:
- 32007 L 0019: Diretiva 2007/19/CE da Comissão, de 30 de março de 2007 (JO L 91 de 31.3.2007, p. 17),
 - 32011 R 0010: Regulamento (UE) n.º 10/2011 da Comissão, de 14 de janeiro de 2011 (JO L 12 de 15.1.2011, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32011 R 1282: Regulamento (UE) n.º 1282/2011 da Comissão (JO L 328 de 10.12.2011, p. 22).
5. 32011 R 0010: Regulamento (UE) n.º 10/2011 da Comissão, de 14 de janeiro de 2011, relativo aos materiais e objetos de matéria plástica destinados a entrar em contacto com os alimentos (JO L 12 de 15.1.2011, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:
- 32011 R 0321: Regulamento de Execução (UE) n.º 321/2011 da Comissão, de 1 de abril de 2011 (JO L 87 de 2.4.2011, p. 1),
 - 32011 R 1282: Regulamento (UE) n.º 1282/2011 da Comissão, de 28 de novembro de 2011 (JO L 328 de 10.12.2011, p. 22),

- 32012 R 1183: Regulamento (UE) n.º 1183/2012 da Comissão, de 30 de novembro de 2012 (JO L 338 de 12.12.2012, p. 11),
- 32014 R 0202: Regulamento (UE) n.º 202/2014 da Comissão, de 3 de março de 2014 (JO L 62 de 4.3.2014, p. 13),
- 32015 R 0174: Regulamento (UE) 2015/174 da Comissão, de 5 de fevereiro de 2015 (JO L 30 de 6.2.2015, p. 2),
- 32016 R 1416: Regulamento (UE) 2016/1416 da Comissão, de 24 de agosto de 2016 (JO L 230 de 25.8.2016, p. 22),
- 32017 R 0752: Regulamento (UE) 2017/752 da Comissão, de 28 de abril de 2017 (JO L 113 de 29.4.2017, p. 18),
- 32018 R 0079: Regulamento (UE) 2018/79 da Comissão, de 18 de janeiro de 2018 (JO L 14 de 19.1.2018, p. 31),
- 32018 R 0213: Regulamento (UE) 2018/213 da Comissão, de 12 de fevereiro de 2018 (JO L 41 de 14.2.2018, p. 6),
- 32018 R 0831: Regulamento (UE) 2018/831 da Comissão, de 5 de junho de 2018 (JO L 140 de 14.2.2018, p. 35),
- 32019 R 0037: Regulamento (UE) 2019/37 da Comissão, de 10 de janeiro de 2019 (JO L 9 de 11.1.2019, p. 88),

- 32019 R 1338: Regulamento (UE) 2019/1338 da Comissão, de 8 de agosto de 2019 (JO L 209 de 9.8.2019, p. 5),
 - 32020 R 1245: Regulamento (UE) 2020/1245 da Comissão, de 2 de setembro de 2020 (JO L 288 de 3.9.2020, p. 1).
6. 32018 R 0213: Regulamento (UE) 2018/213 da Comissão, de 12 de fevereiro de 2018, relativo à utilização de bisfenol A em vernizes e em revestimentos destinados a entrar em contacto com os alimentos e que altera o Regulamento (UE) n.º 10/2011 no que se refere à utilização desta substância em materiais de plástico destinados a entrar em contacto com alimentos (JO L 41 de 14.2.2018, p. 6).
 7. 32022 R 1616: Regulamento (UE) 2022/1616 da Comissão, de 15 de setembro de 2022, relativo aos materiais e objetos de plástico reciclado destinados a entrar em contacto com os alimentos e que revoga o Regulamento (CE) n.º 282/2008 (JO L 243 de 20.9.2022, p. 3).
 8. 31984 L 0500: Diretiva 84/500/CEE do Conselho, de 15 de outubro de 1984, relativa à aproximação das legislações dos Estados-Membros respeitantes aos objetos cerâmicos destinados a entrar em contacto com os géneros alimentícios (JO L 277 de 20.10.1984, p. 12), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32005 L 0031: Diretiva 2005/31/CE da Comissão, de 29 de abril de 2005 (JO L 110 de 30.4.2005, p. 36).
 9. 32007 L 0042: Diretiva 2007/42/CE da Comissão, de 29 de junho de 2007, respeitante aos materiais e objetos em película de celulose regenerada destinados a entrar em contacto com géneros alimentícios (JO L 172 de 30.6.2007, p. 71).

10. 31978 L 0142: Diretiva 78/142/CEE do Conselho, de 30 de janeiro de 1978, relativa à aproximação das legislações dos Estados-Membros respeitantes aos materiais e objetos que contêm monómero de cloreto de vinilo, destinados a entrar em contacto com os géneros alimentícios (JO L 44 de 15.2.1978, p. 15).
11. 31993 L 0011: Diretiva 93/11/CEE da Comissão, de 15 de março de 1993, relativa à libertação de N-nitrosaminas e substâncias N- nitrosáveis por tetinas e chupetas de elastómeros ou borracha (JO L 93 de 17.4.1993, p. 37).
12. 32005 R 1895: Regulamento (CE) n.º 1895/2005 da Comissão, de 18 de novembro de 2005, relativo à restrição de utilização de determinados derivados epoxídicos em materiais e objetos destinados a entrar em contacto com os alimentos (JO L 302 de 19.11.2005, p. 28).
13. 32009 R 0450: Regulamento (CE) n.º 450/2009 da Comissão, de 29 de maio de 2009, relativo aos materiais e objetos ativos e inteligentes destinados a entrar em contacto com os alimentos (JO L 135 de 30.5.2009, p. 3).
14. 32011 R 0284: Regulamento (UE) n.º 284/2011 da Comissão, de 22 de março de 2011, que fixa as condições específicas e os procedimentos pormenorizados para a importação de objetos de matéria plástica de poliamida e melamina para cozinha originários ou provenientes da República Popular da China e da Região Administrativa Especial de Hong Kong, China (JO L 77 de 23.3.2011, p. 25).

CAPÍTULO 7

SUPLEMENTOS ALIMENTARES

1. 32002 L 0046: Diretiva 2002/46/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 10 de junho de 2002, relativa à aproximação das legislações dos Estados-Membros respeitantes aos suplementos alimentares (JO L 183 de 12.7.2002, p. 51), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32006 L 0037: Diretiva 2006/37/CE da Comissão, de 30 de março de 2006 (JO L 94 de 1.4.2006, p. 32),
 - 32008 R 1137: Regulamento (CE) n.º 1137/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de outubro de 2008 (JO L 311 de 21.11.2008, p. 1),
 - 32009 R 1170: Regulamento (CE) n.º 1170/2009 da Comissão, de 30 de novembro de 2009 (JO L 314 de 1.12.2009, p. 36),
 - 32011 R 1161: Regulamento (UE) n.º 1161/2011 da Comissão, de 14 de novembro de 2011 (JO L 296 de 15.11.2011, p. 29),
 - 32014 R 0119: Regulamento (UE) n.º 119/2014 da Comissão, de 7 de fevereiro de 2014 (JO L 39 de 8.2.2014, p. 44),
 - 32015 R 0414: Regulamento (UE) 2015/414 da Comissão, de 12 de março de 2015 (JO L 68 de 13.3.2015, p. 26),

- 32017 R 1203: Regulamento (UE) 2017/1203 da Comissão, de 5 de julho de 2017 (JO L 173 de 6.7.2017, p. 9).
2. 32006 R 1925: Regulamento (CE) n.º 1925/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de dezembro de 2006, relativo à adição de vitaminas, minerais e determinadas outras substâncias aos alimentos (JO L 404 de 20.12.2006, p. 26), com a redação que lhe foi dada por:
- 32008 R 0108: Regulamento (CE) n.º 108/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de janeiro de 2008 (JO L 39 de 13.2.2008, p. 11),
 - 32009 R 1170: Regulamento (CE) n.º 1170/2009 da Comissão, de 30 de novembro de 2009 (JO L 314 de 1.12.2009, p. 36),
 - 32011 R 1161: Regulamento (UE) n.º 1161/2011 da Comissão, de 14 de novembro de 2011 (JO L 296 de 15.11.2011, p. 29),
 - 32011 R 1169: Regulamento (UE) n.º 1169/2011 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro de 2011 (JO L 304 de 22.11.2011, p. 18),
 - 32014 R 0119: Regulamento (UE) n.º 119/2014 da Comissão, de 7 de fevereiro de 2014 (JO L 39 de 8.2.2014, p. 44),
 - 32015 R 0403: Regulamento (UE) 2015/403 da Comissão, de 11 de março de 2015 (JO L 67 de 12.3.2015, p. 4),

- 32017 R 1203: Regulamento (UE) 2017/1203 da Comissão, de 5 de julho de 2017 (JO L 173 de 6.7.2017, p. 9),
 - 32019 R 0649: Regulamento (UE) 2019/649 da Comissão, de 24 de abril de 2019 (JO L 110 de 25.4.2019, p. 17),
 - 32019 R 0650: Regulamento (UE) 2019/650 da Comissão, de 24 de abril de 2019 (JO L 110 de 25.4.2019, p. 21),
 - 32021 R 0468: Regulamento (UE) 2021/468 da Comissão, de 18 de março de 2021 (JO L 96 de 19.3.2021, p. 6),
 - 32022 R 2340: Regulamento (UE) 2022/2340 da Comissão, de 30 de novembro de 2022 (JO L 310 de 1.12.2022, p. 7).
3. 32008 D 0864: Decisão 2008/864/CE da Comissão, de 30 de julho de 2008, relativa a um projeto de decreto da República Checa que estabelece requisitos aplicáveis aos suplementos alimentares e ao enriquecimento de géneros alimentícios (JO L 307 de 18.11.2008, p. 4).
4. 32012 R 0307: Regulamento de Execução (UE) n.º 307/2012 da Comissão, de 11 de abril de 2012, que estabelece as regras de execução do artigo 8.º do Regulamento (CE) n.º 1925/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo à adição de vitaminas, minerais e determinadas outras substâncias aos alimentos (JO L 102 de 12.4.2012, p. 2), com a redação que lhe foi dada por:
- 32021 R 0842: Regulamento de Execução (UE) 2021/842 da Comissão, de 26 de maio de 2021 (JO L 186 de 27.5.2021, p. 16).

5. 32012 R 0489: Regulamento de Execução (UE) n.º 489/2012 da Comissão, de 8 de junho de 2012, que estabelece as regras de execução do artigo 16.º do Regulamento (CE) n.º 1925/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo à adição de vitaminas, minerais e determinadas outras substâncias aos alimentos (JO L 150 de 9.6.2012, p. 71).

6. 32022 D 0101: Decisão de Execução (UE) 2022/101 da Comissão, de 24 de janeiro de 2022, relativa a um projeto de decreto do Reino dos Países Baixos relativo a bebidas e leite para crianças entre 1 e 3 anos de idade, notificado em conformidade com o artigo 12.º do Regulamento (CE) n.º 1925/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 17 de 26.1.2022, p. 56).

CAPÍTULO 8

ALIMENTOS DESTINADOS A UMA ALIMENTAÇÃO ESPECIAL

1. 32013 R 0609: Regulamento (UE) n.º 609/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de junho de 2013, relativo aos alimentos para lactentes e crianças pequenas, aos alimentos destinados a fins medicinais específicos e aos substitutos integrais da dieta para controlo do peso e que revoga a Diretiva 92/52/CEE do Conselho, as Diretivas 96/8/CE, 1999/21/CE, 2006/125/CE e 2006/141/CE da Comissão, a Diretiva 2009/39/CE do Parlamento Europeu e do Conselho e os Regulamentos (CE) n.º 41/2009 e (CE) n.º 953/2009 da Comissão (JO L 181 de 29.6.2013, p. 35), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32017 R 1091: Regulamento Delegado (UE) 2017/1091 da Comissão, de 10 de abril de 2017 (JO L 158 de 21.6.2017, p. 5),
 - 32021 R 0571: Regulamento Delegado (UE) 2021/571 da Comissão, de 20 de janeiro de 2021 (JO L 120 de 8.4.2021, p. 1).

2. 32016 R 0127: Regulamento Delegado (UE) 2016/127 da Comissão, de 25 de setembro de 2015, que completa o Regulamento (UE) n.º 609/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito aos requisitos específicos em matéria de composição e informação aplicáveis às fórmulas para lactentes e fórmulas de transição e no que diz respeito aos requisitos em matéria de informação sobre a alimentação de lactentes e crianças pequenas (JO L 25 de 2.2.2016, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32018 R 0561: Regulamento Delegado (UE) 2018/561 da Comissão, de 29 de janeiro de 2018 (JO L 94 de 12.4.2018, p. 1),

- 32019 R 0828: Regulamento Delegado (UE) 2019/828 da Comissão, de 14 de março de 2019 (JO L 137 de 23.5.2019, p. 12),
 - 32021 R 0572: Regulamento Delegado (UE) 2021/572 da Comissão, de 20 de janeiro de 2021 (JO L 120 de 8.4.2021, p. 4),
 - 32021 R 1041: Regulamento Delegado (UE) 2021/1041 da Comissão, de 16 de abril de 2021 (JO L 225 de 25.5.2021, p. 4),
 - 32022 R 0519: Regulamento Delegado (UE) 2022/519 da Comissão, de 14 de janeiro de 2022 (JO L 104 de 1.4.2022, p. 58).
3. 32016 R 0128: Regulamento Delegado (UE) 2016/128 da Comissão, de 25 de setembro de 2015, que completa o Regulamento (UE) n.º 609/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito aos requisitos específicos em matéria de composição e informação aplicáveis aos alimentos para fins medicinais específicos (JO L 25 de 2.2.2016, p. 30), com a redação que lhe foi dada por:
- 32021 R 1040: Regulamento Delegado (UE) 2021/1040 da Comissão, de 16 de abril de 2021 (JO L 225 de 25.5.2021, p. 1).
4. 32017 R 1798: Regulamento Delegado (UE) 2017/1798 da Comissão, de 2 de junho de 2017, que completa o Regulamento (UE) n.º 609/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito aos requisitos específicos em matéria de composição e informação aplicáveis aos substitutos integrais da dieta para controlo do peso (JO L 259 de 7.10.2017, p. 2).

CAPÍTULO 9

GÉNEROS ALIMENTÍCIOS ULTRACONGELADOS

1. 31989 L 0108: Diretiva 89/108/CEE do Conselho, de 21 de dezembro de 1988, relativa à aproximação das legislações dos Estados-Membros respeitantes aos alimentos ultracongelados destinados à alimentação humana (JO L 40 de 11.2.1989, p. 34), com a redação que lhe foi dada por:
 - 12003 T: Ato relativo às condições de adesão da República Checa, da República da Estónia, da República de Chipre, da República da Letónia, da República da Lituânia, da República da Hungria, da República de Malta, da República da Polónia, da República da Eslovénia e da República Eslovaca e às adaptações aos Tratados em que se funda a União Europeia (JO L 236 de 23.9.2003, p. 33),
 - 32003 R 1882: Regulamento (CE) n.º 1882/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de setembro de 2003 (JO L 284 de 31.10.2003, p. 1),
 - 32006 L 0107: Diretiva 2006/107/CE do Conselho, de 20 de novembro de 2006 (JO L 363 de 20.12.2006, p. 411),
 - 32008 R 1137: Regulamento (CE) n.º 1137/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de outubro de 2008 (JO L 311 de 21.11.2008, p. 1),
 - 32013 L 0020: Diretiva 2013/20/UE do Conselho, de 13 de maio de 2013 (JO L 158 de 10.6.2013, p. 234).

2. 31992 L 0002: Diretiva 92/2/CEE da Comissão, de 13 de janeiro de 1992, que estabelece o procedimento de amostragem e o método de análise comunitário para o controlo oficial das temperaturas de alimentos ultracongelados destinados à alimentação humana (JO L 34 de 11.2.1992, p. 32).
3. 32005 R 0037: Regulamento (CE) n.º 37/2005 da Comissão, de 12 de janeiro de 2005, relativo ao controlo das temperaturas nos meios de transporte e nas instalações de depósito e armazenagem de alimentos ultracongelados destinados à alimentação humana (JO L 10 de 13.1.2005, p. 18).

CAPÍTULO 10

CONTAMINANTES

1. 31993 R 0315: Regulamento (CEE) n.º 315/93 do Conselho, de 8 de fevereiro de 1993, que estabelece procedimentos comunitários para os contaminantes presentes nos géneros alimentícios (JO L 37 de 13.2.1993, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32003 R 1882: Regulamento (CE) n.º 1882/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de setembro de 2003 (JO L 284 de 31.10.2003, p. 1),
 - 32009 R 0596: Regulamento (CE) n.º 596/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de junho de 2009 (JO L 188 de 18.7.2009, p. 14).
2. 32003 H 0598: Recomendação 2003/598/CE da Comissão, de 11 de agosto de 2003, relativa à prevenção e redução da contaminação por patulina do sumo de maçã e dos ingredientes do sumo de maçã noutras bebidas (JO L 203 de 12.8.2003, p. 54).
3. 32006 R 0401: Regulamento (CE) n.º 401/2006 da Comissão, de 23 de fevereiro de 2006, que estabelece os métodos de amostragem e de análise para o controlo oficial dos teores de micotoxinas nos géneros alimentícios (JO L 70 de 9.3.2006, p. 12), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32010 R 0178: Regulamento (UE) n.º 178/2010 da Comissão, de 2 de março de 2010 (JO L 52 de 3.3.2010, p. 32),
 - 32014 R 0519: Regulamento (UE) n.º 519/2014 da Comissão, de 16 de maio de 2014 (JO L 147 de 17.5.2014, p. 29).

4. 32006 H 0794: Recomendação 2006/794/CE da Comissão, de 16 de novembro de 2006, relativa à monitorização dos níveis de base das dioxinas e dos PCB sob a forma de dioxina e dos PCB não semelhantes a dioxinas nos géneros alimentícios (JO L 322 de 22.11.2006, p. 24).

5. 32006 R 1881: Regulamento (CE) n.º 1881/2006 da Comissão, de 19 de dezembro de 2006, que fixa os teores máximos de certos contaminantes presentes nos géneros alimentícios (JO L 364 de 20.12.2006, p. 5), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32007 R 1126: Regulamento (CE) n.º 1126/2007 da Comissão, de 28 de setembro de 2007 (JO L 255 de 29.9.2007, p. 14),
 - 32008 R 0565: Regulamento (CE) n.º 565/2008 da Comissão, de 18 de junho de 2008 (JO L 160 de 19.6.2008, p. 20),
 - 32008 R 0629: Regulamento (CE) n.º 629/2008 da Comissão, de 2 de julho de 2008 (JO L 173 de 3.7.2008, p. 6),
 - 32010 R 0105: Regulamento (UE) n.º 105/2010 da Comissão, de 5 de fevereiro de 2010 (JO L 35 de 6.2.2010, p. 7),
 - 32010 R 0165: Regulamento (UE) n.º 165/2010 da Comissão, de 26 de fevereiro de 2010 (JO L 50 de 27.2.2010, p. 8),
 - 32011 R 0420: Regulamento (UE) n.º 420/2011 da Comissão, de 29 de abril de 2011 (JO L 111 de 30.4.2011, p. 3),
 - 32011 R 0835: Regulamento (UE) n.º 835/2011 da Comissão, de 19 de agosto de 2011 (JO L 215 de 20.8.2011, p. 4),

- 32011 R 1258: Regulamento (UE) n.º 1258/2011 da Comissão, de 2 de dezembro de 2011 (JO L 320 de 3.12.2011, p. 15),
- 32011 R 1259: Regulamento (UE) n.º 1259/2011 da Comissão, de 2 de dezembro de 2011 (JO L 320 de 3.12.2011, p. 18),
- 32012 R 0219: Regulamento (UE) n.º 219/2012 da Comissão, de 14 de março de 2012 (JO L 75 de 15.3.2012, p. 5),
- 32012 R 0594: Regulamento (UE) n.º 594/2012 da Comissão, de 5 de julho de 2012 (JO L 176 de 6.7.2012, p. 43),
- 32012 R 1058: Regulamento (UE) n.º 1058/2012 da Comissão, de 12 de novembro de 2012 (JO L 313 de 13.11.2012, p. 14),
- 32013 R 1067: Regulamento (UE) n.º 1067/2013 da Comissão, de 30 de outubro de 2013 (JO L 289 de 31.10.2013, p. 56),
- 32014 R 0212: Regulamento (UE) n.º 212/2014 da Comissão, de 6 de março de 2014 (JO L 67 de 7.3.2014, p. 3),
- 32014 R 0488: Regulamento (UE) n.º 488/2014 da Comissão, de 12 de maio de 2014 (JO L 138 de 13.5.2014, p. 75),
- 32014 R 0696: Regulamento (UE) n.º 696/2014 da Comissão, de 24 de junho de 2014 (JO L 184 de 25.6.2014, p. 1),

- 32014 R 1327: Regulamento (UE) n.º 1327/2014 da Comissão, de 12 de dezembro de 2014 (JO L 358 de 13.12.2014, p. 13),
- 32015 R 0704: Regulamento (UE) 2015/704 da Comissão, de 30 de abril de 2015 (JO L 113 de 1.5.2015, p. 27),
- 32015 R 1005: Regulamento (UE) 2015/1005 da Comissão, de 25 de junho de 2015 (JO L 161 de 26.6.2015, p. 9),
- 32015 R 1006: Regulamento (UE) 2015/1006 da Comissão, de 25 de junho de 2015 (JO L 161 de 26.6.2015, p. 14),
- 32015 R 1125: Regulamento (UE) 2015/1125 da Comissão, de 10 de julho de 2015 (JO L 184 de 11.7.2015, p. 7),
- 32015 R 1137: Regulamento (UE) 2015/1137 da Comissão, de 13 de julho de 2015 (JO L 185 de 14.7.2015, p. 11),
- 32015 R 1933: Regulamento (UE) 2015/1933 da Comissão, de 27 de outubro de 2015 (JO L 282 de 28.10.2015, p. 11),
- 32016 R 0239: Regulamento (UE) 2016/239 da Comissão, de 19 de fevereiro de 2016 (JO L 45 de 20.2.2016, p. 3),
- 32017 R 1237: Regulamento (UE) 2017/1237 da Comissão, de 7 de julho de 2017 (JO L 177 de 8.7.2017, p. 36),

- 32018 R 0290: Regulamento (UE) 2018/290 da Comissão, de 26 de fevereiro de 2018 (JO L 55 de 27.2.2018, p. 27),
- 32019 R 1870: Regulamento (UE) 2019/1870 da Comissão, de 7 de novembro de 2019 (JO L 289 de 8.11.2019, p. 37),
- 32020 R 0685: Regulamento (UE) 2020/685 da Comissão, de 20 de maio de 2020 (JO L 160 de 25.5.2020, p. 3),
- 32020 R 1255: Regulamento (UE) 2020/1255 da Comissão, de 7 de setembro de 2020 (JO L 293 de 8.9.2020, p. 1),
- 32020 R 1322: Regulamento (UE) 2020/1322 da Comissão, de 23 de setembro de 2020 (JO L 310 de 24.9.2020, p. 2),
- 32020 R 2040: Regulamento (UE) 2020/2040 da Comissão, de 11 de dezembro de 2020 (JO L 420 de 14.12.2020, p. 1),
- 32021 R 1317: Regulamento (UE) 2021/1317 da Comissão, de 9 de agosto de 2021 (JO L 286 de 10.8.2021, p. 1),
- 32021 R 1323: Regulamento (UE) 2021/1323 da Comissão, de 10 de agosto de 2021 (JO L 288 de 11.8.2021, p. 13),
- 32021 R 1399: Regulamento (UE) 2021/1399 da Comissão, de 24 de agosto de 2021 (JO L 301 de 25.8.2021, p. 1),

- 32021 R 1408: Regulamento (UE) 2021/1408 da Comissão, de 27 de agosto de 2021 (JO L 304 de 30.8.2021, p. 1),
 - 32022 R 0617: Regulamento (UE) 2022/617 da Comissão, de 12 de abril de 2022 (JO L 115 de 13.4.2022, p. 60),
 - 32022 R 1364: Regulamento (UE) 2022/1364 da Comissão, de 4 de agosto de 2022 (JO L 205 de 5.8.2022, p. 227),
 - 32022 R 1370: Regulamento (UE) 2022/1370 da Comissão, de 5 de agosto de 2022 (JO L 206 de 8.8.2022, p. 11),
 - 32022 R 1393: Regulamento (UE) 2022/1393 da Comissão, de 11 de agosto de 2022 (JO L 211 de 12.8.2022, p. 83),
 - 32021 R 2142: Regulamento (UE) 2021/2142 da Comissão, de 3 de dezembro de 2021 (JO L 433 de 6.12.2021, p. 8),
 - 32022 R 2002: Regulamento (UE) 2022/2002 da Comissão, de 21 de outubro de 2022 (JO L 274 de 24.10.2022, p. 64),
 - 32022 R 2388: Regulamento (UE) 2022/2388 da Comissão, de 7 de dezembro de 2022 (JO L 316 de 8.12.2022, p. 38).
6. 32006 R 1882: Regulamento (CE) n.º 1882/2006 da Comissão, de 19 de dezembro de 2006, que estabelece métodos de amostragem e de análise para o controlo oficial dos teores de nitratos em determinados géneros alimentícios (JO L 364 de 20.12.2006, p. 25).

7. 32007 R 0333: Regulamento (CE) n.º 333/2007 da Comissão, de 28 de março de 2007, que estabelece métodos de amostragem e de análise para o controlo oficial dos teores de chumbo, cádmio, mercúrio, estanho na forma inorgânica, 3-MCPD e benzo(a)pireno nos géneros alimentícios (JO L 88 de 29.3.2007, p. 29), com a redação que lhe foi dada por:
- 32011 R 836: Regulamento (UE) n.º 836/2011 da Comissão, de 19 de agosto de 2011 (JO L 215 de 20.8.2011, p. 9),
 - 32016 R 0582: Regulamento (UE) 2016/582 da Comissão, de 15 de abril de 2016 (JO L 101 de 16.4.2016, p. 3),
 - 32019 R 2093: Regulamento de Execução (UE) 2019/2093 da Comissão, de 29 de novembro de 2019 (JO L 317 de 9.12.2019, p. 96),
 - 32022 R 0685: Regulamento de Execução (UE) 2022/685 da Comissão, de 28 de abril de 2022 (JO L 126 de 29.4.2022, p. 14),
 - 32022 R 2418: Regulamento de Execução (UE) 2022/2418 da Comissão, de 9 de dezembro de 2022 (JO L 318 de 11.2.2009, p. 4).
8. 32009 R 0124: Regulamento (CE) n.º 124/2009 da Comissão, de 10 de fevereiro de 2009, que define limites máximos para a presença de coccidiostáticos ou histomonostáticos em géneros alimentícios resultante da contaminação cruzada inevitável destas substâncias em alimentos não visados para animais (JO L 40 de 11.2.2009, p. 7), com a redação que lhe foi dada por:
- 32012 R 0610: Regulamento (UE) n.º 610/2012 da Comissão, de 9 de julho de 2012 (JO L 178 de 10.7.2012, p. 1).

9. 32011 H 0516: Recomendação 2011/516/UE da Comissão, de 23 de agosto de 2011, relativa à redução da presença de dioxinas, furanos e PCB nos alimentos para animais e nos géneros alimentícios (JO L 218 de 24.8.2011, p. 23).
10. 32016 H 0688: Recomendação (UE) 2016/688 da Comissão, de 2 de maio de 2016, relativa à monitorização e gestão da presença de dioxinas e PCB em peixe e produtos da pesca provenientes da região do Báltico (JO L 118 de 4.5.2016, p. 16).
11. 32016 H 1111: Recomendação (UE) 2016/1111 da Comissão, de 6 de julho de 2016, sobre a monitorização do níquel nos alimentos (JO L 183 de 8.7.2016, p. 70).
12. 32016 H 2115: Recomendação (UE) 2016/2115 da Comissão, de 1 de dezembro de 2016, relativa à monitorização da presença de Δ^9 -tetra-hidrocanabinol, seus precursores e outros canabionoides nos géneros alimentícios (JO L 327 de 2.12.2016, p. 103).
13. 32017 R 0644: Regulamento (UE) 2017/644 da Comissão, de 5 de abril de 2017, que estabelece métodos de amostragem e análise para o controlo dos teores de dioxinas, PCB sob a forma de dioxina e PCB não semelhantes a dioxinas em determinados géneros alimentícios e que revoga o Regulamento (UE) n.º 589/2014 (JO L 92 de 6.4.2017, p. 9).

CAPÍTULO 11

NOVOS ALIMENTOS

1. 32015 R 2283: Regulamento (UE) 2015/2283 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2015, relativo a novos alimentos, que altera o Regulamento (UE) n.º 1169/2011 do Parlamento Europeu e do Conselho e que revoga o Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho e o Regulamento (CE) n.º 1852/2001 da Comissão (JO L 327 de 11.12.2015, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32019 R 1381: Regulamento (UE) 2019/1381 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de junho de 2019 (JO L 231 de 6.9.2019, p. 1).
2. 31997 H 0618: Recomendação 97/618/CE da Comissão, de 29 de julho de 1997, relativa aos aspetos científicos, à apresentação dos pedidos de colocação no mercado de novos alimentos e ingredientes alimentares e à elaboração dos relatórios de avaliação preliminar nos termos do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 253 de 16.9.1997, p. 1).
3. 32000 D 0195: Decisão 2000/195/CE da Comissão, de 22 de fevereiro de 2000, que autoriza a colocação no mercado de «fosfolípidos de gema de ovo» como novo alimento ou novo ingrediente alimentar nos termos do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 61 de 8.3.2000, p. 12).

4. 32000 D 0196: Decisão 2000/196/CE da Comissão, de 22 de fevereiro de 2000, que recusa a colocação no mercado de «*Stevia rebaudiana* Bertoni: plantas e folhas secas» como novo alimento ou novo ingrediente alimentar nos termos do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 61 de 8.3.2000, p. 14).
5. 32000 D 0500: Decisão 2000/500/CE da Comissão, de 24 de julho de 2000, relativa à autorização de colocação no mercado, enquanto novos alimentos ou ingredientes alimentares, nos termos do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 200 de 8.8.2000, p. 59).
6. 32001 D 0017: Decisão 2001/17/CE da Comissão, de 19 de dezembro de 2000, que recusa a colocação no mercado de «nozes de Nangai (*Canarium indicum* L.)» como novo alimento ou novo ingrediente alimentar nos termos do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 4 de 9.1.2001, p. 35).
7. 32001 D 0122: Decisão 2001/122/CE da Comissão, de 30 de janeiro de 2001, que autoriza a colocação no mercado de uma preparação de dextrano produzida por *Leuconostoc mesenteroides*, como novo alimento ou novo ingrediente alimentar em produtos de panificação, na aceção do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 44 de 15.2.2001, p. 46).

8. 32001 D 0424: Decisão 2001/424/CE da Comissão, de 23 de maio de 2001, que autoriza a colocação no mercado de preparações à base de frutos produzidas por pasteurização de alta pressão, na aceção do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 151 de 7.6.2001, p. 42).
9. 32001 D 0721: Decisão 2001/721/CE da Comissão, de 25 de setembro de 2001, relativa à autorização de colocação no mercado de trealose, enquanto novo alimento ou novo ingrediente alimentar, nos termos do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 269 de 10.10.2001, p. 17).
10. 32002 D 0150: Decisão 2002/150/CE da Comissão, de 15 de fevereiro de 2002, que autoriza a colocação no mercado de proteínas de batata coaguladas e seus hidrolisados, enquanto novos ingredientes alimentares, nos termos do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 50 de 21.2.2002, p. 92).
11. 32003 D 0426: Decisão 2003/426/CE da Comissão, de 5 de junho de 2003, que autoriza a colocação no mercado de «sumo de noni» (sumo do fruto *Morinda citrifolia* L.) como novo ingrediente alimentar na aceção do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 144 de 12.6.2003, p. 12).
12. 32003 D 0867: Decisão 2003/867/CE da Comissão, de 1 de dezembro de 2003, que autoriza a colocação no mercado de salatrim como novo ingrediente alimentar na aceção do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 326 de 13.12.2003, p. 32).

13. 32004 D 0333: Decisão 2004/333/CE da Comissão, de 31 de março de 2004, relativa à autorização de colocação no mercado de produtos gordos para barrar de cor amarela, guarnições para salada, produtos de tipo lácteo, produtos de tipo lácteo fermentado, bebidas à base de soja e produtos tipo queijo com adição de fitoesteróis/fitoestanois, enquanto novos alimentos ou novos ingredientes alimentares, nos termos do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 105 de 14.4.2004, p. 40).
14. 32004 D 0334: Decisão 2004/334/CE da Comissão, de 31 de março de 2004, relativa à autorização de colocação no mercado de produtos gordos para barrar de cor amarela, produtos de tipo lácteo, produtos de tipo iogurte e molhos à base de especiarias com adição de fitoesteróis/fitoestanois, enquanto novos alimentos ou novos ingredientes alimentares, nos termos do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 105 de 14.4.2004, p. 43).
15. 32004 D 0335: Decisão 2004/335/CE da Comissão, de 31 de março de 2004, relativa à autorização de colocação no mercado de produtos de lácteo e de produtos de tipo iogurte com adição de ésteres de fitoesterol, enquanto novos alimentos ou novos ingredientes alimentares, nos termos do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 105 de 14.4.2004, p. 46).
16. 32004 D 0336: Decisão 2004/336/CE da Comissão, de 31 de março de 2004, relativa à autorização de colocação no mercado de produtos gordos para barrar de cor amarela, produtos de tipo lácteo, produtos de tipo iogurte e molhos à base de especiarias com adição de fitoesteróis/fitoestanois, enquanto novos alimentos ou novos ingredientes alimentares, nos termos do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 105 de 14.4.2004, p. 49).

17. 32004 D 0845: Decisão 2004/845/CE da Comissão, de 12 de novembro de 2004, que autoriza a colocação no mercado de pão de centeio com adição de fitoesteróis/fitoestanois, enquanto novos alimentos ou novos ingredientes alimentares, nos termos do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 366 de 11.12.2004, p. 14).
18. 32005 D 0448: Decisão 2005/448/CE da Comissão, de 3 de março de 2005, que autoriza a colocação no mercado de alimentos e ingredientes alimentares derivados de milho geneticamente modificado da linhagem NK 603 como novos alimentos ou novos ingredientes alimentares nos termos do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 158 de 21.6.2005, p. 20).
19. 32005 D 0457: Decisão 2005/457/CE da Comissão, de 4 de abril de 2005, relativa à autorização de colocação no mercado de isomaltulose, enquanto novo alimento ou novo ingrediente alimentar, nos termos do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 160 de 23.6.2005, p. 28).
20. 32005 D 0581: Decisão 2005/581/CE da Comissão, de 25 de julho de 2005, relativa à autorização de colocação no mercado de isomaltulose, enquanto novo alimento ou novo ingrediente alimentar, nos termos do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 199 de 29.7.2005, p. 90).
21. 32006 D 0058: Decisão 2006/58/CE da Comissão, de 24 de janeiro de 2006, que autoriza a colocação no mercado de pão de centeio com adição de fitoesteróis/fitoestanois, enquanto novos alimentos ou novos ingredientes alimentares, nos termos do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 31 de 3.2.2006, p. 18).

22. 32006 D 0059: Decisão 2006/59/CE da Comissão, de 24 de janeiro de 2006, que autoriza a colocação no mercado de pão de centeio com adição de fitoesteróis/fitoestanois, enquanto novos alimentos ou novos ingredientes alimentares, nos termos do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 31 de 3.2.2006, p. 21).
23. 32006 D 0068: Decisão 2006/68/CE da Comissão, de 13 de janeiro de 2006, que autoriza a colocação no mercado de alimentos e ingredientes alimentares derivados de milho geneticamente modificado da linhagem MON 863 como novos alimentos ou novos ingredientes alimentares nos termos do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 34 de 7.2.2006, p. 26).
24. 32006 D 0720: Decisão 2006/720/CE da Comissão, de 23 de outubro de 2006, relativa à autorização de colocação no mercado de óleo de diacilglicerol de origem vegetal, enquanto novo alimento, nos termos do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 296 de 26.10.2006, p. 10).
25. 32006 D 0722: Decisão 2006/722/CE da Comissão, de 24 de outubro de 2006, relativa à autorização de colocação no mercado de um óleo de colza com elevado teor de matérias não saponificáveis, enquanto novo ingrediente alimentar, nos termos do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 296 de 26.10.2006, p. 17).
26. 32006 D 0723: Decisão 2006/723/CE da Comissão, de 24 de outubro de 2006, relativa à autorização de colocação no mercado de óleo de germen de milho de elevado teor em matérias não saponificáveis, enquanto novo ingrediente alimentar, nos termos do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 296 de 26.10.2006, p. 20).

27. 32007 D 0343: Decisão 2007/343/CE da Comissão, de 15 de maio de 2007, relativa à autorização de colocação no mercado de óleo enriquecido com fitoesteróis/fitoestanois, enquanto novo ingrediente alimentar, nos termos do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 129 de 17.5.2007, p. 63).
28. 32008 D 0036: Decisão 2008/36/CE da Comissão, de 10 de janeiro de 2008, relativa à autorização de colocação no mercado de bebidas à base de arroz com adição de fitoesteróis/fitoestanois, enquanto novo alimento, nos termos do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 8 de 11.1.2008, p. 15).
29. 32008 D 0413: Decisão 2008/413/CE da Comissão, de 26 de maio de 2008, relativa à autorização de colocação no mercado de alfa-ciclodextrina como novo ingrediente alimentar, nos termos do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 146 de 5.6.2008, p. 12).
30. 32008 D 0575: Decisão 2008/575/CE da Comissão, de 27 de junho de 2008, que autoriza a colocação no mercado de polpa seca do fruto do embondeiro como novo ingrediente alimentar ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 183 de 11.7.2008, p. 38).
31. 32008 D 0968: Decisão 2008/968/CE da Comissão, de 12 de dezembro de 2008, que autoriza a colocação no mercado de óleo de *Mortierella alpina* rico em ácido araquidónico como novo ingrediente alimentar ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 344 de 20.12.2008, p. 123).

32. 32008 D 0985: Decisão 2008/985/CE da Comissão, de 15 de dezembro de 2008, que autoriza a colocação no mercado de folhas de *Morinda citrifolia* como novo ingrediente alimentar ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 352 de 31.12.2008, p. 46).
33. 32009 D 0344: Decisão 2009/344/CE da Comissão, de 22 de abril de 2009, que autoriza a colocação no mercado da proteína estruturante de gelo de tipo III HPLC 12 como novo ingrediente alimentar, nos termos do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 105 de 25.4.2009, p. 9).
34. 32009 D 0345: Decisão 2009/345/CE da Comissão, de 22 de abril de 2009, que autoriza a colocação no mercado de Vitamina K 2 (menaquinona) de *Bacillus subtilis natto* como novo ingrediente alimentar, ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 105 de 25.4.2009, p. 14).
35. 32009 D 0348: Decisão 2009/348/CE da Comissão, de 23 de abril de 2009, que autoriza a colocação no mercado de licopeno como novo ingrediente alimentar, nos termos do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 106 de 28.4.2009, p. 55).
36. 32009 D 0355: Decisão 2009/355/CE da Comissão, de 28 de abril de 2009, que autoriza a colocação no mercado de oleorresina de licopeno de tomate como novo ingrediente alimentar, nos termos do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 109 de 30.4.2009, p. 47).

37. 32009 D 0362: Decisão 2009/362/CE da Comissão, de 30 de abril de 2009, que autoriza a colocação no mercado de licopeno como novo ingrediente alimentar, nos termos do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 110 de 1.5.2009, p. 54).
38. 32009 D 0365: Decisão 2009/365/CE da Comissão, de 28 de abril de 2009, que autoriza a colocação no mercado de licopeno de *Blakeslea trispora* como novo ingrediente alimentar, nos termos do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 111 de 5.5.2009, p. 31).
39. 32009 D 0752: Decisão 2009/752/CE da Comissão, de 12 de outubro de 2009, que autoriza a colocação no mercado de um extrato lipídico de krill-do-antártico *Euphausia superba* como novo ingrediente alimentar, nos termos do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 268 de 13.10.2009, p. 33).
40. 32009 D 0777: Decisão 2009/777/CE da Comissão, de 21 de outubro de 2009, relativa ao alargamento das utilizações do óleo da microalga *Ulkenia sp.* como novo ingrediente alimentar ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 278 de 23.10.2009, p. 54).
41. 32009 D 0826: Decisão 2009/826/CE da Comissão, de 13 de outubro de 2009, que autoriza a colocação no mercado de extrato de folha de luzerna (*Medicago sativa*) como novo alimento ou novo ingrediente alimentar ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 294 de 11.11.2009, p. 12).

42. 32009 D 0827: Decisão 2009/827/CE da Comissão, de 13 de outubro de 2009, que autoriza a colocação no mercado de sementes de *Salvia hispanica* como novo ingrediente alimentar ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 294 de 11.11.2009, p. 14).
43. 32010 D 0228: Decisão 2010/228/UE da Comissão, de 21 de abril de 2010, que autoriza a colocação no mercado de puré e concentrado de frutos de *Morinda citrifolia* como novo ingrediente alimentar ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 102 de 23.4.2010, p. 49).
44. 32010 D 0715: Decisão 2010/715/UE da Comissão, de 25 de novembro de 2010, que autoriza a colocação no mercado de fosfato de amónio ferroso como novo ingrediente alimentar, nos termos do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 310 de 26.11.2010, p. 16).
45. 32011 D 0073: Decisão 2011/73/UE da Comissão, de 2 de fevereiro de 2011, que autoriza a colocação no mercado de um extrato micelial de *Lentinula edodes* (cogumelos Shiitake) como novo ingrediente alimentar nos termos do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 29 de 3.2.2011, p. 30).
46. 32011 D 0076: Decisão 2011/76/UE da Comissão, de 2 de fevereiro de 2011, que autoriza a colocação no mercado de quitina-glucano de *Aspergillus niger* como novo ingrediente alimentar, nos termos do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 29 de 3.2.2011, p. 34).

47. 32011 D 0320: Decisão 2011/320/UE da Comissão, de 27 de maio de 2011, relativa à autorização de colocação no mercado de picolinato de crómio como novo ingrediente alimentar, nos termos do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 143 de 31.5.2011, p. 36).
48. 32011 D 0494: Decisão de Execução 2011/494/UE da Comissão, de 5 de agosto de 2011, relativa à autorização de colocação no mercado de amido de milho fosfatado como novo ingrediente alimentar, nos termos do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 204 de 9.8.2011, p. 23).
49. 32011 D 0497: Decisão de Execução 2011/497/UE da Comissão, de 9 de agosto de 2011, que autoriza a colocação no mercado do extrato de soja preta fermentada como novo ingrediente alimentar, nos termos do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 205 de 10.8.2011, p. 33).
50. 32011 D 0513: Decisão de Execução 2011/513/UE da Comissão, de 19 de agosto de 2011, relativa à autorização de colocação no mercado de fosfatidilserina de fosfolípidos de soja como novo ingrediente alimentar, nos termos do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 215 de 20.8.2011, p. 20).
51. 32011 D 0761: Decisão de Execução 2011/761/UE da Comissão, de 24 de novembro de 2011, que autoriza a colocação no mercado de flavonóides de *Glycyrrhiza glabra* L. como novo ingrediente alimentar, nos termos do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 313 de 26.11.2011, p. 37).

52. 32011 D 0762: Decisão de Execução 2011/762/UE da Comissão, de 24 de novembro de 2011, que autoriza a colocação no mercado de beta-glucanos de levedura como novo ingrediente alimentar, nos termos do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 313 de 26.11.2011, p. 41).
53. 32011 D 0882: Decisão de Execução 2011/882/UE da Comissão, de 21 de dezembro de 2011, que autoriza a colocação no mercado de uma nova base para goma de mascar como novo ingrediente alimentar ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 343 de 23.12.2011, p. 121).
54. 32012 D 0288: Decisão de Execução 2012/288/UE da Comissão, de 1 de junho de 2012, que autoriza a colocação no mercado de gama-ciclodextrina como novo ingrediente alimentar, nos termos do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 144 de 5.6.2012, p. 41).
55. 32012 D 0461: Decisão de Execução 2012/461/UE da Comissão, de 3 de agosto de 2012, que autoriza a colocação no mercado de uma nova base para goma de mascar como novo ingrediente alimentar ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho e que revoga a Decisão de Execução 2011/882/UE da Comissão (JO L 210 de 7.8.2012, p. 14).
56. 32012 D 0725: Decisão de Execução 2012/725/UE da Comissão, de 22 de novembro de 2012, que autoriza a colocação no mercado de lactoferrina bovina como novo ingrediente alimentar ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (Morinaga) (JO L 327 de 27.11.2012, p. 46), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32015 D 0568: Decisão de Execução (UE) 2015/568 da Comissão, de 7 de abril de 2015 (JO L 93 de 9.4.2015, p. 71).

57. 32012 D 0726: Decisão de Execução 2012/726/UE da Comissão, de 22 de novembro de 2012, que autoriza a colocação no mercado de di-hidrocapsiato como novo ingrediente alimentar ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 237 de 27.11.2012, p. 49).
58. 32012 D 0727: Decisão de Execução 2012/727/UE da Comissão, de 22 de novembro de 2012, que autoriza a colocação no mercado de lactoferrina bovina como novo ingrediente alimentar ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (FrieslandCampina) (JO L 327 de 27.11.2012, p. 52).
59. 32013 D 0049: Decisão de Execução 2013/49/UE da Comissão, de 22 de janeiro de 2013, relativa à autorização de colocação no mercado de zeaxantina sintética como novo ingrediente alimentar, nos termos do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 21 de 24.1.2013, p. 32).
60. 32013 D 0050: Decisão de Execução 2013/50/UE da Comissão, de 22 de janeiro de 2013, que autoriza o alargamento da utilização de sementes de *Salvia hispanica* como novo ingrediente alimentar ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 21 de 24.1.2013, p. 34).
61. 32013 D 0705: Decisão de Execução 2013/705/UE da Comissão, de 29 de novembro de 2013, que autoriza a colocação no mercado de extrato de crista de galo como novo ingrediente alimentar, nos termos do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 322 de 3.12.2013, p. 39).

62. 32014 D 0154: Decisão de Execução 2014/154/UE da Comissão, de 19 de março de 2014, que autoriza a colocação no mercado de ácido (6S)-5-metiltreta-hidrofólico, sal de glucosamina como novo ingrediente alimentar, nos termos do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 85 de 21.3.2014, p. 10).
63. 32014 D 0155: Decisão de Execução 2014/155/UE da Comissão, de 19 de março de 2014, que autoriza a colocação no mercado de óleo de semente de coentros como novo ingrediente alimentar ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 85 de 21.3.2014, p. 13).
64. 32014 D 0396: Decisão de Execução 2014/396/UE da Comissão, de 24 de junho de 2014, que autoriza a colocação no mercado de levedura para panificação (*Saccharomyces cerevisiae*) tratada com UV como novo ingrediente alimentar, nos termos do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 186 de 26.6.2014, p. 108).
65. 32014 D 0423: Decisão de Execução 2014/423/UE da Comissão, de 1 de julho de 2014, que autoriza a colocação no mercado de citicolina como novo ingrediente alimentar, nos termos do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 196 de 3.7.2014, p. 24).
66. 32014 D 0424: Decisão de Execução 2014/424/UE da Comissão, de 1 de julho de 2014, relativa à autorização de colocação no mercado de proteína de colza como novo ingrediente alimentar nos termos do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 196 de 3.7.2014, p. 27).

67. 32014 D 0463: Decisão de Execução 2014/463/UE da Comissão, de 14 de julho de 2014, que autoriza a colocação no mercado de óleo da microalga *Schizochytrium sp.* como novo ingrediente alimentar ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho e que revoga as Decisões 2003/427/CE e 2009/778/CE (JO L 209 de 16.7.2014, p. 55).
68. 32014 D 0890: Decisão de Execução 2014/890/UE da Comissão, de 8 de dezembro de 2014, que autoriza a colocação no mercado de óleo de chia (*Salvia hispanica*) como novo ingrediente alimentar ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 353 de 10.12.2014, p. 15).
69. 32014 D 0905: Decisão de Execução 2014/905/UE da Comissão, de 11 de dezembro de 2014, que autoriza a colocação no mercado de um copolímero de éter metilvinílico-anidrido maleico como novo ingrediente alimentar, nos termos do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 358 de 13.12.2014, p. 47).
70. 32014 D 0916: Decisão de Execução 2014/916/UE da Comissão, de 15 de dezembro de 2014, que retifica o anexo da Decisão de Execução 2014/154/UE da Comissão que autoriza a colocação no mercado de ácido (6S)-5-metiltretra-hidrofólico, sal de glucosamina como novo ingrediente alimentar, nos termos do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 360 de 17.12.2014, p. 58).

71. 32015 D 0545: Decisão de Execução (UE) 2015/545 da Comissão, de 31 de março de 2015, que autoriza a colocação no mercado de óleo da microalga *Schizochytrium* sp. (ATCC PTA-9695) como novo ingrediente alimentar ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 90 de 2.4.2015, p. 7).
72. 32015 D 0546: Decisão de Execução da Comissão (UE) 2015/546, de 31 de março de 2015, que autoriza o alargamento da utilização do óleo rico em DHA e EPA da microalga *Schizochytrium* sp. como novo ingrediente alimentar ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 90 de 2.4.2015, p. 11).
73. 32015 D 1213: Decisão de Execução (UE) 2015/1213 da Comissão, de 22 de julho de 2015, que autoriza a extensão da utilização de flavonoides de *Glycyrrhiza glabra* L. como novo ingrediente alimentar, nos termos do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 196 de 24.7.2015, p. 19).
74. 32015 D 1290: Decisão de Execução (UE) 2015/1290 da Comissão, de 23 de julho de 2015, relativa à autorização da colocação no mercado de óleo refinado das sementes de *Buglossoides arvensis* como novo ingrediente alimentar nos termos do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 198 de 28.7.2015, p. 22).

75. 32015 D 1291: Decisão de Execução (UE) 2015/1291 da Comissão, de 23 de julho de 2015, que autoriza a colocação no mercado de produtos lácteos tratados termicamente e fermentados com *Bacteroides xylanisolvens* (DSM 23964) como novos alimentos, nos termos do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 198 de 28.2.2013, p. 26).
76. 32016 D 0375: Decisão de Execução (UE) 2016/375 da Comissão, de 11 de março de 2016, que autoriza a colocação no mercado de lacto-N-neotetraose como novo ingrediente alimentar, nos termos do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 70 de 16.3.2016, p. 22).
77. 32016 D 0376: Decisão de Execução (UE) 2016/376 da Comissão, de 11 de março de 2016, que autoriza a colocação no mercado de 2'-O-fucosil-lactose como novo ingrediente alimentar, nos termos do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 70 de 16.3.2016, p. 27).
78. 32016 D 0398: Decisão de Execução (UE) 2016/398 da Comissão, de 16 de março de 2016, que autoriza a colocação no mercado de pão tratado com UV como novo alimento, nos termos do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 73 de 18.3.2016, p. 107).
79. 32016 D 0598: Decisão de Execução (UE) 2016/598 da Comissão, de 14 de abril de 2016, que autoriza uma extensão da utilização de extrato lipídico de krill-do-antártico (*Euphausia superba*) como novo ingrediente alimentar, nos termos do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 103 de 19.4.2016, p. 34).

80. 32016 D 1189: Decisão de Execução (UE) 2016/1189 da Comissão, de 19 de julho de 2016, que autoriza a colocação no mercado de leite tratado com UV como novo alimento, nos termos do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 196 de 21.7.2016, p. 50).
81. 32016 D 1190: Decisão de Execução (UE) 2016/1190 da Comissão, de 19 de julho de 2016, que autoriza a colocação no mercado de trans-resveratrol como novo ingrediente alimentar, nos termos do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 196 de 21.7.2016, p. 53).
82. 32017 D 0115: Decisão de Execução (UE) 2017/115 da Comissão, de 20 de janeiro de 2017, que autoriza a colocação no mercado de extrato de soja fermentada como novo ingrediente alimentar, nos termos do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 18 de 24.1.2017, p. 50).
83. 32017 D 0450: Decisão de Execução (UE) 2017/450 da Comissão, de 13 de março de 2017, que autoriza a colocação no mercado de lactitol como novo ingrediente alimentar, nos termos do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 69 de 15.3.2017, p. 31).
84. 32017 D 1281: Decisão de Execução (UE) 2017/1281 da Comissão, de 13 de julho de 2017, que autoriza a colocação no mercado de L-ergotioneina como novo ingrediente alimentar, nos termos do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 184 de 15.7.2017, p. 65).

85. 32017 D 1387: Decisão de Execução (UE) 2017/1387 da Comissão, de 24 de julho de 2017, que autoriza a colocação no mercado de uma preparação enzimática de prolil oligopeptidase produzida com uma estirpe geneticamente modificada de *Aspergillus niger* como novo ingrediente alimentar, nos termos do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 194 de 26.7.2017, p. 65).
86. 32017 D 2078: Decisão de Execução (UE) 2017/2078 da Comissão, de 10 de novembro de 2017, que autoriza a extensão da utilização de beta-glucanos de levedura como novo ingrediente alimentar, nos termos do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 295 de 14.11.2017, p. 77), com a redação que lhe foi dada por:
- 32019 R 1272: Regulamento de Execução (UE) 2019/1272 da Comissão, de 29 de julho de 2019 (JO L 201 de 30.7.2019, p. 3).
87. 32017 D 2079: Decisão de Execução (UE) 2017/2079 da Comissão, de 10 de novembro de 2017, que autoriza a colocação no mercado de extrato rico em taxifolina como novo ingrediente alimentar, nos termos do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 295 de 14.11.2017, p. 81).
88. 32017 D 2201: Decisão de Execução (UE) 2017/2201 da Comissão, de 27 de novembro de 2017, que autoriza a colocação no mercado de 2'-fucosil-lactose, produzida com *Escherichia coli* estirpe BL21, como novo ingrediente alimentar, nos termos do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 313 de 29.11.2017, p. 5).

89. 32017 D 2353: Decisão de Execução (UE) 2017/2353 da Comissão, de 14 de dezembro de 2017, que autoriza a colocação no mercado de óleo de *Calanus finmarchicus* como novo ingrediente alimentar nos termos do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 336 de 16.12.2017, p. 45).
90. 32017 D 2354: Decisão de Execução (UE) 2017/2354 da Comissão, de 14 de dezembro de 2017, que autoriza a extensão da utilização das sementes de chia (*Salvia hispanica*) como novo ingrediente alimentar ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 336 de 16.12.2017, p. 49).
91. 32017 D 2355: Decisão de Execução (UE) 2017/2355 da Comissão, de 14 de dezembro de 2017, que autoriza a colocação no mercado de cogumelos tratados com radiação UV como novo alimento ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 336 de 16.12.2017, p. 52).
92. 32017 D 2373: Decisão de Execução (UE) 2017/2373 da Comissão, de 14 de dezembro de 2017, que autoriza a colocação no mercado de hidroxitirosol como novo ingrediente alimentar, nos termos do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 337 de 19.12.2017, p. 56).
93. 32017 D 2375: Decisão de Execução (UE) 2017/2375 da Comissão, de 15 de dezembro de 2017, que autoriza a colocação no mercado de ácido N-acetil-D-neuramínico como novo ingrediente alimentar, nos termos do Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 337 de 19.12.2017, p. 63).

94. 32017 R 2468: Regulamento de Execução (UE) 2017/2468 da Comissão, de 20 de dezembro de 2017, que estabelece os requisitos administrativos e científicos associados a alimentos tradicionais de países terceiros em conformidade com o Regulamento (UE) 2015/2283 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo a novos alimentos (JO L 351 de 30.12.2017, p. 55), com a redação que lhe foi dada por:
- 32020 R 1824: Regulamento de Execução (UE) 2020/1824 da Comissão, de 2 de dezembro de 2020 (JO L 406 de 3.13.2020, p. 51).
95. 32017 R 2469: Regulamento de Execução (UE) 2017/2469 da Comissão, de 20 de dezembro de 2017, que estabelece os requisitos administrativos e científicos para os pedidos referidos no artigo 10.º do Regulamento (UE) 2015/2283 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo a novos alimentos (JO L 351 de 30.12.2017, p. 64), com a redação que lhe foi dada por:
- 32020 R 1772: Regulamento de Execução (UE) 2020/1772 da Comissão, de 26 de novembro de 2020 (JO L 398 de 27.11.2020, p. 13).

96. 32017 R 2470: Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 da Comissão, de 20 de dezembro de 2017, que estabelece a lista da União de novos alimentos em conformidade com o Regulamento (UE) 2015/2283 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo a novos alimentos (JO L 351 de 31.12.2017, p. 72), com a redação que lhe foi dada por:
- 32018 R 0460: Regulamento de Execução (UE) 2018/460 da Comissão, de 20 de março de 2018 (JO L 78 de 21.3.2018, p. 2),
 - 32018 R 0461: Regulamento de Execução (UE) 2018/461 da Comissão, de 20 de março de 2018 (JO L 78 de 21.3.2018, p. 7),
 - 32018 R 0462: Regulamento de Execução (UE) 2018/462 da Comissão, de 20 de março de 2018 (JO L 78 de 21.3.2018, p. 11),
 - 32018 R 0469: Regulamento de Execução (UE) 2018/469 da Comissão, de 21 de março de 2018 (JO L 79 de 22.3.2018, p. 11),
 - 32018 R 0991: Regulamento de Execução (UE) 2018/991 da Comissão, de 12 de julho de 2018 (JO L 177 de 13.7.2018, p. 9),
 - 32018 R 1011: Regulamento de Execução (UE) 2018/1011 da Comissão, de 17 de julho de 2018 (JO L 181 de 18.7.2018, p. 4),

- 32018 R 1018: Regulamento de Execução (UE) 2018/1018 da Comissão, de 18 de julho de 2018 (JO L 183 de 19.7.2018, p. 4),
- 32018 R 1032: Regulamento de Execução (UE) 2018/1032 da Comissão, de 20 de julho de 2018 (JO L 185 de 23.7.2018, p. 9),
- 32018 R 1122: Regulamento de Execução (UE) 2018/1122 da Comissão, de 10 de agosto de 2018 (JO L 204 de 13.8.2018, p. 36),
- 32018 R 1123: Regulamento de Execução (UE) 2018/1123 da Comissão, de 10 de agosto de 2018 (JO L 204 de 13.8.2018, p. 41),
- 32018 R 1132: Regulamento de Execução (UE) 2018/1132 da Comissão, de 13 de agosto de 2018 (JO L 205 de 14.8.2018, p. 15),
- 32018 R 1133: Regulamento de Execução (UE) 2018/1133 da Comissão, de 13 de agosto de 2018 (JO L 205 de 14.8.2018, p. 18),
- 32018 R 1293: Regulamento de Execução (UE) 2018/1293 da Comissão, de 26 de setembro de 2018 (JO L 243 de 27.9.2018, p. 2),
- 32018 R 1631: Regulamento de Execução (UE) 2018/1631 da Comissão, de 30 de outubro de 2018 (JO L 272 de 31.10.2018, p. 17),

- 32018 R 1632: Regulamento de Execução (UE) 2018/1632 da Comissão, de 30 de outubro de 2018 (JO L 272 de 31.10.2018, p. 23),
- 32018 R 1133: Regulamento de Execução (UE) 2018/1133 da Comissão, de 13 de agosto de 2018 (JO L 272 de 31.10.2018, p. 29),
- 32018 R 1647: Regulamento de Execução (UE) 2018/1647 da Comissão, de 31 de outubro de 2018 (JO L 274 de 5.11.2018, p. 51),
- 32018 R 1648: Regulamento de Execução (UE) 2018/1648 da Comissão, de 29 de outubro de 2018 (JO L 275 de 6.11.2018, p. 1),
- 32018 R 1991: Regulamento de Execução (UE) 2018/1991 da Comissão, de 13 de dezembro de 2018 (JO L 320 de 17.12.2018, p. 22),
- 32018 R 2016: Regulamento de Execução (UE) 2018/2016 da Comissão, de 18 de dezembro de 2018 (JO L 323 de 19.12.2018, p. 1),
- 32018 R 2017: Regulamento de Execução (UE) 2018/2017 da Comissão, de 18 de dezembro de 2018 (JO L 323 de 19.12.2018, p. 4),
- 32019 R 0108: Regulamento de Execução (UE) 2019/108 da Comissão, de 24 de janeiro de 2019 (JO L 23 de 25.1.2019, p. 4),

- 32019 R 0109: Regulamento de Execução (UE) 2019/109 da Comissão, de 24 de janeiro de 2019 (JO L 23 de 25.1.2019, p. 7),
- 32019 R 0110: Regulamento de Execução (UE) 2019/110 da Comissão, de 24 de janeiro de 2019 (JO L 23 de 25.1.2019, p. 11),
- 32019 R 0387: Regulamento de Execução (UE) 2019/387 da Comissão, de 11 de março de 2019 (JO L 70 de 12.3.2019, p. 17),
- 32019 R 0388: Regulamento de Execução (UE) 2019/388 da Comissão, de 11 de março de 2019 (JO L 70 de 12.3.2019, p. 21),
- 32019 R 0456: Regulamento de Execução (UE) 2019/456 da Comissão, de 20 de março de 2019 (JO L 79 de 21.3.2019, p. 13),
- 32019 R 0506: Regulamento de Execução (UE) 2019/506 da Comissão, de 26 de março de 2019 (JO L 85 de 27.3.2019, p. 11),
- 32019 R 1294: Regulamento de Execução (UE) 2019/1294 da Comissão, de 1 de agosto de 2019 (JO L 204 de 2.8.2019, p. 16),
- 32019 R 1314: Regulamento de Execução (UE) 2019/1314 da Comissão, de 2 de agosto de 2019 (JO L 205 de 5.8.2019, p. 4),

- 32019 R 1686: Regulamento de Execução (UE) 2019/1686 da Comissão, de 8 de outubro de 2019 (JO L 258 de 9.10.2019, p. 13),
- 32019 R 1976: Regulamento de Execução (UE) 2019/1976 da Comissão, de 25 de novembro de 2019 (JO L 308 de 29.11.2019, p. 40),
- 32019 R 1979: Regulamento de Execução (UE) 2019/1979 da Comissão, de 26 de novembro de 2019 (JO L 308 de 29.11.2019, p. 62),
- 32019 R 2165: Regulamento de Execução (UE) 2019/2165 da Comissão, de 17 de dezembro de 2019 (JO L 328 de 18.12.2019, p. 81),
- 32020 R 0016: Regulamento de Execução (UE) 2020/16 da Comissão, de 10 de janeiro de 2020 (JO L 7 de 14.1.2020, p. 6),
- 32020 R 0024: Regulamento de Execução (UE) 2020/24 da Comissão, de 13 de janeiro de 2020 (JO L 8 de 14.1.2020, p. 12),
- 32020 R 0206: Regulamento de Execução (UE) 2020/206 da Comissão, de 14 de fevereiro de 2020 (JO L 43 de 17.2.2020, p. 66),
- 32020 R 0443: Regulamento de Execução (UE) 2020/443 da Comissão, de 25 de março de 2020 (JO L 92 de 26.3.2020, p. 7),

- 32020 R 0478: Regulamento de Execução (UE) 2020/478 da Comissão, de 1 de abril de 2020 (JO L 102 de 2.4.2020, p. 1),
- 32020 R 0916: Regulamento de Execução (UE) 2020/916 da Comissão, de 1 de julho de 2020 (JO L 209 de 2.7.2020, p. 6),
- 32020 R 0917: Regulamento de Execução (UE) 2020/917 da Comissão, de 1 de julho de 2020 (JO L 209 de 2.7.2020, p. 10),
- 32020 R 0973: Regulamento de Execução (UE) 2020/973 da Comissão, de 6 de julho de 2020 (JO L 215 de 7.7.2020, p. 7),
- 32020 R 1163: Regulamento de Execução (UE) 2020/1163 da Comissão, de 6 de agosto de 2020 (JO L 258 de 7.8.2020, p. 1),
- 32020 R 1559: Regulamento de Execução (UE) 2020/1559 da Comissão, de 26 de outubro de 2020 (JO L 357 de 27.10.2020, p. 7),
- 32020 R 1634: Regulamento de Execução (UE) 2020/1634 da Comissão, de 4 de novembro de 2020 (JO L 367 de 5.11.2020, p. 39),
- 32020 R 1820: Regulamento de Execução (UE) 2020/1820 da Comissão, de 2 de dezembro de 2020 (JO L 406 de 3.12.2020, p. 29),

- 32020 R 1821: Regulamento de Execução (UE) 2020/1821 da Comissão, de 2 de dezembro de 2020 (JO L 406 de 3.12.2020, p. 34),
- 32020 R 1822: Regulamento de Execução (UE) 2020/1822 da Comissão, de 2 de dezembro de 2020 (JO L 406 de 3.12.2020, p. 39),
- 32020 R 1993: Regulamento de Execução (UE) 2020/1993 da Comissão, de 4 de dezembro de 2020 (JO L 410 de 7.12.2020, p. 62),
- 32021 R 0050: Regulamento de Execução (UE) 2021/50 da Comissão, de 22 de janeiro de 2021 (JO L 23 de 25.1.2021, p. 7),
- 32021 R 0051: Regulamento de Execução (UE) 2021/51 da Comissão, de 22 de janeiro de 2021 (JO L 23 de 25.1.2021, p. 10),
- 32021 R 0082: Regulamento de Execução (UE) 2021/82 da Comissão, de 27 de janeiro de 2021 (JO L 29 de 28.1.2021, p. 16),
- 32021 R 0096: Regulamento de Execução (UE) 2021/96 da Comissão, de 28 de janeiro de 2021 (JO L 31 de 29.1.2021, p. 201),
- 32021 R 0120: Regulamento de Execução (UE) 2021/120 da Comissão, de 2 de fevereiro de 2021 (JO L 37 de 3.2.2021, p. 1),

- 32021 R 0668: Regulamento de Execução (UE) 2021/668 da Comissão, de 23 de abril de 2021 (JO L 141 de 26.4.2021, p. 3),
- 32021 R 0670: Regulamento de Execução (UE) 2021/670 da Comissão, de 23 de abril de 2021 (JO L 141 de 26.4.2021, p. 14),
- 32021 R 0882: Regulamento de Execução (UE) 2021/882 da Comissão, de 1 de junho de 2021 (JO L 194 de 2.6.2021, p. 16),
- 32021 R 0900: Regulamento de Execução (UE) 2021/900 da Comissão, de 3 de junho de 2021 (JO L 197 de 4.6.2021, p. 71),
- 32021 R 0912: Regulamento de Execução (UE) 2021/912 da Comissão, de 4 de junho de 2021 (JO L 199 de 7.6.2021, p. 10),
- 32021 R 1319: Regulamento de Execução (UE) 2021/1319 da Comissão, de 9 de agosto de 2021 (JO L 286 de 10.8.2021, p. 12),
- 32021 R 1326: Regulamento de Execução (UE) 2021/1326 da Comissão, de 10 de agosto de 2021 (JO L 288 de 11.8.2021, p. 24),
- 32021 R 1377: Regulamento de Execução (UE) 2021/1377 da Comissão, de 19 de agosto de 2021 (JO L 297 de 20.8.2021, p. 20),

- 32021 R 1974: Regulamento de Execução (UE) 2021/1974 da Comissão, de 12 de novembro de 2021 (JO L 402 de 15.11.2021, p. 5),
- 32021 R 1975: Regulamento de Execução (UE) 2021/1975 da Comissão, de 12 de novembro de 2021 (JO L 402 de 15.11.2021, p. 10),
- 32021 R 2029: Regulamento de Execução (UE) 2021/2029 da Comissão, de 19 de novembro de 2021 (JO L 415 de 22.11.2021, p. 9),
- 32021 R 2079: Regulamento de Execução (UE) 2021/2079 da Comissão, de 26 de novembro de 2021 (JO L 426 de 29.11.2021, p. 16),
- 32021 R 2129: Regulamento de Execução (UE) 2021/2129 da Comissão, de 2 de dezembro de 2021 (JO L 432 de 3.12.2021, p. 13),
- 32021 R 2191: Regulamento de Execução (UE) 2021/2191 da Comissão, de 10 de dezembro de 2021 (JO L 445 de 13.12.2021, p. 1),
- 32022 R 0047: Regulamento de Execução (UE) 2022/47 da Comissão, de 13 de janeiro de 2022 (JO L 9 de 14.1.2022, p. 29),
- 32022 R 0168: Regulamento de Execução (UE) 2022/168 da Comissão, de 8 de fevereiro de 2022 (JO L 28 de 9.2.2022, p. 5),

- 32022 R 0169: Regulamento de Execução (UE) 2022/169 da Comissão, de 8 de fevereiro de 2022 (JO L 28 de 9.2.2022, p. 10),
- 32022 R 0187: Regulamento de Execução (UE) 2022/187 da Comissão, de 10 de fevereiro de 2022 (JO L 30 de 11.2.2022, p. 102),
- 32022 R 0188: Regulamento de Execução (UE) 2022/188 da Comissão, de 10 de fevereiro de 2022 (JO L 30 de 11.2.2022, p. 108),
- 32022 R 0196: Regulamento de Execução (UE) 2022/196 da Comissão, de 11 de fevereiro de 2022 (JO L 31 de 14.2.2022, p. 46),
- 32022 R 0672: Regulamento de Execução (UE) 2022/672 da Comissão, de 22 de abril de 2022 (JO L 122 de 25.4.2022, p. 24),
- 32022 R 0673: Regulamento de Execução (UE) 2022/673 da Comissão, de 22 de abril de 2022 (JO L 122 de 25.4.2022, p. 27),
- 32022 R 0684: Regulamento de Execução (UE) 2022/684 da Comissão, de 28 de abril de 2022 (JO L 126 de 29.4.2022, p. 10),
- 32022 R 0961: Regulamento de Execução (UE) 2022/961 da Comissão, de 20 de junho de 2022 (JO L 165 de 21.6.2022, p. 41),
- 32022 R 0965: Regulamento de Execução (UE) 2022/965 da Comissão, de 21 de junho de 2022 (JO L 166 de 22.6.2022, p. 118),

- 32022 R 0966: Regulamento de Execução (UE) 2022/966 da Comissão, de 21 de junho de 2022 (JO L 166 de 22.6.2022, p. 125),
 - 32022 R 1160: Regulamento de Execução (UE) 2022/1160 da Comissão, de 5 de julho de 2022 (JO L 179 de 6.7.2022, p. 25),
 - 32022 R 1365: Regulamento de Execução (UE) 2022/1365 da Comissão, de 4 de agosto de 2022 (JO L 205 de 5.8.2022, p. 230),
 - 32022 R 1373: Regulamento de Execução (UE) 2022/1373 da Comissão, de 8 de agosto de 2022 (JO L 206 de 8.8.2022, p. 28),
 - 32022 R 1381: Regulamento de Execução (UE) 2022/1381 da Comissão, de 8 de agosto de 2022 (JO L 207 de 9.8.2022, p. 12),
 - 32022 R 2534: Regulamento de Execução (UE) 2022/2534 da Comissão, de 21 de dezembro de 2022 (JO L 328 de 22.12.2022, p. 85),
 - 32022 R 2535: Regulamento de Execução (UE) 2022/2535 da Comissão, de 21 de dezembro de 2022 (JO L 328 de 22.12.2022, p. 91).
97. 32018 R 0456: Regulamento de Execução (UE) 2018/456 da Comissão, de 19 de março de 2018, relativo às etapas do processo de consulta para a determinação do estatuto de novo alimento, em conformidade com o Regulamento (UE) 2015/2283 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo a novos alimentos (JO L 77 de 20.3.2018, p. 6).

98. 32018 R 0460: Regulamento de Execução (UE) 2018/460 da Comissão, de 20 de março de 2018, que autoriza a colocação no mercado de florotaninos de *Ecklonia cava* como novo alimento ao abrigo do Regulamento (UE) 2015/2283 do Parlamento Europeu e do Conselho e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 da Comissão (JO L 78 de 21.3.2018, p. 2).
99. 32018 R 0461: Regulamento de Execução (UE) 2018/461 da Comissão, de 20 de março de 2018, que autoriza uma extensão da utilização de extrato rico em taxifolina como novo alimento, ao abrigo do Regulamento (UE) 2015/2283 do Parlamento Europeu e do Conselho, e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 da Comissão (JO L 78 de 21.3.2018, p. 7).
100. 32018 R 0462: Regulamento de Execução (UE) 2018/462 da Comissão, de 20 de março de 2018, que autoriza uma extensão da utilização de L-ergotioneína como novo alimento, ao abrigo do Regulamento (UE) 2015/2283 do Parlamento Europeu e do Conselho, e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 da Comissão (JO L 78 de 21.3.2018, p. 11).
101. 32018 R 0469: Regulamento de Execução (UE) 2018/469 da Comissão, de 21 de março de 2018, que autoriza a colocação no mercado de um extrato de três raízes de plantas (*Cynanchum wilfordii* Hemsley, *Phlomis umbrosa* Turcz. e *Angelica gigas* Nakai) como novo alimento, ao abrigo do Regulamento (UE) 2015/2283 do Parlamento Europeu e do Conselho, e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 da Comissão (JO L 79 de 22.3.2018, p. 11).
102. 32018 R 0991: Regulamento de Execução (UE) 2018/991 da Comissão, de 12 de julho de 2018, que autoriza a colocação no mercado de hidrolisado de lisozima da clara de ovo de galinha como novo alimento, ao abrigo do Regulamento (UE) 2015/2283 do Parlamento Europeu e do Conselho, e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 da Comissão (JO L 177 de 13.7.2018, p. 9).

103. 32018 R 1011: Regulamento de Execução (UE) 2018/1011 da Comissão, de 17 de julho de 2018, que autoriza uma extensão dos níveis de utilização de cogumelos tratados com radiação UV como novo alimento, ao abrigo do Regulamento (UE) 2015/2283 do Parlamento Europeu e do Conselho, e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 da Comissão (JO L 181 de 18.7.2018, p. 4).
104. 32018 R 1018: Regulamento de Execução (UE) 2018/1018 da Comissão, de 18 de julho de 2018, que autoriza uma extensão da utilização de levedura para panificação (*Saccharomyces cerevisiae*) tratada com UV como novo alimento, ao abrigo do Regulamento (UE) 2015/2283 do Parlamento Europeu e do Conselho, e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 da Comissão (JO L 183 de 19.7.2018, p. 9).
105. 32018 R 1032: Regulamento de Execução (UE) 2018/1032 da Comissão, de 20 de julho de 2018, que autoriza a extensão da utilização de óleo da microalga *Schizochytrium* sp. como novo alimento, ao abrigo do Regulamento (UE) 2015/2283 do Parlamento Europeu e do Conselho, e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 da Comissão (JO L 185 de 23.7.2018, p. 9).
106. 32018 R 1122: Regulamento de Execução (UE) 2018/1122 da Comissão, de 10 de agosto de 2018, que autoriza a colocação no mercado de sal dissódico de pirroloquinolina quinona como novo alimento ao abrigo do Regulamento (UE) 2015/2283 do Parlamento Europeu e do Conselho e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 da Comissão (JO L 204 de 13.8.2018, p. 36).
107. 32018 R 1123: Regulamento de Execução (UE) 2018/1123 da Comissão, de 10 de agosto de 2018, que autoriza a colocação no mercado de cloreto de 1-metilnicotinamida como novo alimento ao abrigo do Regulamento (UE) 2015/2283 do Parlamento Europeu e do Conselho e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 da Comissão (JO L 204 de 13.8.2018, p. 41).

108. 32018 R 1132: Regulamento de Execução (UE) 2018/1132 da Comissão, de 13 de agosto de 2018, que autoriza a alteração da designação e do requisito específico de rotulagem do novo alimento zeaxantina sintética ao abrigo do Regulamento (UE) 2015/2283 do Parlamento Europeu e do Conselho e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 da Comissão (JO L 205 de 14.8.2018, p. 15).
109. 32018 R 1133: Regulamento de Execução (UE) 2018/1133 da Comissão, de 13 de agosto de 2018, que autoriza a colocação no mercado das partes aéreas secas de *Hoodia parviflora* como novo alimento ao abrigo do Regulamento (UE) 2015/2283 do Parlamento Europeu e do Conselho e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 da Comissão (JO L 205 de 14.8.2018, p. 18).
110. 32018 R 1631: Regulamento de Execução (UE) 2018/1631 da Comissão, de 30 de outubro de 2018, que autoriza a colocação no mercado de pó de extrato de airelas como novo alimento ao abrigo do Regulamento (UE) 2015/2283 do Parlamento Europeu e do Conselho e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 da Comissão (JO L 272 de 31.10.2018, p. 17).
111. 32018 R 1632: Regulamento de Execução (UE) 2018/1632 da Comissão, de 30 de outubro de 2018, que autoriza a colocação no mercado de isolado de proteína básica de soro de leite de bovino como novo alimento ao abrigo do Regulamento (UE) 2015/2283 do Parlamento Europeu e do Conselho e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 da Comissão (JO L 272 de 31.10.2018, p. 23).
112. 32018 R 1633: Regulamento de Execução (UE) 2018/1633 da Comissão, de 30 de outubro de 2018, que autoriza a colocação no mercado de concentrado de péptido de camarão refinado como novo alimento ao abrigo do Regulamento (UE) 2015/2283 do Parlamento Europeu e do Conselho e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 da Comissão (JO L 272 de 31.10.2018, p. 29).

113. 32018 R 1647: Regulamento de Execução (UE) 2018/1647 da Comissão, de 31 de outubro de 2018, que autoriza a colocação no mercado de hidrolisado de membrana de ovo como novo alimento ao abrigo do Regulamento (UE) 2015/2283 do Parlamento Europeu e do Conselho e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 da Comissão (JO L 274 de 5.11.2018, p. 51).
114. 32018 R 1648: Regulamento de Execução (UE) 2018/1648 da Comissão, de 29 de outubro de 2018, que autoriza a colocação no mercado de xilo-oligossacáridos como novo alimento ao abrigo do Regulamento (UE) 2015/2283 do Parlamento Europeu e do Conselho e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 da Comissão (JO L 275 de 6.11.2018, p. 1).
115. 32018 R 1991: Regulamento de Execução (UE) 2018/1991 da Comissão, de 13 de dezembro de 2018, que autoriza a colocação no mercado de bagas de *Lonicera caerulea* L. como alimento tradicional de um país terceiro, ao abrigo do Regulamento (UE) 2015/2283 do Parlamento Europeu e do Conselho e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 da Comissão (JO L 320 de 17.12.2018, p. 22).
116. 32018 R 2016: Regulamento de Execução (UE) 2018/2016 da Comissão, de 18 de dezembro de 2018, que autoriza a colocação no mercado de grãos descascados de *Digitaria exilis* como alimento tradicional de um país terceiro, ao abrigo do Regulamento (UE) 2015/2283 do Parlamento Europeu e do Conselho e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 da Comissão (JO L 323 de 19.12.2018, p. 1).

117. 32018 R 2017: Regulamento de Execução (UE) 2018/2017 da Comissão, de 18 de dezembro de 2018, que autoriza a colocação no mercado de xarope de *Sorghum bicolor* (L.) Moench como alimento tradicional de um país terceiro, ao abrigo do Regulamento (UE) 2015/2283 do Parlamento Europeu e do Conselho e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 da Comissão (JO L 323 de 19.12.2018, p. 4).
118. 32019 R 0108: Regulamento de Execução (UE) 2019/108 da Comissão, de 24 de janeiro de 2019, que autoriza a alteração das especificações do novo ingrediente alimentar extrato lipídico de krill-do-antártico (*Euphausia superba*) nos termos do Regulamento (UE) 2015/2283 do Parlamento Europeu e do Conselho e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 da Comissão (JO L 23 de 25.1.2019, p. 4).
119. 32019 R 0109: Regulamento de Execução (UE) 2019/109 da Comissão, de 24 de janeiro de 2019, que autoriza uma extensão da utilização de óleo de *Schizochytrium* sp. como novo alimento, ao abrigo do Regulamento (UE) 2015/2283 do Parlamento Europeu e do Conselho, e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 da Comissão (JO L 23 de 25.1.2019, p. 7).
120. 32019 R 0110: Regulamento de Execução (UE) 2019/110 da Comissão, de 24 de janeiro de 2019, que autoriza uma extensão da utilização do óleo de semente de *Allanblackia* como novo alimento ao abrigo do Regulamento (UE) 2015/2283 do Parlamento Europeu e do Conselho e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 da Comissão (JO L 23 de 25.1.2019, p. 11).

121. 32019 R 0387: Regulamento de Execução (UE) 2019/387 da Comissão, de 11 de março de 2019, que autoriza a extensão da utilização do óleo de *Schizochytrium* sp. (ATCC PTA-9695) como novo alimento e a alteração da designação e do requisito específico de rotulagem do óleo de *Schizochytrium* sp. (ATCC PTA-9695) ao abrigo do Regulamento (UE) 2015/2283 do Parlamento Europeu e do Conselho, e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 da Comissão (JO L 70 de 12.3.2019, p. 17).
122. 32019 R 0388: Regulamento de Execução (UE) 2019/388 da Comissão, de 11 de março de 2019, que autoriza a alteração das especificações do novo alimento 2'-fucosil-lactose produzida com *Escherichia coli* K-12 ao abrigo do Regulamento (UE) 2015/2283 do Parlamento Europeu e do Conselho e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 da Comissão (JO L 70 de 12.3.2019, p. 21).
123. 32019 R 0456: Regulamento de Execução (UE) 2019/456 da Comissão, de 20 de março de 2019, que autoriza a alteração das especificações do novo alimento óleo de semente de coentros de *Coriandrum sativum* ao abrigo do Regulamento (UE) 2015/2283 do Parlamento Europeu e do Conselho e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 da Comissão (JO L 79 de 21.3.2019, p. 13).
124. 32019 R 0506: Regulamento de Execução (UE) 2019/506 da Comissão, de 26 de março de 2019, que autoriza a colocação no mercado de D-ribose como novo alimento, ao abrigo do Regulamento (UE) 2015/2283 do Parlamento Europeu e do Conselho, e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 da Comissão (JO L 85 de 27.3.2019, p. 11).

125. 32019 R 0760: Regulamento de Execução (UE) 2019/760 da Comissão, de 13 de maio de 2019, que autoriza a colocação no mercado de biomassa da levedura *Yarrowia lipolytica* como novo alimento, ao abrigo do Regulamento (UE) 2015/2283 do Parlamento Europeu e do Conselho, e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 da Comissão (JO L 125 de 14.5.2019, p. 13).
126. 32019 R 1294: Regulamento de Execução (UE) 2019/1294 da Comissão, de 1 de agosto de 2019, que autoriza a colocação no mercado de betaína como novo alimento, ao abrigo do Regulamento (UE) 2015/2283 do Parlamento Europeu e do Conselho, e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 da Comissão (JO L 204 de 2.8.2019, p. 16).
127. 32019 R 1314: Regulamento de Execução (UE) 2019/1314 da Comissão, de 2 de agosto de 2019, que autoriza a alteração das especificações do novo alimento lacto-N-neotetraose produzida com *Escherichia coli* K-12 ao abrigo do Regulamento (UE) 2015/2283 do Parlamento Europeu e do Conselho e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 da Comissão (JO L 205 de 5.8.2019, p. 4).
128. 32019 R 1686: Regulamento de Execução (UE) 2019/1686 da Comissão, de 8 de outubro de 2019, que autoriza a extensão da utilização de isolado de proteína básica de soro de leite de bovino como novo alimento ao abrigo do Regulamento (UE) 2015/2283 do Parlamento Europeu e do Conselho e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 da Comissão (JO L 258 de 9.10.2019, p. 13).
129. 32019 R 1976: Regulamento de Execução (UE) 2019/1976 da Comissão, de 25 de novembro de 2019, que autoriza a colocação no mercado de fenilcapsaicina como novo alimento, ao abrigo do Regulamento (UE) 2015/2283 do Parlamento Europeu e do Conselho, e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 da Comissão (JO L 308 de 29.11.2019, p. 40).

130. 32019 R 1979: Regulamento de Execução (UE) 2019/1979 da Comissão, de 26 de novembro de 2019, que autoriza a colocação no mercado da mistura de 2'-fucosil-lactose/difucosil-lactose como novo alimento, ao abrigo do Regulamento (UE) 2015/2283 do Parlamento Europeu e do Conselho, e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 da Comissão (JO L 308 de 29.11.2019, p. 62).
131. 32019 R 2165: Regulamento de Execução (UE) 2019/2165 da Comissão, de 17 de dezembro de 2019, que autoriza a alteração das especificações do novo alimento óleo de semente de coentros de *Coriandrum sativum* ao abrigo do Regulamento (UE) 2015/2283 do Parlamento Europeu e do Conselho e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 da Comissão (JO L 328 de 18.12.2019, p. 81).
132. 32020 R 0016: Regulamento de Execução (UE) 2020/16 da Comissão, de 10 de janeiro de 2020, que autoriza a colocação no mercado de cloreto de nicotinamida-ribósido como novo alimento ao abrigo do Regulamento (UE) 2015/2283 do Parlamento Europeu e do Conselho e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 da Comissão (JO L 7 de 13.1.2020, p. 6).
133. 32020 R 0024: Regulamento de Execução (UE) 2020/24 da Comissão, de 13 de janeiro de 2020, que autoriza a extensão da utilização de sementes de chia (*Salvia hispanica*) como novo alimento e a alteração das condições de utilização e dos requisitos específicos de rotulagem das sementes de chia (*Salvia hispanica*) ao abrigo do Regulamento (UE) 2015/2283 do Parlamento Europeu e do Conselho e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 da Comissão (JO L 8 de 14.1.2020, p. 12).

134. 32020 R 0206: Regulamento de Execução (UE) 2020/206 da Comissão, de 14 de fevereiro de 2020, que autoriza a colocação no mercado de polpa, sumo de polpa, sumo concentrado de polpa do fruto de *Theobroma cacao* L. como alimento tradicional de um país terceiro ao abrigo do Regulamento (UE) 2015/2283 do Parlamento Europeu e do Conselho e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 (JO L 43 de 17.2.2020, p. 66).
135. 32020 R 0443: Regulamento de Execução (UE) 2020/443 da Comissão, de 25 de março de 2020, que autoriza a alteração das especificações do novo alimento extrato de gérmen de trigo (*Triticum aestivum*) rico em espermidina ao abrigo do Regulamento (UE) 2015/2283 do Parlamento Europeu e do Conselho e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 da Comissão (JO L 92 de 26.3.2020, p. 7).
136. 32020 R 0484: Regulamento de Execução (UE) 2020/484 da Comissão, de 2 de abril de 2020, que autoriza a colocação no mercado de lacto-N-tetraose como novo alimento ao abrigo do Regulamento (UE) 2015/2283 do Parlamento Europeu e do Conselho e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 da Comissão (JO L 103 de 3.4.2020, p. 3).
137. 32020 R 0500: Regulamento de Execução (UE) 2020/500 da Comissão, de 6 de abril de 2020, que autoriza a colocação no mercado de pós de sementes de chia (*Salvia hispanica*) parcialmente desengordurados como novo alimento ao abrigo do Regulamento (UE) 2015/2283 do Parlamento Europeu e do Conselho e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 da Comissão (JO L 109 de 7.4.2020, p. 2).

138. 32020 R 0916: Regulamento de Execução (UE) 2020/916 da Comissão, de 1 de julho de 2020, que autoriza a extensão da utilização de xilo-oligossacáridos como novo alimento, ao abrigo do Regulamento (UE) 2015/2283 do Parlamento Europeu e do Conselho, e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 da Comissão (JO L 209 de 2.7.2020, p. 6).
139. 32020 R 0917: Regulamento de Execução (UE) 2020/917 da Comissão, de 1 de julho de 2020, que autoriza a colocação no mercado da infusão de folhas de café de *Coffea arabica* L. e/ou *Coffea canephora* Pierre ex A. Froehner como alimento tradicional de um país terceiro ao abrigo do Regulamento (UE) 2015/2283 do Parlamento Europeu e do Conselho e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 (JO L 209 de 2.7.2020, p. 10).
140. 32020 R 0973: Regulamento de Execução (UE) 2020/973 da Comissão, de 6 de julho de 2020, que autoriza uma alteração das condições de utilização do novo alimento «extrato proteico de rins de porco» e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 (JO L 215 de 7.7.2020, p. 7).
141. 32020 R 1163: Regulamento de Execução (UE) 2020/1163 da Comissão, de 6 de agosto de 2020, que autoriza a colocação no mercado de pó de cogumelos com vitamina D2 como novo alimento ao abrigo do Regulamento (UE) 2015/2283 do Parlamento Europeu e do Conselho e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 da Comissão (JO L 258 de 7.8.2020, p. 1).
142. 32020 R 1634: Regulamento de Execução (UE) 2020/1634 da Comissão, de 4 de novembro de 2020, que autoriza a colocação no mercado de açúcares obtidos a partir de polpa de cacau (*Theobroma cacao* L.) como novo alimento ao abrigo do Regulamento (UE) 2015/2283 do Parlamento Europeu e do Conselho e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 da Comissão (JO L 367 de 5.11.2020, p. 39).

143. 32020 R 1820: Regulamento de Execução (UE) 2020/1820 da Comissão, de 2 de dezembro de 2020, que autoriza a colocação no mercado de *Euglena gracilis* desidratada como novo alimento ao abrigo do Regulamento (UE) 2015/2283 do Parlamento Europeu e do Conselho e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 da Comissão (JO L 406 de 3.12.2020, p. 29).
144. 32020 R 1821: Regulamento de Execução (UE) 2020/1821 da Comissão, de 2 de dezembro de 2020, que autoriza a colocação no mercado de um extrato de *Panax notoginseng* e *Astragalus membranaceus* como novo alimento ao abrigo do Regulamento (UE) 2015/2283 do Parlamento Europeu e do Conselho e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 da Comissão (JO L 406 de 3.12.2020, p. 34).
145. 32020 R 1822: Regulamento de Execução (UE) 2020/1822 da Comissão, de 2 de dezembro de 2020, que autoriza a colocação no mercado da biomassa de levedura (*Yarrowia lipolytica*) contendo selénio como novo alimento ao abrigo do Regulamento (UE) 2015/2283 do Parlamento Europeu e do Conselho e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 da Comissão (JO L 406 de 3.12.2020, p. 39).
146. 32020 R 1993: Regulamento de Execução (UE) 2020/1993 da Comissão, de 4 de dezembro de 2020, que autoriza a colocação no mercado da biomassa de levedura (*Yarrowia lipolytica*) contendo selénio como novo alimento ao abrigo do Regulamento (UE) 2015/2283 do Parlamento Europeu e do Conselho e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 da Comissão (JO L 410 de 7.12.2020, p. 62).
147. 32021 R 0050: Regulamento de Execução (UE) 2021/50 da Comissão, de 22 de janeiro de 2021, que autoriza uma extensão da utilização e uma alteração das especificações do novo alimento mistura de 2'-fucosil-lactose/difucosil-lactose e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 (JO L 23 de 25.1.2021, p. 7).

148. 32021 R 0051: Regulamento de Execução (UE) 2021/51 da Comissão, de 22 de janeiro de 2021, que autoriza uma alteração das condições de utilização do novo alimento trans-resveratrol ao abrigo do Regulamento (UE) 2015/2283 do Parlamento Europeu e do Conselho e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 da Comissão (JO L 23 de 25.1.2021, p. 10).
149. 32021 R 0082: Regulamento de Execução (UE) 2021/82 da Comissão, de 27 de janeiro de 2021, que autoriza a colocação no mercado de sal de sódio da 6'-sialil-lactose como novo alimento ao abrigo do Regulamento (UE) 2015/2283 do Parlamento Europeu e do Conselho e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 da Comissão (JO L 29 de 28.1.2021, p. 16).
150. 32021 R 0096: Regulamento de Execução (UE) 2021/96 da Comissão, de 28 de janeiro de 2021, que autoriza a colocação no mercado de sal de sódio de 3'-sialil-lactose como novo alimento ao abrigo do Regulamento (UE) 2015/2283 do Parlamento Europeu e do Conselho e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 da Comissão (JO L 31 de 29.1.2021, p. 201).
151. 32021 R 0120: Regulamento de Execução (UE) 2021/120 da Comissão, de 2 de fevereiro de 2021, que autoriza a colocação no mercado de pó de colza parcialmente desengordurada de *Brassica rapa* L. e *Brassica napus* L. como novo alimento ao abrigo do Regulamento (UE) 2015/2283 do Parlamento Europeu e do Conselho e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 da Comissão (JO L 37 de 3.2.2021, p. 1).
152. 32021 R 0668: Regulamento de Execução (UE) 2021/668 da Comissão, de 23 de abril de 2021, que autoriza a alteração das condições de utilização das sementes de chia (*Salvia hispanica*) como novo alimento ao abrigo do Regulamento (UE) 2015/2283 do Parlamento Europeu e do Conselho e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 da Comissão (JO L 141 de 26.4.2021, p. 3).

153. 32021 R 0670: Regulamento de Execução (UE) 2021/670 da Comissão, de 23 de abril de 2021, que autoriza a colocação no mercado de óleo de *Schizochytrium* sp. (WZU477) como novo alimento ao abrigo do Regulamento (UE) 2015/2283 do Parlamento Europeu e do Conselho e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 da Comissão (JO L 141 de 26.4.2021, p. 14).
154. 32021 R 0882: Regulamento de Execução (UE) 2021/882 da Comissão, de 1 de junho de 2021, que autoriza a colocação no mercado de larvas de *Tenebrio molitor* desidratadas como novo alimento ao abrigo do Regulamento (UE) 2015/2283 do Parlamento Europeu e do Conselho e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 da Comissão (JO L 194 de 2.6.2021, p. 16).
155. 32021 R 0900: Regulamento de Execução (UE) 2021/900 da Comissão, de 3 de junho de 2021, que autoriza uma alteração das condições de utilização do novo alimento galacto-oligossacárido ao abrigo do Regulamento (UE) 2015/2283 do Parlamento Europeu e do Conselho e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 da Comissão (JO L 197 de 4.6.2021, p. 71).
156. 32021 R 0912: Regulamento de Execução (UE) 2021/912 da Comissão, de 4 de junho de 2021, que autoriza a alteração das especificações do novo alimento Lacto-N-neotetraose (fonte microbiana) e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 (JO L 199 de 7.6.2021, p. 10).
157. 32021 R 1319: Regulamento de Execução (UE) 2021/1319 da Comissão, de 9 de agosto de 2021, que autoriza a alteração das especificações do novo alimento óleo de semente de coentros de *Coriandrum sativum* e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 (JO L 286 de 10.8.2021, p. 12).

158. 32021 R 1326: Regulamento de Execução (UE) 2021/1326 da Comissão, de 10 de agosto de 2021, que autoriza a colocação no mercado de óleo de *Schizochytrium* sp. (FCC-3204) como novo alimento ao abrigo do Regulamento (UE) 2015/2283 do Parlamento Europeu e do Conselho e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 da Comissão (JO L 288 de 11.8.2021, p. 24).
159. 32021 R 1377: Regulamento de Execução (UE) 2021/1377 da Comissão, de 19 de agosto de 2021, que autoriza uma alteração das condições de utilização do novo alimento oleorresina rica em astaxantina da alga *Haematococcus pluvialis* ao abrigo do Regulamento (UE) 2015/2283 do Parlamento Europeu e do Conselho e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 da Comissão (JO L 297 de 20.8.2021, p. 20).
160. 32021 R 1974: Regulamento de Execução (UE) 2021/1974 da Comissão, de 12 de novembro de 2021, que autoriza a colocação no mercado de frutas secas de *Synsepalum dulcificum* como novo alimento ao abrigo do Regulamento (UE) 2015/2283 do Parlamento Europeu e do Conselho e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 da Comissão (JO L 402 de 15.11.2021, p. 5).
161. 32021 R 1975: Regulamento de Execução (UE) 2021/1975 da Comissão, de 12 de novembro de 2021, que autoriza a colocação no mercado das formas congelada, desidratada e em pó de *Locusta migratoria* como novo alimento ao abrigo do Regulamento (UE) 2015/2283 do Parlamento Europeu e do Conselho e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 da Comissão (JO L 402 de 15.11.2021, p. 10).

162. 32021 R 2029: Regulamento de Execução (UE) 2021/2029 da Comissão, de 19 de novembro de 2021, que autoriza a colocação no mercado de 3-fucosil-lactose (3-FL) como novo alimento ao abrigo do Regulamento (UE) 2015/2283 do Parlamento Europeu e do Conselho e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 da Comissão (JO L 415 de 22.11.2021, p. 9).
163. 32021 R 2079: Regulamento de Execução (UE) 2021/2079 da Comissão, de 26 de novembro de 2021, que autoriza a colocação no mercado de pó de cogumelos com vitamina D2 como novo alimento ao abrigo do Regulamento (UE) 2015/2283 do Parlamento Europeu e do Conselho e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 da Comissão (JO L 426 de 29.11.2021, p. 16).
164. 32021 R 2129: Regulamento de Execução (UE) 2021/2129 da Comissão, de 2 de dezembro de 2021, que autoriza a colocação no mercado de frutoborato de cálcio como novo alimento ao abrigo do Regulamento (UE) 2015/2283 do Parlamento Europeu e do Conselho e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 da Comissão (JO L 432 de 3.12.2021, p. 13).
165. 32021 R 2191: Regulamento de Execução (UE) 2021/2191 da Comissão, de 10 de dezembro de 2021, que autoriza a colocação no mercado de plantas frescas de *Wolffia arrhiza* e/ou *Wolffia globosa* como alimento tradicional de um país terceiro ao abrigo do Regulamento (UE) 2015/2283 do Parlamento Europeu e do Conselho e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 da Comissão (JO L 445 de 13.12.2021, p. 1).
166. 32022 R 0047: Regulamento de Execução (UE) 2022/47 da Comissão, de 13 de janeiro de 2022, que autoriza a colocação no mercado de polpa seca das cerejas de *Coffea arabica* L. e/ou *Coffea canephora* Pierre ex A.Froehner e da sua infusão como alimento tradicional de um país terceiro ao abrigo do Regulamento (UE) 2015/2283 do Parlamento Europeu e do Conselho e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 da Comissão (JO L 9 de 14.1.2022, p. 29).

167. 32022 R 0168: Regulamento de Execução (UE) 2022/168 da Comissão, de 8 de fevereiro de 2022, que autoriza a colocação no mercado de *Akkermansia muciniphila* pasteurizada como novo alimento ao abrigo do Regulamento (UE) 2015/2283 do Parlamento Europeu e do Conselho e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 da Comissão (JO L 28 de 9.2.2022, p. 5).
168. 32022 R 0169: Regulamento de Execução (UE) 2022/169 da Comissão, de 8 de fevereiro de 2022, que autoriza a colocação no mercado das formas congelada, desidratada e em pó de tenébrio (larvas de *Tenebrio molitor*) como novo alimento ao abrigo do Regulamento (UE) 2015/2283 do Parlamento Europeu e do Conselho e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 da Comissão (JO L 28 de 9.2.2022, p. 10).
169. 32022 R 0187: Regulamento de Execução (UE) 2022/187 da Comissão, de 10 de fevereiro de 2022, que autoriza a colocação no mercado de ácidos gordos cetilados como novo alimento ao abrigo do Regulamento (UE) 2015/2283 do Parlamento Europeu e do Conselho e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 da Comissão (JO L 30 de 11.2.2022, p. 102).
170. 32022 R 0188: Regulamento de Execução (UE) 2022/188 da Comissão, de 10 de fevereiro de 2022, que autoriza a colocação no mercado das formas congelada, desidratada e em pó de *Acheta domesticus* como novo alimento ao abrigo do Regulamento (UE) 2015/2283 do Parlamento Europeu e do Conselho e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 da Comissão (JO L 30 de 11.2.2022, p. 108).
171. 32022 R 0196: Regulamento de Execução (UE) 2022/196 da Comissão, de 11 de fevereiro de 2022, que autoriza uma extensão da utilização e a alteração das especificações da levedura para panificação (*Saccharomyces cerevisiae*) tratada com UV como novo alimento ao abrigo do Regulamento (UE) 2015/2283 do Parlamento Europeu e do Conselho, e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 da Comissão (JO L 31 de 14.2.2022, p. 46).

172. 32022 R 0673: Regulamento de Execução (UE) 2022/673 da Comissão, de 22 de abril de 2022, que autoriza a colocação no mercado de proteína de feijão-mungo (*Vigna radiata*) como novo alimento ao abrigo do Regulamento (UE) 2015/2283 do Parlamento Europeu e do Conselho e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 da Comissão (JO L 122 de 25.4.2022, p. 27).
173. 32022 R 0961: Regulamento de Execução (UE) 2022/961 da Comissão, de 20 de junho de 2022, que autoriza a colocação no mercado de tetra-hidrocurcuminoídes como novo alimento e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 (JO L 165 de 21.6.2022, p. 41).
174. 32022 R 0965: Regulamento de Execução (UE) 2022/965 da Comissão, de 21 de junho de 2022, que autoriza a colocação no mercado de miolo de sementes da variedade comestível de *Jatropha curcas* L. como novo alimento e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 (JO L 166 de 22.6.2022, p. 118).
175. 32022 R 1373: Regulamento de Execução (UE) 2022/1373 da Comissão, de 5 de agosto de 2022, que autoriza a colocação no mercado de tartarato adípato de hidróxido de ferro como novo alimento e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 (JO L 206 de 8.8.2022, p. 28).
176. 32022 R 2534: Regulamento de Execução (UE) 2022/2534 da Comissão, de 21 de dezembro de 2022, que autoriza a colocação no mercado de beta-lactoglobulina (β -lactoglobulina) de leite de bovino como novo alimento e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 (JO L 328 de 22.12.2022, p. 85).
177. 32022 R 2535: Regulamento de Execução (UE) 2022/2535 da Comissão, de 21 de dezembro de 2022, que autoriza a colocação no mercado da forma em pó de micélios liofilizados de *Antrodia camphorata* como novo alimento e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 (JO L 328 de 22.12.2022, p. 91).

178. 32023 R 0004: Regulamento de Execução (UE) 2023/4 da Comissão, de 3 de janeiro de 2023, que autoriza a colocação no mercado de pó de cogumelos com vitamina D2 como novo alimento e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 (JO L 2 de 4.1.2023, p. 3).
179. 32023 R 0005: Regulamento de Execução (UE) 2023/5 da Comissão, de 3 de janeiro de 2023, que autoriza a colocação no mercado de pó parcialmente desengordurado de *Acheta domesticus* (grilo-doméstico) como novo alimento e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 (JO L 2 de 4.1.2023, p. 9).
180. 32023 R 0006: Regulamento de Execução (UE) 2023/6 da Comissão, de 3 de janeiro de 2023, que autoriza a colocação no mercado de proteína de ervilha e arroz fermentada por micélios de *Lentinula edodes* («shiitake») como novo alimento e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 (JO L 2 de 4.1.2023, p. 16).
181. 32023 R 0007: Regulamento de Execução (UE) 2023/7 da Comissão, de 3 de janeiro de 2023, que autoriza a colocação no mercado de lacto-N-tetraose produzida por estirpes derivadas de *Escherichia coli* BL21(DE3) como novo alimento e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 (JO L 2 de 4.1.2023, p. 21).
182. 32023 R 0052: Regulamento de Execução (UE) 2023/52 da Comissão, de 4 de janeiro de 2023, que autoriza a colocação no mercado de 3-fucosil-lactose produzida por uma estirpe derivada de *Escherichia coli* BL21(DE3) como novo alimento e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 (JO L 3 de 5.1.2023, p. 1).
183. 32023 R 0058: Regulamento de Execução (UE) 2023/58 da Comissão, de 5 de janeiro de 2023, que autoriza a colocação no mercado das formas congelada, em pasta, desidratada e em pó de larvas de *Alphitobius diaperinus* (tenebrião-pequeno) como novo alimento e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 (JO L 5 de 6.1.2023, p. 10).

184. 32023 R 0065: Regulamento de Execução (UE) 2023/65 da Comissão, de 6 de janeiro de 2023, que retifica o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 que estabelece a lista da União de novos alimentos, o Regulamento de Execução (UE) 2018/1648 que autoriza a colocação no mercado de xilo-oligossacáridos como novo alimento, o Regulamento de Execução (UE) 2019/1686 que autoriza a extensão da utilização do isolado de proteína básica de soro de leite de bovino como novo alimento e o Regulamento de Execução (UE) 2021/96 que autoriza a colocação no mercado de sal de sódio de 3'-sialil-lactose como novo alimento (JO L 6 de 9.1.2023, p. 1).
185. 32023 R 0113: Regulamento de Execução (UE) 2023/113 da Comissão, de 16 de janeiro de 2023, que autoriza a colocação no mercado de sal de sódio de 3'-sialil-lactose produzido por estirpes derivadas de *Escherichia coli* BL21(DE3) como novo alimento e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 (JO L 15 de 17.1.2023, p. 1).

CAPÍTULO 12

RADIAÇÃO IONIZANTE

1. 31999 L 0002: Diretiva 1999/2/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de fevereiro de 1999, relativa à aproximação das legislações dos Estados-Membros respeitantes aos alimentos e ingredientes alimentares tratados por radiação ionizante (JO L 66 de 13.3.1999, p. 16), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32003 R 1882: Regulamento (CE) n.º 1882/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de setembro de 2003 (JO L 284 de 31.10.2003, p. 1),
 - 32008 R 1137: Regulamento (CE) n.º 1137/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de outubro de 2008 (JO L 311 de 21.11.2008, p. 1).
2. 31999 L 0003: Diretiva 1999/3/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de fevereiro de 1999, relativa ao estabelecimento de uma lista comunitária de alimentos e ingredientes alimentares tratados por radiação ionizante (JO L 66 de 13.3.1999, p. 24).
3. 32002 D 0840: Decisão 2002/840/CE da Comissão, de 23 de outubro de 2002, que adota a lista das instalações aprovadas para a irradiação de alimentos em países terceiros (JO L 287 de 25.10.2002, p. 40), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32004 D 0691: Decisão 2004/691/CE da Comissão, de 7 de outubro de 2004 (JO L 314 de 13.10.2004, p. 14),

- 32007 D 0802: Decisão 2007/802/CE da Comissão, de 4 de dezembro de 2007 (JO L 323 de 8.12.2007, p. 40),
- 32010 D 0172: Decisão 2010/172/UE da Comissão, de 22 de março de 2010 (JO L 75 de 23.3.2010, p. 33),
- 32022 D 0120: Decisão de Execução (UE) 2022/120 da Comissão, de 26 de janeiro de 2022 (JO L 19 de 27.1.2022, p. 72).

CAPÍTULO 13

ÁGUAS MINERAIS

1. 32009 L 0054: Diretiva 2009/54/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de junho de 2009, relativa à exploração e à comercialização de águas minerais naturais (Reformulação) (JO L 64 de 26.6.2009, p. 45).
2. 32003 L 0040: Diretiva 2003/40/CE da Comissão, de 16 de maio de 2003, que estabelece a lista, os limites de concentração e as menções constantes do rótulo para os constituintes das águas minerais naturais, bem como as condições de utilização de ar enriquecido em ozono para o tratamento das águas minerais naturais e das águas de nascente (JO L 126 de 22.5.2003, p. 34).
3. 32010 R 0115: Regulamento (UE) n.º 115/2010 da Comissão, de 9 de fevereiro de 2010, que estabelece as condições de utilização de alumina ativada na remoção de fluoreto de águas minerais naturais e de águas de nascente (JO L 37 de 10.2.2010, p. 13).

CAPÍTULO 14

ACORDOS INTERNACIONAIS DA UE

SECÇÃO A

ACORDO SOBRE O ESPAÇO ECONÓMICO EUROPEU

1. 31994 D 0001: Decisão 94/1/CECA, CE do Conselho e da Comissão, de 13 de dezembro de 1993, relativa à celebração do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu entre as Comunidades Europeias, os seus Estados-Membros e a República da Áustria, a República da Finlândia, a República da Islândia, o Principado do Liechtenstein, o Reino da Noruega, o Reino da Suécia e a Confederação Suíça (JO L 1 de 3.1.1994, p. 1).
2. 21994 A 0103(01): Acordo sobre o Espaço Económico Europeu - Ato final - Declarações comuns - Declarações dos Governos dos Estados-Membros das Comunidades Europeias e dos Estados da EFTA - Acordos diversos - Ata Acordada - Declaração de uma ou de várias das partes contratantes relativos ao acordo sobre o Espaço Económico Europeu (JO L 1 de 3.1.1994, p. 3).
3. 21994 A 0103(52): Acordo sobre o Espaço Económico Europeu - Anexo II - Regulamentação técnica, normas, ensaios e certificação — Lista prevista no artigo 23.º (JO L 1 de 3.1.1994, p. 263), com a redação que lhe foi dada por:
 - 21994 D 1231: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 35/94, de 15 de dezembro de 1994 (JO L 372 de 31.12.1994, p. 8),

- 21995 D 0302: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 6/95, de 27 de janeiro de 1995 (JO L 47 de 2.3.1995, p. 26),
- 21999 D 0708: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 71/98, de 31 de julho de 1998 (JO L 172 de 8.7.1999, p. 50),
- 21999 D 1028: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 106/98, de 27 de novembro de 1998 (JO L 277 de 28.10.1999, p. 37),
- 22000 D 1221: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 103/1999, de 24 de setembro de 1999 (JO L 325 de 21.12.2000, p. 7),
- 22001 D 0012: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 12/2001, de 23 de fevereiro de 2001 (JO L 117 de 26.4.2001, p. 7),
- 22001 D 0105: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 105/2001, de 26 de outubro de 2001 (JO L 322 de 6.12.2001, p. 11),
- 22001 D 0106: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 106/2001, de 28 de setembro de 2001 (JO L 322 de 6.12.2001, p. 13),
- 22001 D 0109: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 109/2001, de 28 de setembro de 2001 (JO L 322 de 6.12.2001, p. 18),
- 22001 D 0136: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 136/2001, de 9 de novembro de 2001 (JO L 22 de 24.1.2002, p. 26),

- 22002 D 0029: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 29/2002, de 19 de abril de 2002 (JO L 154 de 13.6.2002, p. 8),
- 22003 D 0073: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 73/2003, de 20 de junho de 2003 (JO L 257 de 9.10.2003, p. 20),
- 22004 D 0020: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 20/2004, de 19 de março de 2004 (JO L 127 de 29.4.2004, p. 124),
- 22004 D 0021: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 21/2004, de 19 de março de 2004 (JO L 127 de 29.4.2004, p. 126),
- 22005 D 0124: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 124/2004, de 24 de setembro de 2004 (JO L 64 de 10.3.2005, p. 41),
- 22005 D 0143: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 143/2004, de 29 de outubro de 2004 (JO L 102 de 21.4.2005, p. 10),
- 22005 D 0097: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 97/2005, de 8 de julho de 2005 (JO L 306 de 24.11.2005, p. 24),
- 22006 D 0022: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 22/2006, de 10 de março de 2006 (JO L 147 de 1.6.2006, p. 34),
- 22006 D 0045: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 45/2006, de 28 de abril de 2006 (JO L 175 de 29.6.2006, p. 92),

- 22006 D 0046: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 46/2006, de 28 de abril de 2006 (JO L 175 de 29.6.2006, p. 94),
- 22007 D 0047: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 47/2007, de 8 de junho de 2007 (JO L 266 de 11.10.2007, p. 4),
- 22007 D 0103: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 103/2007, de 28 de setembro de 2007 (JO L 47 de 21.2.2008, p. 18),
- 22007 D 0134: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 134/2007, de 26 de outubro de 2007 (JO L 100 de 10.4.2008, p. 33),
- 22008 D 0001: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 1/2008, de 1 de fevereiro de 2008 (JO L 154 de 12.6.2008, p. 1),
- 22008 D 0005: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 5/2008, de 1 de fevereiro de 2008 (JO L 154 de 12.6.2008, p. 9),
- 22008 D 0006: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 6/2008, de 1 de fevereiro de 2008 (JO L 154 de 12.6.2008, p. 11),
- 22009 D 0004: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 4/2009, de 5 de fevereiro de 2009 (JO L 73 de 19.3.2009, p. 36),
- 22009 D 0005: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 5/2009, de 5 de fevereiro de 2009 (JO L 73 de 19.3.2009, p. 38),

- 22009 D 0027: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 27/2009, de 17 de março de 2009 (JO L 130 de 28.5.2009, p. 19),
- 22009 D 0060: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 60/2009, de 29 de maio de 2009 (JO L 232 de 3.9.2009, p. 11),
- 22009 D 0078: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 78/2009, de 3 de julho de 2009 (JO L 277 de 22.10.2009, p. 27),
- 22009 D 0126: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 126/2009, de 4 de dezembro de 2009 (JO L 62 de 11.3.2010, p. 13),
- 22010 D 0018: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 18/2010, de 1 de março de 2010 (JO L 143 de 10.6.2010, p. 4),
- 22010 D 0023: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 23/2010, de 12 de março de 2010 (JO L 143 de 10.6.2010, p. 16),
- 22010 D 0024: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 24/2010, de 12 de março de 2010 (JO L 143 de 10.6.2010, p. 17),
- 22010 D 0040: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 40/2010, de 30 de abril de 2010 (JO L 181 de 15.7.2010, p. 6),
- 22010 D 0041: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 41/2010, de 30 de abril de 2010 (JO L 181 de 15.7.2010, p. 7),

- 22010 D 0042: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 42/2010, de 30 de abril de 2010 (JO L 181 de 15.7.2010, p. 9),
- 22010 D 0083: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 83/2010, de 2 de julho de 2010 (JO L 277 de 21.10.2010, p. 37),
- 22010 D 0100: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 100/2010, de 1 de outubro de 2010 (JO L 332 de 16.12.2010, p. 50),
- 22011 D 0013: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 13/2011, de 1 de abril de 2011 (JO L 171 de 30.6.2011, p. 10),
- 22011 D 0029: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 29/2011, de 1 de abril de 2011 (JO L 171 de 30.6.2011, p. 28),
- 22011 D 0050: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 50/2011, de 20 de maio de 2011 (JO L 196 de 28.7.2011, p. 29),
- 22011 D 0059: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 59/2011, de 1 de julho de 2011 (JO L 262 de 6.10.2011, p. 1),
- 22011 D 0068: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 68/2011, de 1 de julho de 2011 (JO L 262 de 6.10.2011, p. 23),
- 22011 D 0069: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 69/2011, de 1 de julho de 2011 (JO L 262 de 6.10.2011, p. 24),

- 22011 D 0070: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 70/2011, de 1 de julho de 2011 (JO L 262 de 6.10.2011, p. 26),
- 22011 D 0112: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 112/2011, de 21 de outubro de 2011 (JO L 341 de 22.12.2011, p. 72),
- 22011 D 0114: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 114/2011, de 21 de outubro de 2011 (JO L 341 de 22.12.2011, p. 76),
- 22011 D 0115: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 115/2011, de 21 de outubro de 2011 (JO L 341 de 22.12.2011, p. 78),
- 22011 D 0124: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 124/2011, de 2 de dezembro de 2011 (JO L 76 de 15.3.2012, p. 3),
- 22011 D 0128: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 128/2011, de 2 de dezembro de 2011 (JO L 76 de 15.3.2012, p. 11),
- 22011 D 0129: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 129/2011, de 2 de dezembro de 2011 (JO L 76 de 15.3.2012, p. 12),
- 22012 D 0003: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 3/2012, de 10 de fevereiro de 2012 (JO L 161 de 21.6.2012, p. 5),
- 22012 D 0009: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 9/2012, de 10 de fevereiro de 2012 (JO L 161 de 21.6.2012, p. 15),

- 22012 D 0045: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 45/2012, de 30 de março de 2012 (JO L 207 de 2.8.2012, p. 24),
- 22012 D 0076: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 76/2012, de 30 de abril de 2012 (JO L 248 de 13.9.2012, p. 6),
- 22012 D 0079: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 79/2012, de 30 de abril de 2012 (JO L 248 de 13.9.2012, p. 11),
- 22012 D 0080: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 80/2012, de 30 de abril de 2012 (JO L 248 de 13.9.2012, p. 13),
- 22012 D 0082: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 82/2012, de 30 de abril de 2012 (JO L 248 de 13.9.2012, p. 18),
- 22012 D 0083: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 83/2012, de 30 de abril de 2012 (JO L 248 de 13.9.2012, p. 19),
- 22012 D 0084: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 84/2012, de 30 de abril de 2012 (JO L 248 de 13.9.2012, p. 21),
- 22012 D 0085: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 85/2012, de 30 de abril de 2012 (JO L 248 de 13.9.2012, p. 22),
- 22012 D 0086: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 86/2012, de 30 de abril de 2012 (JO L 248 de 13.9.2012, p. 23),

- 22012 D 0105: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 105/2012, de 15 de junho de 2012 (JO L 270 de 4.10.2013, p. 4),
- 22012 D 0159: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 159/2012, de 28 de setembro de 2012 (JO L 341 de 13.12.2012, p. 9),
- 22012 D 0192: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 192/2012, de 26 de outubro de 2012 (JO L 21 de 24.1.2013, p. 38),
- 22012 D 0193: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 193/2012, de 26 de outubro de 2012 (JO L 21 de 24.1.2013, p. 41),
- 22012 D 0206: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 206/2012, de 7 de dezembro de 2012 (JO L 81 de 21.3.2013, p. 3),
- 22012 D 0207: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 207/2012, de 7 de dezembro de 2012 (JO L 81 de 21.3.2013, p. 6),
- 22013 D 0034: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 34/2013, de 15 de março de 2013 (JO L 231 de 29.8.2013, p. 8),
- 22013 D 0035: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 35/2013, de 15 de março de 2013 (JO L 231 de 29.8.2013, p. 10),
- 22013 D 0055: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 55/2013, de 3 de maio de 2013 (JO L 291 de 31.10.2013, p. 6),

- 22013 D 0056: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 56/2013, de 3 de maio de 2013 (JO L 291 de 31.10.2013, p. 8),
- 22013 D 0063: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 63/2013, de 3 de maio de 2013 (JO L 291 de 31.10.2013, p. 16),
- 22013 D 0064: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 64/2013, de 3 de maio de 2013 (JO L 291 de 31.10.2013, p. 19),
- 22013 D 0109: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 109/2013, de 14 de junho de 2013 (JO L 318 de 28.11.2013, p. 10),
- 22013 D 0110: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 110/2013, de 14 de junho de 2013 (JO L 318 de 28.11.2013, p. 11),
- 22013 D 0137: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 137/2013, de 15 de julho de 2013 (JO L 345 de 19.12.2013, p. 5),
- 22013 D 0154: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 154/2013, de 8 de outubro de 2013 (JO L 58 de 27.2.2014, p. 5),
- 22013 D 0157: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 157/2013, de 8 de outubro de 2013 (JO L 58 de 27.2.2014, p. 9),
- 22013 D 0186: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 186/2013, de 8 de novembro de 2013 (JO L 92 de 27.3.2014, p. 12),

- 22013 D 0187: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 187/2013, de 8 de novembro de 2013 (JO L 92 de 27.3.2014, p. 13),
- 22013 D 0188: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 188/2013, de 8 de novembro de 2013 (JO L 92 de 27.3.2014, p. 14),
- 22013 D 0189: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 189/2013, de 8 de novembro de 2013 (JO L 92 de 27.3.2014, p. 15),
- 22013 D 0190: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 190/2013, de 8 de novembro de 2013 (JO L 92 de 27.3.2014, p. 16),
- 22013 D 0220: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 220/2013, de 13 de dezembro de 2013 (JO L 154 de 22.5.2014, p. 13),
- 22013 D 0222: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 222/2013, de 13 de dezembro de 2013 (JO L 154 de 22.5.2014, p. 17),
- 22014 D 0116: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 116/2014, de 27 de junho de 2014 (JO L 342 de 27.11.2014, p. 6),
- 22014 D 0117: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 117/2014, de 27 de junho de 2014 (JO L 342 de 27.11.2014, p. 8),
- 22014 D 0175: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 175/2014, de 25 de setembro de 2014 (JO L 200 de 30.7.2015, p. 23),

- 22014 D 0176: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 176/2014, de 25 de setembro de 2014 (JO L 200 de 30.7.2015, p. 25),
- 22014 D 0177: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 177/2014, de 25 de setembro de 2014 (JO L 200 de 30.7.2015, p. 27),
- 22014 D 0214: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 214/2014, de 24 de outubro de 2014 (JO L 230 de 3.9.2015, p. 10),
- 22014 D 0215: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 215/2014, de 24 de outubro de 2014 (JO L 230 de 3.9.2015, p. 12),
- 22014 D 0216: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 216/2014, de 24 de outubro de 2014 (JO L 230 de 3.9.2015, p. 14),
- 22014 D 0217: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 217/2014, de 24 de outubro de 2014 (JO L 230 de 3.9.2015, p. 15),
- 22015 D 2126: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 259/2014, de 12 de dezembro de 2014 (JO L 311 de 26.11.2015, p. 8),
- 22015 D 2127: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 260/2014, de 12 de dezembro de 2014 (JO L 311 de 26.11.2015, p. 9),
- 22015 D 2128: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 261/2014, de 12 de dezembro de 2014 (JO L 311 de 26.11.2015, p. 11),

- 22015 D 2129: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 262/2014, de 12 de dezembro de 2014 (JO L 311 de 26.11.2015, p. 12),
- 22016 D 0499: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 11/2015, de 25 de fevereiro de 2015 (JO L 93 de 7.4.2016, p. 18),
- 22016 D 0501: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 13/2015, de 25 de fevereiro de 2015 (JO L 93 de 7.4.2016, p. 22),
- 22016 D 0502: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 14/2015, de 25 de fevereiro de 2015 (JO L 93 de 7.4.2016, p. 24),
- 22016 D 0727: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 44/2015, de 20 de março de 2015 (JO L 129 de 19.5.2016, p. 20),
- 22016 D 0728: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 45/2015, de 20 de março de 2015 (JO L 129 de 19.5.2016, p. 22),
- 22016 D 0729: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 46/2015, de 20 de março de 2015 (JO L 129 de 19.5.2016, p. 24),
- 22016 D 0730: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 47/2015, de 20 de março de 2015 (JO L 129 de 19.5.2016, p. 26),
- 22016 D 0731: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 48/2015, de 20 de março de 2015 (JO L 129 de 19.5.2016, p. 28),

- 22016 D 0732: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 49/2015, de 20 de março de 2015 (JO L 129 de 19.5.2016, p. 29),
- 22016 D 0733: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 50/2015, de 20 de março de 2015 (JO L 129 de 19.5.2016, p. 31),
- 22016 D 1270: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 87/2015, de 30 de abril de 2015 (JO L 211 de 4.8.2016, p. 24),
- 22017 D 0017: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 177/2015, de 10 de julho de 2015 (JO L 8 de 12.1.2017, p. 5),
- 22017 D 0516: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 209/2015, de 25 de setembro de 2015 (JO L 85 de 30.3.2017, p. 24),
- 22017 D 0517: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 210/2015, de 25 de setembro de 2015 (JO L 85 de 30.3.2017, p. 26),
- 22017 D 0518: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 211/2015, de 25 de setembro de 2015 (JO L 85 de 30.3.2017, p. 28),
- 22017 D 1035: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 246/2015, de 30 de outubro de 2015 (JO L 161 de 22.6.2017, p. 22),
- 22017 D 1036: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 247/2015, de 30 de outubro de 2015 (JO L 161 de 22.6.2017, p. 23),

- 22017 D 1037: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 248/2015, de 30 de outubro de 2015 (JO L 161 de 22.6.2017, p. 25),
- 22017 D 1038: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 249/2015, de 30 de outubro de 2015 (JO L 161 de 22.6.2017, p. 26),
- 22017 D 1040: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 251/2015, de 30 de outubro de 2015 (JO L 161 de 22.6.2017, p. 30),
- 22017 D 1041: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 252/2015, de 30 de outubro de 2015 (JO L 161 de 22.6.2017, p. 32),
- 22017 D 1042: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 253/2015, de 30 de outubro de 2015 (JO L 161 de 22.6.2017, p. 33),
- 22017 D 1043: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 254/2015, de 30 de outubro de 2015 (JO L 161 de 22.6.2017, p. 35),
- 22017 D 1044: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 255/2015, de 30 de outubro de 2015 (JO L 161 de 22.6.2017, p. 37),
- 22017 D 1287: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 4/2016, de 5 de fevereiro de 2016 (JO L 189 de 20.7.2017, p. 7),
- 22017 D 1295: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 12/2016, de 5 de fevereiro de 2016 (JO L 189 de 20.7.2017, p. 17),

- 22017 D 1296: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 13/2016, de 5 de fevereiro de 2016 (JO L 189 de 20.7.2017, p. 18),
- 22017 D 1297: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 14/2016, de 5 de fevereiro de 2016 (JO L 189 de 20.7.2017, p. 19),
- 22017 D 1298: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 15/2016, de 5 de fevereiro de 2016 (JO L 189 de 20.7.2017, p. 20),
- 22017 D 1299: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 16/2016, de 5 de fevereiro de 2016 (JO L 189 de 20.7.2017, p. 22),
- 22017 D 1874: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 44/2016, de 18 de março de 2016 (JO L 270 de 19.10.2017, p. 7),
- 22017 D 1875: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 45/2016, de 18 de março de 2016 (JO L 270 de 19.10.2017, p. 9),
- 22017 D 1877: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 47/2016, de 18 de março de 2016 (JO L 270 de 19.10.2017, p. 13),
- 22017 D 1878: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 48/2016, de 18 de março de 2016 (JO L 270 de 19.10.2017, p. 15),
- 22017 D 2029: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 79/2016, de 29 de abril de 2016 (JO L 300 de 16.11.2017, p. 22),

- 22017 D 2030: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 80/2016, de 29 de abril de 2016 (JO L 300 de 16.11.2017, p. 24),
- 22017 D 2031: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 81/2016, de 29 de abril de 2016 (JO L 300 de 16.11.2017, p. 25),
- 22017 D 2125: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 107/2016, de 3 de junho de 2016 (JO L 308 de 23.11.2017, p. 5),
- 22017 D 2129: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 111/2016, de 3 de junho de 2016 (JO L 308 de 23.11.2017, p. 12),
- 22017 D 2130: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 112/2016, de 3 de junho de 2016 (JO L 308 de 23.11.2017, p. 14),
- 22017 D 2131: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 113/2016, de 3 de junho de 2016 (JO L 308 de 23.11.2017, p. 16),
- 22017 D 2132: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 114/2016, de 3 de junho de 2016 (JO L 308 de 23.11.2017, p. 17),
- 22017 D 2133: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 115/2016, de 3 de junho de 2016 (JO L 308 de 23.11.2017, p. 18),
- 22017 D 2134: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 116/2016, de 3 de junho de 2016 (JO L 308 de 23.11.2017, p. 19),

- 22017 D 2135: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 117/2016, de 3 de junho de 2016 (JO L 308 de 23.11.2017, p. 20),
- 22018 D 0358: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 136/2016, de 8 de julho de 2016 (JO L 73 de 15.3.2018, p. 4),
- 22018 D 0361: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 139/2016, de 8 de julho de 2016 (JO L 73 de 15.3.2018, p. 9),
- 22018 D 0362: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 140/2016, de 8 de julho de 2016 (JO L 73 de 15.3.2018, p. 11),
- 22018 D 0363: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 141/2016, de 8 de julho de 2016 (JO L 73 de 15.3.2018, p. 12),
- 22018 D 0364: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 142/2016, de 8 de julho de 2016 (JO L 73 de 15.3.2018, p. 13),
- 22018 D 0365: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 143/2016, de 8 de julho de 2016 (JO L 73 de 15.3.2018, p. 14),
- 22018 D 0366: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 144/2016, de 8 de julho de 2016 (JO L 73 de 15.3.2018, p. 16),
- 22018 D 0367: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 145/2016, de 8 de julho de 2016 (JO L 73 de 15.3.2018, p. 18),

- 22018 D 0428: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 170/2016, de 23 de setembro de 2016 (JO L 80 de 22.3.2018, p. 10),
- 22018 D 0429: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 171/2016, de 23 de setembro de 2016 (JO L 80 de 22.3.2018, p. 11),
- 22018 D 0430: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 172/2016, de 23 de setembro de 2016 (JO L 80 de 22.3.2018, p. 13),
- 22018 D 0529: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 208/2016, de 28 de outubro de 2016 (JO L 89 de 5.4.2018, p. 10),
- 22018 D 1157: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 219/2016, de 2 de dezembro de 2016 (JO L 215 de 23.8.2018, p. 5),
- 22018 D 1166: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 228/2016, de 2 de dezembro de 2016 (JO L 215 de 23.8.2018, p. 19),
- 22018 D 1167: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 229/2016, de 2 de dezembro de 2016 (JO L 215 de 23.8.2018, p. 21),
- 22018 D 1168: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 230/2016, de 2 de dezembro de 2016 (JO L 215 de 23.8.2018, p. 22),
- 22018 D 1169: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 231/2016, de 2 de dezembro de 2016 (JO L 215 de 23.8.2018, p. 24),

- 22018 D 1170: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 232/2016, de 2 de dezembro de 2016 (JO L 215 de 23.8.2018, p. 26),
- 22018 D 1171: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 233/2016, de 2 de dezembro de 2016 (JO L 215 de 23.8.2018, p. 28),
- 22018 D 1746: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 12/2017, de 3 de fevereiro de 2017 (JO L 297 de 22.11.2018, p. 15),
- 22018 D 1747: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 13/2017, de 3 de fevereiro de 2017 (JO L 297 de 22.11.2018, p. 16),
- 22018 D 1754: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 20/2017, de 3 de fevereiro de 2017 (JO L 297 de 22.11.2018, p. 25),
- 22018 D 1755: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 21/2017, de 3 de fevereiro de 2017 (JO L 297 de 22.11.2018, p. 26),
- 22018 D 1756: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 22/2017, de 3 de fevereiro de 2017 (JO L 297 de 22.11.2018, p. 28),
- 22018 D 1757: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 23/2017, de 3 de fevereiro de 2017 (JO L 297 de 22.11.2018, p. 29),
- 22018 D 1758: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 24/2017, de 3 de fevereiro de 2017 (JO L 297 de 22.11.2018, p. 30),

- 22018 D 1816: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 52/2017, de 17 de março de 2017 (JO L 305 de 29.11.2018, p. 17),
- 22019 D 0194: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 82/2017, de 5 de maio de 2017 (JO L 36 de 7.2.2019, p. 26),
- 22019 D 0197: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 85/2017, de 5 de maio de 2017 (JO L 36 de 7.2.2019, p. 31),
- 22019 D 0198: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 86/2017, de 5 de maio de 2017 (JO L 36 de 7.2.2019, p. 33),
- 22019 D 0199: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 87/2017, de 5 de maio de 2017 (JO L 36 de 7.2.2019, p. 34),
- 22019 D 0730: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 123/2017, de 7 de julho de 2017 (JO L 128 de 16.5.2019, p. 12),
- 22019 D 0731: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 124/2017, de 7 de julho de 2017 (JO L 128 de 16.5.2019, p. 14),
- 22019 D 0732: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 125/2017, de 7 de julho de 2017 (JO L 128 de 16.5.2019, p. 16),
- 22019 D 0733: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 126/2017, de 7 de julho de 2017 (JO L 128 de 16.5.2019, p. 17),

- 22019 D 0734: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 127/2017, de 7 de julho de 2017 (JO L 128 de 16.5.2019, p. 19),
- 22019 D 0735: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 128/2017, de 7 de julho de 2017 (JO L 128 de 16.5.2019, p. 20),
- 22019 D 1047: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 159/2017, de 22 de setembro de 2017 (JO L 174 de 27.6.2019, p. 15),
- 22019 D 1048: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 160/2017, de 22 de setembro de 2017 (JO L 174 de 27.6.2019, p. 17),
- 22019 D 1049: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 161/2017, de 22 de setembro de 2017 (JO L 174 de 27.6.2019, p. 18),
- 22019 D 1050: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 162/2017, de 22 de setembro de 2017 (JO L 174 de 27.6.2019, p. 19),
- 22019 D 1051: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 163/2017, de 22 de setembro de 2017 (JO L 174 de 27.6.2019, p. 21),
- 22019 D 1052: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 164/2017, de 22 de setembro de 2017 (JO L 174 de 27.6.2019, p. 23),
- 22019 D 1053: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 165/2017, de 22 de setembro de 2017 (JO L 174 de 27.6.2019, p. 25),

- 22019 D 1054: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 166/2017, de 22 de setembro de 2017 (JO L 174 de 27.6.2019, p. 26),
- 22019 D 1055: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 167/2017, de 22 de setembro de 2017 (JO L 174 de 27.6.2019, p. 28),
- 22019 D 1629: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 221/2017, de 15 de dezembro de 2017 (JO L 254 de 3.10.2019, p. 26),
- 22019 D 2042: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 6/2018, de 9 de fevereiro de 2018 (JO L 323 de 12.12.2019, p. 11),
- 22019 D 2043: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 7/2018, de 9 de fevereiro de 2018 (JO L 323 de 12.12.2019, p. 14),
- 22019 D 2047: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 11/2018, de 9 de fevereiro de 2018 (JO L 323 de 12.12.2019, p. 22),
- 22019 D 2048: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 12/2018, de 9 de fevereiro de 2018 (JO L 323 de 12.12.2019, p. 24),
- 22019 D 2049: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 13/2018, de 9 de fevereiro de 2018 (JO L 323 de 12.12.2019, p. 26),
- 22020 D 0056: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 39/2018, de 23 de março de 2018 (JO L 26 de 30.1.2020, p. 9),

- 22020 D 0063: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 46/2018, de 23 de março de 2018 (JO L 26 de 30.1.2020, p. 22),
- 22020 D 0064: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 47/2018, de 23 de março de 2018 (JO L 26 de 30.1.2020, p. 24),
- 22020 D 0298: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 279/2019, de 13 de dezembro de 2019 (JO L 68 de 5.3.2020, p. 8),
- 22020 D 0299: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 280/2019, de 13 de dezembro de 2019 (JO L 68 de 5.3.2020, p. 10),
- 22020 D 0300: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 281/2019, de 13 de dezembro de 2019 (JO L 68 de 5.3.2020, p. 12),
- 22020 D 0301: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 282/2019, de 13 de dezembro de 2019 (JO L 68 de 5.3.2020, p. 14),
- 22020 D 0303: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 284/2019, de 13 de dezembro de 2019 (JO L 68 de 5.3.2020, p. 17),
- 22020 D 0307: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 288/2019, de 13 de dezembro de 2019 (JO L 68 de 5.3.2020, p. 24),
- 22020 D 0309: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 291/2019, de 13 de dezembro de 2019 (JO L 68 de 5.3.2020, p. 28),

- 22020 D 0310: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 292/2019, de 13 de dezembro de 2019 (JO L 68 de 5.3.2020, p. 29),
- 22020 D 0311: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 293/2019, de 13 de dezembro de 2019 (JO L 68 de 5.3.2020, p. 30),
- 22020 D 0312: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 294/2019, de 13 de dezembro de 2019 (JO L 68 de 5.3.2020, p. 8),
- 22020 D 0801: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 47/2019, de 29 de março de 2019 (JO L 210 de 2.7.2020, p. 3),
- 22020 D 0810: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 56/2019, de 29 de março de 2019 (JO L 210 de 2.7.2020, p. 20),
- 22020 D 0812: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 58/2019, de 29 de março de 2019 (JO L 210 de 2.7.2020, p. 23),
- 22020 D 0813: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 59/2019, de 29 de março de 2019 (JO L 210 de 2.7.2020, p. 25),
- 22020 D 0814: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 60/2019, de 29 de março de 2019 (JO L 210 de 2.7.2020, p. 26),
- 22020 D 0815: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 61/2019, de 29 de março de 2019 (JO L 210 de 2.7.2020, p. 28),

- 22020 D 0816: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 62/2019, de 29 de março de 2019 (JO L 210 de 2.7.2020, p. 29),
- 22020 D 0817: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 63/2019, de 29 de março de 2019 (JO L 210 de 2.7.2020, p. 30),
- 22020 D 0923: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 4/2019, de 8 de fevereiro de 2019 (JO L 228 de 16.7.2020, p. 7),
- 22020 D 0926: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 7/2019, de 8 de fevereiro de 2019 (JO L 228 de 16.7.2020, p. 13),
- 22020 D 0927: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 8/2019, de 8 de fevereiro de 2019 (JO L 228 de 16.7.2020, p. 14),
- 22020 D 0928: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 9/2019, de 8 de fevereiro de 2019 (JO L 228 de 16.7.2020, p. 16),
- 22020 D 1445: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 85/2018, de 27 de abril de 2018 (JO L 340 de 15.10.2020, p. 15),
- 22020 D 1446: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 86/2018, de 27 de abril de 2018 (JO L 340 de 15.10.2020, p. 17),
- 22021 D 0197: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 135/2018, de 6 de julho de 2018 (JO L 67 de 25.2.2021, p. 23),

- 22021 D 0198: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 136/2018, de 6 de julho de 2018 (JO L 67 de 25.2.2021, p. 24),
- 22021 D 0199: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 137/2018, de 6 de julho de 2018 (JO L 67 de 25.2.2021, p. 26),
- 22021 D 0200: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 138/2018, de 6 de julho de 2018 (JO L 67 de 25.2.2021, p. 27),
- 22021 D 0201: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 139/2018, de 6 de julho de 2018 (JO L 67 de 25.2.2021, p. 29),
- 22021 D 0202: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 140/2018, de 6 de julho de 2018 (JO L 67 de 25.2.2021, p. 30),
- 22021 D 1495: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 228/2018, de 5 de dezembro de 2018 (JO L 337 de 23.9.2021, p. 13),
- 22021 D 1496: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 229/2018, de 5 de dezembro de 2018 (JO L 337 de 23.9.2021, p. 15),
- 22021 D 1497: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 230/2018, de 5 de dezembro de 2018 (JO L 337 de 23.9.2021, p. 17),
- 22021 D 1499: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 232/2018, de 5 de dezembro de 2018 (JO L 337 de 23.9.2021, p. 20),

- 22021 D 1500: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 233/2018, de 5 de dezembro de 2018 (JO L 337 de 23.9.2021, p. 22),
- 22021 D 1501: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 234/2018, de 5 de dezembro de 2018 (JO L 337 de 23.9.2021, p. 24),
- 22021 D 1502: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 235/2018, de 5 de dezembro de 2018 (JO L 337 de 23.9.2021, p. 26),
- 22021 D 1504: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 237/2018, de 5 de dezembro de 2018 (JO L 337 de 23.9.2021, p. 29),
- 22022 D 1116: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 48/2022, de 18 de março de 2022 (JO L 182 de 7.7.2022, p. 16),
- 22022 D 1128: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 60/2022, de 18 de março de 2022 (JO L 182 de 7.7.2022, p. 36),
- 22022 D 1129: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 61/2022, de 18 de março de 2022 (JO L 182 de 7.7.2022, p. 38),
- 22022 D 1130: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 62/2022, de 18 de março de 2022 (JO L 182 de 7.7.2022, p. 39),
- 22022 D 1550: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 106/2022, de 29 de abril de 2022 (JO L 246 de 22.9.2022, p. 35),

- 22022 D 1551: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 107/2022, de 29 de abril de 2022 (JO L 246 de 22.9.2022, p. 37),
- 22022 D 1557: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 113/2022, de 29 de abril de 2022 (JO L 246 de 22.9.2022, p. 49),
- 22022 D 1558: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 114/2022, de 29 de abril de 2022 (JO L 246 de 22.9.2022, p. 51),
- 22022 D 1559: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 115/2022, de 29 de abril de 2022 (JO L 246 de 22.9.2022, p. 52),
- 22022 D 1560: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 116/2022, de 29 de abril de 2022 (JO L 246 de 22.9.2022, p. 54),
- 22022 D 1561: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 117/2022, de 29 de abril de 2022 (JO L 246 de 22.9.2022, p. 56),
- 22022 D 1562: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 118/2022, de 29 de abril de 2022 (JO L 246 de 22.9.2022, p. 58),
- 22022 D 2010: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 112/2019, de 8 de maio de 2019 (JO L 279 de 27.10.2022, p. 8),
- 22022 D 2011: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 113/2019, de 8 de maio de 2019 (JO L 279 de 27.10.2022, p. 10),

- 22022 D 2012: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 114/2019, de 8 de maio de 2019 (JO L 279 de 27.10.2022, p. 11),
- 22022 D 2013: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 115/2019, de 8 de maio de 2019 (JO L 279 de 27.10.2022, p. 13),
- 22022 D 2139: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 147/2019, de 14 de junho de 2019 (JO L 291 de 10.11.2022, p. 20),
- 22022 D 2141: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 149/2019, de 14 de junho de 2019 (JO L 291 de 10.11.2022, p. 24),
- 22022 D 2142: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 150/2019, de 14 de junho de 2019 (JO L 291 de 10.11.2022, p. 26),
- 22022 D 2208: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 184/2019, de 10 de julho de 2019 (JO L 298 de 17.11.2022, p. 3),
- 22022 D 2209: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 185/2019, de 10 de julho de 2019 (JO L 298 de 17.11.2022, p. 5).

Uma versão consolidada do anexo II (Regulamentação técnica, normas, ensaios e certificação) (em duas partes) do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu está disponível no sítio Web da EFTA no seguinte endereço: <https://www.efta.int>

SECÇÃO B

RECOMENDAÇÃO DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO DA EFTA

4. E2013 C 0093: Recomendação n.º 93/13/COL do Órgão de Fiscalização da EFTA, de 21 de fevereiro de 2013, relativa a um plano de controlo coordenado com vista a determinar a prevalência de práticas fraudulentas na comercialização de certos alimentos (JO L 118 de 30.4.2013, p. 44).

SECÇÃO C

DECISÃO DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO DA EFTA

5. E2020 C 0151: Decisão Delegada n.º 151/20/COL do Órgão de Fiscalização da EFTA, de 11 de dezembro de 2020, que estabelece um programa de controlos a efetuar em 2021 nos Estados da EFTA membros do EEE para verificar o cumprimento da legislação do EEE nos domínios alimentar e veterinário (JO L 66 de 25.2.2021, p. 66).

PARTE V

REGRAS ESPECÍFICAS APLICÁVEIS AOS ALIMENTOS PARA ANIMAIS

São Marinho aplica todas as obrigações decorrentes de acordos internacionais celebrados pela UE, na medida em que essas obrigações digam respeito a regras específicas para alimentos para animais necessárias ao bom funcionamento do presente Acordo.

CAPÍTULO 1

COLOCAÇÃO NO MERCADO E UTILIZAÇÃO DE ALIMENTOS PARA ANIMAIS

1. 32009 R 0767: Regulamento (CE) n.º 767/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de julho de 2009, relativo à colocação no mercado e à utilização de alimentos para animais, que altera o Regulamento (CE) n.º 1831/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho e revoga as Diretivas 79/373/CEE do Conselho, 80/511/CEE da Comissão, 82/471/CEE do Conselho, 83/228/CEE do Conselho, 93/74/CEE do Conselho, 93/113/CE do Conselho e 96/25/CE do Conselho e a Decisão 2004/217/CE da Comissão (JO L 229 de 1.9.2009, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32010 R 0568: Regulamento (UE) n.º 568/2010 da Comissão, de 29 de junho de 2010 (JO L 163 de 30.6.2010, p. 30),
 - 32010 R 0939: Regulamento (UE) n.º 939/2010 da Comissão, de 20 de outubro de 2010 (JO L 277 de 21.10.2010, p. 4),

- 32017 R 2279: Regulamento (UE) 2017/2279 da Comissão, de 11 de dezembro de 2017 (JO L 328 de 12.12.2017, p. 3).
2. 31982 L 0475: Diretiva 82/475/CEE da Comissão, de 23 de junho de 1982, que fixa as categorias de ingredientes que podem ser utilizados na marcação dos alimentos compostos para animais domésticos, com a redação que lhe foi dada por:
- 31991 L 0334: Diretiva 91/334/CEE da Comissão, de 6 de junho de 1991 (JO L 184 de 10.7.1991, p. 27),
 - 31998 L 0067: Diretiva 98/67/CE da Comissão, de 7 de setembro de 1998 (JO L 261 de 24.9.1998, p. 10).
3. 32011 H 0025: Recomendação 2011/25/UE da Comissão, de 14 de janeiro de 2011, que estabelece diretrizes para a distinção entre matérias-primas para alimentação animal, aditivos para alimentação animal, produtos biocidas e medicamentos veterinários (JO L 11 de 15.1.2011, p. 75).
4. 32013 R 0068: Regulamento (UE) n.º 68/2013 da Comissão, de 16 de janeiro de 2013, relativo ao Catálogo de matérias-primas para alimentação animal (JO L 29 de 30.1.2013, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:
- 32017 R 101: Regulamento (UE) 2017/1017 da Comissão, de 15 de junho de 2017 (JO L 159 de 21.6.2017, p. 48),
 - 32022 R 1104: Regulamento (UE) 2022/1104 da Comissão, de 1 de julho de 2022 (JO L 177 de 4.7.2022, p. 4).

5. 32020 R 0354: Regulamento (UE) 2020/354 da Comissão, de 4 de março de 2020, que estabelece uma lista das utilizações previstas para os alimentos para animais com objetivos nutricionais específicos e que revoga a Diretiva 2008/38/CE (JO L 67 de 5.3.2020, p. 1).

CAPÍTULO 2

ADITIVOS PARA A ALIMENTAÇÃO ANIMAL

1. 32003 R 1831: Regulamento (CE) n.º 1831/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de setembro de 2003, relativo aos aditivos destinados à alimentação animal (JO L 268 de 18.10.2003, p. 29), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32005 R 0378: Regulamento (CE) n.º 378/2005 da Comissão, de 4 de março de 2005 (JO L 59 de 5.3.2005, p. 8),
 - 32009 R 0386: Regulamento (CE) n.º 386/2009 da Comissão, de 12 de maio de 2009 (JO L 118 de 13.5.2009, p. 66),
 - 32009 R 0596: Regulamento (CE) n.º 596/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de junho de 2009 (JO L 188 de 18.7.2009, p. 14),
 - 32009 R 0767: Regulamento (CE) n.º 767/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de julho de 2009 (JO L 229 de 1.9.2009, p. 1),
 - 32015 R 0327: Regulamento (UE) 2015/327 da Comissão, de 2 de março de 2015 (JO L 58 de 3.3.2015, p. 46),
 - 32015 R 2294: Regulamento (UE) 2015/2294 da Comissão, de 9 de dezembro de 2015 (JO L 324 de 10.12.2015, p. 3),

- 32019 R 0962: Regulamento (UE) 2019/962 da Comissão, de 12 de junho de 2019 (JO L 156 de 13.6.2019, p. 1),
 - 32019 R 1381: Regulamento (UE) 2019/1381 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de junho de 2019 (JO L 231 de 6.9.2019, p. 1).
2. 52004 XC 0225(03): Lista dos aditivos autorizados nos alimentos para animais publicada em aplicação da artigo 9.º-T, alínea b), da Diretiva 70/524/CEE do Conselho relativa aos aditivos na alimentação para animais (situação em 15 de julho de 2003) (JO C 50 de 25.2.2004, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:
- 32003 R 1334: Regulamento (CE) n.º 1334/2003 da Comissão, de 25 de julho de 2003 (JO L 187 de 26.7.2003, p. 11), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32014 R 0107: Regulamento de Execução (UE) n.º 107/2014 da Comissão, de 5 de fevereiro de 2014 (JO L 36 de 6.2.2014, p. 7),
 - 32016 R 1095: Regulamento de Execução (UE) 2016/1095 da Comissão, de 6 de julho de 2016 (JO L 182 de 7.7.2016, p. 7),
 - 32017 R 1145: Regulamento de Execução (UE) 2017/1145 da Comissão, de 8 de junho de 2017 (JO L 166 de 29.6.2017, p. 1),
 - 32017 R 2330: Regulamento de Execução (UE) 2017/2330 da Comissão, de 14 de dezembro de 2017 (JO L 333 de 15.12.2017, p. 41),
 - 32003 R 1801: Regulamento (CE) n.º 1801/2003 da Comissão, de 14 de outubro de 2003 (JO L 264 de 15.10.2003, p. 16),

- 32003 R 1847: Regulamento (CE) n.º 1847/2003 da Comissão, de 20 de outubro de 2003 (JO L 269 de 21.10.2003, p. 3), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32012 R 1018: Regulamento de Execução (UE) n.º 1018/2012 da Comissão, de 5 de novembro de 2012 (JO L 307 de 7.11.2012, p. 56),
- 32003 R 2112 Regulamento (CE) n.º 2112/2003 da Comissão, de 1 de dezembro de 2003 (JO L 317 de 2.12.2003, p. 22),
- 32003 R 2154: Regulamento (CE) n.º 2154/2003 da Comissão, de 10 de dezembro de 2003 (JO L 324 de 11.12.2003, p. 11),
- 32004 R 0490: Regulamento (CE) n.º 490/2004 da Comissão, de 16 de março de 2004 (JO L 79 de 17.3.2004, p. 23),
- 32004 R 0879: Regulamento (CE) n.º 879/2004 da Comissão, de 29 de abril de 2004 (JO L 162 de 30.4.2004, p. 65),
- 32004 R 1288: Regulamento (CE) n.º 1288/2004 da Comissão, de 14 de julho de 2004 (JO L 243 de 15.7.2004, p. 10), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32012 R 1018: Regulamento de Execução (UE) n.º 1018/2012 da Comissão, de 5 de novembro de 2012 (JO L 307 de 7.11.2012, p. 56),
 - 32013 R 1061: Regulamento de Execução (UE) n.º 1061/2013 da Comissão, de 29 de outubro de 2013 (JO L 289 de 31.10.2013, p. 38),

- 32013 R 1101: Regulamento de Execução (UE) n.º 1101/2013 da Comissão, de 6 de novembro de 2013 (JO L 296 de 7.11.2013, p. 1),
- 32017 R 1145: Regulamento de Execução (UE) 2017/1145 da Comissão, de 8 de junho de 2017 (JO L 166 de 29.6.2017, p. 1),
- 32020 R 0147: Regulamento de Execução (UE) 2020/147 da Comissão, de 3 de fevereiro de 2020 (JO L 31 de 4.2.2020, p. 7),
- 32004 R 1356: Regulamento (CE) n.º 1356/2004 da Comissão, de 26 de julho de 2004 (JO L 251 de 27.7.2004, p. 6), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32007 R 0108: Regulamento (CE) n.º 108/2007 da Comissão, de 5 de fevereiro de 2007 (JO L 31 de 6.2.2007, p. 4),
 - 32008 R 1096: Regulamento (CE) n.º 1096/2008 da Comissão, de 6 de novembro de 2008 (JO L 298 de 7.11.2008, p. 5),
 - 32019 R 0138: Regulamento de Execução (UE) 2019/138 da Comissão, de 29 de janeiro de 2019 (JO L 26 de 30.1.2019, p. 1),
- 32004 R 1464: Regulamento (CE) n.º 1464/2004 da Comissão, de 17 de agosto de 2004 (JO L 270 de 18.8.2004, p. 8), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32006 R 0545: Regulamento (CE) n.º 545/2006 da Comissão, de 31 de março de 2006 (JO L 94 de 1.4.2006, p. 26),

- 32010 R 0884: Regulamento (UE) n.º 884/2010 da Comissão, de 7 de outubro de 2010 (JO L 265 de 8.10.2010, p. 4),
- 32019 R 0138: Regulamento de Execução (UE) 2019/138 da Comissão, de 29 de janeiro de 2019 (JO L 26 de 30.1.2019, p. 1),
- 32004 R 1800: Regulamento (CE) n.º 1800/2004 da Comissão, de 15 de outubro de 2004 (JO L 317 de 16.10.2004, p. 37), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32009 R 0101: Regulamento (CE) n.º 101/2009 da Comissão, de 3 de fevereiro de 2009 (JO L 34 de 4.2.2009, p. 5),
 - 32009 R 0214: Regulamento (CE) n.º 214/2009 da Comissão, de 18 de março de 2009 (JO L 73 de 19.3.2009, p. 12),
 - 32012 R 0118: Regulamento de Execução (UE) n.º 118/2012 da Comissão, de 10 de fevereiro de 2012 (JO L 38 de 11.2.2012, p. 36),
 - 32013 R 1014: Regulamento de Execução (UE) n.º 1014/2013 da Comissão, de 22 de outubro de 2013 (JO L 281 de 23.10.2013, p. 1),
 - 32020 R 0148: Regulamento de Execução (UE) 2020/148 da Comissão, de 3 de fevereiro de 2020 (JO L 33 de 5.2.2020, p. 1),

- 32005 R 0255: Regulamento (CE) n.º 255/2005 da Comissão, de 15 de fevereiro de 2005 (JO L 45 de 16.2.2005, p. 3), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32011 R 0171: Regulamento (UE) n.º 171/2011 da Comissão, de 23 de fevereiro de 2011 (JO L 49 de 24.2.2011, p. 11),
 - 32015 R 1053: Regulamento de Execução (UE) 2015/1053 da Comissão, de 1 de julho de 2015 (JO L 171 de 2.7.2015, p. 8),
 - 32015 R 1399: Regulamento de Execução (UE) 2015/1399 da Comissão, de 17 de agosto de 2015 (JO L 217 de 18.8.2015, p. 1),
 - 32017 R 1145: Regulamento de Execução (UE) 2017/1145 da Comissão, de 8 de junho de 2017 (JO L 166 de 29.6.2017, p. 1),
- 32005 R 0358: Regulamento (CE) n.º 358/2005 da Comissão, de 2 de março de 2005 (JO L 57 de 3.3.2005, p. 3), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32013 R 0643: Regulamento de Execução (UE) n.º 643/2013 da Comissão, de 4 de julho de 2013 (JO L 186 de 5.7.2013, p. 7),
 - 32017 R 0429: Regulamento de Execução (UE) 2017/429 da Comissão, de 10 de março de 2017 (JO L 66 de 11.3.2017, p. 4),
 - 32017 R 1145: Regulamento de Execução (UE) 2017/1145 da Comissão, de 8 de junho de 2017 (JO L 166 de 29.6.2017, p. 1),

- 32005 R 0521: Regulamento (CE) n.º 521/2005 da Comissão, de 1 de abril de 2005 (JO L 84 de 2.4.2005, p. 3), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32017 R 1145: Regulamento de Execução (UE) 2017/1145 da Comissão, de 8 de junho de 2017 (JO L 166 de 29.6.2017, p. 1),
- 32005 R 0600: Regulamento (CE) n.º 600/2005 da Comissão, de 18 de abril de 2005 (JO L 99 de 19.4.2005, p. 5), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32007 R 0496: Regulamento (CE) n.º 496/2007 da Comissão, de 4 de maio de 2007 (JO L 117 de 5.5.2007, p. 9),
 - 32009 R 0202: Regulamento (CE) n.º 202/2009 da Comissão, de 16 de março de 2009 (JO L 71 de 17.3.2009, p. 8),
 - 32011 R 0516: Regulamento de Execução (UE) n.º 516/2011 da Comissão, de 25 de maio de 2011 (JO L 138 de 26.5.2011, p. 43),
 - 32012 R 0118: Regulamento de Execução (UE) n.º 118/2012 da Comissão, de 10 de fevereiro de 2012 (JO L 38 de 11.2.2012, p. 36),
 - 32012 R 0334: Regulamento de Execução (UE) n.º 334/2012 da Comissão, de 19 de abril de 2012 (JO L 108 de 20.4.2012, p. 6),
 - 32013 R 1014: Regulamento de Execução (UE) n.º 1014/2013 da Comissão, de 22 de outubro de 2013 (JO L 281 de 23.10.2013, p. 1),

- 32017 R 0447: Regulamento de Execução (UE) 2017/447 da Comissão, de 14 de março de 2017 (JO L 69 de 15.3.2017, p. 18),
- 32017 R 1145: Regulamento de Execução (UE) 2017/1145 da Comissão, de 8 de junho de 2017 (JO L 166 de 29.6.2017, p. 1),
- 32005 R 0943: Regulamento (CE) n.º 943/2005 da Comissão, de 21 de junho de 2005 (JO L 159 de 22.6.2005, p. 6), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32011 R 0361: Regulamento de Execução (UE) n.º 361/2011 da Comissão, de 13 de abril de 2011 (JO L 100 de 14.4.2011, p. 22),
 - 32014 R 0290: Regulamento de Execução (UE) n.º 290/2014 da Comissão, de 21 de março de 2014 (JO L 87 de 22.3.2014, p. 84),
 - 32017 R 1145: Regulamento de Execução (UE) 2017/1145 da Comissão, de 8 de junho de 2017 (JO L 166 de 29.6.2017, p. 1),
- 32005 R 1200: Regulamento (CE) n.º 1200/2005 da Comissão, de 26 de julho de 2005 (JO L 195 de 27.7.2005, p. 6), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32006 R 1445: Regulamento (CE) n.º 1445/2006 da Comissão, de 29 de setembro de 2006 (JO L 271 de 30.9.2006, p. 22),
 - 32008 R 0516: Regulamento (CE) n.º 516/2008 da Comissão, de 10 de junho de 2008 (JO L 151 de 11.6.2008, p. 3),

- 32012 R 1018: Regulamento de Execução (UE) n.º 1018/2012 da Comissão, de 5 de novembro de 2012 (JO L 307 de 7.11.2012, p. 56),
- 32015 R 1053: Regulamento de Execução (UE) 2015/1053 da Comissão, de 1 de julho de 2015 (JO L 171 de 2.7.2015, p. 8),
- 32015 R 1399: Regulamento de Execução (UE) 2015/1399 da Comissão, de 17 de agosto de 2015 (JO L 217 de 18.8.2015, p. 1),
- 32005 R 1206: Regulamento (CE) n.º 1206/2005 da Comissão, de 27 de julho de 2005 (JO L 197 de 28.7.2005, p. 12), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32013 R 0403: Regulamento de Execução (UE) n.º 403/2013 da Comissão, de 2 de maio de 2013 (JO L 121 de 3.5.2013, p. 26),
 - 32014 R 0290: Regulamento de Execução (UE) n.º 290/2014 da Comissão, de 21 de março de 2014 (JO L 87 de 22.3.2014, p. 84),
 - 32017 R 0211: Regulamento de Execução (UE) 2017/211 da Comissão, de 7 de fevereiro de 2017 (JO L 33 de 8.2.2017, p. 23),
 - 32017 R 1145: Regulamento de Execução (UE) 2017/1145 da Comissão, de 8 de junho de 2017 (JO L 166 de 29.6.2017, p. 1),

- 32005 R 1458: Regulamento (CE) n.º 1458/2005 da Comissão, de 8 de setembro de 2005 (JO L 233 de 9.9.2005, p. 3), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32017 R 1145: Regulamento de Execução (UE) 2017/1145 da Comissão, de 8 de junho de 2017 (JO L 166 de 29.6.2017, p. 1),
- 32005 R 1810: Regulamento (CE) n.º 1810/2005 da Comissão, de 4 de novembro de 2005 (JO L 291 de 5.11.2005, p. 5), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32013 R 0651: Regulamento de Execução (UE) n.º 651/2013 da Comissão, de 9 de julho de 2013 (JO L 189 de 10.7.2013, p. 1),
 - 32017 R 1145: Regulamento de Execução (UE) 2017/1145 da Comissão, de 8 de junho de 2017 (JO L 166 de 29.6.2017, p. 1),
- 32005 R 1811: Regulamento (CE) n.º 1811/2005 da Comissão, de 4 de novembro de 2005 (JO L 291 de 5.11.2005, p. 12), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32012 R 1018: Regulamento de Execução (UE) n.º 1018/2012 da Comissão, de 5 de novembro de 2012 (JO L 307 de 7.11.2012, p. 56),
 - 32017 R 1145: Regulamento de Execução (UE) 2017/1145 da Comissão, de 8 de junho de 2017 (JO L 166 de 29.6.2017, p. 1),
 - 32020 R 0147: Regulamento de Execução (UE) 2020/147 da Comissão, de 3 de fevereiro de 2020 (JO L 31 de 4.2.2020, p. 7),

- 32005 R 1812: Regulamento (CE) n.º 1812/2005 da Comissão, de 4 de novembro de 2005 (JO L 291 de 5.11.2005, p. 18),
- 32005 R 1980: Regulamento (CE) n.º 1980/2005 da Comissão, de 5 de dezembro de 2005 (JO L 318 de 6.12.2005, p. 3),
- 32005 R 2036: Regulamento (CE) n.º 2036/2005 da Comissão, de 14 de dezembro de 2005 (JO L 328 de 15.12.2005, p. 13), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32012 R 1018: Regulamento de Execução (UE) n.º 1018/2012 da Comissão, de 5 de novembro de 2012 (JO L 307 de 7.11.2012, p. 56),
 - 32012 R 1206: Regulamento de Execução (UE) n.º 1206/2012 da Comissão, de 14 de dezembro de 2012 (JO L 347 de 15.12.2012, p. 12),
 - 32017 R 1145: Regulamento de Execução (UE) 2017/1145 da Comissão, de 8 de junho de 2017 (JO L 166 de 29.6.2017, p. 1),
- 32005 R 2037: Regulamento (CE) n.º 2037/2005 da Comissão, de 14 de dezembro de 2005 (JO L 328 de 15.12.2005, p. 21),
- 32006 R 0252: Regulamento (CE) n.º 252/2006 da Comissão, de 14 de fevereiro de 2006 (JO L 44 de 15.2.2006, p. 3), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32017 R 1145: Regulamento de Execução (UE) 2017/1145 da Comissão, de 8 de junho de 2017 (JO L 166 de 29.6.2017, p. 1),

- 32006 R 0479: Regulamento (CE) n.º 479/2006 da Comissão, de 23 de março de 2006 (JO L 86 de 24.3.2006, p. 4), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32016 R 1095: Regulamento de Execução (UE) 2016/1095 da Comissão, de 6 de julho de 2016 (JO L 182 de 7.7.2016, p. 7),
 - 32017 R 2330: Regulamento de Execução (UE) 2017/2330 da Comissão, de 14 de dezembro de 2017 (JO L 333 de 15.12.2017, p. 41),
- 32006 R 0773: Regulamento (CE) n.º 773/2006 da Comissão, de 22 de maio de 2006 (JO L 135 de 23.5.2006, p. 3), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32017 R 1145: Regulamento de Execução (UE) 2017/1145 da Comissão, de 8 de junho de 2017 (JO L 166 de 29.6.2017, p. 1),
- 32006 R 1284: Regulamento (CE) n.º 1284/2006 da Comissão, de 29 de agosto de 2006 (JO L 235 de 30.8.2006, p. 3), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32017 R 0429: Regulamento de Execução (UE) 2017/429 da Comissão, de 10 de março de 2017 (JO L 66 de 11.3.2017, p. 4),
 - 32017 R 1145: Regulamento de Execução (UE) 2017/1145 da Comissão, de 8 de junho de 2017 (JO L 166 de 29.6.2017, p. 1),
- 32006 R 1443: Regulamento (CE) n.º 1443/2006 da Comissão, de 29 de setembro de 2006 (JO L 271 de 30.9.2006, p. 12),

- 32006 R 1446: Regulamento (CE) n.º 1446/2006 da Comissão, de 29 de setembro de 2006 (JO L 271 de 30.9.2006, p. 25),
- 32007 R 0109: Regulamento (CE) n.º 109/2007 da Comissão, de 5 de fevereiro de 2007 (JO L 31 de 6.2.2007, p. 6), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32008 R 0156: Regulamento (CE) n.º 156/2008 da Comissão, de 21 de fevereiro de 2008 (JO L 48 de 22.2.2008, p. 14),
 - 32008 R 1095: Regulamento (CE) n.º 1095/2008 da Comissão, de 6 de novembro de 2008 (JO L 298 de 7.11.2008, p. 3),
 - 32011 R 0495: Regulamento de Execução (UE) n.º 495/2011 da Comissão, de 20 de maio de 2011 (JO L 134 de 21.5.2011, p. 6),
- 32007 R 0184: Regulamento (CE) n.º 184/2007 da Comissão, de 20 de fevereiro de 2007 (JO L 63 de 1.3.2007, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32008 R 0516: Regulamento (CE) n.º 516/2008 da Comissão, de 10 de junho de 2008 (JO L 151 de 11.6.2008, p. 3),
 - 32017 R 0410: Regulamento de Execução (UE) 2017/410 da Comissão, de 8 de março de 2017 (JO L 63 de 9.3.2017, p. 98),
- 32007 R 0242: Regulamento (CE) n.º 242/2007 da Comissão, de 6 de março de 2007 (JO L 73 de 13.3.2007, p. 1),

- 32007 R 0497: Regulamento (CE) n.º 497/2007 da Comissão, de 4 de maio de 2007 (JO L 117 de 5.5.2007, p. 11),
- 32007 R 1140: Regulamento (CE) n.º 1140/2007 da Comissão, de 1 de outubro de 2007 (JO L 256 de 2.10.2007, p. 14),
- 32007 R 1141: Regulamento (CE) n.º 1141/2007 da Comissão, de 1 de outubro de 2007 (JO L 256 de 2.10.2007, p. 17),
- 32007 R 1143: Regulamento (CE) n.º 1143/2007 da Comissão, de 1 de outubro de 2007 (JO L 256 de 2.10.2007, p. 23),
- 32007 R 1501: Regulamento (CE) n.º 1501/2007 da Comissão, de 18 de dezembro de 2007 (JO L 333 de 19.12.2007, p. 57),
- 32007 R 1519: Regulamento (CE) n.º 1519/2007 da Comissão, de 19 de dezembro de 2007 (JO L 335 de 20.12.2007, p. 15),
- 32007 R 1520: Regulamento (CE) n.º 1520/2007 da Comissão, de 19 de dezembro de 2007 (JO L 335 de 20.12.2007, p. 17), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32015 R 1053: Regulamento de Execução (UE) 2015/1053 da Comissão, de 1 de julho de 2015 (JO L 171 de 2.7.2015, p. 8),
 - 32015 R 2305: Regulamento de Execução (UE) 2015/2305 da Comissão, de 10 de dezembro de 2015 (JO L 326 de 11.12.2015, p. 43),

- 32008 R 0167: Regulamento (CE) n.º 167/2008 da Comissão, de 22 de fevereiro de 2008 (JO L 50 de 23.2.2008, p. 14), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32016 R 0842: Regulamento de Execução (UE) 2016/842 da Comissão, de 27 de maio de 2016 (JO L 141 de 28.5.2016, p. 47),
- 32008 R 0554: Regulamento (CE) n.º 554/2008 da Comissão, de 17 de junho de 2008 (JO L 158 de 18.6.2008, p. 14), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32010 R 0879: Regulamento (UE) n.º 879/2010 da Comissão, de 6 de outubro de 2010 (JO L 264 de 7.10.2010, p. 7),
 - 32012 R 0414: Regulamento de Execução (UE) n.º 414/2012 da Comissão, de 15 de maio de 2012 (JO L 128 de 16.5.2012, p. 5),
- 32008 R 0721: Regulamento (CE) n.º 721/2008 da Comissão, de 25 de julho de 2008 (JO L 198 de 26.7.2008, p. 23), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32010 R 0334: Regulamento (UE) n.º 334/2010 da Comissão, de 22 de abril de 2010 (JO L 102 de 23.4.2010, p. 21),
- 32008 R 0971: Regulamento (CE) n.º 971/2008 da Comissão, de 3 de outubro de 2008 (JO L 265 de 4.10.2008, p. 3), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32013 R 0160: Regulamento de Execução (UE) n.º 160/2013 da Comissão, de 21 de fevereiro de 2013 (JO L 49 de 22.2.2013, p. 50),

- 32019 R 0138: Regulamento de Execução (UE) 2019/138 da Comissão, de 29 de janeiro de 2019 (JO L 26 de 30.1.2019, p. 1),
- 32008 R 0976: Regulamento (CE) n.º 976/2008 da Comissão, de 6 de outubro de 2008 (JO L 266 de 7.10.2008, p. 3),
- 32008 R 1290: Regulamento (CE) n.º 1290/2008 da Comissão, de 18 de dezembro de 2008 (JO L 340 de 19.12.2008, p. 20), com a redação que lhe foi dada por:
- 32009 R 0899: Regulamento (CE) n.º 899/2009 da Comissão, de 25 de setembro de 2009 (JO L 256 de 29.9.2009, p. 11),
- 32013 R 1334: Regulamento de Execução (UE) n.º 1334/2013 da Comissão, de 13 de dezembro de 2013 (JO L 335 de 14.12.2013, p. 12),
- 32016 R 0895: Regulamento de Execução (UE) 2016/895 da Comissão, de 8 de junho de 2016 (JO L 152 de 9.6.2016, p. 1),
- 32009 R 0270: Regulamento (CE) n.º 270/2009 da Comissão, de 2 de abril de 2009 (JO L 91 de 3.4.2009, p. 3),
- 32009 R 0322: Regulamento (CE) n.º 322/2009 da Comissão, de 20 de abril de 2009 (JO L 101 de 21.4.2009, p. 9), com a redação que lhe foi dada por:
- 32014 R 0290: Regulamento de Execução (UE) n.º 290/2014 da Comissão, de 21 de março de 2014 (JO L 87 de 22.3.2014, p. 84),

- 32015 R 1043: Regulamento de Execução (UE) 2015/1043 da Comissão, de 30 de junho de 2015 (JO L 167 de 1.7.2015, p. 63),
- 32017 R 0211: Regulamento de Execução (UE) 2017/211 da Comissão, de 7 de fevereiro de 2017 (JO L 33 de 8.2.2017, p. 23),
- 32009 R 0403: Regulamento (CE) n.º 403/2009 da Comissão, de 14 de maio de 2009 (JO L 120 de 15.5.2009, p. 3), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32014 R 0848: Regulamento de Execução (UE) n.º 848/2014 da Comissão, de 4 de agosto de 2014 (JO L 232 de 5.8.2014, p. 13),
 - 32015 R 1114: Regulamento de Execução (UE) 2015/1114 da Comissão, de 9 de julho de 2015 (JO L 182 de 10.7.2015, p. 18),
- 32009 R 0887: Regulamento (CE) n.º 887/2009 da Comissão, de 25 de setembro de 2009 (JO L 254 de 26.9.2009, p. 68),
- 32009 R 0903: Regulamento (CE) n.º 903/2009 da Comissão, de 28 de setembro de 2009 (JO L 256 de 29.9.2009, p. 26), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32013 R 0357: Regulamento de Execução (UE) n.º 357/2013 da Comissão, de 18 de abril de 2013 (JO L 109 de 19.4.2013, p. 22),
 - 32017 R 1126: Regulamento de Execução (UE) 2017/1126 da Comissão, de 23 de junho de 2017 (JO L 163 de 24.6.2017, p. 13),

- 32009 R 1087: Regulamento (CE) n.º 1087/2009 da Comissão, de 12 de novembro de 2009 (JO L 297 de 13.11.2009, p. 4), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32019 R 0221: Regulamento de Execução (UE) 2019/221 da Comissão, de 6 de fevereiro de 2019 (JO L 35 de 7.2.2019, p. 28),
- 32009 R 1088: Regulamento (CE) n.º 1088/2009 da Comissão, de 12 de novembro de 2009 (JO L 297 de 13.11.2009, p. 6),
- 32010 R 0008: Regulamento (UE) n.º 8/2010 da Comissão, de 23 de dezembro de 2009 (JO L 3 de 7.1.2010, p. 7),
- 32010 R 0009: Regulamento (UE) n.º 9/2010 da Comissão, de 23 de dezembro de 2009 (JO L 3 de 7.1.2010, p. 10), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32012 R 1196: Regulamento de Execução (UE) n.º 1196/2012 da Comissão, de 13 de dezembro de 2012 (JO L 342 de 14.12.2012, p. 25),
 - 32019 R 0221: Regulamento de Execução (UE) 2019/221 da Comissão, de 6 de fevereiro de 2019 (JO L 35 de 7.2.2019, p. 28),
- 32010 R 0107: Regulamento (UE) n.º 107/2010 da Comissão, de 8 de fevereiro de 2010 (JO L 36 de 9.2.2010, p. 1),

- 32010 R 0874: Regulamento (UE) n.º 874/2010 da Comissão, de 5 de outubro de 2010 (JO L 263 de 6.10.2010, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32012 R 0118: Regulamento de Execução (UE) n.º 118/2012 da Comissão, de 10 de fevereiro de 2012 (JO L 38 de 11.2.2012, p. 36),
 - 32013 R 1014: Regulamento de Execução (UE) n.º 1014/2013 da Comissão, de 22 de outubro de 2013 (JO L 281 de 23.10.2013, p. 1),
- 32010 R 0875: Regulamento (UE) n.º 875/2010 da Comissão, de 5 de outubro de 2010 (JO L 263 de 6.10.2010, p. 4),
- 32010 R 0885: Regulamento (UE) n.º 885/2010 da Comissão, de 7 de outubro de 2010 (JO L 265 de 8.10.2010, p. 5), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32018 R 1957: Regulamento de Execução (UE) 2018/1957 da Comissão, de 11 de dezembro de 2018 (JO L 315 de 12.12.2018, p. 23),
- 32010 R 0999: Regulamento (UE) n.º 999/2010 da Comissão, de 5 de novembro de 2010 (JO L 290 de 6.11.2010, p. 24),
- 32010 R 1118: Regulamento (UE) n.º 1118/2010 da Comissão, de 2 de dezembro de 2010 (JO L 317 de 3.12.2010, p. 5), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32013 R 0160: Regulamento de Execução (UE) n.º 160/2013 da Comissão, de 21 de fevereiro de 2013 (JO L 49 de 22.2.2013, p. 50),

- 32019 R 0138: Regulamento de Execução (UE) 2019/138 da Comissão, de 29 de janeiro de 2019 (JO L 26 de 30.1.2019, p. 1),
- 32020 R 0852: Regulamento (UE) n.º 26/2011 da Comissão, de 14 de janeiro de 2011 (JO L 198 de 22.6.2020, p. 13),
- 32011 R 0169: Regulamento (UE) n.º 169/2011 da Comissão, de 23 de fevereiro de 2011 (JO L 49 de 24.2.2011, p. 6), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32019 R 0138: Regulamento de Execução (UE) 2019/138 da Comissão, de 29 de janeiro de 2019 (JO L 26 de 30.1.2019, p. 1),
- 32011 R 0171 Regulamento (UE) n.º 171/2011 da Comissão, de 23 de fevereiro de 2011 (JO L 49 de 24.2.2011, p. 11),
- 32011 R 0221: Regulamento (UE) n.º 221/2011 da Comissão, de 4 de março de 2011 (JO L 60 de 5.3.2011, p. 3),
- 32011 R 0361: Regulamento de Execução (UE) n.º 361/2011 da Comissão, de 13 de abril de 2011 (JO L 100 de 14.4.2011, p. 22), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32015 R 0518: Regulamento de Execução (UE) 2015/518 da Comissão, de 26 de março de 2015 (JO L 82 de 27.3.2015, p. 75),

- 32011 R 0388: Regulamento de Execução (UE) n.º 388/2011 da Comissão, de 19 de abril de 2011 (JO L 104 de 20.4.2011, p. 3), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32012 R 0118: Regulamento de Execução (UE) n.º 118/2012 da Comissão, de 10 de fevereiro de 2012 (JO L 38 de 11.2.2012, p. 36),
 - 32013 R 1014: Regulamento de Execução (UE) n.º 1014/2013 da Comissão, de 22 de outubro de 2013 (JO L 281 de 23.10.2013, p. 1),
- 32011 R 0389: Regulamento de Execução (UE) n.º 389/2011 da Comissão, de 19 de abril de 2011 (JO L 104 de 20.4.2011, p. 7), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32019 R 0221: Regulamento de Execução (UE) 2019/221 da Comissão, de 6 de fevereiro de 2019 (JO L 35 de 7.2.2019, p. 28),
- 32011 R 0516: Regulamento de Execução (UE) n.º 516/2011 da Comissão, de 25 de maio de 2011 (JO L 138 de 26.5.2011, p. 43),
- 32011 R 0527: Regulamento de Execução (UE) n.º 527/2011 da Comissão, de 30 de maio de 2011 (JO L 143 de 31.5.2011, p. 6),
- 32011 R 0528: Regulamento de Execução (UE) n.º 528/2011 da Comissão, de 30 de maio de 2011 (JO L 143 de 31.5.2011, p. 10), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32019 R 0221: Regulamento de Execução (UE) 2019/221 da Comissão, de 6 de fevereiro de 2019 (JO L 35 de 7.2.2019, p. 28),

- 32011 R 0532: Regulamento de Execução (UE) n.º 532/2011 da Comissão, de 31 de maio de 2011 (JO L 146 de 1.6.2011, p. 7), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32012 R 0118: Regulamento de Execução (UE) n.º 118/2012 da Comissão, de 10 de fevereiro de 2012 (JO L 38 de 11.2.2012, p. 36),
 - 32013 R 1014: Regulamento de Execução (UE) n.º 1014/2013 da Comissão, de 22 de outubro de 2013 (JO L 281 de 23.10.2013, p. 1),
- 32011 R 0887: Regulamento de Execução (UE) n.º 887/2011 da Comissão, de 5 de setembro de 2011 (JO L 229 de 6.9.2011, p. 7), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32017 R 0173: Regulamento de Execução (UE) 2017/173 da Comissão, de 1 de fevereiro de 2017 (JO L 28 de 2.2.2017, p. 5),
 - 32021 R 0733: Regulamento de Execução (UE) 2021/733 da Comissão, de 5 de maio de 2021 (JO L 158 de 6.5.2021, p. 11),
- 32011 R 0888: Regulamento de Execução (UE) n.º 888/2011 da Comissão, de 5 de setembro de 2011 (JO L 229 de 6.9.2011, p. 9), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32013 R 0160: Regulamento de Execução (UE) n.º 160/2013 da Comissão, de 21 de fevereiro de 2013 (JO L 49 de 22.2.2013, p. 50),
 - 32019 R 0138: Regulamento de Execução (UE) 2019/138 da Comissão, de 29 de janeiro de 2019 (JO L 26 de 30.1.2019, p. 1),

- 32011 R 0900: Regulamento de Execução (UE) n.º 900/2011 da Comissão, de 7 de setembro de 2011 (JO L 231 de 8.9.2011, p. 15), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32012 R 0118: Regulamento de Execução (UE) n.º 118/2012 da Comissão, de 10 de fevereiro de 2012 (JO L 38 de 11.2.2012, p. 36),
 - 32013 R 1014: Regulamento de Execução (UE) n.º 1014/2013 da Comissão, de 22 de outubro de 2013 (JO L 281 de 23.10.2013, p. 1),
- 32011 R 1074: Regulamento de Execução (UE) n.º 1074/2011 da Comissão, de 24 de outubro de 2011 (JO L 278 de 25.10.2011, p. 5),
- 32011 R 1088: Regulamento de Execução (UE) n.º 1088/2011 da Comissão, de 27 de outubro de 2011 (JO L 281 de 28.10.2011, p. 14),
- 32011 R 1110: Regulamento de Execução (UE) n.º 1110/2011 da Comissão, de 3 de novembro de 2011 (JO L 287 de 4.11.2011, p. 27), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32018 R 1569: Regulamento de Execução (UE) 2018/1569 da Comissão, de 18 de outubro de 2018 (JO L 262 de 19.10.2018, p. 37),
- 32011 R 1111: Regulamento de Execução (UE) n.º 1111/2011 da Comissão, de 3 de novembro de 2011 (JO L 287 de 4.11.2011, p. 30),
- 32012 R 0091: Regulamento de Execução (UE) n.º 91/2012 da Comissão, de 2 de fevereiro de 2012 (JO L 31 de 3.2.2012, p. 3),

- 32012 R 0131: Regulamento de Execução (UE) n.º 131/2012 da Comissão, de 15 de fevereiro de 2012 (JO L 43 de 16.2.2012, p. 15),
- 32012 R 0136: Regulamento de Execução (UE) n.º 136/2012 da Comissão, de 16 de fevereiro de 2012 (JO L 46 de 17.2.2012, p. 33),
- 32012 R 0140: Regulamento de Execução (UE) n.º 140/2012 da Comissão, de 17 de fevereiro de 2012 (JO L 47 de 18.2.2012, p. 18),
- 32012 R 0237: Regulamento de Execução (UE) n.º 237/2012 da Comissão, de 19 de março de 2012 (JO L 80 de 20.3.2012, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32015 R 1104: Regulamento de Execução (UE) 2015/1104 da Comissão, de 8 de julho de 2015 (JO L 181 de 9.7.2015, p. 61),
- 32012 R 0269: Regulamento de Execução (UE) n.º 269/2012 da Comissão, de 26 de março de 2012 (JO L 89 de 27.3.2012, p. 3),
- 32012 R 0334: Regulamento de Execução (UE) n.º 334/2012 da Comissão, de 19 de abril de 2012 (JO L 108 de 20.4.2012, p. 6),
- 32012 R 0838: Regulamento de Execução (UE) n.º 838/2012 da Comissão, de 18 de setembro de 2012 (JO L 252 de 19.9.2012, p. 9),
- 32012 R 0839: Regulamento de Execução (UE) n.º 839/2012 da Comissão, de 18 de setembro de 2012 (JO L 252 de 19.9.2012, p. 11),

- 32012 R 0840: Regulamento de Execução (UE) n.º 840/2012 da Comissão, de 18 de setembro de 2012 (JO L 252 de 19.9.2012, p. 14), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32019 R 0221: Regulamento de Execução (UE) 2019/221 da Comissão, de 6 de fevereiro de 2019 (JO L 35 de 7.2.2019, p. 28),
- 32012 R 0841: Regulamento de Execução (UE) n.º 841/2012 da Comissão, de 18 de setembro de 2012 (JO L 252 de 19.9.2012, p. 17),
- 32012 R 0842: Regulamento de Execução (UE) n.º 842/2012 da Comissão, de 18 de setembro de 2012 (JO L 252 de 19.9.2012, p. 21),
- 32012 R 0868: Regulamento de Execução (UE) n.º 868/2012 da Comissão, de 24 de setembro de 2012 (JO L 257 de 25.9.2012, p. 3),
- 32012 R 0869: Regulamento de Execução (UE) n.º 869/2012 da Comissão, de 24 de setembro de 2012 (JO L 257 de 25.9.2012, p. 7),
- 32012 R 0989: Regulamento de Execução (UE) n.º 989/2012 da Comissão, de 25 de outubro de 2012 (JO L 297 de 26.10.2012, p. 11),
- 32012 R 0991: Regulamento de Execução (UE) n.º 991/2012 da Comissão, de 25 de outubro de 2012 (JO L 297 de 26.10.2012, p. 18), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32016 R 1095: Regulamento de Execução (UE) 2016/1095 da Comissão, de 6 de julho de 2016 (JO L 182 de 7.7.2016, p. 7),

- 32012 R 1021: Regulamento de Execução (UE) n.º 1021/2012 da Comissão, de 6 de novembro de 2012 (JO L 307 de 7.11.2012, p. 68), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32019 R 0221: Regulamento de Execução (UE) 2019/221 da Comissão, de 6 de fevereiro de 2019 (JO L 35 de 7.2.2019, p. 28),
- 32012 R 1065: Regulamento de Execução (UE) n.º 1065/2012 da Comissão, de 13 de novembro de 2012 (JO L 314 de 14.11.2012, p. 15),
- 32012 R 1119: Regulamento de Execução (UE) n.º 1119/2012 da Comissão, de 29 de novembro de 2012 (JO L 330 de 30.11.2012, p. 14),
- 32012 R 1195: Regulamento de Execução (UE) n.º 1195/2012 da Comissão, de 13 de dezembro de 2012 (JO L 342 de 14.12.2012, p. 23),
- 32012 R 1206: Regulamento de Execução (UE) n.º 1206/2012 da Comissão, de 14 de dezembro de 2012 (JO L 347 de 15.12.2012, p. 12), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32017 R 1006: Regulamento de Execução (UE) 2017/1006 da Comissão, de 15 de junho de 2017 (JO L 153 de 16.6.2017, p. 9),
- 32013 R 0096: Regulamento de Execução (UE) n.º 96/2013 da Comissão, de 1 de fevereiro de 2013 (JO L 33 de 2.2.2013, p. 21),
- 32013 R 0159: Regulamento de Execução (UE) n.º 159/2013 da Comissão, de 21 de fevereiro de 2013 (JO L 49 de 22.2.2013, p. 47),

- 32013 R 0161: Regulamento de Execução (UE) n.º 161/2013 da Comissão, de 21 de fevereiro de 2013 (JO L 49 de 22.2.2013, p. 52),
- 32013 R 0306: Regulamento de Execução (UE) n.º 306/2013 da Comissão, de 2 de abril de 2013 (JO L 91 de 3.4.2013, p. 5),
- 32013 R 0308: Regulamento de Execução (UE) n.º 308/2013 da Comissão, de 3 de abril de 2013 (JO L 94 de 4.4.2013, p. 1),
- 32013 R 0403: Regulamento de Execução (UE) n.º 403/2013 da Comissão, de 2 de maio de 2013 (JO L 121 de 3.5.2013, p. 26),
- 32013 R 0427: Regulamento de Execução (UE) n.º 427/2013 da Comissão, de 8 de maio de 2013 (JO L 127 de 9.5.2013, p. 20),
- 32013 R 0445: Regulamento de Execução (UE) n.º 445/2013 da Comissão, de 14 de maio de 2013 (JO L 130 de 15.5.2013, p. 21),
- 32013 R 0469: Regulamento de Execução (UE) n.º 469/2013 da Comissão, de 22 de maio de 2013 (JO L 136 de 23.5.2013, p. 1),
- 32013 R 0544: Regulamento de Execução (UE) n.º 544/2013 da Comissão, de 14 de junho de 2013 (JO L 163 de 15.6.2013, p. 13), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32015 R 1105: Regulamento de Execução (UE) 2015/1105 da Comissão, de 8 de julho de 2015 (JO L 181 de 9.7.2015, p. 65),

- 32013 R 0601: Regulamento de Execução (UE) n.º 601/2013 da Comissão, de 24 de junho de 2013 (JO L 172 de 25.6.2013, p. 14), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32014 R 0131: Regulamento de Execução (UE) n.º 131/2014 da Comissão, de 11 de fevereiro de 2014 (JO L 41 de 12.2.2014, p. 3),
- 32013 R 0636: Regulamento de Execução (UE) n.º 636/2013 da Comissão, de 1 de julho de 2013 (JO L 183 de 2.7.2013, p. 3), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32016 R 1095: Regulamento de Execução (UE) 2016/1095 da Comissão, de 6 de julho de 2016 (JO L 182 de 7.7.2016, p. 7),
- 32013 R 0642: Regulamento de Execução (UE) n.º 642/2013 da Comissão, de 4 de julho de 2013 (JO L 186 de 5.7.2013, p. 4),
- 32013 R 0643: Regulamento de Execução (UE) n.º 643/2013 da Comissão, de 4 de julho de 2013 (JO L 186 de 5.7.2013, p. 7),
- 32013 R 0651: Regulamento de Execução (UE) n.º 651/2013 da Comissão, de 9 de julho de 2013 (JO L 189 de 10.7.2013, p. 1),
- 32013 R 0667: Regulamento de Execução (UE) n.º 667/2013 da Comissão, de 12 de julho de 2013 (JO L 192 de 13.7.2013, p. 35), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32019 R 0138: Regulamento de Execução (UE) 2019/138 da Comissão, de 29 de janeiro de 2019 (JO L 26 de 30.1.2019, p. 1),

- 32013 R 0725: Regulamento de Execução (UE) n.º 725/2013 da Comissão, de 26 de julho de 2013 (JO L 202 de 27.7.2013, p. 17),
- 32013 R 0774: Regulamento de Execução (UE) n.º 774/2013 da Comissão, de 12 de agosto de 2013 (JO L 217 de 13.8.2013, p. 30),
- 32013 R 0775: Regulamento de Execução (UE) n.º 775/2013 da Comissão, de 12 de agosto de 2013 (JO L 217 de 13.8.2013, p. 32),
- 32013 R 0787: Regulamento de Execução (UE) n.º 787/2013 da Comissão, de 16 de agosto de 2013 (JO L 220 de 17.8.2013, p. 15),
- 32013 R 0795: Regulamento de Execução (UE) n.º 795/2013 da Comissão, de 21 de agosto de 2013 (JO L 224 de 22.8.2013, p. 1),
- 32013 R 0797: Regulamento de Execução (UE) n.º 797/2013 da Comissão, de 21 de agosto de 2013 (JO L 224 de 22.8.2013, p. 6),
- 32013 R 0803: Regulamento de Execução (UE) n.º 803/2013 da Comissão, de 22 de agosto de 2013 (JO L 225 de 23.8.2013, p. 17),
- 32013 R 1006: Regulamento de Execução (UE) n.º 1006/2013 da Comissão, de 18 de outubro de 2013 (JO L 279 de 19.10.2013, p. 59),
- 32013 R 1016: Regulamento de Execução (UE) n.º 1016/2013 da Comissão, de 23 de outubro de 2013 (JO L 282 de 24.10.2013, p. 36),

- 32013 R 1040: Regulamento de Execução (UE) n.º 1040/2013 da Comissão, de 24 de outubro de 2013 (JO L 283 de 25.10.2013, p. 46),
- 32013 R 1055: Regulamento de Execução (UE) n.º 1055/2013 da Comissão, de 25 de outubro de 2013 (JO L 288 de 30.10.2013, p. 57),
- 32013 R 1059: Regulamento de Execução (UE) n.º 1059/2013 da Comissão, de 29 de outubro de 2013 (JO L 289 de 31.10.2013, p. 30),
- 32013 R 1060: Regulamento de Execução (UE) n.º 1060/2013 da Comissão, de 29 de outubro de 2013 (JO L 289 de 31.10.2013, p. 33),
- 32013 R 1061: Regulamento de Execução (UE) n.º 1061/2013 da Comissão, de 29 de outubro de 2013 (JO L 289 de 31.10.2013, p. 38),
- 32013 R 1077: Regulamento de Execução (UE) n.º 1077/2013 da Comissão, de 31 de outubro de 2013 (JO L 292 de 1.11.2013, p. 3),
- 32013 R 1078: Regulamento de Execução (UE) n.º 1078/2013 da Comissão, de 31 de outubro de 2013 (JO L 292 de 1.11.2013, p. 7),
- 32013 R 1113: Regulamento de Execução (UE) n.º 1113/2013 da Comissão, de 7 de novembro de 2013 (JO L 298 de 8.11.2013, p. 29),
- 32013 R 1222: Regulamento de Execução (UE) n.º 1222/2013 da Comissão, de 29 de novembro de 2013 (JO L 320 de 30.11.2013, p. 16),

- 32013 R 1365: Regulamento de Execução (UE) n.º 1365/2013 da Comissão, de 18 de dezembro de 2013 (JO L 343 de 19.12.2013, p. 31),
- 32013 R 1404: Regulamento de Execução (UE) n.º 1404/2013 da Comissão, de 20 de dezembro de 2013 (JO L 349 de 21.12.2013, p. 88),
- 32014 R 0084: Regulamento de Execução (UE) n.º 84/2014 da Comissão, de 30 de janeiro de 2014 (JO L 28 de 31.1.2014, p. 30),
- 32014 R 0101: Regulamento de Execução (UE) n.º 101/2014 da Comissão, de 4 de fevereiro de 2014 (JO L 34 de 5.2.2014, p. 1),
- 32014 R 0121: Regulamento de Execução (UE) n.º 121/2014 da Comissão, de 7 de fevereiro de 2014 (JO L 39 de 8.2.2014, p. 53),
- 32014 R 0290: Regulamento de Execução (UE) n.º 290/2014 da Comissão, de 21 de março de 2014 (JO L 87 de 22.3.2014, p. 84),
- 32014 R 0292: Regulamento de Execução (UE) n.º 292/2014 da Comissão, de 21 de março de 2014 (JO L 87 de 22.3.2014, p. 90),
- 32014 R 0302: Regulamento de Execução (UE) n.º 302/2014 da Comissão, de 25 de março de 2014 (JO L 90 de 26.3.2014, p. 4),
- 32014 R 0304: Regulamento de Execução (UE) n.º 304/2014 da Comissão, de 25 de março de 2014 (JO L 90 de 26.3.2014, p. 8),

- 32014 R 0305: Regulamento de Execução (UE) n.º 305/2014 da Comissão, de 25 de março de 2014 (JO L 90 de 26.3.2014, p. 12),
- 32014 R 0399: Regulamento de Execução (UE) n.º 399/2014 da Comissão, de 22 de abril de 2014 (JO L 119 de 23.4.2014, p. 40),
- 32014 R 0669: Regulamento de Execução (UE) n.º 669/2014 da Comissão, de 18 de junho de 2014 (JO L 179 de 19.6.2014, p. 62),
- 32014 R 0684: Regulamento de Execução (UE) n.º 684/2014 da Comissão, de 20 de junho de 2014 (JO L 182 de 21.6.2014, p. 20),
- 32014 R 0847: Regulamento de Execução (UE) n.º 847/2014 da Comissão, de 4 de agosto de 2014 (JO L 232 de 5.8.2014, p. 10),
- 32014 R 0848: Regulamento de Execução (UE) n.º 848/2014 da Comissão, de 4 de agosto de 2014 (JO L 232 de 5.8.2014, p. 13), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32015 R 1114: Regulamento de Execução (UE) 2015/1114 da Comissão, de 9 de julho de 2015 (JO L 182 de 10.7.2015, p. 18),
- 32014 R 0849: Regulamento de Execução (UE) n.º 849/2014 da Comissão, de 4 de agosto de 2014 (JO L 232 de 5.8.2014, p. 16),
- 32014 R 0852: Regulamento de Execução (UE) n.º 852/2014 da Comissão, de 5 de agosto de 2014 (JO L 233 de 6.8.2014, p. 22),

- 32014 R 1076: Regulamento de Execução (UE) n.º 1076/2014 da Comissão, de 13 de outubro de 2014 (JO L 296 de 14.10.2014, p. 19),
- 32014 R 1083: Regulamento de Execução (UE) n.º 1083/2014 da Comissão, de 15 de outubro de 2014 (JO L 298 de 16.10.2014, p. 5),
- 32014 R 1109: Regulamento de Execução (UE) n.º 1109/2014 da Comissão, de 20 de outubro de 2014 (JO L 301 de 21.10.2014, p. 19),
- 32014 R 1115: Regulamento de Execução (UE) n.º 1115/2014 da Comissão, de 21 de outubro de 2014 (JO L 302 de 22.10.2014, p. 51),
- 32014 R 1138: Regulamento de Execução (UE) n.º 1138/2014 da Comissão, de 27 de outubro de 2014 (JO L 307 de 28.10.2014, p. 30),
- 2014 R 1230: Regulamento de Execução (UE) n.º 1230/2014 da Comissão, de 17 de novembro de 2014 (JO L 331 de 18.11.2014, p. 18),
- 32014 R 1236: Regulamento de Execução (UE) n.º 1236/2014 da Comissão, de 18 de novembro de 2014 (JO L 332 de 19.11.2014, p. 26), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32015 R 1114: Regulamento de Execução (UE) 2015/1114 da Comissão, de 9 de julho de 2015 (JO L 182 de 10.7.2015, p. 18),
- 32014 R 1249: Regulamento de Execução (UE) n.º 1249/2014 da Comissão, de 21 de novembro de 2014 (JO L 335 de 22.11.2014, p. 7),

- 32015 R 0038: Regulamento de Execução (UE) 2015/38 da Comissão, de 13 de janeiro de 2015 (JO L 8 de 14.1.2015, p. 4),
- 32015 R 0046: Regulamento de Execução (UE) 2015/46 da Comissão, de 14 de janeiro de 2015 (JO L 9 de 15.1.2015, p. 5),
- 32015 R 0047: Regulamento de Execução (UE) 2015/47 da Comissão, de 14 de janeiro de 2015 (JO L 9 de 15.1.2015, p. 8),
- 32015 R 0244: Regulamento de Execução (UE) 2015/244 da Comissão, de 16 de fevereiro de 2015 (JO L 41 de 17.2.2015, p. 8),
- 32015 R 0264: Regulamento de Execução (UE) 2015/264 da Comissão, de 18 de fevereiro de 2015 (JO L 45 de 19.2.2015, p. 10),
- 32015 R 0489: Regulamento de Execução (UE) 2015/489 da Comissão, de 23 de março de 2015 (JO L 78 de 24.3.2015, p. 5),
- 32015 R 0502: Regulamento de Execução (UE) 2015/502 da Comissão, de 24 de março de 2015 (JO L 79 de 25.3.2015, p. 57), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32019 R 0146: Regulamento de Execução (UE) 2019/146 da Comissão, de 30 de janeiro de 2019 (JO L 27 de 31.1.2019, p. 12),
 - 32020 R 1095: Regulamento de Execução (UE) 2020/1095 da Comissão, de 24 de julho de 2020 (JO L 241 de 27.7.2020, p. 18),

- 32015 R 0518: Regulamento de Execução (UE) 2015/518 da Comissão, de 26 de março de 2015 (JO L 82 de 27.3.2015, p. 75),
- 32015 R 0661: Regulamento de Execução (UE) 2015/661 da Comissão, de 28 de abril de 2015 (JO L 110 de 29.4.2015, p. 1),
- 32015 R 0662: Regulamento de Execução (UE) 2015/662 da Comissão, de 28 de abril de 2015 (JO L 110 de 29.4.2015, p. 5),
- 32015 R 0722: Regulamento de Execução (UE) 2015/722 da Comissão, de 5 de maio de 2015 (JO L 115 de 6.5.2015, p. 18),
- 32015 R 0723: Regulamento de Execução (UE) 2015/723 da Comissão, de 5 de maio de 2015 (JO L 115 de 6.5.2015, p. 22),
- 32015 R 0724: Regulamento de Execução (UE) 2015/724 da Comissão, de 5 de maio de 2015 (JO L 115 de 6.5.2015, p. 25),
- 32015 R 0861: Regulamento de Execução (UE) 2015/861 da Comissão, de 3 de junho de 2015 (JO L 137 de 4.6.2015, p. 1),
- 32015 R 0897: Regulamento de Execução (UE) 2015/897 da Comissão, de 11 de junho de 2015 (JO L 147 de 12.6.2015, p. 8),
- 32015 R 1020: Regulamento de Execução (UE) 2015/1020 da Comissão, de 29 de junho de 2015 (JO L 163 de 30.6.2015, p. 22),

- 32015 R 1043: Regulamento de Execução (UE) 2015/1043 da Comissão, de 30 de junho de 2015 (JO L 167 de 1.7.2015, p. 63),
- 32015 R 1053: Regulamento de Execução (UE) 2015/1053 da Comissão, de 1 de julho de 2015 (JO L 171 de 2.7.2015, p. 8),
- 32015 R 1060: Regulamento de Execução (UE) 2015/1060 da Comissão, de 2 de julho de 2015 (JO L 174 de 3.7.2015, p. 3),
- 32015 R 1103: Regulamento de Execução (UE) 2015/1103 da Comissão, de 8 de julho de 2015 (JO L 181 de 9.7.2015, p. 57),
- 32015 R 1104: Regulamento de Execução (UE) 2015/1104 da Comissão, de 8 de julho de 2015 (JO L 181 de 9.7.2015, p. 61),
- 32015 R 1105: Regulamento de Execução (UE) 2015/1105 da Comissão, de 8 de julho de 2015 (JO L 181 de 9.7.2015, p. 65),
- 32015 R 1114: Regulamento de Execução (UE) 2015/1114 da Comissão, de 9 de julho de 2015 (JO L 182 de 10.7.2015, p. 18),
- 32015 R 1152: Regulamento de Execução (UE) 2015/1152 da Comissão, de 14 de julho de 2015 (JO L 187 de 15.7.2015, p. 5),

- 32015 R 1408: Regulamento de Execução (UE) 2015/1408 da Comissão, de 19 de agosto de 2015 (JO L 219 de 20.8.2015, p. 3),
- 32015 R 1414: Regulamento de Execução (UE) 2015/1414 da Comissão, de 20 de agosto de 2015 (JO L 220 de 21.8.2015, p. 3),
- 32015 R 1415: Regulamento de Execução (UE) 2015/1415 da Comissão, de 20 de agosto de 2015 (JO L 220 de 21.8.2015, p. 7),
- 32015 R 1416: Regulamento de Execução (UE) 2015/1416 da Comissão, de 20 de agosto de 2015 (JO L 220 de 21.8.2015, p. 11),
- 32015 R 1417: Regulamento de Execução (UE) 2015/1417 da Comissão, de 20 de agosto de 2015 (JO L 220 de 21.8.2015, p. 15),
- 32015 R 1426: Regulamento de Execução (UE) 2015/1426 da Comissão, de 25 de agosto de 2015 (JO L 223 de 26.8.2015, p. 6),
- 32015 R 1486: Regulamento de Execução (UE) 2015/1486 da Comissão, de 2 de setembro de 2015 (JO L 229 de 3.9.2015, p. 5),
- 32015 R 1489: Regulamento de Execução (UE) 2015/1489 da Comissão, de 3 de setembro de 2015 (JO L 231 de 4.9.2015, p. 1),
- 32015 R 1490: Regulamento de Execução (UE) 2015/1490 da Comissão, de 3 de setembro de 2015 (JO L 231 de 4.9.2015, p. 4),

- 32015 R 1747: Regulamento de Execução (UE) 2015/1747 da Comissão, de 30 de setembro de 2015 (JO L 256 de 1.10.2015, p. 7),
- 32015 R 2304: Regulamento de Execução (UE) 2015/2304 da Comissão, de 10 de dezembro de 2015 (JO L 326 de 11.12.2015, p. 39),
- 32015 R 2305: Regulamento de Execução (UE) 2015/2305 da Comissão, de 10 de dezembro de 2015 (JO L 326 de 11.12.2015, p. 43),
- 32015 R 2306: Regulamento de Execução (UE) 2015/2306 da Comissão, de 10 de dezembro de 2015 (JO L 326 de 11.12.2015, p. 46),
- 32015 R 2307: Regulamento de Execução (UE) 2015/2307 da Comissão, de 10 de dezembro de 2015 (JO L 326 de 11.12.2015, p. 49),
- 32015 R 2382: Regulamento de Execução (UE) 2015/2382 da Comissão, de 17 de dezembro de 2015 (JO L 332 de 18.12.2015, p. 54),
- 32016 R 0104: Regulamento de Execução (UE) 2016/104 da Comissão, de 27 de janeiro de 2016 (JO L 21 de 28.1.2016, p. 71),
- 32016 R 0329: Regulamento de Execução (UE) 2016/329 da Comissão, de 8 de março de 2016 (JO L 62 de 9.3.2016, p. 5), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32017 R 2231: Regulamento de Execução (UE) 2017/2231 da Comissão, de 4 de dezembro de 2017 (JO L 319 de 5.12.2017, p. 28),

- 32016 R 0896: Regulamento de Execução (UE) 2016/896 da Comissão, de 8 de junho de 2016 (JO L 152 de 9.6.2016, p. 3),
- 32016 R 0897: Regulamento de Execução (UE) 2016/897 da Comissão, de 8 de junho de 2016 (JO L 152 de 9.6.2016, p. 7), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32022 R 0703: Regulamento de Execução (UE) 2022/703 da Comissão, de 5 de maio de 2022 (JO L 132 de 6.5.2022, p. 5),
- 32016 R 0898: Regulamento de Execução (UE) 2016/898 da Comissão, de 8 de junho de 2016 (JO L 152 de 9.6.2016, p. 11), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32022 R 0268: Regulamento de Execução (UE) 2022/268 da Comissão, de 23 de fevereiro de 2022 (JO L 43 de 24.2.2022, p. 1),
- 32016 R 0899: Regulamento de Execução (UE) 2016/899 da Comissão, de 8 de junho de 2016 (JO L 152 de 9.6.2016, p. 15), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32019 R 0221: Regulamento de Execução (UE) 2019/221 da Comissão, de 6 de fevereiro de 2019 (JO L 35 de 7.2.2019, p. 28),
- 32016 R 0900: Regulamento de Execução (UE) 2016/900 da Comissão, de 8 de junho de 2016 (JO L 152 de 9.6.2016, p. 18),
- 32016 R 0972: Regulamento de Execução (UE) 2016/972 da Comissão, de 17 de junho de 2016 (JO L 161 de 18.6.2016, p. 18),

- 32016 R 0973: Regulamento de Execução (UE) 2016/973 da Comissão, de 17 de junho de 2016 (JO L 161 de 18.6.2016, p. 21),
- 32016 R 1095: Regulamento de Execução (UE) 2016/1095 da Comissão, de 6 de julho de 2016 (JO L 182 de 7.7.2016, p. 7), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32022 R 1458: Regulamento de Execução (UE) 2022/1458 da Comissão, de 2 de setembro de 2022 (JO L 229 de 5.9.2022, p. 16),
- 32016 R 1220: Regulamento de Execução (UE) 2016/1220 da Comissão, de 26 de julho de 2016 (JO L 201 de 27.7.2016, p. 11),
- 32016 R 1768: Regulamento de Execução (UE) 2016/1768 da Comissão, de 4 de outubro de 2016 (JO L 270 de 5.10.2016, p. 4),
- 32016 R 1833: Regulamento de Execução (UE) 2016/1833 da Comissão, de 17 de outubro de 2016 (JO L 280 de 18.10.2016, p. 19),
- 32016 R 1964: Regulamento de Execução (UE) 2016/1964 da Comissão, de 9 de novembro de 2016 (JO L 303 de 10.11.2016, p. 7),
- 32016 R 2023: Regulamento de Execução (UE) 2016/2023 da Comissão, de 18 de novembro de 2016 (JO L 313 de 19.11.2016, p. 14),
- 32016 R 2150: Regulamento de Execução (UE) 2016/2150 da Comissão, de 7 de dezembro de 2016 (JO L 333 de 8.12.2016, p. 44),

- 32016 R 2261: Regulamento de Execução (UE) 2016/2261 da Comissão, de 15 de dezembro de 2016 (JO L 342 de 16.12.2016, p. 18),
- 32017 R 0053: Regulamento de Execução (UE) 2017/53 da Comissão, de 14 de dezembro de 2016 (JO L 13 de 17.1.2017, p. 1),
- 32017 R 0054: Regulamento de Execução (UE) 2017/54 da Comissão, de 14 de dezembro de 2016 (JO L 13 de 17.1.2017, p. 80),
- 32017 R 0055: Regulamento de Execução (UE) 2017/55 da Comissão, de 14 de dezembro de 2016 (JO L 13 de 17.1.2017, p. 112),
- 32017 R 0056: Regulamento de Execução (UE) 2017/56 da Comissão, de 14 de dezembro de 2016 (JO L 13 de 17.1.2017, p. 129),
- 32017 R 0057: Regulamento de Execução (UE) 2017/57 da Comissão, de 14 de dezembro de 2016 (JO L 13 de 17.1.2017, p. 153),
- 32017 R 0058: Regulamento de Execução (UE) 2017/58 da Comissão, de 14 de dezembro de 2016 (JO L 13 de 17.1.2017, p. 159),
- 32017 R 0059: Regulamento de Execução (UE) 2017/59 da Comissão, de 14 de dezembro de 2016 (JO L 13 de 17.1.2017, p. 167),
- 32013 R 1307: Regulamento de Execução (UE) 2017/60 da Comissão, de 14 de dezembro de 2016 (JO L 347 de 20.12.2013, p. 608),

- 32017 R 0061: Regulamento de Execução (UE) 2017/61 da Comissão, de 14 de dezembro de 2016 (JO L 13 de 17.1.2017, p. 181),
- 32017 R 0062: Regulamento de Execução (UE) 2017/62 da Comissão, de 14 de dezembro de 2016 (JO L 13 de 17.1.2017, p. 186),
- 32017 R 0063: Regulamento de Execução (UE) 2017/63 da Comissão, de 14 de dezembro de 2016 (JO L 13 de 17.1.2017, p. 214),
- 32017 R 0064: Regulamento de Execução (UE) 2017/64 da Comissão, de 14 de dezembro de 2016 (JO L 13 de 17.1.2017, p. 242),
- 32017 R 0065: Regulamento de Execução (UE) 2017/65 da Comissão, de 14 de dezembro de 2016 (JO L 13 de 17.1.2017, p. 246),
- 32017 R 0066: Regulamento de Execução (UE) 2017/66 da Comissão, de 14 de dezembro de 2016 (JO L 13 de 17.1.2017, p. 259),
- 32017 R 0187: Regulamento de Execução (UE) 2017/187 da Comissão, de 2 de fevereiro de 2017 (JO L 29 de 3.2.2017, p. 35),
- 32017 R 0194: Regulamento de Execução (UE) 2017/194 da Comissão, de 3 de fevereiro de 2017 (JO L 31 de 4.2.2017, p. 18),
- 32017 R 0210: Regulamento de Execução (UE) 2017/210 da Comissão, de 7 de fevereiro de 2017 (JO L 33 de 8.2.2017, p. 19),

- 32017 R 0211: Regulamento de Execução (UE) 2017/211 da Comissão, de 7 de fevereiro de 2017 (JO L 33 de 8.2.2017, p. 23),
- 32017 R 0219: Regulamento de Execução (UE) 2017/219 da Comissão, de 8 de fevereiro de 2017 (JO L 34 de 9.2.2017, p. 18),
- 32017 R 0307: Regulamento de Execução (UE) 2017/307 da Comissão, de 21 de fevereiro de 2017 (JO L 44 de 22.2.2017, p. 1),
- 32017 R 0420: Regulamento de Execução (UE) 2017/420 da Comissão, de 9 de março de 2017 (JO L 64 de 10.3.2017, p. 7),
- 32017 R 0429: Regulamento de Execução (UE) 2017/429 da Comissão, de 10 de março de 2017 (JO L 66 de 11.3.2017, p. 4),
- 32017 R 0439: Regulamento de Execução (UE) 2017/439 da Comissão, de 13 de março de 2017 (JO L 67 de 14.3.2017, p. 70),
- 32017 R 0440: Regulamento de Execução (UE) 2017/440 da Comissão, de 13 de março de 2017 (JO L 67 de 14.3.2017, p. 74), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32019 R 0221: Regulamento de Execução (UE) 2019/221 da Comissão, de 6 de fevereiro de 2019 (JO L 35 de 7.2.2019, p. 28),
- 32017 R 0447: Regulamento de Execução (UE) 2017/447 da Comissão, de 14 de março de 2017 (JO L 69 de 15.3.2017, p. 18),
- 32017 R 0455: Regulamento de Execução (UE) 2017/455 da Comissão, de 15 de março de 2017 (JO L 71 de 16.3.2017, p. 15),

- 32017 R 0873: Regulamento de Execução (UE) 2017/873 da Comissão, de 22 de maio de 2017 (JO L 134 de 23.5.2017, p. 14),
- 32017 R 0895: Regulamento de Execução (UE) 2017/895 da Comissão, de 24 de maio de 2017 (JO L 138 de 25.5.2017, p. 120),
- 32017 R 0896: Regulamento de Execução (UE) 2017/896 da Comissão, de 24 de maio de 2017 (JO L 138 de 25.5.2017, p. 123), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32019 R 0221: Regulamento de Execução (UE) 2019/221 da Comissão, de 6 de fevereiro de 2019 (JO L 35 de 7.2.2019, p. 28),
- 32017 R 0912: Regulamento de Execução (UE) 2017/912 da Comissão, de 29 de maio de 2017 (JO L 139 de 30.5.2017, p. 30),
- 32017 R 0913: Regulamento de Execução (UE) 2017/913 da Comissão, de 29 de maio de 2017 (JO L 139 de 30.5.2017, p. 33),
- 32017 R 0930: Regulamento de Execução (UE) 2017/930 da Comissão, de 31 de maio de 2017 (JO L 141 de 1.6.2017, p. 6),
- 32017 R 0961: Regulamento de Execução (UE) 2017/961 da Comissão, de 7 de junho de 2017 (JO L 145 de 8.6.2017, p. 7), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32021 R 0733: Regulamento de Execução (UE) 2021/733 da Comissão, de 5 de maio de 2021 (JO L 158 de 6.5.2021, p. 11),

- 32017 R 0963: Regulamento de Execução (UE) 2017/963 da Comissão, de 7 de junho de 2017 (JO L 145 de 8.6.2017, p. 18),
- 32017 R 1007: Regulamento de Execução (UE) 2017/1007 da Comissão, de 15 de junho de 2017 (JO L 153 de 16.6.2017, p. 13), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32017 R 2325: Regulamento de Execução (UE) 2017/2325 da Comissão, de 14 de dezembro de 2017 (JO L 333 de 15.12.2017, p. 17),
- 32017 R 1008: Regulamento de Execução (UE) 2017/1008 da Comissão, de 15 de junho de 2017 (JO L 153 de 16.6.2017, p. 16),
- 32017 R 1145: Regulamento de Execução (UE) 2017/1145 da Comissão, de 8 de junho de 2017 (JO L 166 de 29.6.2017, p. 1),
- 32017 R 1490: Regulamento de Execução (UE) 2017/1490 da Comissão, de 21 de agosto de 2017 (JO L 217 de 22.8.2017, p. 1),
- 32017 R 1492: Regulamento de Execução (UE) 2017/1492 da Comissão, de 21 de agosto de 2017 (JO L 216 de 22.8.2017, p. 19), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32019 R 0849: Regulamento de Execução (UE) 2019/849 da Comissão, de 24 de maio de 2019 (JO L 139 de 27.5.2019, p. 4),

- 32017 R 1896: Regulamento de Execução (UE) 2017/1896 da Comissão, de 17 de outubro de 2017 (JO L 267 de 18.10.2017, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32022 R 1442: Regulamento de Execução (UE) 2022/1442 da Comissão, de 31 de agosto de 2022 (JO L 227 de 1.9.2022, p. 117),
- 32017 R 1903: Regulamento de Execução (UE) 2017/1903 da Comissão, de 18 de outubro de 2017 (JO L 269 de 19.10.2017, p. 22),
- 32017 R 1904: Regulamento de Execução (UE) 2017/1904 da Comissão, de 18 de outubro de 2017 (JO L 269 de 19.10.2017, p. 27),
- 32017 R 1905: Regulamento de Execução (UE) 2017/1905 da Comissão, de 18 de outubro de 2017 (JO L 269 de 19.10.2017, p. 30),
- 32017 R 1906: Regulamento de Execução (UE) 2017/1906 da Comissão, de 18 de outubro de 2017 (JO L 269 de 19.10.2017, p. 33),
- 32017 R 1907: Regulamento de Execução (UE) 2017/1907 da Comissão, de 18 de outubro de 2017 (JO L 269 de 19.10.2017, p. 36),
- 32017 R 1914: Regulamento de Execução (UE) 2017/1914 da Comissão, de 19 de outubro de 2017 (JO L 271 de 20.10.2017, p. 20),
- 32017 R 2274: Regulamento de Execução (UE) 2017/2274 da Comissão, de 8 de dezembro de 2017 (JO L 326 de 9.12.2017, p. 44),

- 32017 R 2275: Regulamento de Execução (UE) 2017/2275 da Comissão, de 8 de dezembro de 2017 (JO L 326 de 9.12.2017, p. 47), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32022 R 1417: Regulamento de Execução (UE) 2022/1417 da Comissão, de 22 de agosto de 2022 (JO L 218 de 23.8.2022, p. 3),
- 32017 R 2276: Regulamento de Execução (UE) 2017/2276 da Comissão, de 8 de dezembro de 2017 (JO L 326 de 9.12.2017, p. 50),
- 32017 R 2308: Regulamento de Execução (UE) 2017/2308 da Comissão, de 13 de dezembro de 2017 (JO L 331 de 14.12.2017, p. 19),
- 32017 R 2312: Regulamento de Execução (UE) 2017/2312 da Comissão, de 13 de dezembro de 2017 (JO L 331 de 14.12.2017, p. 41), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32020 R 0146: Regulamento de Execução (UE) 2020/146 da Comissão, de 3 de fevereiro de 2020 (JO L 31 de 4.2.2020, p. 3),
 - 32022 R 0703: Regulamento de Execução (UE) 2022/703 da Comissão, de 5 de maio de 2022 (JO L 132 de 6.5.2022, p. 5),
- 32017 R 2325: Regulamento de Execução (UE) 2017/2325 da Comissão, de 14 de dezembro de 2017 (JO L 333 de 15.12.2017, p. 17), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32018 R 1980: Regulamento de Execução (UE) 2018/1980 da Comissão, de 13 de dezembro de 2018 (JO L 317 de 14.12.2018, p. 12),

- 32017 R 2330: Regulamento de Execução (UE) 2017/2330 da Comissão, de 14 de dezembro de 2017 (JO L 333 de 15.12.2017, p. 41), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32022 R 1457: Regulamento de Execução (UE) 2022/1457 da Comissão, de 2 de setembro de 2022 (JO L 229 de 5.9.2022, p. 10),
- 32018 R 0129: Regulamento de Execução (UE) 2018/129 da Comissão, de 25 de janeiro de 2018 (JO L 22 de 26.1.2018, p. 21),
- 32018 R 0130: Regulamento de Execução (UE) 2018/130 da Comissão, de 25 de janeiro de 2018 (JO L 22 de 26.1.2018, p. 25),
- 32018 R 0238: Regulamento de Execução (UE) 2018/238 da Comissão, de 15 de fevereiro de 2018 (JO L 53 de 23.2.2018, p. 1),
- 32018 R 0239: Regulamento de Execução (UE) 2018/239 da Comissão, de 15 de fevereiro de 2018 (JO L 53 de 23.2.2018, p. 9),
- 32018 R 0240: Regulamento de Execução (UE) 2018/240 da Comissão, de 15 de fevereiro de 2018 (JO L 53 de 23.2.2018, p. 14),
- 32018 R 0241: Regulamento de Execução (UE) 2018/241 da Comissão, de 15 de fevereiro de 2018 (JO L 53 de 23.2.2018, p. 27),
- 32018 R 0242: Regulamento de Execução (UE) 2018/242 da Comissão, de 15 de fevereiro de 2018 (JO L 53 de 23.2.2018, p. 36),

- 32018 R 0243: Regulamento de Execução (UE) 2018/243 da Comissão, de 15 de fevereiro de 2018 (JO L 53 de 23.2.2018, p. 69),
- 32018 R 0244: Regulamento de Execução (UE) 2018/244 da Comissão, de 15 de fevereiro de 2018 (JO L 53 de 23.2.2018, p. 81),
- 32018 R 0245: Regulamento de Execução (UE) 2018/245 da Comissão, de 15 de fevereiro de 2018 (JO L 53 de 23.2.2018, p. 87),
- 32018 R 0246: Regulamento de Execução (UE) 2018/246 da Comissão, de 15 de fevereiro de 2018 (JO L 53 de 23.2.2018, p. 105),
- 32018 R 0247: Regulamento de Execução (UE) 2018/247 da Comissão, de 15 de fevereiro de 2018 (JO L 53 de 23.2.2018, p. 109),
- 32018 R 0248: Regulamento de Execução (UE) 2018/248 da Comissão, de 15 de fevereiro de 2018 (JO L 53 de 23.2.2018, p. 120),
- 32018 R 0249: Regulamento de Execução (UE) 2018/249 da Comissão, de 15 de fevereiro de 2018 (JO L 53 de 23.2.2018, p. 134),
- 32018 R 0250: Regulamento de Execução (UE) 2018/250 da Comissão, de 15 de fevereiro de 2018 (JO L 53 de 23.2.2018, p. 166),
- 32018 R 0327: Regulamento de Execução (UE) 2018/327 da Comissão, de 5 de março de 2018 (JO L 63 de 6.3.2018, p. 7),

- 32018 R 0328: Regulamento de Execução (UE) 2018/328 da Comissão, de 5 de março de 2018 (JO L 63 de 6.3.2018, p. 10),
- 32018 R 0338: Regulamento de Execução (UE) 2018/338 da Comissão, de 7 de março de 2018 (JO L 65 de 8.3.2018, p. 17), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32019 R 1290: Regulamento de Execução (UE) 2019/1290 da Comissão, de 31 de julho de 2019 (JO L 203 de 1.8.2019, p. 6),
- 32018 R 0346: Regulamento de Execução (UE) 2018/346 da Comissão, de 5 de março de 2018 (JO L 67 de 9.3.2018, p. 18),
- 32018 R 0347: Regulamento de Execução (UE) 2018/347 da Comissão, de 5 de março de 2018 (JO L 67 de 9.3.2018, p. 21),
- 32018 R 0982: Regulamento de Execução (UE) 2018/982 da Comissão, de 11 de julho de 2018 (JO L 176 de 12.7.2018, p. 13), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32022 R 0268: Regulamento de Execução (UE) 2022/268 da Comissão, de 23 de fevereiro de 2022 (JO L 43 de 24.2.2022, p. 1),
- 32018 R 0983: Regulamento de Execução (UE) 2018/983 da Comissão, de 11 de julho de 2018 (JO L 176 de 12.7.2018, p. 17),

- 32018 R 1039: Regulamento de Execução (UE) 2018/1039 da Comissão, de 23 de julho de 2018 (JO L 186 de 24.7.2018, p. 3), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32022 R 1445: Regulamento de Execução (UE) 2022/1445 da Comissão, de 31 de agosto de 2022 (JO L 227 de 1.9.2022, p. 127),
- 32018 R 1079: Regulamento de Execução (UE) 2018/1079 da Comissão, de 30 de julho de 2018 (JO L 194 de 31.7.2018, p. 131),
- 32018 R 1080: Regulamento de Execução (UE) 2018/1080 da Comissão, de 30 de julho de 2018 (JO L 194 de 31.7.2018, p. 134),
- 32018 R 1081: Regulamento de Execução (UE) 2018/1081 da Comissão, de 30 de julho de 2018 (JO L 194 de 31.7.2018, p. 137), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32020 R 0146: Regulamento de Execução (UE) 2020/146 da Comissão, de 3 de fevereiro de 2020 (JO L 31 de 4.2.2020, p. 3),
 - 32022 R 0703: Regulamento de Execução (UE) 2022/703 da Comissão, de 5 de maio de 2022 (JO L 132 de 6.5.2022, p. 5),
- 32018 R 1090: Regulamento de Execução (UE) 2018/1090 da Comissão, de 31 de julho de 2018 (JO L 195 de 1.8.2018, p. 23),
- 32018 R 1533: Regulamento de Execução (UE) 2018/1533 da Comissão, de 12 de outubro de 2018 (JO L 257 de 15.10.2018, p. 13),

- 32018 R 1543: Regulamento de Execução (UE) 2018/1543 da Comissão, de 15 de outubro de 2018 (JO L 259 de 16.10.2018, p. 22),
- 32018 R 1550: Regulamento de Execução (UE) 2018/1550 da Comissão, de 16 de outubro de 2018 (JO L 560 de 17.10.2018, p. 3),
- 32018 R 1558: Regulamento de Execução (UE) 2018/1558 da Comissão, de 17 de outubro de 2018 (JO L 261 de 18.10.2018, p. 13),
- 32018 R 1559: Regulamento de Execução (UE) 2018/1559 da Comissão, de 17 de outubro de 2018 (JO L 261 de 18.10.2018, p. 16),
- 32018 R 1564: Regulamento de Execução (UE) 2018/1564 da Comissão, de 17 de outubro de 2018 (JO L 262 de 19.10.2018, p. 20),
- 32018 R 1565: Regulamento de Execução (UE) 2018/1565 da Comissão, de 17 de outubro de 2018 (JO L 262 de 19.10.2018, p. 24),
- 32018 R 1566: Regulamento de Execução (UE) 2018/1566 da Comissão, de 18 de outubro de 2018 (JO L 262 de 19.10.2018, p. 27),
- 32018 R 1568: Regulamento de Execução (UE) 2018/1568 da Comissão, de 18 de outubro de 2018 (JO L 262 de 19.10.2018, p. 34),

- 32019 R 0008: Regulamento de Execução (UE) 2019/8 da Comissão, de 3 de janeiro de 2019 (JO L 2 de 4.1.2019, p. 6),
- 32019 R 0009: Regulamento de Execução (UE) 2019/9 da Comissão, de 3 de janeiro de 2019 (JO L 2 de 4.1.2019, p. 10),
- 32019 R 0010: Regulamento de Execução (UE) 2019/10 da Comissão, de 3 de janeiro de 2019 (JO L 2 de 4.1.2019, p. 13),
- 32019 R 0011: Regulamento de Execução (UE) 2019/11 da Comissão, de 3 de janeiro de 2019 (JO L 2 de 4.1.2019, p. 17),
- 32019 R 0012: Regulamento de Execução (UE) 2019/12 da Comissão, de 3 de janeiro de 2019 (JO L 2 de 4.1.2019, p. 21),
- 32019 R 0049: Regulamento de Execução (UE) 2019/49 da Comissão, de 4 de janeiro de 2019 (JO L 10 de 14.1.2019, p. 2),
- 32019 R 0111: Regulamento de Execução (UE) 2019/111 da Comissão, de 24 de janeiro de 2019 (JO L 23 de 25.1.2019, p. 14),
- 32019 R 0144: Regulamento de Execução (UE) 2019/144 da Comissão, de 28 de janeiro de 2019 (JO L 27 de 31.1.2019, p. 8),
- 32019 R 0454: Regulamento de Execução (UE) 2019/454 da Comissão, de 20 de março de 2019 (JO L 79 de 21.3.2019, p. 4),

- 32019 R 0764: Regulamento de Execução (UE) 2019/764 da Comissão, de 14 de maio de 2019 (JO L 126 de 15.5.2019, p. 1),
- 32019 R 0781: Regulamento de Execução (UE) 2019/781 da Comissão, de 15 de maio de 2019 (JO L 127 de 16.5.2019, p. 1),
- 32019 R 0805: Regulamento de Execução (UE) 2019/805 da Comissão, de 17 de maio de 2019 (JO L 132 de 20.5.2019, p. 33),
- 32019 R 0892: Regulamento de Execução (UE) 2019/892 da Comissão, de 28 de maio de 2019 (JO L 142 de 29.5.2019, p. 57),
- 32019 R 0894: Regulamento de Execução (UE) 2019/894 da Comissão, de 28 de maio de 2019 (JO L 142 de 29.5.2019, p. 63),
- 32019 R 0898: Regulamento de Execução (UE) 2019/898 da Comissão, de 29 de maio de 2019 (JO L 144 de 3.6.2019, p. 29),
- 32019 R 0900: Regulamento de Execução (UE) 2019/900 da Comissão, de 29 de maio de 2019 (JO L 144 de 3.6.2019, p. 36),
- 32019 R 0901: Regulamento de Execução (UE) 2019/901 da Comissão, de 29 de maio de 2019 (JO L 144 de 3.6.2019, p. 41),
- 32019 R 0914: Regulamento de Execução (UE) 2019/914 da Comissão, de 29 de maio de 2019 (JO L 146 de 5.6.2019, p. 60),

- 32019 R 0929: Regulamento de Execução (UE) 2019/929 da Comissão, de 5 de junho de 2019 (JO L 148 de 6.6.2019, p. 25),
- 32019 R 1125: Regulamento de Execução (UE) 2019/1125 da Comissão, de 5 de junho de 2019 (JO L 177 de 2.7.2019, p. 77),
- 32019 R 1289: Regulamento de Execução (UE) 2019/1289 da Comissão, de 31 de julho de 2019 (JO L 203 de 1.8.2019, p. 2),
- 32019 R 1313: Regulamento de Execução (UE) 2019/1313 da Comissão, de 2 de agosto de 2019 (JO L 205 de 5.8.2019, p. 1),
- 32019 R 1315: Regulamento de Execução (UE) 2019/1315 da Comissão, de 2 de agosto de 2019 (JO L 205 de 5.8.2019, p. 7),
- 32019 R 1324: Regulamento de Execução (UE) 2019/1324 da Comissão, de 5 de agosto de 2019 (JO L 206 de 6.8.2019, p. 18),
- 32019 R 1947: Regulamento de Execução (UE) 2019/1947 da Comissão, de 22 de novembro de 2019 (JO L 304 de 26.11.2019, p. 7),
- 32019 R 1964: Regulamento de Execução (UE) 2019/1964 da Comissão, de 26 de novembro de 2019 (JO L 307 de 28.11.2019, p. 3),
- 32019 R 1965: Regulamento de Execução (UE) 2019/1965 da Comissão, de 26 de novembro de 2019 (JO L 307 de 28.11.2019, p. 12),

- 32019 R 1977: Regulamento de Execução (UE) 2019/1977 da Comissão, de 26 de novembro de 2019 (JO L 308 de 29.11.2019, p. 45),
- 32020 R 0106: Regulamento de Execução (UE) 2020/106 da Comissão, de 23 de janeiro de 2020 (JO L 19 de 24.1.2020, p. 15),
- 32020 R 0107: Regulamento de Execução (UE) 2020/107 da Comissão, de 23 de janeiro de 2020 (JO L 19 de 24.1.2020, p. 18),
- 32020 R 0147: Regulamento de Execução (UE) 2020/147 da Comissão, de 3 de fevereiro de 2020 (JO L 31 de 4.2.2020, p. 7),
- 32020 R 0148: Regulamento de Execução (UE) 2020/148 da Comissão, de 3 de fevereiro de 2020 (JO L 33 de 5.2.2020, p. 1),
- 32020 R 0149: Regulamento de Execução (UE) 2020/149 da Comissão, de 4 de fevereiro de 2020 (JO L 33 de 5.2.2020, p. 5),
- 32020 R 0150: Regulamento de Execução (UE) 2020/150 da Comissão, de 4 de fevereiro de 2020 (JO L 33 de 5.2.2020, p. 9),
- 32020 R 0151: Regulamento de Execução (UE) 2020/151 da Comissão, de 4 de fevereiro de 2020 (JO L 33 de 5.2.2020, p. 12),
- 32020 R 0157: Regulamento de Execução (UE) 2020/157 da Comissão, de 5 de fevereiro de 2020 (JO L 34 de 6.2.2020, p. 15),

- 32020 R 0159: Regulamento de Execução (UE) 2020/159 da Comissão, de 5 de fevereiro de 2020 (JO L 34 de 6.2.2020, p. 22),
- 32020 R 0160: Regulamento de Execução (UE) 2020/160 da Comissão, de 5 de fevereiro de 2020 (JO L 34 de 6.2.2020, p. 25),
- 32020 R 0161: Regulamento de Execução (UE) 2020/161 da Comissão, de 5 de fevereiro de 2020 (JO L 34 de 6.2.2020, p. 28),
- 32020 R 0162: Regulamento de Execução (UE) 2020/162 da Comissão, de 5 de fevereiro de 2020 (JO L 34 de 6.2.2020, p. 31),
- 32020 R 0163: Regulamento de Execução (UE) 2020/163 da Comissão, de 5 de fevereiro de 2020 (JO L 34 de 6.2.2020, p. 34),
- 32020 R 0164: Regulamento de Execução (UE) 2020/164 da Comissão, de 5 de fevereiro de 2020 (JO L 34 de 6.2.2020, p. 37),
- 32020 R 0165: Regulamento de Execução (UE) 2020/165 da Comissão, de 5 de fevereiro de 2020 (JO L 34 de 6.2.2020, p. 40),
- 32020 R 0166: Regulamento de Execução (UE) 2020/166 da Comissão, de 5 de fevereiro de 2020 (JO L 34 de 6.2.2020, p. 43),
- 32020 R 0172: Regulamento de Execução (UE) 2020/172 da Comissão, de 6 de fevereiro de 2020 (JO L 35 de 7.2.2020, p. 6),

- 32020 R 0173: Regulamento de Execução (UE) 2020/173 da Comissão, de 6 de fevereiro de 2020 (JO L 35 de 7.2.2020, p. 9),
- 32020 R 0180: Regulamento de Execução (UE) 2020/180 da Comissão, de 7 de fevereiro de 2020 (JO L 37 de 10.2.2020, p. 5),
- 32020 R 0196: Regulamento de Execução (UE) 2020/196 da Comissão, de 13 de fevereiro de 2020 (JO L 42 de 14.2.2020, p. 1),
- 32020 R 0197: Regulamento de Execução (UE) 2020/197 da Comissão, de 13 de fevereiro de 2020 (JO L 42 de 14.2.2020, p. 4),
- 32020 R 0228: Regulamento de Execução (UE) 2020/228 da Comissão, de 19 de fevereiro de 2020 (JO L 47 de 20.2.2020, p. 1),
- 32020 R 0229: Regulamento de Execução (UE) 2020/229 da Comissão, de 19 de fevereiro de 2020 (JO L 47 de 20.2.2020, p. 5),
- 32020 R 0238: Regulamento de Execução (UE) 2020/238 da Comissão, de 20 de fevereiro de 2020 (JO L 48 de 21.2.2020, p. 3),
- 32020 R 0376: Regulamento de Execução (UE) 2020/376 da Comissão, de 5 de março de 2020 (JO L 69 de 6.3.2020, p. 3),
- 32020 R 0377: Regulamento de Execução (UE) 2020/377 da Comissão, de 5 de março de 2020 (JO L 69 de 6.3.2020, p. 6),

- 32020 R 0378: Regulamento de Execução (UE) 2020/378 da Comissão, de 5 de março de 2020 (JO L 69 de 6.3.2020, p. 9),
- 32020 R 0992: Regulamento de Execução (UE) 2020/992 da Comissão, de 9 de julho de 2020 (JO L 221 de 10.7.2020, p. 73),
- 32020 R 0993: Regulamento de Execução (UE) 2020/993 da Comissão, de 9 de julho de 2020 (JO L 221 de 10.7.2020, p. 76),
- 32020 R 0994: Regulamento de Execução (UE) 2020/994 da Comissão, de 9 de julho de 2020 (JO L 221 de 10.7.2020, p. 79),
- 32020 R 0995: Regulamento de Execução (UE) 2020/995 da Comissão, de 9 de julho de 2020 (JO L 221 de 10.7.2020, p. 84),
- 32020 R 0996: Regulamento de Execução (UE) 2020/996 da Comissão, de 9 de julho de 2020 (JO L 221 de 10.7.2020, p. 87),
- 32020 R 0997: Regulamento de Execução (UE) 2020/997 da Comissão, de 9 de julho de 2020 (JO L 221 de 10.7.2020, p. 90),
- 32020 R 0998: Regulamento de Execução (UE) 2020/998 da Comissão, de 9 de julho de 2020 (JO L 221 de 10.7.2020, p. 96),
- 32020 R 1031: Regulamento de Execução (UE) 2020/1031 da Comissão, de 15 de julho de 2020 (JO L 227 de 16.7.2020, p. 21),

- 32020 R 1032: Regulamento de Execução (UE) 2020/1032 da Comissão, de 15 de julho de 2020 (JO L 227 de 16.7.2020, p. 24),
- 32020 R 1033: Regulamento de Execução (UE) 2020/1033 da Comissão, de 15 de julho de 2020 (JO L 227 de 16.7.2020, p. 27),
- 32020 R 1034: Regulamento de Execução (UE) 2020/1034 da Comissão, de 15 de julho de 2020 (JO L 227 de 16.7.2020, p. 34),
- 32020 R 1090: Regulamento de Execução (UE) 2020/1090 da Comissão, de 24 de julho de 2020 (JO L 241 de 27.7.2020, p. 1),
- 32020 R 1091: Regulamento de Execução (UE) 2020/1091 da Comissão, de 24 de julho de 2020 (JO L 241 de 27.7.2020, p. 6),
- 32020 R 1094: Regulamento de Execução (UE) 2020/1094 da Comissão, de 24 de julho de 2020 (JO L 241 de 27.7.2020, p. 15),
- 32020 R 1096: Regulamento de Execução (UE) 2020/1096 da Comissão, de 24 de julho de 2020 (JO L 241 de 27.7.2020, p. 20),
- 32020 R 1097: Regulamento de Execução (UE) 2020/1097 da Comissão, de 24 de julho de 2020 (JO L 241 de 27.7.2020, p. 23),
- 32020 R 1098: Regulamento de Execução (UE) 2020/1098 da Comissão, de 24 de julho de 2020 (JO L 241 de 27.7.2020, p. 28),

- 32020 R 1175: Regulamento de Execução (UE) 2020/1175 da Comissão, de 7 de agosto de 2020 (JO L 259 de 10.8.2020, p. 6),
- 32020 R 1363: Regulamento de Execução (UE) 2020/1363 da Comissão, de 30 de setembro de 2020 (JO L 317 de 1.10.2020, p. 10),
- 32020 R 1370: Regulamento de Execução (UE) 2020/1370 da Comissão, de 1 de outubro de 2020 (JO L 319 de 2.10.2020, p. 5),
- 32020 R 1371: Regulamento de Execução (UE) 2020/1371 da Comissão, de 1 de outubro de 2020 (JO L 319 de 2.10.2020, p. 8),
- 32020 R 1372: Regulamento de Execução (UE) 2020/1372 da Comissão, de 1 de outubro de 2020 (JO L 319 de 2.10.2020, p. 11),
- 32020 R 1373: Regulamento de Execução (UE) 2020/1373 da Comissão, de 1 de outubro de 2020 (JO L 319 de 2.10.2020, p. 15),
- 32020 R 1374: Regulamento de Execução (UE) 2020/1374 da Comissão, de 1 de outubro de 2020 (JO L 319 de 2.10.2020, p. 19),
- 32020 R 1375: Regulamento de Execução (UE) 2020/1375 da Comissão, de 1 de outubro de 2020 (JO L 319 de 2.10.2020, p. 22),
- 32020 R 1376: Regulamento de Execução (UE) 2020/1376 da Comissão, de 1 de outubro de 2020 (JO L 319 de 2.10.2020, p. 26),

- 32020 R 1377: Regulamento de Execução (UE) 2020/1377 da Comissão, de 1 de outubro de 2020 (JO L 319 de 2.10.2020, p. 29),
- 32020 R 1378: Regulamento de Execução (UE) 2020/1378 da Comissão, de 1 de outubro de 2020 (JO L 319 de 2.10.2020, p. 32),
- 32020 R 1379: Regulamento de Execução (UE) 2020/1379 da Comissão, de 1 de outubro de 2020 (JO L 319 de 2.10.2020, p. 36),
- 32020 R 1395: Regulamento de Execução (UE) 2020/1395 da Comissão, de 5 de outubro de 2020 (JO L 324 de 6.10.2020, p. 3), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32021 R 0733: Regulamento de Execução (UE) 2021/733 da Comissão, de 5 de maio de 2021 (JO L 158 de 6.5.2021, p. 11),
- 32020 R 1396: Regulamento de Execução (UE) 2020/1396 da Comissão, de 5 de outubro de 2020 (JO L 324 de 6.10.2020, p. 6),
- 32020 R 1397: Regulamento de Execução (UE) 2020/1397 da Comissão, de 5 de outubro de 2020 (JO L 324 de 6.10.2020, p. 19),
- 32020 R 1398: Regulamento de Execução (UE) 2020/1398 da Comissão, de 5 de outubro de 2020 (JO L 324 de 6.10.2020, p. 26),
- 32020 R 1399: Regulamento de Execução (UE) 2020/1399 da Comissão, de 5 de outubro de 2020 (JO L 324 de 6.10.2020, p. 29),

- 32020 R 1400: Regulamento de Execução (UE) 2020/1400 da Comissão, de 5 de outubro de 2020 (JO L 324 de 6.10.2020, p. 32),
- 32020 R 1418: Regulamento de Execução (UE) 2020/1418 da Comissão, de 6 de outubro de 2020 (JO L 326 de 8.10.2020, p. 7),
- 32020 R 1497: Regulamento de Execução (UE) 2020/1497 da Comissão, de 15 de outubro de 2020 (JO L 342 de 16.10.2020, p. 1),
- 32020 R 1510: Regulamento de Execução (UE) 2020/1510 da Comissão, de 16 de outubro de 2020 (JO L 344 de 19.10.2020, p. 2),
- 32020 R 1755: Regulamento de Execução (UE) 2020/1755 da Comissão, de 24 de novembro de 2020 (JO L 395 de 25.11.2020, p. 5),
- 32020 R 1760: Regulamento de Execução (UE) 2020/1760 da Comissão, de 25 de novembro de 2020 (JO L 397 de 26.11.2020, p. 6),
- 32020 R 1761: Regulamento de Execução (UE) 2020/1761 da Comissão, de 25 de novembro de 2020 (JO L 397 de 26.11.2020, p. 10),
- 32020 R 1762: Regulamento de Execução (UE) 2020/1762 da Comissão, de 25 de novembro de 2020 (JO L 397 de 26.11.2020, p. 14),
- 32020 R 1764: Regulamento de Execução (UE) 2020/1764 da Comissão, de 25 de novembro de 2020 (JO L 397 de 26.11.2020, p. 21),

- 32020 R 1773: Regulamento de Execução (UE) 2020/1773 da Comissão, de 26 de novembro de 2020 (JO L 398 de 27.11.2020, p. 19),
- 32020 R 1795: Regulamento de Execução (UE) 2020/1795 da Comissão, de 30 de novembro de 2020 (JO L 402 de 1.12.2020, p. 27),
- 32020 R 1796: Regulamento de Execução (UE) 2020/1796 da Comissão, de 30 de novembro de 2020 (JO L 402 de 1.12.2020, p. 31),
- 32020 R 1797: Regulamento de Execução (UE) 2020/1797 da Comissão, de 30 de novembro de 2020 (JO L 402 de 1.12.2020, p. 36),
- 32020 R 1798: Regulamento de Execução (UE) 2020/1798 da Comissão, de 30 de novembro de 2020 (JO L 402 de 1.12.2020, p. 39),
- 32020 R 1799: Regulamento de Execução (UE) 2020/1799 da Comissão, de 30 de novembro de 2020 (JO L 402 de 1.12.2020, p. 43),
- 32020 R 1800: Regulamento de Execução (UE) 2020/1800 da Comissão, de 30 de novembro de 2020 (JO L 402 de 1.12.2020, p. 46),
- 32020 R 2116: Regulamento de Execução (UE) 2020/2116 da Comissão, de 16 de dezembro de 2020 (JO L 426 de 17.12.2020, p. 7),
- 32020 R 2117: Regulamento de Execução (UE) 2020/2117 da Comissão, de 16 de dezembro de 2020 (JO L 426 de 17.12.2020, p. 11),

- 32020 R 2118: Regulamento de Execução (UE) 2020/2118 da Comissão, de 16 de dezembro de 2020 (JO L 426 de 17.12.2020, p. 15),
- 32020 R 2119: Regulamento de Execução (UE) 2020/2119 da Comissão, de 16 de dezembro de 2020 (JO L 426 de 17.12.2020, p. 18),
- 32020 R 2120: Regulamento de Execução (UE) 2020/2120 da Comissão, de 16 de dezembro de 2020 (JO L 426 de 17.12.2020, p. 22),
- 32020 R 2121: Regulamento de Execução (UE) 2020/2121 da Comissão, de 16 de dezembro de 2020 (JO L 426 de 17.12.2020, p. 28),
- 32021 R 0329: Regulamento de Execução (UE) 2021/329 da Comissão, de 24 de fevereiro de 2021 (JO L 65 de 25.2.2021, p. 38),
- 32021 R 0330: Regulamento de Execução (UE) 2021/330 da Comissão, de 24 de fevereiro de 2021 (JO L 65 de 25.2.2021, p. 43),
- 32021 R 0343: Regulamento de Execução (UE) 2021/343 da Comissão, de 25 de fevereiro de 2021 (JO L 68 de 26.2.2021, p. 157),
- 32021 R 0344: Regulamento de Execução (UE) 2021/344 da Comissão, de 25 de fevereiro de 2021 (JO L 68 de 26.2.2021, p. 160),
- 32021 R 0346: Regulamento de Execução (UE) 2021/346 da Comissão, de 25 de fevereiro de 2021 (JO L 68 de 26.2.2021, p. 167),

- 32021 R 0363: Regulamento de Execução (UE) 2021/363 da Comissão, de 26 de fevereiro de 2021 (JO L 70 de 1.3.2021, p. 3),
- 32021 R 0367: Regulamento de Execução (UE) 2021/367 da Comissão, de 1 de março de 2021 (JO L 71 de 2.3.2021, p. 1),
- 32021 R 0421: Regulamento de Execução (UE) 2021/421 da Comissão, de 9 de março de 2021 (JO L 83 de 10.3.2021, p. 21),
- 32021 R 0422: Regulamento de Execução (UE) 2021/422 da Comissão, de 9 de março de 2021 (JO L 83 de 10.3.2021, p. 25),
- 32021 R 0426: Regulamento de Execução (UE) 2021/426 da Comissão, de 10 de março de 2021 (JO L 84 de 11.3.2021, p. 18),
- 32021 R 0485: Regulamento de Execução (UE) 2021/485 da Comissão, de 22 de março de 2021 (JO L 100 de 23.3.2021, p. 3),
- 32021 R 0506: Regulamento de Execução (UE) 2021/506 da Comissão, de 23 de março de 2021 (JO L 102 de 24.3.2021, p. 4),
- 32021 R 0551: Regulamento de Execução (UE) 2021/551 da Comissão, de 30 de março de 2021 (JO L 111 de 31.3.2021, p. 3),
- 32021 R 0658: Regulamento de Execução (UE) 2021/658 da Comissão, de 21 de abril de 2021 (JO L 137 de 22.4.2021, p. 16),

- 32021 R 0669: Regulamento de Execução (UE) 2021/669 da Comissão, de 23 de abril de 2021 (JO L 141 de 26.4.2021, p. 7),
- 32021 R 0709: Regulamento de Execução (UE) 2021/709 da Comissão, de 29 de abril de 2021 (JO L 147 de 30.4.2021, p. 8),
- 32021 R 0719: Regulamento de Execução (UE) 2021/719 da Comissão, de 30 de abril de 2021 (JO L 151 de 3.5.2021, p. 12),
- 32021 R 0932: Regulamento de Execução (UE) 2021/932 da Comissão, de 9 de junho de 2021 (JO L 204 de 10.6.2021, p. 13),
- 32021 R 0967: Regulamento de Execução (UE) 2021/967 da Comissão, de 16 de junho de 2021 (JO L 214 de 17.6.2021, p. 41),
- 32021 R 0968: Regulamento de Execução (UE) 2021/968 da Comissão, de 16 de junho de 2021 (JO L 214 de 17.6.2021, p. 45),
- 32021 R 0969: Regulamento de Execução (UE) 2021/969 da Comissão, de 16 de junho de 2021 (JO L 214 de 17.6.2021, p. 49),
- 32021 R 0981: Regulamento de Execução (UE) 2021/981 da Comissão, de 17 de junho de 2021 (JO L 216 de 18.6.2021, p. 135),
- 32021 R 0982: Regulamento de Execução (UE) 2021/982 da Comissão, de 17 de junho de 2021 (JO L 216 de 18.6.2021, p. 139),

- 32021 R 1409: Regulamento de Execução (UE) 2021/1409 da Comissão, de 27 de agosto de 2021 (JO L 304 de 30.8.2021, p. 5),
- 32021 R 1410: Regulamento de Execução (UE) 2021/1410 da Comissão, de 27 de agosto de 2021 (JO L 304 de 30.8.2021, p. 8),
- 32021 R 1411: Regulamento de Execução (UE) 2021/1411 da Comissão, de 27 de agosto de 2021 (JO L 304 de 30.8.2021, p. 11),
- 32011 R 1412: Regulamento de Execução (UE) 2021/1412 da Comissão, de 27 de agosto de 2021 (JO L 304 de 30.8.2021, p. 13),
- 32011 R 1413: Regulamento de Execução (UE) 2021/1413 da Comissão, de 27 de agosto de 2021 (JO L 304 de 30.8.2021, p. 18),
- 32021 R 1424: Regulamento de Execução (UE) 2021/1424 da Comissão, de 31 de agosto de 2021 (JO L 307 de 1.9.2021, p. 9),
- 32021 R 1425: Regulamento de Execução (UE) 2021/1425 da Comissão, de 31 de agosto de 2021 (JO L 307 de 1.9.2021, p. 12),
- 32021 R 1426: Regulamento de Execução (UE) 2021/1426 da Comissão, de 31 de agosto de 2021 (JO L 307 de 1.9.2021, p. 17),
- 32021 R 1431: Regulamento de Execução (UE) 2021/1431 da Comissão, de 1 de setembro de 2021 (JO L 309 de 2.9.2021, p. 5),

- 32021 R 2047: Regulamento de Execução (UE) 2021/2047 da Comissão, de 23 de novembro de 2021 (JO L 418 de 24.11.2021, p. 13),
- 32021 R 2050: Regulamento de Execução (UE) 2021/2050 da Comissão, de 24 de novembro de 2021 (JO L 420 de 25.11.2021, p. 16),
- 32021 R 2051: Regulamento de Execução (UE) 2021/2051 da Comissão, de 24 de novembro de 2021 (JO L 420 de 25.11.2021, p. 19),
- 32021 R 2076: Regulamento de Execução (UE) 2021/2076 da Comissão, de 26 de novembro de 2021 (JO L 426 de 29.11.2021, p. 1),
- 32021 R 2077: Regulamento de Execução (UE) 2021/2077 da Comissão, de 26 de novembro de 2021 (JO L 426 de 29.11.2021, p. 5),
- 32021 R 2080: Regulamento de Execução (UE) 2021/2080 da Comissão, de 26 de novembro de 2021 (JO L 426 de 29.11.2021, p. 23),
- 32021 R 2090: Regulamento de Execução (UE) 2021/2090 da Comissão, de 25 de novembro de 2021 (JO L 427 de 30.11.2021, p. 160),
- 32021 R 2092: Regulamento de Execução (UE) 2021/2092 da Comissão, de 29 de novembro de 2021 (JO L 427 de 30.11.2021, p. 166),

- 32021 R 2093: Regulamento de Execução (UE) 2021/2093 da Comissão, de 29 de novembro de 2021 (JO L 427 de 30.11.2021, p. 169),
- 32021 R 2094: Regulamento de Execução (UE) 2021/2094 da Comissão, de 29 de novembro de 2021 (JO L 427 de 30.11.2021, p. 173),
- 32021 R 2095: Regulamento de Execução (UE) 2021/2095 da Comissão, de 29 de novembro de 2021 (JO L 427 de 30.11.2021, p. 179),
- 32021 R 2096: Regulamento de Execução (UE) 2021/2096 da Comissão, de 29 de novembro de 2021 (JO L 427 de 30.11.2021, p. 187),
- 32021 R 2097: Regulamento de Execução (UE) 2021/2097 da Comissão, de 29 de novembro de 2021 (JO L 427 de 30.11.2021, p. 190),
- 32022 R 0272: Regulamento de Execução (UE) 2022/272 da Comissão, de 23 de fevereiro de 2022 (JO L 42 de 24.2.2022, p. 14),
- 32022 R 0273: Regulamento de Execução (UE) 2022/273 da Comissão, de 23 de fevereiro de 2022 (JO L 42 de 24.2.2022, p. 17),
- 32022 R 0320: Regulamento de Execução (UE) 2022/320 da Comissão, de 25 de fevereiro de 2022 (JO L 55 de 28.2.2022, p. 41),
- 32022 R 0347: Regulamento de Execução (UE) 2022/347 da Comissão, de 1 de março de 2022 (JO L 65 de 2.3.2022, p. 1),

- 32022 R 0537: Regulamento de Execução (UE) 2022/537 da Comissão, de 4 de abril de 2022 (JO L 106 de 5.4.2022, p. 4),
- 32022 R 0538: Regulamento de Execução (UE) 2022/538 da Comissão, de 4 de abril de 2022 (JO L 106 de 5.4.2022, p. 9),
- 32022 R 0565: Regulamento de Execução (UE) 2022/565 da Comissão, de 7 de abril de 2022 (JO L 109 de 8.4.2022, p. 32),
- 32022 R 0593: Regulamento de Execução (UE) 2022/593 da Comissão, de 1 de março de 2022 (JO L 114 de 12.4.2022, p. 44),
- 32022 R 0633: Regulamento de Execução (UE) 2022/633 da Comissão, de 13 de abril de 2022 (JO L 117 de 19.4.2022, p. 26),
- 32022 R 0652: Regulamento de Execução (UE) 2022/652 da Comissão, de 20 de abril de 2022 (JO L 119 de 21.4.2022, p. 74),
- 32022 R 0653: Regulamento de Execução (UE) 2022/653 da Comissão, de 20 de abril de 2022 (JO L 119 de 21.4.2022, p. 79),
- 32022 R 0654: Regulamento de Execução (UE) 2022/654 da Comissão, de 20 de abril de 2022 (JO L 119 de 21.4.2022, p. 84),
- 32022 R 0702: Regulamento de Execução (UE) 2022/702 da Comissão, de 5 de maio de 2022 (JO L 132 de 6.5.2022, p. 1),

- 32022 R 0703: Regulamento de Execução (UE) 2022/703 da Comissão, de 5 de maio de 2022 (JO L 132 de 6.5.2022, p. 5),
- 32022 R 1247: Regulamento de Execução (UE) 2022/1247 da Comissão, de 19 de julho de 2022 (JO L 191 de 20.7.2022, p. 3),
- 32022 R 1248: Regulamento de Execução (UE) 2022/1248 da Comissão, de 19 de julho de 2022 (JO L 191 de 20.7.2022, p. 7),
- 32022 R 1249: Regulamento de Execução (UE) 2022/1249 da Comissão, de 19 de julho de 2022 (JO L 191 de 20.7.2022, p. 10),
- 32022 R 1250: Regulamento de Execução (UE) 2022/1250 da Comissão, de 19 de julho de 2022 (JO L 191 de 20.7.2022, p. 13),
- 32022 R 1266: Regulamento de Execução (UE) 2022/1266 da Comissão, de 20 de julho de 2022 (JO L 192 de 21.7.2022, p. 17),
- 32022 R 1374: Regulamento de Execução (UE) 2022/1374 da Comissão, de 5 de agosto de 2022 (JO L 206 de 8.8.2022, p. 35),
- 32022 R 1382: Regulamento de Execução (UE) 2022/1382 da Comissão, de 8 de agosto de 2022 (JO L 207 de 9.8.2022, p. 16),
- 32022 R 1383: Regulamento de Execução (UE) 2022/1383 da Comissão, de 8 de agosto de 2022 (JO L 207 de 9.8.2022, p. 19),

- 32022 R 1412: Regulamento de Execução (UE) 2022/1412 da Comissão, de 19 de agosto de 2022 (JO L 217 de 22.8.2022, p. 1),
- 32022 R 1417: Regulamento de Execução (UE) 2022/1417 da Comissão, de 22 de agosto de 2022 (JO L 218 de 23.8.2022, p. 3),
- 32022 R 1419: Regulamento de Execução (UE) 2022/1419 da Comissão, de 22 de agosto de 2022 (JO L 218 de 23.8.2022, p. 12),
- 32022 R 1420: Regulamento de Execução (UE) 2022/1420 da Comissão, de 22 de agosto de 2022 (JO L 218 de 23.8.2022, p. 17),
- 32022 R 1421: Regulamento de Execução (UE) 2022/1421 da Comissão, de 22 de agosto de 2022 (JO L 218 de 23.8.2022, p. 27),
- 32022 R 1451: Regulamento de Execução (UE) 2022/1451 da Comissão, de 1 de setembro de 2022 (JO L 228 de 2.9.2022, p. 10),
- 32022 R 1452: Regulamento de Execução (UE) 2022/1452 da Comissão, de 1 de setembro de 2022 (JO L 228 de 2.9.2022, p. 17),
- 32022 R 1453: Regulamento de Execução (UE) 2022/1453 da Comissão, de 1 de setembro de 2022 (JO L 228 de 2.9.2022, p. 30),
- 32022 R 1469: Regulamento de Execução (UE) 2022/1469 da Comissão, de 5 de setembro de 2022 (JO L 231 de 6.9.2022, p. 105),

- 32022 R 1470: Regulamento de Execução (UE) 2022/1470 da Comissão, de 5 de setembro de 2022 (JO L 231 de 6.9.2022, p. 109),
- 32022 R 1471: Regulamento de Execução (UE) 2022/1471 da Comissão, de 5 de setembro de 2022 (JO L 231 de 6.9.2022, p. 113),
- 32022 R 1472: Regulamento de Execução (UE) 2022/1472 da Comissão, de 5 de setembro de 2022 (JO L 231 de 6.9.2022, p. 116),
- 32022 R 1490: Regulamento de Execução (UE) 2022/1490 da Comissão, de 1 de março de 2022 (JO L 234 de 9.9.2022, p. 1),
- 32022 R 1492: Regulamento de Execução (UE) 2022/1492 da Comissão, de 8 de setembro de 2022 (JO L 234 de 9.9.2022, p. 14),
- 32022 R 1493: Regulamento de Execução (UE) 2022/1493 da Comissão, de 8 de setembro de 2022 (JO L 234 de 9.9.2022, p. 18),
- 32022 R 1525: Regulamento de Execução (UE) 2022/1525 da Comissão, de 13 de setembro de 2022 (JO L 237 de 14.9.2022, p. 12).

3. 32005 R 0378: Regulamento (CE) n.º 378/2005 da Comissão, de 4 de março de 2005, sobre as regras de execução do Regulamento (CE) n.º 1831/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo às competências e funções do Laboratório Comunitário de Referência no respeitante aos pedidos de autorização de aditivos destinados à alimentação animal (JO L 59 de 5.3.2005, p. 8), com a redação que lhe foi dada por:
- 32007 R 0850: Regulamento (CE) n.º 850/2007 da Comissão, de 19 de julho de 2007 (JO L 188 de 20.7.2007, p. 3),
 - 32009 R 0885: Regulamento (CE) n.º 885/2009 da Comissão, de 25 de setembro de 2009 (JO L 254 de 26.9.2009, p. 58),
 - 32015 R 1761: Regulamento de Execução (UE) 2015/1761 da Comissão, de 1 de outubro de 2015 (JO L 257 de 2.10.2015, p. 30).
4. 32006 R 1876: Regulamento (CE) n.º 1876/2006 da Comissão, de 18 de dezembro de 2006, relativo à autorização provisória e definitiva de determinados aditivos em alimentos para animais (JO L 360 de 19.12.2006, p. 126), com a redação que lhe foi dada por:
- 32012 R 1018: Regulamento de Execução (UE) n.º 1018/2012 da Comissão, de 5 de novembro de 2012 (JO L 307 de 7.11.2012, p. 56),
 - 32013 R 0159: Regulamento de Execução (UE) n.º 159/2013 da Comissão, de 21 de fevereiro de 2013 (JO L 49 de 22.2.2013, p. 47),
 - 32013 R 0403: Regulamento de Execução (UE) n.º 403/2013 da Comissão, de 2 de maio de 2013 (JO L 121 de 3.5.2013, p. 26).

5. 32008 R 0429: Regulamento (CE) n.º 429/2008 da Comissão, de 25 de abril de 2008, relativo às regras de execução do Regulamento (CE) n.º 1831/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho no que se refere à preparação e apresentação de pedidos e à avaliação e autorização de aditivos destinados à alimentação animal (JO L 133 de 22.5.2008, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32020 R 1773: Regulamento de Execução (UE) 2020/1773 da Comissão, de 26 de novembro de 2020 (JO L 398 de 27.11.2020, p. 19).
6. 32009 R 1270: Regulamento (UE) n.º 1270/2009 da Comissão, de 21 de dezembro de 2009, relativo à autorização definitiva de determinados aditivos em alimentos para animais (JO L 339 de 22.12.2009, p. 28), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32017 R 1145: Regulamento de Execução (UE) 2017/1145 da Comissão, de 8 de junho de 2017 (JO L 166 de 29.6.2017, p. 1).
7. 32010 R 0892: Regulamento (UE) n.º 892/2010 da Comissão, de 8 de outubro de 2010, relativo ao estatuto de certos produtos no que se refere a aditivos destinados à alimentação animal na aceção do Regulamento (CE) n.º 1831/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 266 de 9.10.2010, p. 6).
8. 32012 R 0081: Regulamento de Execução (UE) n.º 81/2012 da Comissão, de 31 de janeiro de 2012, relativo à recusa da autorização do *Lactobacillus pentosus* (DSM 14025) como aditivo para a alimentação animal (JO L 29 de 1.2.2012, p. 36).
9. 32012 R 0451: Regulamento de Execução (UE) n.º 451/2012 da Comissão, de 29 de maio de 2012, relativo à retirada do mercado de determinados aditivos para a alimentação animal pertencentes ao grupo funcional dos aditivos de silagem (JO L 140 de 30.5.2012, p. 55).

10. 32013 R 0230: Regulamento de Execução (UE) n.º 230/2013 da Comissão, de 14 de março de 2013, relativo à retirada do mercado de determinados aditivos para a alimentação animal pertencentes ao grupo das substâncias aromatizantes e apetentes (JO L 80 de 21.3.2013, p. 1).
11. 32013 R 0796: Regulamento de Execução (UE) n.º 796/2013 da Comissão, de 21 de agosto de 2013, relativo à recusa da autorização da substância 3-acetil-2,5-dimetiltiofeno como aditivo na alimentação animal (JO L 224 de 22.8.2013, p. 4).
12. 32014 R 0107: Regulamento de Execução (UE) n.º 107/2014 da Comissão, de 5 de fevereiro de 2014, relativo à retirada do mercado dos aditivos para a alimentação animal cloreto de cobalto hexa-hidratado, nitrato de cobalto hexa-hidratado e sulfato de cobalto mono-hidratado, e que altera o Regulamento (CE) n.º 1334/2003 (JO L 36 de 6.2.2014, p. 7).
13. 32014 R 0754: Regulamento de Execução (UE) n.º 754/2014 da Comissão, de 11 de julho de 2014, relativo à recusa de autorização de *Pediococcus pentosaceus* (NCIMB 30068) e *Pediococcus pentosaceus* (NCIMB 30044) como aditivos alimentares (JO L 205 de 12.7.2014, p. 10).
14. 32015 R 1399: Regulamento de Execução (UE) 2015/1399 da Comissão, de 17 de agosto de 2015, relativo à recusa da autorização da preparação de *Bacillus toyonensis* (NCIMB 14858T) (anteriormente *Bacillus cereus* var. *toyoi* NCIMB 40112/CNCM I-1012) como aditivo em alimentos para bovinos de engorda, coelhos de engorda, frangos de engorda, leitões (desmamados), suínos de engorda, porcas de reprodução e vitelos de criação e à revogação das autorizações da preparação de *Bacillus cereus* var. *toyoi* (NCIMB 40112/CNCM I-1012) como aditivo em alimentos para perus de engorda e coelhas reprodutoras, que altera os Regulamentos (CE) n.º 256/2002, (CE) n.º 1453/2004, (CE) n.º 255/2005 e (CE) n.º 1200/2005 e que revoga os Regulamentos (CE) n.º 166/2008, (CE) n.º 378/2009 e o Regulamento de Execução (UE) n.º 288/2013 (JO L 217 de 18.8.2015, p. 1).

15. 32017 R 1145: Regulamento de Execução (UE) 2017/1145 da Comissão, de 8 de junho de 2017, relativo à retirada do mercado de certos aditivos para a alimentação animal autorizados nos termos das Diretivas 70/524/CEE e 82/471/CEE do Conselho e que revoga as disposições obsoletas que autorizam esses aditivos (JO L 166 de 29.6.2017, p. 1).
16. 32018 R 0183: Regulamento de Execução (UE) 2018/183 da Comissão, de 7 de fevereiro de 2018, relativo à recusa da autorização do formaldeído como aditivo em alimentos para animais pertencente aos grupos funcionais dos conservantes e dos melhoradores das condições de higiene (JO L 34 de 8.2.2018, p. 6).
17. 32018 R 0244: Regulamento de Execução (UE) 2018/244 da Comissão, de 15 de fevereiro de 2018, relativo à autorização de vanililacetona e 4-(4-metoxifenil) butan-2-ona como aditivos em alimentos para animais de todas as espécies e à recusa de 1-feniletan-1-ol (JO L 53 de 23.2.2018, p. 81).
18. 32018 R 0353: Regulamento de Execução (UE) 2018/353 da Comissão, de 9 de março de 2018, que retifica o Regulamento de Execução (UE) 2017/1145 relativo à retirada do mercado de certos aditivos para a alimentação animal autorizados nos termos das Diretivas 70/524/CEE e 82/471/CEE do Conselho e que revoga as disposições obsoletas que autorizam esses aditivos (JO L 68 de 12.3.2018, p. 3).
19. 32018 R 1254: Regulamento de Execução (UE) 2018/1254 da Comissão, de 19 de setembro de 2018, relativo à recusa da autorização da riboflavina (80 %) produzida por *Bacillus subtilis* KCCM-10445 como aditivo em alimentos para animais pertencente ao grupo funcional vitaminas, provitaminas e substâncias quimicamente bem definidas de efeito semelhante (JO L 237 de 20.9.2018, p. 5).

20. 32018 R 1550: Regulamento de Execução (UE) 2018/1550 da Comissão, de 16 de outubro de 2018, relativa à renovação da autorização de ácido benzoico como aditivo em alimentos para leitões desmamados e suínos de engorda e que revoga os Regulamentos (CE) n.º 1730/2006 e (CE) n.º 1138/2007 (detentor da autorização DSM Nutritional Products Ltd.) (JO L 260 de 17.10.2018, p. 3).

21. 32019 R 0804: Regulamento de Execução (UE) 2019/804 da Comissão, de 17 de maio de 2019, relativo à renovação da autorização da forma orgânica de selénio produzida por *Saccharomyces cerevisiae* CNCM I-3060 e da selenometionina produzida por *Saccharomyces cerevisiae* NCYC R397 como aditivos em alimentos para animais de todas as espécies e que revoga os Regulamentos (CE) n.º 1750/2006 e (CE) n.º 634/2007 (JO L 132 de 20.5.2019, p. 28), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32022 R 1459: Regulamento de Execução (UE) 2022/1459 da Comissão, de 2 de setembro de 2022 (JO L 229 de 5.9.2022, p. 22).

22. 32019 R 0857: Regulamento de Execução (UE) 2019/857 da Comissão, de 27 de maio de 2019, relativo à renovação da autorização de *Saccharomyces cerevisiae* CNCM I-1077 como aditivo em alimentos para ovelhas leiteiras e cabras leiteiras e que revoga o Regulamento (CE) n.º 226/2007 (detentor da autorização Danstar Ferment AG, representada por Lallemand SAS) (JO L 140 de 28.5.2019, p. 18).

23. 32019 R 0899: Regulamento de Execução (UE) 2019/899 da Comissão, de 29 de maio de 2019, relativo à renovação da autorização de *Saccharomyces cerevisiae* CNCM I-4407 como aditivo em alimentos para borregos de engorda, cabras leiteiras, ovelhas leiteiras, búfalas leiteiras, cavalos e suínos de engorda e que revoga os Regulamentos (CE) n.º 1447/2006, (CE) n.º 188/2007, (CE) n.º 232/2009, (CE) n.º 186/2007 e (CE) n.º 209/2008 (detentor da autorização S.I. Lesaffre) (JO L 144 de 3.6.2019, p. 32).
24. 32019 R 0913: Regulamento de Execução (UE) 2019/913 da Comissão, de 29 de maio de 2019, relativo à renovação da autorização de carbonato de lantânio octa-hidratado como aditivo em alimentos para gatos e que revoga o Regulamento (CE) n.º 163/2008 (detentor da autorização Bayer HealthCare AG) (JO L 146 de 5.6.2019, p. 57).
25. 32021 R 0329: Regulamento de Execução (UE) 2021/329 da Comissão, de 24 de fevereiro de 2021, relativo à renovação da autorização de uma preparação de endo-1,4-beta-xilanase e endo-1,3(4)-beta-glucanase para frangos de engorda (detentor da autorização: AVEVE NV), e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1091/2009 (JO L 65 de 25.2.2021, p. 38).
26. 32021 R 0367: Regulamento de Execução (UE) 2021/367 da Comissão, de 1 de março de 2021, relativo à renovação da autorização de uma preparação de *Saccharomyces cerevisiae* CNCM I-4407 como aditivo em alimentos para vitelos de criação e que revoga o Regulamento (UE) n.º 883/2010 (detentor da autorização S.I. Lesaffre) (JO L 71 de 2.3.2021, p. 1).
27. 32021 R 0505: Regulamento de Execução (UE) 2021/505 da Comissão, de 23 de março de 2021, relativo à recusa da autorização de ácido fosfórico a 60 % em suporte de sílica como aditivo em alimentos para animais pertencente ao grupo funcional dos conservantes (JO L 102 de 24.3.2021, p. 1).

28. 32021 R 0507: Regulamento de Execução (UE) 2021/507 da Comissão, de 23 de março de 2021, relativo à renovação da autorização do cloridrato de piridoxina (vitamina B6) como aditivo em alimentos para animais de todas as espécies e que revoga o Regulamento de Execução (UE) n.º 515/2011 (JO L 102 de 24.3.2021, p. 8).
29. 32021 R 0508: Regulamento de Execução (UE) 2021/508 da Comissão, de 23 de março de 2021, relativo à renovação da autorização de uma preparação de *Saccharomyces cerevisiae* MUCL 39885 como aditivo em alimentos para leitões desmamados e que revoga o Regulamento (UE) n.º 170/2011 (detentor da autorização: Prosol S.p.A.) (JO L 102 de 24.3.2021, p. 11).
30. 32021 R 0758: Regulamento de Execução (UE) 2021/758 da Comissão, de 7 de maio de 2021, relativo ao estatuto de determinados produtos como aditivos para a alimentação animal no âmbito do Regulamento (CE) n.º 1831/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho e à retirada do mercado de determinados aditivos para a alimentação animal (JO L 162 de 10.5.2021, p. 5).
31. 32021 R 0932: Regulamento de Execução (UE) 2021/932 da Comissão, de 9 de junho de 2021, que suspende a autorização da lasalocida A de sódio (Avatec 15 % cc) e da lasalocida A de sódio (Avatec 150 G) como aditivos em alimentos para frangos de engorda e frangas para postura (detentor da autorização: Zoetis Belgium S.A.) (JO L 204 de 10.6.2021, p. 13).
32. 32021 R 0967: Regulamento de Execução (UE) 2021/967 da Comissão, de 16 de junho de 2021, relativo à renovação da autorização do quelato de manganês do análogo hidroxilado da metionina como aditivo em alimentos para todas as espécies animais e que revoga o Regulamento (UE) n.º 350/2010 (JO L 214 de 17.6.2021, p. 41).

33. 32021 R 0968: Regulamento de Execução (UE) 2021/968 da Comissão, de 16 de junho de 2021, relativo à renovação da autorização do quelato de zinco do análogo hidroxilado da metionina como aditivo em alimentos para todas as espécies animais e que revoga o Regulamento (UE) n.º 335/2010 (JO L 214 de 17.6.2021, p. 45).
34. 32021 R 0981: Regulamento de Execução (UE) 2021/981 da Comissão, de 17 de junho de 2021, relativo à renovação da autorização de uma preparação de endo-1,4-beta-xilanase produzida por *Aspergillus niger* CBS 109.713 e endo-1,4-beta-glucanase produzida por *Aspergillus niger* DSM 18404 como aditivo em alimentos para espécies de aves de capoeira, aves ornamentais e leitões desmamados (detentor da autorização: BASF SE), e que revoga o Regulamento (CE) n.º 271/2009 e o Regulamento de Execução (UE) n.º 1068/2011 (JO L 216 de 18.6.2021, p. 135).
35. 32021 R 0982: Regulamento de Execução (UE) 2021/982 da Comissão, de 17 de junho de 2021, relativo à renovação da autorização de uma preparação de 6-fitase produzida por *Trichoderma reesei* CBS 122001 como aditivo em alimentos para suínos e aves de capoeira (detentor da autorização: Roal Oy), e que revoga os Regulamentos (UE) n.º 277/2010, (UE) n.º 891/2010 e o Regulamento de Execução (UE) n.º 886/2011 (JO L 216 de 18.6.2021, p. 139).

36. 32021 R 1411: Regulamento de Execução (UE) 2021/1411 da Comissão, de 27 de agosto de 2021, relativo à renovação da autorização do *Clostridium butyricum* FERM BP-2789 como aditivo em alimentos para frangas criadas para postura, perus de engorda, perus criados para reprodução, espécies aviárias menores (excluindo aves poedeiras), leitões desmamados e espécies menores de suínos desmamados, à sua autorização para frangos de engorda, leitões não desmamados e espécies menores de suínos não desmamados, e que revoga os Regulamentos de Execução (UE) n.º 373/2011, (UE) n.º 374/2013 e (UE) n.º 1108/2014 (detentor da autorização Miyarisan Pharmaceutical Co. Ltd, representada por Huvepharma NV Belgium) (JO L 304 de 30.8.2021, p. 11).
37. 32021 R 1424: Regulamento de Execução (UE) 2021/1424 da Comissão, de 31 de agosto de 2021, relativo à renovação da autorização de uma preparação de *Enterococcus faecium* DSM 7134 como aditivo em alimentos para frangos de engorda e que revoga o Regulamento (UE) n.º 998/2010 (detentor da autorização Lactosan GmbH & Co KG) (JO L 307 de 1.9.2021, p. 9).
38. 32022 R 0538: Regulamento de Execução (UE) 2022/538 da Comissão, de 4 de abril de 2022, relativo à renovação da autorização de benzoato de sódio como aditivo em alimentos para leitões desmamados, à nova autorização para leitões desmamados de outros suídeos e que revoga o Regulamento de Execução (UE) n.º 496/2011 (detentor da autorização Taminco Finland Oy) (JO L 106 de 5.4.2022, p. 9).

39. 32022 R 0703: Regulamento de Execução (UE) 2022/703 da Comissão, de 5 de maio de 2022, relativo à renovação da autorização de uma preparação de *Bacillus velezensis* DSM 15544 como aditivo em alimentos para leitões desmamados e à autorização para todas as espécies e categorias avícolas, que altera o Regulamento de Execução (UE) 2016/897, o Regulamento de Execução (UE) 2017/2312 e o Regulamento de Execução (UE) 2018/1081, e que revoga o Regulamento (UE) n.º 333/2010, o Regulamento (UE) n.º 184/2011 e o Regulamento de Execução (UE) 2019/893 (detentor da autorização: Asahi Biocycle Co. Ltd., representada na União por Pen & Tec Consulting S.L.U.) (JO L 132 de 6.5.2022, p. 5).
40. 32022 R 1375: Regulamento de Execução (UE) 2022/1375 da Comissão, de 5 de agosto de 2022, relativo à recusa da autorização da etoxiquina como aditivo em alimentos para animais pertencente ao grupo funcional dos antioxidantes e que revoga o Regulamento de Execução (UE) 2017/962 (JO L 206 de 8.8.2022, p. 39).
41. 32023 R 0053: Regulamento de Execução (UE) 2023/53 da Comissão, de 4 de janeiro de 2023, relativo à autorização de uma preparação de *Pediococcus acidilactici* CNCM I-4622 como aditivo em alimentos para todas as espécies animais (JO L 3 de 5.1.2023, p. 8).
42. 32023 R 0059: Regulamento de Execução (UE) 2023/59 da Comissão, de 5 de janeiro de 2023, relativo à autorização de uma preparação de *Pediococcus pentosaceus* DSM 32292 como aditivo em alimentos para todas as espécies animais (JO L 6 de 6.1.2023, p. 16).
43. 32023 R 0060: Regulamento de Execução (UE) 2023/60 da Comissão, de 5 de janeiro de 2023, relativo à autorização de éster metílico do ácido linoleico conjugado (t10,c12) como aditivo em alimentos para suínos de engorda e vacas leiteiras (detentor da autorização: BASF SE) (JO L 6 de 6.1.2023, p. 19).

44. 32023 R 0061: Regulamento de Execução (UE) 2023/61 da Comissão, de 5 de janeiro de 2023, relativo à autorização de uma preparação de endo-1,4-beta-glucanase de *Aspergillus niger* CBS 120604, de uma preparação de endo-1,3(4)-beta-glucanase de *Aspergillus neoniger* MUCL 39199, de uma preparação de endo-1,4-beta-xilanase de *Trichoderma citrinoviride* MUCL 39203 e de uma preparação de endo-1,4-beta-xilanase de *Trichoderma citrinoviride* CBS 614.94 como aditivos em alimentos para todas as espécies animais (JO L 6 de 6.1.2023, p. 24).

CAPÍTULO 3

SUBSTÂNCIAS INDESEJÁVEIS

1. 32002 L 0032: Diretiva 2002/32/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de maio de 2002, relativa às substâncias indesejáveis nos alimentos para animais (JO L 140 de 30.5.2002, p. 10), com a redação que lhe foi dada por:
 - 32003 L 0057: Diretiva 2003/57/CE da Comissão, de 17 de junho de 2003 (JO L 151 de 19.6.2003, p. 38),
 - 32003 L 0100: Diretiva 2003/100/CE da Comissão, de 31 de outubro de 2003 (JO L 285 de 1.11.2003, p. 33),
 - 32005 L 0008: Diretiva 2005/8/CE da Comissão, de 27 de janeiro de 2005 (JO L 27 de 29.1.2005, p. 44),
 - 32005 L 0086: Diretiva 2005/86/CE da Comissão, de 5 de dezembro de 2005 (JO L 318 de 6.12.2005, p. 16),
 - 32005 L 0087: Diretiva 2005/87/CE da Comissão, de 5 de dezembro de 2005 (JO L 318 de 6.12.2005, p. 19),
 - 32006 L 0013: Diretiva 2006/13/CE da Comissão, de 3 de fevereiro de 2006 (JO L 32 de 4.2.2006, p. 44),

- 32006 L 0077: Diretiva 2006/77/CE da Comissão, de 29 de setembro de 2006 (JO L 271 de 30.9.2006, p. 53),
- 32008 L 0076: Diretiva 2008/76/CE da Comissão, de 25 de julho de 2008 (JO L 198 de 26.8.2008, p. 37),
- 32009 L 0008: Diretiva 2009/8/CE da Comissão, de 10 de fevereiro de 2009 (JO L 40 de 11.2.2009, p. 19),
- 32009 R 0219: Regulamento (CE) n.º 219/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de março de 2009 (JO L 87 de 31.3.2009, p. 109),
- 32009 L 0141: Diretiva 2009/141/CE da Comissão, de 23 de novembro de 2009 (JO L 308 de 24.11.2009, p. 20),
- 32010 L 0006: Diretiva 2010/6/UE da Comissão, de 9 de fevereiro de 2010 (JO L 37 de 10.2.2010, p. 29),
- 32011 R 0574: Regulamento (UE) n.º 574/2011 da Comissão, de 16 de junho de 2011 (JO L 159 de 17.6.2011, p. 7),
- 32012 R 0277: Regulamento (UE) n.º 277/2012 da Comissão, de 28 de março de 2012 (JO L 91 de 29.3.2012, p. 1),
- 32012 R 0744: Regulamento (UE) n.º 744/2012 da Comissão, de 16 de agosto de 2012 (JO L 219 de 17.8.2012, p. 5),

- 32013 R 0107: Regulamento (UE) n.º 107/2013 da Comissão, de 5 de fevereiro de 2013 (JO L 35 de 6.2.2013, p. 1),
 - 32013 R 1275: Regulamento (UE) n.º 1275/2013 da Comissão, de 6 de dezembro de 2013 (JO L 328 de 7.12.2013, p. 86),
 - 32015 R 0186: Regulamento (UE) 2015/186 da Comissão, de 6 de fevereiro de 2015 (JO L 31 de 7.2.2015, p. 11),
 - 32017 R 2229: Regulamento (UE) 2017/2229 da Comissão, de 4 de dezembro de 2017 (JO L 319 de 5.12.2017, p. 6),
 - 32019 R 1869: Regulamento (UE) 2019/1869 da Comissão, de 7 de novembro de 2019 (JO L 289 de 8.11.2019, p. 32).
2. 32004 H 0704: Recomendação 2004/704/CE da Comissão, de 11 de outubro de 2004, relativa à monitorização dos níveis de base das dioxinas e dos PCB sob a forma de dioxina nos alimentos para animais (JO L 321 de 22.10.2004, p. 38).
 3. 32005 L 0006: Diretiva 2005/6/CE da Comissão, de 26 de janeiro de 2005, que altera a Diretiva 71/250/CEE no que diz respeito à apresentação e interpretação de resultados analíticos exigidos nos termos da Diretiva 2002/32/CE (JO L 24 de 27.1.2005, p. 33).
 4. 32006 H 0088: Recomendação 2006/88/CE da Comissão, de 6 de fevereiro de 2006, relativa à redução da presença de dioxinas, furanos e PCB nos alimentos para animais e nos géneros alimentícios (JO L 42 de 14.2.2006, p. 26).

5. 32006 H 0756: Recomendação 2006/576 da Comissão, de 17 de agosto de 2006, sobre a presença de desoxinivalenol, zearalenona, ocratoxina A, toxinas T-2 e HT-2 e fumonisinas em produtos destinados à alimentação animal (JO L 229 de 23.8.2006, p. 7).
6. 32015 R 0786: Regulamento (UE) 2015/786 da Comissão, de 19 de maio de 2015, que define critérios de aceitabilidade dos processos de descontaminação aplicáveis aos produtos destinados à alimentação animal, previstos na Diretiva 2002/32/CE do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 125 de 21.5.2015, p. 10).
7. 32016 H 1110: Recomendação (UE) 2016/1110 da Comissão, de 28 de junho de 2016, sobre a monitorização da presença de níquel nos alimentos para animais (JO L 183 de 8.7.2016, p. 68).

CAPÍTULO 4

ALIMENTO MEDICAMENTOSO PARA ANIMAIS

1. 32019 R 0004: Regulamento (UE) 2019/4 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de dezembro de 2018, relativo ao fabrico, à colocação no mercado e à utilização de alimentos medicamentosos para animais, que altera o Regulamento (CE) n.º 183/2005 do Parlamento Europeu e do Conselho e revoga a Diretiva 90/167/CEE do Conselho (JO L 4 de 7.1.2019, p. 1).

CAPÍTULO 5

ACORDOS INTERNACIONAIS DA UE

SECÇÃO A

ACORDO SOBRE O ESPAÇO ECONÓMICO EUROPEU

1. 31994 D 0001: Decisão 94/1/CECA, CE do Conselho e da Comissão, de 13 de dezembro de 1993, relativa à celebração do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu entre as Comunidades Europeias, os seus Estados-Membros e a República da Áustria, a República da Finlândia, a República da Islândia, o Principado do Liechtenstein, o Reino da Noruega, o Reino da Suécia e a Confederação Suíça (JO L 1 de 3.1.1994, p. 1).
2. 21994 A 0103(01): Acordo sobre o Espaço Económico Europeu - Ato final - Declarações comuns - Declarações dos Governos dos Estados-Membros das Comunidades Europeias e dos Estados da EFTA - Acordos diversos - Ata Acordada - Declaração de uma ou de várias das partes contratantes relativos ao acordo sobre o Espaço Económico Europeu (JO L 1 de 3.1.1994, p. 3).
3. 21994 A 0103(51): Acordo sobre o Espaço Económico Europeu – Anexo I – Questões veterinárias e fitossanitárias – Lista prevista no artigo 17.º (JO L 1 de 3.1.1994, p. 220), com a redação que lhe foi dada por:
 - 21994 D 1112: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 12/94, de 28 de setembro de 1994 (JO L 292 de 12.11.1994, p. 39),

- 21995 D 0302(02): Decisão do Comité Misto do EEE n.º 2/95, de 27 de janeiro de 1995 (JO L 47 de 2.3.1995, p. 22),
- 21995 D 0303(03): Decisão do Comité Misto do EEE n.º 3/95, de 27 de janeiro de 1995 (JO L 47 de 2.3.1995, p. 23),
- 21995 D 0304(04): Decisão do Comité Misto do EEE n.º 4/95, de 27 de janeiro de 1995 (JO L 47 de 2.3.1995, p. 24),
- 21996 D 0613(01): Decisão do Comité Misto do EEE n.º 37/95, de 22 de junho de 1995 (JO L 140 de 13.6.1996, p. 32),
- 21996 D 0613(02): Decisão do Comité Misto do EEE n.º 38/95, de 22 de junho de 1995 (JO L 140 de 13.6.1996, p. 34),
- 21996 D 0613(03): Decisão do Comité Misto do EEE n.º 39/95, de 22 de junho de 1995 (JO L 140 de 13.6.1996, p. 35),
- 21996 D 0725(04): Decisão do Comité Misto do EEE n.º 25/96, de 26 de abril de 1996 (JO L 186 de 25.7.1996, p. 77),
- 21996 D 1114(05): Decisão do Comité Misto do EEE n.º 38/96, de 5 de julho de 1996 (JO L 291 de 14.11.1996, p. 35),
- 21996 D 1114(06): Decisão do Comité Misto do EEE n.º 39/96, de 5 de julho de 1996 (JO L 291 de 14.11.1996, p. 36),

- 21996 D 1114(07): Decisão do Comité Misto do EEE n.º 40/96, de 5 de julho de 1996 (JO L 291 de 14.11.1996, p. 37),
- 22000 D 1214 (01): Decisão do Comité Misto do EEE n.º 71/2000, de 2 de outubro de 2000 (JO L 315 de 14.12.2000, p. 1),
- 22001 D 0060: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 60/2001, de 19 de junho de 2001 (JO L 238 de 6.9.2001, p. 1),
- 22001 D 0061: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 61/2001, de 19 de junho de 2001 (JO L 238 de 6.9.2001, p. 3),
- 22001 D 0103: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 103/2001, de 28 de setembro de 2001 (JO L 322 de 6.12.2001, p. 8),
- 22001 D 0132: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 132/2001, de 9 de novembro de 2001 (JO L 22 de 24.1.2002, p. 18),
- 22001 D 0150: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 150/2001, de 11 de dezembro de 2001 (JO L 65 de 7.3.2002, p. 22),
- 22001 D 0151: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 151/2001, de 11 de dezembro de 2001 (JO L 65 de 7.3.2002, p. 24),
- 22002 D 0071: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 71/2002, de 25 de junho de 2002 (JO L 266 de 3.10.2002, p. 5),

- 22002 D 0079: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 79/2002, de 25 de junho de 2002 (JO L 266 de 3.10.2002, p. 24),
- 22002 D 0096(01): Decisão do Comité Misto do EEE n.º 96/2002, de 12 de julho de 2002 (JO L 298 de 31.10.2002, p. 1),
- 22002 D 0121(01): Decisão do Comité Misto do EEE n.º 121/2002, de 27 de setembro de 2002 (JO L 336 de 12.12.2002, p. 17),
- 22002 D 0122(01): Decisão do Comité Misto do EEE n.º 122/2002, de 27 de setembro de 2002 (JO L 336 de 12.12.2002, p. 18),
- 22003 D 0002: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 2/2003, de 31 de janeiro de 2003 (JO L 94 de 10.4.2003, p. 45),
- 22003 D 0039: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 39/2003, de 16 de maio de 2003 (JO L 193 de 31.7.2003, p. 1),
- 22003 D 0068: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 68/2003, de 20 de junho de 2003 (JO L 257 de 9.10.2003, p. 10),
- 22003 D 0069: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 69/2003, de 20 de junho de 2003 (JO L 257 de 9.10.2003, p. 12),
- 22003 D 0103: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 103/2003, de 26 de setembro de 2003 (JO L 331 de 18.12.2003, p. 10),

- 22003 D 0167: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 167/2003, de 5 de dezembro de 2003 (JO L 88 de 25.3.2004, p. 35),
- 22003 D 0168: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 168/2003, de 5 de dezembro de 2003 (JO L 88 de 25.3.2004, p. 37),
- 22004 D 0096: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 96/2004, de 9 de julho de 2004 (JO L 376 de 23.12.2004, p. 17),
- 22004 D 0139: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 139/2004, de 29 de outubro de 2004 (JO L 102 de 21.4.2005, p. 1),
- 22004 D 0140: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 140/2004, de 29 de outubro de 2004 (JO L 102 de 21.4.2005, p. 4),
- 22005 D 0002: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 2/2005, de 8 de fevereiro de 2005 (JO L 161 de 23.6.2005, p. 3),
- 22005 D 0028: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 28/2005, de 11 de março de 2005 (JO L 198 de 28.7.2005, p. 12),
- 22005 D 0029: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 29/2005, de 11 de março de 2005 (JO L 198 de 28.7.2005, p. 15),
- 22005 D 0052: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 52/2005, de 29 de abril de 2005 (JO L 239 de 15.9.2005, p. 24),

- 22005 D 0094: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 94/2005, de 8 de julho de 2005 (JO L 306 de 24.11.2005, p. 16),
- 22005 D 0108: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 108/2005, de 30 de setembro de 2005 (JO L 339 de 22.12.2005, p. 1),
- 22005 D 0109: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 109/2005, de 30 de setembro de 2005 (JO L 339 de 22.12.2005, p. 4),
- 22005 D 0130: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 130/2005, de 21 de outubro de 2005 (JO L 14 de 19.1.2006, p. 16),
- 22006 D 0018: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 18/2006, de 10 de março de 2006 (JO L 147 de 1.6.2006, p. 26),
- 22006 D 0019: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 19/2006, de 10 de março de 2006 (JO L 147 de 1.6.2006, p. 28),
- 22006 D 0043: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 43/2006, de 28 de abril de 2006 (JO L 175 de 29.6.2006, p. 89),
- 22006 D 0076: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 76/2006, de 7 de julho de 2006 (JO L 289 de 19.10.2006, p. 1),
- 22006 D 0106: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 106/2006, de 22 de setembro de 2006 (JO L 333 de 30.11.2006, p. 19),

- 22006 D 0107: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 107/2006, de 22 de setembro de 2006 (JO L 333 de 30.11.2006, p. 21),
- 22006 D 0142: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 142/2006, de 8 de dezembro de 2006 (JO L 89 de 29.3.2007, p. 8),
- 22007 D 0003: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 3/2007, de 27 de abril de 2007 (JO L 209 de 9.8.2007, p. 5),
- 22007 D 0039: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 39/2007, de 27 de abril de 2007 (JO L 209 de 9.8.2007, p. 70),
- 22007 D 0074: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 74/2007, de 6 de julho de 2007 (JO L 328 de 13.12.2007, p. 8),
- 22007 D 0100: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 100/2007, de 28 de setembro de 2007 (JO L 47 de 21.2.2008, p. 12),
- 22007 D 0138: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 138/2007, de 26 de outubro de 2007 (JO L 100 de 10.4.2008, p. 62),
- 22007 D 0151: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 151/2007, de 7 de dezembro de 2007 (JO L 124 de 8.5.2008, p. 9),
- 22007 D 0152: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 152/2007, de 7 de dezembro de 2007 (JO L 124 de 8.5.2008, p. 11),

- 22008 D 0021: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 21/2008, de 14 de março de 2008 (JO L 182 de 10.7.2008, p. 1),
- 22008 D 0043: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 43/2008, de 25 de abril de 2008 (JO L 223 de 21.8.2008, p. 36),
- 22009 D 0001: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 1/2009, de 5 de fevereiro de 2009 (JO L 73 de 19.3.2009, p. 30),
- 22009 D 0002: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 2/2009, de 5 de fevereiro de 2009 (JO L 73 de 19.3.2009, p. 32),
- 22009 D 0023: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 23/2009, de 17 de março de 2009 (JO L 130 de 28.5.2009, p. 11),
- 22009 D 0024: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 24/2009, de 17 de março de 2009 (JO L 130 de 28.5.2009, p. 12),
- 22009 D 0042: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 42/2009, de 24 de abril de 2009 (JO L 162 de 25.6.2009, p. 19),
- 22009 D 0057: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 57/2009, de 29 de maio de 2009 (JO L 232 de 3.9.2009, p. 6),
- 22009 D 0105: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 105/2009, de 22 de outubro de 2009 (JO L 334 de 17.12.2009, p. 1),

- 22009 D 0121: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 121/2009, de 4 de dezembro de 2009 (JO L 62 de 11.3.2010, p. 1),
- 22010 D 0002: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 2/2010, de 29 de janeiro de 2010 (JO L 101 de 22.4.2010, p. 7),
- 22010 D 0020: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 20/2010, de 12 de março de 2010 (JO L 143 de 10.6.2010, p. 10),
- 22010 D 0021: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 21/2010, de 12 de março de 2010 (JO L 143 de 10.6.2010, p. 11),
- 22010 D 0022: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 22/2010, de 12 de março de 2010 (JO L 143 de 10.6.2010, p. 13),
- 22010 D 0039: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 39/2010, de 30 de abril de 2010 (JO L 181 de 15.7.2010, p. 4),
- 22010 D 0081: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 81/2010, de 2 de julho de 2010 (JO L 227 de 21.10.2010, p. 34),
- 22010 D 0116: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 116/2010, de 10 de novembro de 2010 (JO L 58 de 3.3.2011, p. 73),
- 22011 D 0008: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 8/2011, de 1 de abril de 2011 (JO L 171 de 30.6.2011, p. 3),

- 22011 D 0009: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 9/2011, de 1 de abril de 2011 (JO L 171 de 30.6.2011, p. 3),
- 22011 D 0111: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 111/2011, de 21 de outubro de 2011 (JO L 341 de 22.12.2011, p. 69),
- 22011 D 0125: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 125/2011, de 2 de dezembro de 2011 (JO L 76 de 15.3.2012, p. 5),
- 22012 D 0037: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 37/2012, de 30 de março de 2012 (JO L 207 de 2.8.2012, p. 4),
- 22012 D 0038: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 38/2012, de 30 de março de 2012 (JO L 207 de 2.8.2012, p. 10),
- 22012 D 0078: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 78/2012, de 30 de abril de 2012 (JO L 248 de 13.9.2012, p. 9),
- 22012 D 0155: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 155/2012, de 28 de setembro de 2012 (JO L 341 de 13.12.2012, p. 5),
- 22012 D 0193: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 193/2012, de 26 de outubro de 2012 (JO L 21 de 24.1.2013, p. 41),
- 22013 D 0030: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 30/2013, de 15 de março de 2013 (JO L 231 de 29.8.2013, p. 1),

- 22013 D 0031: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 31/2013, de 15 de março de 2013 (JO L 231 de 29.8.2013, p. 4),
- 22013 D 0032: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 32/2013, de 15 de março de 2013 (JO L 231 de 29.8.2013, p. 5),
- 22013 D 0033: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 33/2013, de 15 de março de 2013 (JO L 231 de 29.8.2013, p. 7),
- 22013 D 0053: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 53/2013, de 3 de maio de 2013 (JO L 291 de 31.10.2013, p. 3),
- 22013 D 0106: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 106/2013, de 14 de junho de 2013 (JO L 318 de 28.11.2013, p. 7),
- 22013 D 0153: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 153/2013, de 8 de outubro de 2013 (JO L 58 de 27.2.2014, p. 1),
- 22013 D 0183: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 183/2013, de 8 de novembro de 2013 (JO L 92 de 27.3.2014, p. 7),
- 22013 D 0216: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 216/2013, de 13 de dezembro de 2013 (JO L 154 de 22.5.2014, p. 6),
- 22013 D 0217: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 217/2013, de 13 de dezembro de 2013 (JO L 154 de 22.5.2014, p. 8),

- 22013 D 0218: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 218/2013, de 13 de dezembro de 2013 (JO L 154 de 22.5.2014, p. 11),
- 22014 D 0113: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 113/2014, de 27 de junho de 2014 (JO L 342 de 27.11.2014, p. 1),
- 22014 D 0114: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 114/2014, de 27 de junho de 2014 (JO L 342 de 27.11.2014, p. 3),
- 22014 D 0115: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 115/2014, de 27 de junho de 2014 (JO L 342 de 27.11.2014, p. 5),
- 22014 D 0168: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 168/2014, de 25 de setembro de 2014 (JO L 202 de 30.7.2015, p. 13),
- 22014 D 0209: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 209/2014, de 24 de outubro de 2014 (JO L 230 de 3.9.2015, p. 1),
- 22015 D 2121: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 254/2014, de 12 de dezembro de 2014 (JO L 311 de 26.11.2015, p. 1),
- 22016 D 0492: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 4/2015, de 25 de fevereiro de 2015 (JO L 93 de 7.4.2016, p. 7),
- 22016 D 0493: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 5/2015, de 25 de fevereiro de 2015 (JO L 93 de 7.4.2016, p. 9),

- 22016 D 0494: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 6/2015, de 25 de fevereiro de 2015 (JO L 93 de 7.4.2016, p. 10),
- 22016 D 0721: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 38/2015, de 20 de março de 2015 (JO L 129 de 19.5.2016, p. 8),
- 22016 D 0722: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 39/2015, de 20 de março de 2015 (JO L 129 de 19.5.2016, p. 11),
- 22016 D 0723: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 40/2015, de 20 de março de 2015 (JO L 129 de 19.5.2016, p. 13),
- 22016 D 1264: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 81/2015, de 30 de abril de 2015 (JO L 211 de 4.8.2016, p. 13),
- 22016 D 1265: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 82/2015, de 30 de abril de 2015 (JO L 211 de 4.8.2016, p. 15),
- 22017 D 0016: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 176/2015, de 10 de julho de 2015 (JO L 8 de 12.1.2017, p. 3),
- 22017 D 0509: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 202/2015, de 25 de setembro de 2015 (JO L 85 de 30.3.2017, p. 11),
- 22017 D 0510: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 203/2015, de 25 de setembro de 2015 (JO L 85 de 30.3.2017, p. 12),

- 22017 D 1027: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 238/2015, de 30 de outubro de 2015 (JO L 161 de 22.6.2017, p. 8),
- 22017 D 1028: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 239/2015, de 30 de outubro de 2015 (JO L 161 de 22.6.2017, p. 12),
- 22017 D 1029: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 240/2015, de 30 de outubro de 2015 (JO L 161 de 22.6.2017, p. 13),
- 22017 D 1030: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 241/2015, de 30 de outubro de 2015 (JO L 161 de 22.6.2017, p. 14),
- 22017 D 1031: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 242/2015, de 30 de outubro de 2015 (JO L 161 de 22.6.2017, p. 15),
- 22017 D 1032: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 243/2015, de 30 de outubro de 2015 (JO L 161 de 22.6.2017, p. 17),
- 22017 D 1288: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 5/2016, de 5 de fevereiro de 2016 (JO L 189 de 20.7.2017, p. 9),
- 22017 D 1289: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 6/2016, de 5 de fevereiro de 2016 (JO L 189 de 20.7.2017, p. 10),
- 22017 D 1290: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 7/2016, de 5 de fevereiro de 2016 (JO L 189 de 20.7.2017, p. 11),

- 22017 D 1291: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 8/2016, de 5 de fevereiro de 2016 (JO L 189 de 20.7.2017, p. 12),
- 22017 D 1872: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 42/2016, de 18 de março de 2016 (JO L 270 de 19.10.2017, p. 3),
- 22017 D 1873: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 43/2016, de 18 de março de 2016 (JO L 270 de 19.10.2017, p. 5),
- 22017 D 2020: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 70/2016, de 29 de abril de 2016 (JO L 300 de 16.11.2017, p. 8),
- 22017 D 2021: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 71/2016, de 29 de abril de 2016 (JO L 300 de 16.11.2017, p. 10),
- 22018 D 0356: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 134/2016, de 8 de julho de 2016 (JO L 73 de 15.3.2018, p. 1),
- 22018 D 0357: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 135/2016, de 8 de julho de 2016 (JO L 73 de 15.3.2018, p. 3),
- 22018 D 1157: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 219/2016, de 2 de dezembro de 2016 (JO L 215 de 23.8.2018, p. 5),
- 22018 D 1158: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 220/2016, de 2 de dezembro de 2016 (JO L 215 de 23.8.2018, p. 7),

- 22018 D 1159: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 221/2016, de 2 de dezembro de 2016 (JO L 215 de 23.8.2018, p. 8),
- 22018 D 1160: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 222/2016, de 2 de dezembro de 2016 (JO L 215 de 23.8.2018, p. 10),
- 22018 D 1161: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 223/2016, de 2 de dezembro de 2016 (JO L 215 de 23.8.2018, p. 12),
- 22018 D 1162: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 224/2016, de 2 de dezembro de 2016 (JO L 215 de 23.8.2018, p. 14),
- 22018 D 1740: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 6/2017, de 3 de fevereiro de 2017 (JO L 297 de 22.11.2018, p. 7),
- 22018 D 1812: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 48/2017, de 17 de março de 2017 (JO L 305 de 29.11.2018, p. 4),
- 22019 D 0186: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 74/2017, de 5 de maio de 2017 (JO L 36 de 7.2.2019, p. 11),
- 22019 D 0187: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 75/2017, de 5 de maio de 2017 (JO L 36 de 7.2.2019, p. 12),
- 22019 D 0188: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 76/2017, de 5 de maio de 2017 (JO L 36 de 7.2.2019, p. 14),

- 22019 D 0189: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 77/2017, de 5 de maio de 2017 (JO L 36 de 7.2.2019, p. 17),
- 22019 D 0727: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 120/2017, de 7 de julho de 2017 (JO L 128 de 16.5.2019, p. 5),
- 22019 D 0728: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 121/2017, de 7 de julho de 2017 (JO L 128 de 16.5.2019, p. 8),
- 22019 D 1044: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 156/2017, de 22 de setembro de 2017 (JO L 174 de 27.6.2019, p. 10),
- 22019 D 1219: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 31/2019, de 29 de março de 2019 (JO L 192 de 18.7.2019, p. 40),
- 22019 D 1357: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 194/2017, de 27 de outubro de 2017 (JO L 219 de 22.8.2019, p. 3),
- 22019 D 1621: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 212/2017, de 15 de dezembro de 2017 (JO L 254 de 3.10.2019, p. 8),
- 22019 D 1622: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 213/2017, de 15 de dezembro de 2017 (JO L 254 de 3.10.2019, p. 13),
- 22019 D 1623: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 214/2017, de 15 de dezembro de 2017 (JO L 254 de 3.10.2019, p. 15),

- 22019 D 1624: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 215/2017, de 15 de dezembro de 2017 (JO L 254 de 3.10.2019, p. 17),
- 22020 D 0055: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 38/2018, de 23 de março de 2018 (JO L 26 de 30.1.2020, p. 7),
- 22020 D 0056: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 39/2018, de 23 de março de 2018 (JO L 26 de 30.1.2020, p. 9),
- 22020 D 0296: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 277/2019, de 13 de dezembro de 2019 (JO L 68 de 5.3.2020, p. 6),
- 22020 D 0297: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 278/2019, de 13 de dezembro de 2019 (JO L 68 de 5.3.2020, p. 7),
- 22020 D 0298: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 279/2019, de 13 de dezembro de 2019 (JO L 68 de 5.3.2020, p. 8),
- 22020 D 0299: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 280/2019, de 13 de dezembro de 2019 (JO L 68 de 5.3.2020, p. 10),
- 22020 D 0300: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 281/2019, de 13 de dezembro de 2019 (JO L 68 de 5.3.2020, p. 12),
- 22020 D 0301: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 282/2019, de 13 de dezembro de 2019 (JO L 68 de 5.3.2020, p. 14),

- 22020 D 0302: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 284/2019, de 13 de dezembro de 2019 (JO L 68 de 5.3.2020, p. 17),
- 22020 D 0306: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 288/2019, de 13 de dezembro de 2019 (JO L 68 de 5.3.2020, p. 24),
- 22020 D 0802: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 48/2019, de 29 de março de 2019 (JO L 210 de 2.7.2020, p. 5),
- 22020 D 0803: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 49/2019, de 29 de março de 2019 (JO L 210 de 2.7.2020, p. 7),
- 22020 D 0804: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 50/2019, de 29 de março de 2019 (JO L 210 de 2.7.2020, p. 9),
- 22020 D 0805: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 51/2019, de 29 de março de 2019 (JO L 210 de 2.7.2020, p. 10),
- 22020 D 0806: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 52/2019, de 29 de março de 2019 (JO L 210 de 2.7.2020, p. 12),
- 22020 D 0807: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 53/2019, de 29 de março de 2019 (JO L 210 de 2.7.2020, p. 14),
- 22020 D 0810: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 56/2019, de 29 de março de 2019 (JO L 210 de 2.7.2020, p. 20),

- 22020 D 0921: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 2/2019, de 8 de fevereiro de 2019 (JO L 228 de 16.7.2020, p. 3),
- 22020 D 0923: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 4/2019, de 8 de fevereiro de 2019 (JO L 228 de 16.7.2020, p. 7),
- 22020 D 1439: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 79/2018, de 27 de abril de 2018 (JO L 340 de 15.10.2020, p. 4),
- 22020 D 1440: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 80/2018, de 27 de abril de 2018 (JO L 340 de 15.10.2020, p. 7),
- 22021 D 0189: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 127/2018, de 6 de julho de 2018 (JO L 67 de 25.2.2021, p. 8),
- 22021 D 0190: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 128/2018, de 6 de julho de 2018 (JO L 67 de 25.2.2021, p. 10),
- 22021 D 0191: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 129/2018, de 6 de julho de 2018 (JO L 67 de 25.2.2021, p. 12),
- 22021 D 0192: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 130/2018, de 6 de julho de 2018 (JO L 67 de 25.2.2021, p. 14),
- 22021 D 1494: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 227/2018, de 5 de dezembro de 2018 (JO L 337 de 23.9.2021, p. 11),

- 22021 D 1495: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 228/2018, de 5 de dezembro de 2018 (JO L 337 de 23.9.2021, p. 13),
- 22022 D 1116: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 48/2022, de 18 de março de 2022 (JO L 182 de 7.7.2022, p. 16),
- 22022 D 1536: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 92/2022, de 29 de abril de 2022 (JO L 246 de 22.9.2022, p. 7),
- 22022 D 1541: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 97/2022, de 29 de abril de 2022 (JO L 246 de 22.9.2022, p. 16),
- 22022 D 1542: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 98/2022, de 29 de abril de 2022 (JO L 246 de 22.9.2022, p. 19),
- 22022 D 1543: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 99/2022, de 29 de abril de 2022 (JO L 246 de 22.9.2022, p. 21),
- 22022 D 1544: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 100/2022, de 29 de abril de 2022 (JO L 246 de 22.9.2022, p. 24),
- 22022 D 1550: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 106/2022, de 29 de abril de 2022 (JO L 246 de 22.9.2022, p. 35),
- 22022 D 1551: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 107/2022, de 29 de abril de 2022 (JO L 246 de 22.9.2022, p. 37),

- 22022 D 1557: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 113/2022, de 29 de abril de 2022 (JO L 246 de 22.9.2022, p. 49),
- 22022 D 1866: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 166/2022, de 10 de junho de 2022 (JO L 267 de 13.10.2022, p. 3),
- 22022 D 1867: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 167/2022, de 10 de junho de 2022 (JO L 276 de 13.10.2022, p. 5),
- 22022 D 2008: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 109/2019, de 8 de maio de 2019 (JO L 279 de 27.10.2022, p. 5),
- 22022 D 2133: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 141/2019, de 14 de junho de 2019 (JO L 291 de 10.11.2022, p. 9),
- 22022 D 2134: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 142/2019, de 14 de junho de 2019 (JO L 291 de 10.11.2022, p. 10),
- 22022 D 2135: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 143/2019, de 14 de junho de 2019 (JO L 291 de 10.11.2022, p. 12),

Uma versão consolidada do anexo I (Questões veterinárias e fitossanitárias) do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu está disponível no sítio Web da EFTA no seguinte endereço:
<https://www.efta.int>

SECÇÃO B

ACORDO COM A SUÍÇA

4. 32002 D 0309: Decisão 2002/309/CE, Euratom do Conselho e da Comissão no que se refere ao Acordo relativo à Cooperação Científica e Tecnológica de 4 de abril de 2002 relativa à celebração de sete acordos com a Confederação Suíça (JO L 114 de 30.4.2002, p. 1).
5. 22022 A 0430(04): Acordo entre a Comunidade europeia e a Confederação Suíça relativo ao comércio de produtos agrícolas (JO L 114 de 30.4.2002, p. 132), com a redação que lhe foi dada por:
 - 22007 D 0458: Decisão n.º 1/2007 do Comité Misto da Agricultura (JO L 173 de 1.7.2007, p. 31).
6. 22022 A 0430(04): Acordo entre a Comunidade europeia e a Confederação Suíça relativo ao comércio de produtos agrícolas - Ato final (JO L 114 de 30.4.2002, p. 350).
7. 22003 D 0808: Decisão n.º 1/2003 (2003/808/CE) do Comité Misto da Agricultura instituído pelo Acordo entre a Comunidade Europeia e a Confederação Suíça relativo ao comércio de produtos agrícolas, de 21 de outubro de 2003, relativa à adoção do seu regulamento interno (JO L 303 de 21.11.2003, p. 24).
8. 22003 D 0809: Decisão n.º 2/2003 (2003/809/CE) do Comité Misto da Agricultura instituído pelo Acordo entre a Comunidade Europeia e a Confederação Suíça relativo ao comércio de produtos agrícolas, de 21 de outubro de 2003, relativa à constituição dos grupos de trabalho e à adoção dos seus mandatos (JO L 303 de 21.11.2003, p. 27).